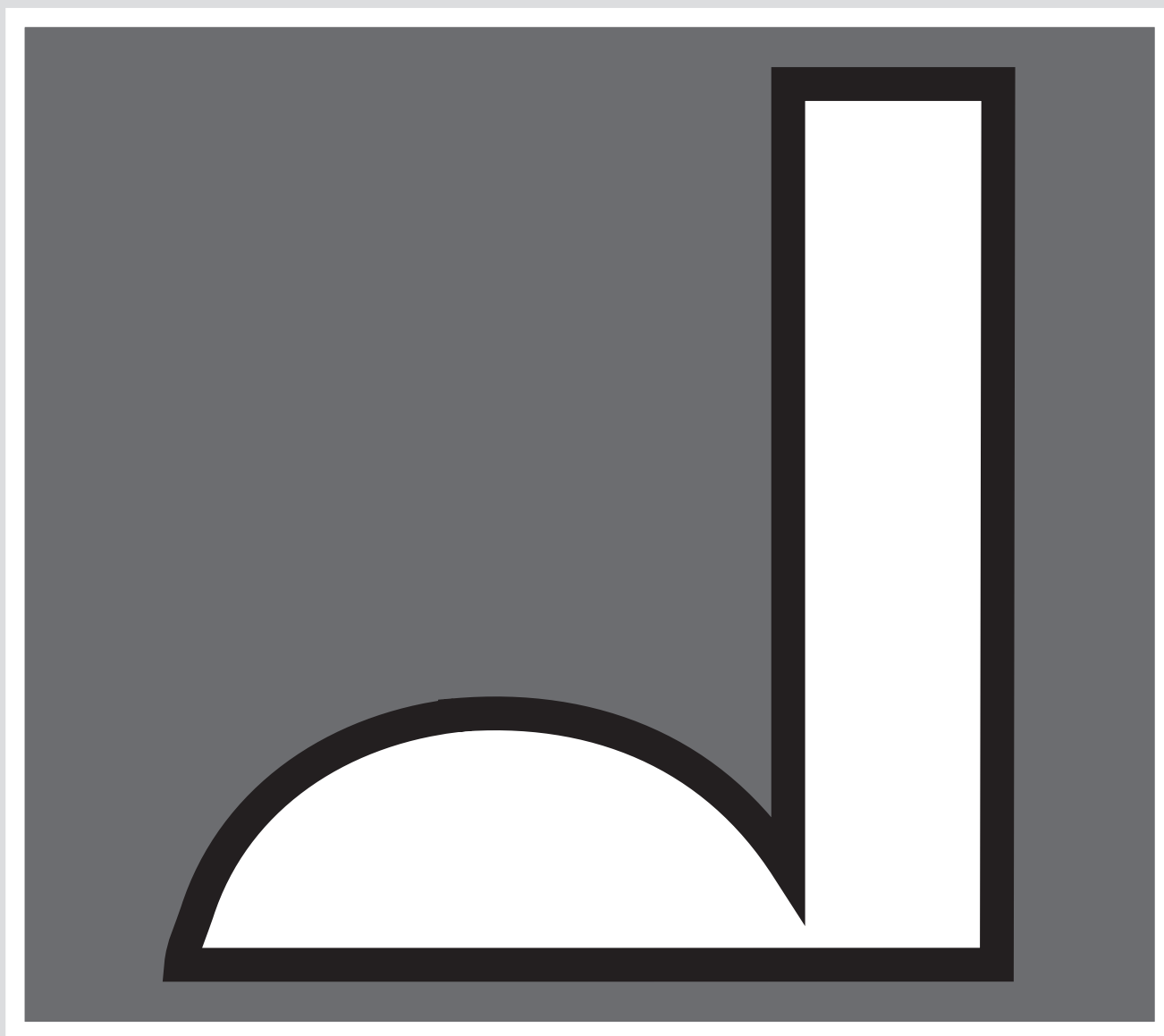




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXIV - Nº 172 - QUARTA-FEIRA, 4 DE NOVEMBRO DE 2009 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
PRESIDENTE		
José Sarney - (PMDB-AP)		
1º VICE-PRESIDENTE		
Marconi Perillo - (PSDB-GO)		
2ª VICE-PRESIDENTE		
Serys Slhessarenko - (PT-MT)		
1º SECRETÁRIO		
Heráclito Fortes - (DEM-PI)		
2º SECRETÁRIO		
João Vicente Claudino - (PTB-PI)		
3º SECRETÁRIO		
Mão Santa - (PSC-PI) ⁷		
4ª SECRETÁRIA		
Patrícia Saboya - (PDT-CE) ⁶		
SUPLENTE DE SECRETÁRIO		
1º - César Borges - (PR-BA)		
2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)		
3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)		
4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)		

Maioria (PMDB/PP) - 18 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gilvam Borges Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha (4) Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 11 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) Líder do PR - 3 João Ribeiro Vice-Líder do PR Exedito Júnior (5) Líder do PSB - 2 Antonio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) - 28 Líder Raimundo Colombo - DEM (1) Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do PSDB - 15 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes Líder do DEM - 13 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais
PTB - 8 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
	PV - 1 Líder Marina Silva - PV	
PDT - 5 Líder Osmar Dias - PDT	PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC	

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária 17 de setembro de 2009.
5. Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 23 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 29 de setembro de 2009.
6. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
7. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

EXPEDIENTE	
Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 201ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE NOVEMBRO DE 2009

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Ofício do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Nº 267/2009, de 20 de outubro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1117, de 2009, da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas..... 56369

1.2.2 – Mensagens do Presidente da República

Nº 224, de 2009 (nº 866/2009, na origem), de 23 de outubro último, restituindo autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 2009, (nº 3.957/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sancionado e transformado na Lei nº 12.060, de 2009*..... 56370

Nº 225/2009 (nº 877/2009, na origem), *informando que se ausentará do País no período de 3 a 6 de novembro, para realizar viagem oficial ao Reino Unido*. 56370

1.2.3 – Comunicação

Do Senador Geraldo Mesquita Júnior, encaminhando relatório de participação na XX Sessão Extraordinária do Parlamento do MERCOSUL, realizada nos dias 19 e 20 de outubro último, na cidade de Montevidéu, Uruguai. (**Ofício nº 132/2009, de 27 de outubro último**). 56370

1.2.4 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2009, de autoria do Senador Adelmir Santana, que *institui o Dia do Empreendedor Individual*. 56375

Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2009, de autoria do Senador Adelmir Santana, que *acrescenta § 2º ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista*. 56377

Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *assegu-*

ra aos empregados de condomínios, prestadores dos serviços de portaria, vigilância e segurança, o adicional de periculosidade previsto no artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho..... 56382

Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes*. 56383

1.2.5 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Aviso nº 1.510-Seses-TCU-Plenário, de 28 de outubro último, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, que, juntado ao processado do Requerimento nº 3, de 2005-CN (“CPMI dos Correios”), vai à publicação..... 56385

Término do prazo único, no dia 30 de outubro último, sem apresentação de emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, previsto no art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, ao Projeto de Lei da Câmara nº 219, de 2009..... 56388

1.2.6 – Projetos recebidos da Câmara os Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 233, de 2009 (nº 769/2007, na Casa de origem, do Deputado Angelo Vanhoni), que *institui o Dia Nacional da Educação Ambiental*..... 56389

Projeto de Lei da Câmara nº 234, de 2009 (nº 857/2007, na Casa de origem, do Deputado Neilton Mulim), que *institui o Dia do Alerta sobre o uso nocivo do Alcool*..... 56391

Projeto de Lei da Câmara nº 235, de 2009 (nº 929/2007, na Casa de origem, do Deputado Milton Monti), que *dispõe sobre o Dia Nacional de Atenção à Dislexia*. 56394

Projeto de Lei da Câmara nº 236, de 2009 (nº 1.488/2007, na Casa de origem, do Deputado Adão Pretto e outros), que *institui a Semana Nacional do Feijão e Arroz*. 56396

Projeto de Lei da Câmara nº 237, de 2009 (nº 1.595/2007, na Casa de origem, do Deputado João Oliveira), que *denomina Prefeito Leôncio Miranda a ponte na BR-235, sobre o rio Tocantins, entre os*

<i>Municípios de Tupirama e Pedro Afonso, no Estado do Tocantins.....</i>	56399	Projeto de Lei da Câmara nº 249, de 2009 (nº 2.135/2007, na Casa de origem, da Deputada Andréia Zito), que <i>cria no calendário oficial do Brasil o Dia do Seresteiro.....</i>	56425
Projeto de Lei da Câmara nº 238, de 2009 (nº 1.623/2007, na Casa de origem, do Deputado Gervásio Silva), que <i>institui o Dia Nacional do Motorista de Ambulância.....</i>	56401	Projeto de Lei da Câmara nº 250, de 2009 (nº 2.207/2007, na Casa de origem, da Deputada Nilmar Ruiz), que <i>institui o dia 27 de junho como o Dia Nacional do Quadrilheiro Junino, a ser comemorado em âmbito nacional.....</i>	56428
Projeto de Lei da Câmara nº 239, de 2009 (nº 1.677/2007, na Casa de origem, do Deputado Gastão Vieira), que <i>institui o dia 18 de junho como Dia do Tambor de Crioula.....</i>	56402	Projeto de Lei da Câmara nº 251, de 2009 (nº 2.226/2007, na Casa de origem, da Deputada Gorete Pereira), que <i>denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da rodovia BR-116, no Estado do Ceará, entre as divisas com os Estados de Pernambuco e da Paraíba.....</i>	56430
Projeto de Lei da Câmara nº 240, de 2009 (nº 1.749/2007, na Casa de origem, do Deputado Juvenil), que <i>denomina Dr. Carlos Geraldo Valadares a ponte localizada na BR-352, sobre o rio São Francisco, na divisa dos Municípios de Martinho Campos e Abaeté, no Estado de Minas Gerais.....</i>	56403	Projeto de Lei da Câmara nº 252, de 2009 (nº 2.247/2007, na Casa de origem, do Deputado Pompeo de Mattos), que <i>declara o ator Paulo Autran Patrono do Teatro Brasileiro.....</i>	56433
Projeto de Lei da Câmara nº 241, de 2009 (nº 1.818/2007, na Casa de origem, da Deputada Cida Diogo), que <i>institui o Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas.....</i>	56407	Projeto de Lei da Câmara nº 253, de 2009 (nº 2.314/2007, na Casa de origem, do Deputado Wolney Queiroz), que <i>denomina Rodovia João Lyra Filho o trecho da rodovia da BR-104 entre as cidades de Caruaru e Santa Cruz do Capiberibe, no Estado de Pernambuco.....</i>	56435
Projeto de Lei da Câmara nº 242, de 2009 (nº 1.940/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Almeida) que <i>institui o Dia Nacional dos Portadores de Vítigo.....</i>	56409	Projeto de Lei da Câmara nº 254, de 2009 (nº 2.368/2007, na Casa de origem, do Deputado Dr. Talmir), que <i>inscreve o nome do Padre José de Anchieta no Livro dos Heróis da Pátria.....</i>	56437
Projeto de Lei da Câmara nº 243, de 2009 (nº 1.953/2007, na Casa de origem, do Deputado Luiz Fernando Faria) que <i>denomina Rodovia Historiador Osvaldo Henrique Castello Branco a BR-499, entre o entroncamento com a BR-040 e o Museu Casa de Cabangu, no Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais.....</i>	56412	Projeto de Lei da Câmara nº 255, de 2009 (nº 2.390/2007, na Casa de origem, do Deputado Edson Duarte), que <i>institui o Dia Nacional de Luta dos Acidentados por Fontes Radioativas.....</i>	56440
Projeto de Lei da Câmara nº 244, de 2009 (nº 2.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Jilmar Tatto) que <i>institui o Dia Nacional do Paisagista, a ser comemorado em 4 de outubro.....</i>	56413	Projeto de Lei da Câmara nº 256, de 2009 (nº 2.425/2007, na Casa de origem, da Deputada Rose Freitas), que <i>denomina Rodovia Deputado Aloízio Santos o trecho da BR-262, do Km 0, em Cariacica, até o Km 20, em Viana, no Estado do Espírito Santo.....</i>	56443
Projeto de Lei da Câmara nº 245, de 2009 (nº 2.039/2007, na Casa de origem, do Deputado Nelson Trad), que <i>denomina Aeroporto de Três Lagoas Ramez Tebet o Aeroporto de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul.....</i>	56416	Projeto de Lei da Câmara nº 257, de 2009 (nº 2.655/2007, na Casa de origem, do Deputado Jusmari Oliveira), que <i>fixa a data de 13 de dezembro como o Dia Nacional da Vaquejada.....</i>	56444
Projeto de Lei da Câmara nº 246, de 2009 (nº 2.094/2007, na Casa de origem, do Deputado Gilmar Machado), que <i>disciplina a cobrança de couvert artístico e altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o trabalho do músico.....</i>	56418	Projeto de Lei da Câmara nº 258, de 2009 (nº 2.793/2008, na Casa de origem, do Deputado Alex Canziani), que <i>confere ao Município de Apucarana, no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional do Boné.....</i>	56445
Projeto de Lei da Câmara nº 247, de 2009 (nº 2.109/2007, na Casa de origem, do Deputado Valtenir Pereira), que <i>institui o dia 4 de outubro como o Dia Nacional dos Agentes de Combate às Endemias.....</i>	56423	Projeto de Lei da Câmara nº 259, de 2009 (nº 2.959/2008, na Casa de origem, do Deputado Paulo Piau), que <i>institui o Dia Nacional do Milho.....</i>	56449
Projeto de Lei da Câmara nº 248, de 2009 (nº 2.126/2007, na Casa de origem, da Deputada Tonha Magalhães), que <i>altera a denominação do Porto de Aratu, no Estado da Bahia, para Porto de Aratu-Candeias.....</i>	56424	Projeto de Lei da Câmara nº 260, de 2009 (nº 3.071/2008, na Casa de origem, do Deputado Gonzaga Patriota), que <i>denomina a BR-363, localizada em Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco, Estrada Miguel Arraes de Alencar.....</i>	56452

Projeto de Lei da Câmara nº 261, de 2009 (nº 3.165/2008, na Casa de origem, do Deputado José Otávio Germano), que *denomina Viaduto Deputado Federal Júlio Redecker o viaduto localizado no Km 243 da BR-116, no Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul*..... 56454

Projeto de Lei da Câmara nº 262, de 2009 (nº 3.176/2008, na Casa de origem, do Deputado Rodovalho), que *institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção à Trombose*..... 56457

Projeto de Lei da Câmara nº 263, de 2009 (nº 3.216/2008, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *denomina Ponte Antônio Conselheiro a ponte sobre o Rio São Francisco, localizada na rodovia BR-116, na divisa entre os Estados da Bahia e de Pernambuco*..... 56459

Projeto de Lei da Câmara nº 264, de 2009 (nº 3.260/2008, na Casa de origem, do Deputado Rodrigo Rollemberg), que *institui o Dia Nacional do Reggae*..... 56463

Projeto de Lei da Câmara nº 265, de 2009 (nº 3.313/2008, na Casa de origem, do Deputado Costa Ferreira), que *institui o Dia Nacional da Fé Cristã*... 56465

Projeto de Lei da Câmara nº 266, de 2009 (nº 3.373/2008, na Casa de origem, do Deputado Guilherme Campos), que *institui o Dia Nacional das Hemoglobinopatias*..... 56466

Projeto de Lei da Câmara nº 267, de 2009 (nº 3.541/2008, na Casa de origem, do Deputado Cleber Verde), que *institui o Dia Nacional do Evangelício a ser comemorado no dia 30 de novembro de cada ano*..... 56468

Projeto de Lei da Câmara nº 268, de 2009 (nº 3.555/2008, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho), que *institui o Dia Nacional de Conscientização do Estresse, a ser comemorado no terceiro domingo de novembro, anualmente*..... 56471

Projeto de Lei da Câmara nº 269, de 2009 (nº 3.566/2008, na Casa de origem, da Deputada Luciana Costa), que *confere ao Município de Barretos, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Rodeio*..... 56473

Projeto de Lei da Câmara nº 270, de 2009 (nº 3.582/2008, na Casa de origem, da Deputada Rebecca Garcia), que *institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável*..... 56476

Projeto de Lei da Câmara nº 271, de 2009 (nº 3.593/2008, na Casa de origem, do Deputado Luis Carlos Heinze), que *dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Calcário Agrícola*..... 56481

Projeto de Lei da Câmara nº 272, de 2009 (nº 3.631/2008, na Casa de origem, do Deputado Dr. Talmir), que *declara Santo Antônio de Sant'Anna Galvão Patrono da Construção Civil no Brasil*..... 56483

Projeto de Lei da Câmara nº 273, de 2009 (nº 3.702/2008, na Casa de origem, do Deputado Luiz Bittencourt), que *denomina Viaduto José Men-*

donça de Lima o viaduto da BR-153, Km 501,2, no Município de Goiânia, Estado de Goiás..... 56486

Projeto de Lei da Câmara nº 274, de 2009 (nº 3.760/2008, na Casa de origem, do Deputado Chico Alencar), que *institui o Dia Nacional do Sociólogo*.. 56488

Projeto de Lei da Câmara nº 275, de 2009 (nº 3.817/2008, na Casa de origem, do Deputado Claudio Cajado), que *denomina Rodovia Denis William Lawson o trecho da BR-101, entre as cidades de São José do Norte e Mostardas, no Estado do Rio Grande do Sul*..... 56490

Projeto de Lei da Câmara nº 276, de 2009 (nº 3.905/2008, na Casa de origem, do Deputado Leandro Sampaio), que *institui o Dia Nacional de Valorização da Família*..... 56492

Projeto de Lei da Câmara nº 277, de 2009 (nº 3.975/2008, na Casa de origem, do Deputado José Santana de Vasconcellos) que *institui o Dia Nacional da Silvicultura*..... 56494

Projeto de Lei da Câmara nº 278, de 2009 (nº 4.765/2009, na Casa de origem, da Deputada Sueli Vidigal), que *institui, no Calendário Oficial do País, o Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil*... 56496

Projeto de Lei da Câmara nº 279, de 2009 (nº 1.746/2007, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *cria cargos efetivos, cargos comissionados e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação*..... 56500

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências*..... 56506

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas aos Projetos de Lei da Câmara nºs 233 a 278, de 2009..... 56512

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 279, de 2009, lido anteriormente, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde será apreciado terminativamente. 56512

Fixação do prazo de quarenta e cinco dias para tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009, e abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Comissão de Educação, Cultura e Esporte. 56512

1.2.8 – Leitura de requerimento

Nº 1.459, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, *solicitando informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional. À Mesa, para decisão*. 56512

1.2.9 – Discursos do Expediente

SENADORA FÁTIMA CLEIDE – Agradecimento ao Senado pela aprovação da PEC 87/2003, e

pedido de cautela aos servidores do ex-território federal de Rondônia, para que aguardem a regulamentação. Registro de participação nas comemorações do 32º aniversário do município de Ariquemes, e na Sétima Maratona Ecológica de Avestruz, no município do Mirante da Serra.....	56514	Marcelo dos Santos Dias, a quem S. Ex ^a presta homenagens.....	56542
SENADOR MARCO MACIEL – Registro da posse da poetisa, economista e pintora Marly Motta, na Academia Pernambucana de Letras.....	56515	SENADOR ALVARO DIAS – Leitura do artigo, de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, veiculado em vários jornais do último domingo, intitulado “Para onde vamos?”	56543
SENADOR PAULO PAIM – Registro de reunião que se realizará agora à tarde, no gabinete de S. Ex ^a , para tratar da questão do Fundo Aeris. Expectativa pela aprovação, na Câmara dos Deputados, de dois projetos de lei já aprovados no Senado, o que acaba com o fator previdenciário e o que garante ao aposentado aumento real de seus proventos, acompanhando o crescimento do salário mínimo.	56527	SENADOR JOSÉ SARNEY – Reverência ao antropólogo e filósofo belga, Claude Lévi-Strauss, falecido na semana passada, aos 100 anos de idade.	56547
SENADORA MARISA SERRANO – Preocupação com a falta de vagas no sistema carcerário brasileiro, apregoando ser necessário um programa muito mais audacioso do que o atual para fazer frente aos problemas existentes.	56529	SENADOR CRISTOVAM BUARQUE, como Líder – Descontentamento com decisão tomada, hoje, pela Mesa do Senado, a qual posterga cumprimento de ordem do Supremo Tribunal Federal, que determinou fosse empossado imediatamente o Sr. Acir Marcos Gurgacz na vaga do Senador Expedito Júnior, cujo registro foi cassado pela Justiça Eleitoral.....	56549
SENADOR PAPALÉO PAES, como Líder – Agradecimentos à equipe do Hospital São Camilo, em Macapá/AP, pela atenção recebida durante internação para submeter-se a uma cirurgia. Reclamação contra discriminação no tratamento dado aos passageiros, por parte de uma companhia aérea, quando se trata de voos com partida ou destino na Região Norte. Cobrança ao Sr. Presidente da República, e à Eletrobrás, por meio da Eletronorte, para que a extensão do Linhão de Tucuruí contemple o Estado do Amapá, que hoje enfrenta racionamento de energia elétrica.	56531	1.2.10 – Fala da Presidência (Senador José Sarney) – Resposta ao pronunciamento do Senador Cristovam Buarque.....	56550
SENADOR MÁRIO COUTO – Anúncio do ingresso, ainda esta semana, de pedido para a instalação da CPI da Previdência.	56533	1.3 – ORDEM DO DIA 1.3.1 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária. 1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA 1.4.1 – Discursos	
SENADOR CÉSAR BORGES – Preocupações com relação à epidemia de dengue, meningite e violência, que vem assolando todo o Estado da Bahia.	65635	SENADOR OSVALDO SOBRINHO – Registro da participação de S. Exa. na Eurolat – Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana, no Panamá. Vitórias obtidas pelas Escolas Técnicas Federais – ETFs e a necessidade de investimento na área educacional.....	56563
SENADOR JEFFERSON PRAIA – Necessidade de criação de alternativas econômicas para a população da Amazônia, em contraponto com as metas de desmatamento com as quais o Brasil venha a se comprometer perante a comunidade internacional.	65636	SENADOR PEDRO SIMON – Preocupação com declarações do Presidente da República, que contém críticas de rigor crescente ao Tribunal de Contas da União.....	56566
SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI – Expectativa de aprovação de projeto de autoria de S. Ex ^a , no âmbito da Representação do Mercosul, criando o Estatuto de Fronteira do Brasil com os países vizinhos.	56540	SENADOR CÉSAR BORGES, pela ordem – Encaminhamento de requerimento de voto de pesar pelo falecimento do percussionista Antonio Luiz Alves de Souza, conhecido como Neguinho do Samba.	56576
SENADOR MARCELO CRIVELLA, como Líder – Lamento pelo acidente ocorrido com avião da FAB, na Amazônia, registrando a morte de dois passageiros da aeronave, um deles o Suboficial		SENADOR ROMEU TUMA, como Líder – Associação às homenagens feitas pelo Senador César Borges ao percussionista Neguinho do Samba. Anúncio da sanção do projeto que institui o Dia da Guarda Municipal, em 10 de outubro e apelo pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 534/02, de autoria de S. Ex ^a , que amplia as competências das guardas municipais.	56577
		SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO – Defesa da urgente aprovação da reforma tributária...	56578
		SENADOR AUGUSTO BOTELHO – Comentário sobre a publicação intitulada “Pescando o Desenvolvimento Sustentável”, editada recentemente pelo Ministério da Pesca e Aquicultura.	56581
		SENADORA SERYS SLHESARENKO – Registro da realização do VI Encontro de Prefeitos	

Mato-Grossenses, para debater questões e desenvolver ações que promovam o fortalecimento dos municípios..... 56583

SENADOR *NEUTO DE CONTO* – Considerações e expectativas sobre o Turismo para alcançar o nível das grandes potências neste segmento..... 56585

SENADOR *VALTER PEREIRA* – Leitura de artigo publicado no jornal **Correio Braziliense**, de ontem, intitulado “Versão potente da maconha é plantada no Brasil”, tratando do skank. 56586

SENADOR *INÁCIO ARRUDA*, como Líder – Registro da presença em Plenário, de pastores de igrejas evangélicas do país. Referência à matéria a ser relatada por S. Ex^a que trata da igualdade de credo. Apoio e solidariedade aos mineiros e capixabas em virtude das enchentes que assolam os dois Estados brasileiros. Registro da realização do 12º Congresso do Partido Comunista do Brasil. Defesa da entrada da Venezuela no Mercosul. 56589

SENADOR *CÍCERO LUCENA* – Recomendação ao Ministério da Educação para que compre uniformes escolares para estudantes carentes das escolas públicas. Expectativa pela aprovação de projeto de lei de sua autoria, que obriga o governo a oferecer aos alunos pobres uniforme completo. 56591

1.4.2 – Leitura de requerimentos

Nº 1.460, de 2009, de autoria dos Senadores Paulo Paim e Aloizio Mercadante, *solicitando a retirada do Requerimento nº 887, de 2009. Deferido.* 56594

Nº 1.461, de 2009, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores, *solicitando a prorrogação, até 1º de dezembro, deste ano, do prazo para receber indicações para o 9º prêmio Bertha Lutz. Aprovado.*..... 56594

1.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR *JOSÉ NERY* – Voto de pesar pelo falecimento do mestre Verequete, o “Rei do Carimbo”. . 56595

1.4.4 – Leitura de requerimento

Nº 1.462, de 2009, de autoria do Senador José Nery, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do músico Augusto Gomes Rodrigues.* 56596

1.4.5 – Discursos (continuação)

SENADOR *SADI CASSOL* – Agradecimentos à cidade de Ibiraiaras por ter sido agraciado com o diploma de Cidadão Emérito, outorgado pela Câmara de Vereadores daquela cidade. 56598

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Defesa da aprovação de propostas de emenda Constitucional, em tramitação nesta Casa, que criam novos institutos de democracia participativa: o direito de revogação e o veto popular. 56599

SENADOR *DELCÍDIO AMARAL* – Registro de reunião com o Diretor-Geral paraguaio da Itaipu Binacional, para tratar do acordo entre Brasil e Paraguai sobre a divisão da energia da usina..... 56602

SENADOR *MÃO SANTA* – Críticas ao governador do Piauí, Wellington Dias, e protestou contra a política tributária praticada no estado. 56604

1.4.6 – Leitura de requerimentos

Nº 1.463, de 2009, de autoria do Senador Flávio Torres, *solicitando voto de louvor à jornalista Adisia Sá que completa 80 anos de idade em pleno exercício profissional, no jornal O Povo, de Fortaleza, Ceará.* 56608

Nº 1.464, de 2009, de autoria do Senador César Borges e outros Senhores Senadores, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do músico Antonio Luiz Alves de Souza.*..... 56609

Nº 1.465, de 2009, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 197, de 2009, seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.*..... 56610

Nº 1.466, de 2009, de autoria do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 137 e 193, de 2009, por versarem sobre a mesma matéria.*..... 56610

Nº 1.467, de 2009, de autoria do Senador Pedro Simon, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de lei do Senado nºs 440, de 2003; e 94 e 387, de 2005.*..... 56611

1.4.7 – Aviso do Presidente do Banco Central do Brasil

Nº 50/2009, de 22 de outubro último, encaminhando Relatório Trimestral sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas por aquela instituição, referentes ao 3º trimestre de 2009. 56612

1.4.8 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, na última sexta-feira, sem interposição de recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei da Câmara nºs 53, de 2006; 109, de 2007; e 174, de 2008. 56612

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 70, de 2009, lido em sessão anterior. 56612

Retirada do Requerimento nº 1.333, de 2009, da Ordem do Dia e encaminhamento à Mesa, para exame. 56612

1.4.9 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 495, de 2009, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *autoriza a criação da Agência Nacional de Energias Renováveis (ANER).* 56613

1.4.10 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *GERSON CAMATA* – Destaque para a necessidade urgente de regulação para a indústria dos cartões de débito e crédito no Brasil, instrumento que tem sido fonte de tormento para milhões de indivíduos, além de comprometer a rentabilidade dos lojistas..... 56616

1.4.11 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 4, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 56616

1.5 – ENCERRAMENTO**2 – SUPLEMENTOS À PRESENTE EDIÇÃO****2.1 – Secretaria-Geral da Mesa****2.1.1 – Resenha dos trabalhos legislativos de 1º a 31 de outubro de 2009****2.1.2 – Atas de Comissões Permanentes****3 – ATAS****3.1 – Mesa do Senado Federal**

Ata da 15ª Reunião, realizada em 3 de novembro de 2009..... 56627

3.2 – Comissão Diretora

Ata de Reunião, realizada em 17 de setembro de 2009..... 56629

4 – ATOS ADMINISTRATIVOS**4.1 – Decisão da Comissão Diretora****4.2 – Atos da Comissão Diretora**

Nºs 19, 21, 22, 23 e 24, de 2009. 56631

4.3 – Ato do Presidente

Nº 429, de 2009. 56637

5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 3-11-2009**6 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO****6.1 – Termos de Reunião**

Da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 19, de 2009..... 56650

Da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 20, de 2009..... 56650

Da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 21, de 2009..... 56651

Da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 22, de 2009..... 56651

Da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 23, de 2009..... 56652

Da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Parcial nº 24, de 2009..... 56653

Da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Total nº 25, de 2009..... 56653

Da Comissão Mista destinada a relatar o Veto Total nº 26, de 2009..... 56654

SENADO FEDERAL**7 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL**12 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência –CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 201ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 3 de novembro de 2009

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. José Sarney, da Sra. Serys Slhessarenko, e dos Srs. Mão Santa, Sadi Cassol, Flávio Torres, Romeu Tuma e Delcídio Amaral

(Inicia-se a Sessão às 14 horas, e encerra-se às 21 horas e 46 minutos)

É O SEGUINTE O REGISTRO DE COMPARECIMENTO:

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 3/11/2009 07:44:10 até 3/11/2009 21:47:06

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
DEM	DF	ADELMIR SANTANA		X
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X
DEM	BA	ANTÔNIO CARLOS JUNIOR		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X
Bloco-PT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X
Bloco-PR	BA	CÉSAR BORGES		X
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA		X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL		X
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X
DEM	PB	EFRAIM MORAIS		X
DEM	MG	ELISEU RESENDE		X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA		X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X
PDT	CE	FLÁVIO TORRES		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X
DEM	MT	GILBERTO GOELLNER		X
PTB	DF	GIM ARGELLO		X
DEM	PI	HERÁCLITO FORTES		X
Bloco-PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA		X
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS		X
PDT	AM	JEFFERSON PRAIA		X
PDT	BA	JOÃO DURVAL		X
Bloco-PR	TO	JOÃO RIBEIRO		X
PSDB	AL	JOÃO TENÓRIO		X

Compareceram: 60 Senadores

PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO		X
P-SOL	PA	JOSÉ NERY		X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY		X
PMDB	MA	LOBÃO FILHO		X
PSDB	GO	LUCIA VANIA		X
PSC	PI	MÃO SANTA		X
Bloco-PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA		X
DEM	PE	MARCO MACIEL		X
PSDB	GO	MARCONI PERILLO		X
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X
PV	AC	MARINA SILVA		X
PSDB	PA	MÁRIO COUTO		X
PSDB	MS	MARISA SERRANO		X
PMDB	SC	NEUTO DE CONTO		X
PDT	PR	OSMAR DIAS		X
PTB	MT	OSVALDO SOBRINHO		X
PSDB	AP	PAPALEO PAES		X
PMDB	RJ	PAULO DUQUE		X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
Bloco-PSB	ES	RENATO CASAGRANDE		X
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ		X
PTB	SP	ROMEU TUMA		X
DEM	RN	ROSALBA CIARLINI		X
Bloco-PT	TO	SADI CASSOL		X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
Bloco-PT	AC	TÍAO VIANA		X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X
PMDB	MS	VALTER PEREIRA		X

Operador: HÉLIO FERREIRA LIMA

Emissão: 3/11/2009 21:47:37

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício do Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior que passo a ler.

É lido o seguinte:

– Nº 267/2009, de 20 de outubro último, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº

1.117, de 2009, da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – As informações foram encaminhadas, em cópia, à Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

– Nº 224, de 2009 (nº 866/2009, na origem), de 23 de outubro último, restituindo autógrafo do Projeto de Lei da Câmara nº 159, de 2009 (nº 3.957/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, destinados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sancionado e transformado na Lei nº 12.060, de 2009.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar de autógrafo do projeto sancionado.

O processado vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 225, DE 2009

Mensagem nº 877

Senhores Membros do Senado Federal,
Informo a Vossas Excelências que me ausentarei do País no Período de 3 a 6 de novembro, para realizar viagem oficial ao Reino Unido.

Brasília, 29 de outubro de 2009. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

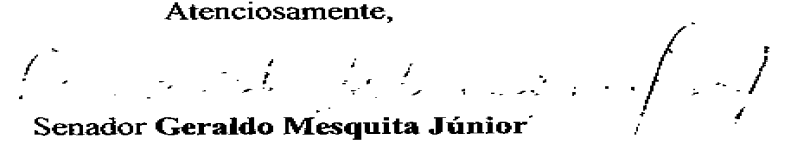
Ofício nº. 00132/09 – GSGMJ

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
Brasília - DF

Senhor Presidente,

Como Membro da Representação Brasileira no Parlamento do MERCOSUL, encaminho-lhe relatório de viagem, referente à XX Sessão Extraordinária do Parlamento do MERCOSUL, realizada nos dias 19 e 20 de outubro de 2009, na cidade de Montevidéu, Uruguai.

Atenciosamente,


Senador Geraldo Mesquita Júnior
PMDB-AC

Aviso nº 847– C.Civil

Em 29 de outubro de 2009

A Sua Excelência o Senhor
Senado Heráclito Fortes
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Viagem presidencial.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República comunica que se ausentará do País no período de 3 a 6 de novembro, para realizar viagem oficial ao Reino Unido.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – A mensagem que acaba de ser lida vai à publicação e será juntada ao processado da Mensagem nº 1, de 2009.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Brasília, 27 de outubro de 2009.

Relatório de Viagem

XX Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul

Montevidéu, 19 e 20 de outubro de 2009

Realizou-se, em 19 de outubro de 2009, segunda-feira, em Montevidéu, a XX Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul.

A delegação brasileira foi composta pelos seguintes parlamentares: Senadores Aloizio Mercadante, Eduardo Azeredo, Geraldo Mesquita Júnior, José Nery, Neuto de Conto, Marisa Serrano, Inácio Arruda e Sérgio Zambiasi, e Deputados Dr. Rosinha, Íris de Araújo, Nilson Mourão, Antonio Carlos Pannunzio, Geraldo Thadeu, José Paulo Tóffano e Germano Bonow.

As atividades tiveram início às 8 horas e 30 minutos no Hotel NH Columbia, com café da manhã oferecido pelo Embaixador do Brasil junto à ALADI e ao Mercosul, Regis Arslanian, que tratou de quatro temas principais: 1) a posição brasileira na Décima Quinta Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança no Clima (COP 15), a ser realizada no mês de dezembro de 2009 em Copenhague; 2) a questão da eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC); 3) o Acordo Político; e 4) a situação política de Honduras.

Foi entregue a todos os parlamentares documento elaborado pela Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável, do Ministério das Relações Exteriores, no qual, entre outras informações, constam os interesses e objetivos brasileiros na COP 15, bem como a apresentação dos dois grupos de trabalho *ad hoc* responsáveis pelos trabalhos preparatórios da Conferência. Em linhas gerais, o embaixador assinalou que, segundo a posição do governo brasileiro, a resolução do problema ambiental passa necessariamente por mudanças globais no uso de energia, devendo-se privilegiar o uso de fontes limpas e renováveis.

Com relação ao segundo tema, o embaixador destacou que três etapas deveriam ser vencidas para se cumprir a decisão, tomada em 2004, no sentido de eliminar a dupla cobrança da TEC. Dessas três etapas, apenas a elaboração do código aduaneiro foi alcançada. Faz-se, ainda, necessária a interconexão informática das alfândegas e o estabelecimento de procedimento para redistribuição da renda, uma vez que a arrecadação seria feita pelo país de entrada do bem. Além disso, enquanto o governo brasileiro entende que a TEC deve ter aplicação tanto sobre insumos como sobre bens terminados,

Paraguai e Argentina defendem que deveria ser aplicável tão-somente sobre produtos terminados.

Segundo o embaixador, diante do impasse, Brasil e Uruguai vêm mantendo entendimentos a fim de eliminar, no âmbito bilateral, a dupla cobrança da TEC. Com isso, a mercadoria, ao ingressar em território brasileiro ou uruguaio, receberá um certificado que será reconhecido por ambos os países de modo a evitar que a tarifa seja cobrada novamente. Haverá vantagem de ordem logística, pois será possível, por exemplo, desafogar os portos brasileiros, e também vantagem do ponto de vista das cadeias produtivas, uma vez o bem poderá circular livremente mesmo que seu valor agregado regional não atinja sessenta por cento, conforme determinado pela regra de origem do Mercosul. Num primeiro momento, o embaixador esclareceu que não haverá a redistribuição de renda entre os países.

Sobre o chamado "Acordo Político", o embaixador informou que, em reunião de coordenadores do Grupo do Mercado Comum, decidiu-se dar maior evidência à questão das regras de maioria, a fim de que as minorias, quando da adoção da proporcionalidade na representação dos membros no Parlasul, tenham seus interesses preservados ainda que o Brasil conte com maior número de parlamentares.

O embaixador assinalou, no que diz respeito à situação política de Honduras, que o Brasil, independentemente dos desdobramentos que se seguiram, ao conceder abrigo ao presidente deposto, Manuel Zelaya, propiciou a aproximação e o diálogo entre as partes hondurenhas.

Discutiu-se, também, a adesão da Venezuela ao Mercosul, pendente de apreciação pelo Senado Federal brasileiro. Os parlamentares expuseram pontos favoráveis e contrários à aprovação do tratado e, na ocasião, ponderou-se que a decisão brasileira poderá influenciar o Paraguai.

O parlamentar Sérgio Zambiasi destacou a presença do Ministro do Tribunal de Contas da União, Augusto Nardes, que informou aos membros da Representação Brasileira a iniciativa tomada pelas Entidades Fiscalizadoras Superiores dos Países do Mercosul e Associados (EFSUL) – da qual o Ministro é o atual Secretário-Executivo – de fiscalizar os recursos do Fundo para Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do Mercosul (FOCEM). Em seguida, os parlamentares Sérgio Zambiasi e Germano Bonow conduziram o Ministro à audiência com o presidente do Parlasul, agendada especificamente para tratar da referida fiscalização a ser levada a cabo pela EFSUL.

Próximo ao encerramento da reunião, o parlamentar Aloizio Mercadante tratou de dois pontos. O primeiro deles foi a transferência da XXI Sessão Plenária do Parlasul, que teria lugar em Brasília, para Montevidéu, uma vez que na data prevista para sua realização, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro, o presidente Lula estará em viagem oficial ao exterior. Além disso, o parlamentar registrou que a realização da sessão em Montevidéu viabilizaria homenagem, pelo apoio prestado ao Mercosul, ao atual presidente da República Oriental do Uruguai, Tabaré Vazquez, que está nos últimos dias de seu mandato.

Em segundo lugar, o Vice-Presidente do Parlasul, Aloizio Mercadante, asseverou a necessidade de escolha dos membros do Observatório Democrático, tendo em vista já haver dois convites, por parte do Uruguai e da Bolívia, para acompanhar as eleições nesses países. Foram indicados os seguintes parlamentares: Dr. Rosinha, José Paulo Tóffano e Marisa Serrano.

Encerrada a reunião, os parlamentares da Representação Brasileira seguiram para o Edifício Mercosul, onde se reuniram as seguintes comissões: Infraestrutura, Transporte, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca; Assuntos Jurídicos e Institucionais; Cidadania e Direitos Humanos; Desenvolvimento Regional Sustentável, Ordenamento Territorial, Habitação, Saúde, Meio Ambiente e Turismo; Assuntos Internacionais, Interregionais e de Planejamento Estratégico; Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esporte; Trabalho, Políticas de Emprego, Seguridade Social e Economia Social e Orçamento e Assuntos Internos. Também se reuniram os membros da Mesa Diretora.

Às 15 horas e 45 minutos, teve início, no Edifício Mercosul a XX Sessão Plenária do Parlamento do Mercosul. Os seguintes parlamentares da Representação Brasileira fizeram uso da palavra: Geraldo Mesquita Júnior, Germano Bonow, Íris de Araújo, Nilson Mourão, José Paulo Tóffano, Aloizio Mercadante, Antonio Carlos Pannunzio, Marisa Serrano, José Nery e Dr. Rosinha.

No que concerne aos assuntos entrados, merecem ser destacados, entre outros, os seguintes:

- proposta de disposição apresentada pelo parlamentar José Paulo Tóffano para fixar prazo máximo de 72 horas para que as secretarias do Parlamento do Mercosul procedam ao encaminhamento de documentos destinados a órgãos internos ou externos;

- proposta de disposição, de autoria da parlamentar Marisa Serrano, para alterar o Regimento do Parlasul com o fim de dispensar a leitura dos assuntos entrados nas sessões, a qual deverá ser suprida pela publicação e distribuição aos parlamentares das matérias;

- proposta de declaração, de autoria do parlamentar Alfonso González Nuñez, para exortar os governos do Cone Sul a cessarem a corrida armamentista na região; e

- proposta de disposição, de autoria do parlamentar Eric Salum Pires, para alterar o Regimento no que diz respeito às regras de maioria para a tomada de decisões.

Na Ordem do Dia, foram aprovadas as propostas adiante listadas:

- de declaração que, além de condenar o cerco policial à embaixada brasileira em Honduras, conclama as forças políticas hondurenhas a retomarem, sob os auspícios da Organização dos Estados Americanos, a normalidade democrática;

- de declaração para apoiar o Conselho Sul-Americano de Defesa como foro de articulação de posições consensuais em matéria de segurança e defesa;

- de disposição que determina a composição do Conselho de Representantes do Observatório da Democracia, tendo sido aprovado para integrar o referido Conselho os nomes dos parlamentares indicados pela Representação Brasileira, conforme acima mencionado;

- de disposição para modificar o calendário das sessões do Parlamento do Mercosul, que serão realizadas, em Montevidéu, nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro (XXI Sessão Ordinária) e nos dias 17 e 18 de dezembro (VIII Sessão Extraordinária); e, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2010, em Brasília;

- de disposição para aprovar a instalação de delegação externa do Parlamento do Mercosul, a ser integrada por parlamentares da Comissão de Meio Ambiente, para participar da COP 15;

- de recomendação para que o Conselho do Mercado Comum convide os Estados partes a adotarem as medidas necessárias para a implementação do sistema de fronteiras integradas e, ainda, a realizarem gestões para estabelecer o controle fronteiro integrado entre os países membros do Mercosul e seus associados;

- de recomendação ao Conselho do Mercado Comum (CMC), para que inste a Argentina a realizar estudos sobre alternativas para implementar o chamado Corredor Bioceânico Mercosul-Chile, que comunicará, por via terrestre, Atlântico e Pacífico, propiciando o desenvolvimento regional;

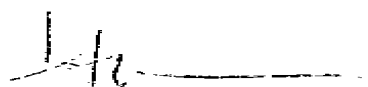
- de recomendação ao CMC para que inicie o processo para elevar a Declaração Sociolaboral do Mercosul ao *status* de Protocolo;

- de recomendação ao CMC com o objetivo de que sejam implantadas as medidas necessárias contra a pornografia infantil, incluindo ações concretas para evitar a difusão de material pornográfico via *Internet*.

A sessão foi encerrada às 20 horas e 40 minutos.

No dia 20 de outubro, retomou-se a XX Sessão Plenária, porém, em seguida, foi encerrada em razão da ausência de quórum para o exame das matérias constantes da Ordem do Dia.

Era o que tinha a relatar.



A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/ PT – MT) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, DE 2009

Institui o Dia do Empreendedor Individual.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Empreendedor Individual, a ser celebrado, anualmente, em 1º de julho.

Art. 2º Essa Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Há consenso entre os especialistas quanto ao fato de que um dos mais sérios entraves ao desenvolvimento da nossa economia consiste no excesso de exigências para o registro de uma empresa e para o exercício autônomo de determinadas atividades profissionais. Tais exigências, juntamente com uma carga tributária elevada, têm resultado na formação de um contingente enorme de trabalhadores informais, à margem dos benefícios previdenciários e de outras garantias que o Estado deve fornecer ao trabalhador.

O Brasil, recentemente, deu um importante passo para resgatar uma dívida histórica com o pequeno empreendedor – esse produtivo agente da economia nacional, colocado na clandestinidade pelo excesso de exigências da legislação vigente, não consegue consolidar seu negócio nem ampliar seus horizontes profissionais e empresariais. Esse marco foi a edição da Lei Complementar nº 128, de 2008, que aprimorou a chamada Lei Geral da Micro e Pequena Empresa e criou a figura do Empreendedor Individual.

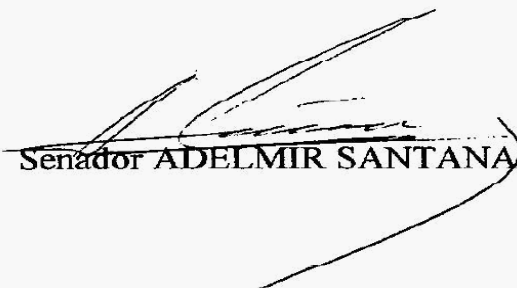
Por meio dessa nova legislação, os empreendedores que auferem anualmente renda inferior a R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais) poderão formalizar os seus negócios de forma célere e descomplicada. Como todos sabem, essa celeridade na obtenção do registro de uma pessoa jurídica é algo absolutamente inédito no Brasil, e configura fato digno de registro. Além disso, serão assegurados vários benefícios, como aposentadoria, auxílio-doença e licença-maternidade.

Por essa razão, trazemos à apreciação dos nobres Pares esta proposição legislativa, que tem por objetivo instituir o Dia do Empreendedor Individual, a ser comemorado, anualmente, no dia 1º de julho. A escolha da data se deu em virtude de esse ser o dia da entrada em vigor do dispositivo da mencionada Lei Complementar nº 128, de 2008, que criou a figura do Empreendedor Individual.

Acreditamos que, com a instituição dessa efeméride, valorizaremos o espírito do empreendimento e da livre-iniciativa. E homenagearemos o microempresário, que tanto se esforça para viabilizar seus negócios e, com isso, gerar emprego e renda, bem como proporcionar o crescimento econômico do País.

Diante do exposto, esperamos contar com o apoio de nossos eminentes Pares no Congresso Nacional para a aprovação desta proposição legislativa.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 2009.



Senador ADELMIR SANTANA

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI COMPLEMENTAR Nº 128, DE 2008

LEI COMPLEMENTAR Nº 128, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008

Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, altera as Leis nos 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 492, DE 2009

Acrescenta § 2º ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Acrescente-se § 2º ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com a seguinte redação, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“**Art. 39.**.....
.....

§ 2º Não se considera abusiva a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proibição de cobrança de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista, especialmente cheque ou dinheiro, está calcada em dispositivos infralegais: Resolução nº 34 de 1989, do Conselho Nacional de Defesa do Consumidor e Portaria nº 118, de 1994, do Ministério da Fazenda.

Este entendimento firmado pela legislação infralegal reflete uma convergência de fatores próprios da época. Naquele momento, final da década de 80, o incipiente mercado de cartão de crédito no País necessitava de garantias para viabilizar o investimento privado. Além disso, a estabilidade econômica ainda não era uma conquista da sociedade brasileira.

Desde então, a indústria de cartão de crédito desenvolveu-se de maneira espetacular – o que é bom para o País, para os empresários e para os consumidores – e a estabilidade econômica foi alcançada. Ou seja, as premissas que justificavam a proibição da diferenciação de preços, no cenário atual, não existem mais.

Corroborando para o entendimento da obsolescência da legislação infralegal sobre o tema, o Relatório sobre a Indústria de Cartões de Pagamento, produzido pelo Banco Central do Brasil em conjunto com a Secretaria de Acompanhamento Econômico (SEAE), do Ministério da Fazenda, e a Secretaria de Defesa Econômica (SDE), do Ministério da Justiça.

Segundo este relatório, publicado em 2009, a possibilidade de diferenciar preços em função do instrumento de pagamento trará benefícios aos consumidores e eliminará distorções do mercado. O relatório relaciona algumas vantagens da adoção de preço diferenciado:

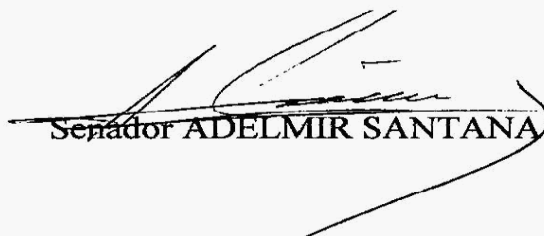
- permitiria que os estabelecimentos tivessem a liberdade de sinalizar, por meio de seus preços, os custos de cada instrumento de pagamento, promovendo maior eficiência econômica – a impossibilidade de discriminar preços distorce a natureza da contestabilidade entre os diversos instrumentos de pagamento, fazendo com que os consumidores tenham incentivos para utilizar com maior frequência um determinado instrumento que não seja necessariamente o menos custoso para a sociedade;
- minimizaria a existência de subsídio cruzado. Nos moldes atuais os consumidores que não utilizam cartão (majoritariamente população de menor renda) subsidiam os consumidores que utilizam (majoritariamente população de maior renda); e
- alteraria o equilíbrio de forças entre os agentes do mercado – o fato de os estabelecimentos terem a possibilidade de discriminar preços aumenta implicitamente o poder de barganha. O livre apetrechamento reduziria o efeito adverso do poder de mercado dos credenciadores, dando maior poder de negociação para os estabelecimentos, o que poderia gerar efeitos positivos na estrutura de preços da indústria de cartões.

Cumpre destacar que, atualmente, a proibição da fixação diferenciada dos preços se dá em detrimento do próprio consumidor, em especial do consumidor mais pobre, que pouco utiliza o pagamento por meio de cartão de crédito.

De toda sorte, parece-nos inexorável uma modernização das leis que regulam a questão. Prova disto é o profundo e minucioso relatório apresentado pelo BC/SEAE/SDE e a recente decisão definitiva do Superior Tribunal de Justiça a qual confere aos estabelecimentos filiados ao Sindicato do Comércio Varejista do Distrito Federal – Sindivarejista, o direito de diferenciar os preços segundo o meio de pagamento.

Diante de todo o exposto, conclamo os senhores pares a estender, por meio da aprovação deste projeto de lei, às outras praças do País o direito que hoje desfrutam os consumidores do Distrito Federal.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 2009.



Senador ADELMIR SANTANA

Legislação Citada Cartão de Crédito

LEI Nº 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990.

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos;

II - recusar atendimento às demandas dos consumidores, na exata medida de suas disponibilidades de estoque, e, ainda, de conformidade com os usos e costumes;

III - enviar ou entregar ao consumidor, sem solicitação prévia, qualquer produto, ou fornecer qualquer serviço;

IV - prevalecer-se da fraqueza ou ignorância do consumidor, tendo em vista sua idade, saúde, conhecimento ou condição social, para impingir-lhe seus produtos ou serviços;

V - exigir do consumidor vantagem manifestamente excessiva;

VI - executar serviços sem a prévia elaboração de orçamento e autorização expressa do consumidor, ressalvadas as decorrentes de práticas anteriores entre as partes;

VII - repassar informação depreciativa, referente a ato praticado pelo consumidor no exercício de seus direitos;

VIII - colocar, no mercado de consumo, qualquer produto ou serviço em desacordo com as normas expedidas pelos órgãos oficiais competentes ou, se normas específicas não existirem, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas ou outra entidade credenciada pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro);

~~IX - deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério;~~

IX - recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento, ressalvados os casos de intermediação regulados em leis especiais; (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

~~X - (Vetado).~~

X - elevar sem justa causa o preço de produtos ou serviços. (Incluído pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994)

XI - Dispositivo incluído pela MPV nº 1.890-67, de 22.10.1999, transformado em inciso XIII, quando da converção na Lei nº 9.870, de 23.11.1999

XII - deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou deixar a fixação de seu termo inicial a seu exclusivo critério. (Incluído pela Lei nº 9.008, de 21.3.1995)

XIII - aplicar fórmula ou índice de reajuste diverso do legal ou contratualmente estabelecido. (Incluído pela Lei nº 9.870, de 23.11.1999)

Parágrafo único. Os serviços prestados e os produtos remetidos ou entregues ao consumidor, na hipótese prevista no inciso III, equiparam-se às amostras grátis, inexistindo obrigação de pagamento.

Resolução nº 34, de 05 de maio de 1989

Considera irregular todo acréscimo ao preço de mercadorias nas compras feitas com cartão de crédito e adota outras providências;

Port. MF 118/94 - Port. - Portaria MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA - MF nº 118 de 11.03.1994

Dispõe sobre a emissão de carnês, duplicatas e faturas, inclusive as emitidas por administradora de cartão de crédito, em URV.

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 8º, § 2º, da Medida Provisória nº 434, de 27 de fevereiro de 1994, resolve:

Art. 1º Dispensar a obrigatoriedade da expressão de valores em cruzeiro real nas faturas, duplicatas e carnês emitidos por estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços, representativos de suas vendas a prazo, inclusive para serem liquidados com prazo inferior a trinta dias, observado o seguinte:

I - os valores em Unidade Real de Valor - URV serão obrigatoriamente expressos com a utilização de duas casas decimais;

II - o pagamento da operação dar-se-á pelo correspondente valor em cruzeiros reais da URV do dia da liquidação.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se também às faturas emitidas por empresas administradoras de cartões de crédito, caso em que:

I - não poderá haver diferença de preços entre transações efetuadas com o uso do cartão de crédito e as que são em cheque ou dinheiro; e,

II - os comprovantes de venda são expressos em URV.

Art. 2º É obrigatória a expressão dos valores em cruzeiros reais nas notas fiscais.

Art. 3º O disposto no art. 1º desta Portaria não se aplica a preços públicos e a tarifas de serviços públicos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO HENRIQUE

(Às Comissões de Assuntos Econômicos; e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 493, DE 2009**Assegura aos empregados de condomínios, prestadores dos serviços de portaria, vigilância e segurança, o adicional de periculosidade previsto no artigo 193 da Consolidação das Leis do Trabalho.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Aos empregados em serviços de portaria, de vigilância e de segurança de prédios residenciais e comerciais, contratados por condomínios edilícios nos termos da Lei nº 5.591, de 16 de dezembro de 1964, é assegurado o adicional de periculosidade a que se refere o §1º do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.451 de 1º de maio de 1943.

Parágrafo único. Os zeladores, faxineiros, serventes e outros empregados do condomínio que, eventualmente, prestarem os serviços referidos neste artigo deverão perceber o adicional nele referido, na proporção dos dias trabalhados.

Art. 2º O caput do art. 193 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 193. São consideradas atividades ou operações perigosas aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem no contato permanente com materiais inflamáveis, explosivos ou que ofereçam condições de acentuado risco à integridade física do trabalhador.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogada a Lei nº 2.757, de 23 de abril de 1956.

Justificação

Tem sido uma constante no noticiário dos jornais a ação de criminosos, principalmente, em prédios de apartamentos residenciais, que conseguem adentrar para a prática de roubo e assalto, dominando ou mesmo, o que é lamentável, assassinando porteiros ou vigias que se opõem à sua sanha.

Nas grandes metrópoles brasileiras, algumas com crescimento desordenado, não há mais espaço para as residências tradicionais constituídas de um só prédio, que vêm cedendo seu lugar para os espigões ou para conjuntos residenciais de apartamentos, em sua totalidade organizados em condomínios.

Talvez se possa assegurar que essa tendência de “morar em condomínios” venha em socorro da insegurança dos tradicionais bairros onde predominavam as casas isoladas. Os constantes assaltos e a sensação de perigo para si e para seus familiares, influenciaram os antigos moradores desses bairros a mudarem-se para os condomínios, na esperança de que ali estavam mais seguros. Hoje, constata-se que foi mera ilusão.

De pouco tem adiantado a instalação de redes de câmeras, alarmes, cercas elétricas etc. Acompanhando a tecnologia “da defesa”, os bandidos detêm a tecnologia do “ataque” driblando todo e qualquer aparato. O resultado é que o meio mais eficiente de oposição às quadrilhas de assaltantes ainda é a segurança física, do porteiro ou do guarda, que, senão com o sacrifício da própria vida, tentam impedir a ação ou dar o alarme para a polícia.

São para essas pessoas, muitas vezes sem um salário justo, que o presente Projeto está voltado, garantindo-lhes uma gratificação de periculosidade ante ao constante risco que envolve a sua profissão.

Propõe-se a revogação da Lei nº 2.757, de 1956, por estar ultrapassada com a edição da nova lei de regência dos condomínios, já adaptada às disposições do novo Código Civil. Ademais, busca-se uma norma apartada da Consolidação das Leis do Trabalho na medida em que a própria Constituição, em seu artigo 7º, inciso XXIII, estabelece o direito à percepção do adicional de periculosidade “na forma da lei” e, não, de “Portaria do Ministério do Trabalho”, muito embora continue vigendo o art. 195 que atribui à perícia daquele órgão a incumbência da “caracterização da periculosidade”.

Sala das Sessões, – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA**Consolidação das Leis do Trabalho
Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**

Art. 193 – São consideradas atividades ou operações perigosas, na forma da regulamentação aprovada pelo Ministério do Trabalho, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem o contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

§ 1º – O trabalho em condições de periculosidade assegura ao empregado um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

§ 2º – O empregado poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido. (Incluído pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

Art. 195 – A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade, segundo as normas do Ministério do Trabalho, far-se-ão através de perícia a cargo de Médico do Trabalho ou Engenheiro do Trabalho, registrados no Ministério do Trabalho. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

§ 1º – É facultado às empresas e aos sindicatos das categorias profissionais interessadas requererem ao Ministério do Trabalho a realização de perícia em estabelecimento ou setor deste, com o objetivo de caracterizar e classificar ou delimitar as atividades insalubres ou perigosas. (Redação dada pela Lei nº 6.514, de 22.12.1977)

Lei nº 4.591, de 16 de dezembro de 1964

Dispõe sobre o condomínio em edificações e as incorporações imobiliárias.

Art. 22. Será eleito, na forma prevista pela Convenção, um síndico do condomínio, cujo mandato não poderá exceder de 2 anos, permitida a reeleição.

§ 1º Compete ao síndico:

a) representar ativa e passivamente, o condomínio, em juízo ou fora dele, e praticar os atos de defesa dos interesses comuns, nos limites das atribuições conferidas por esta Lei ou pela Convenção;

b) exercer a administração interna da edificação ou do conjunto de edificações, no que respeita à sua vigência, moralidade e segurança, bem como aos serviços que interessam a todos os moradores;

c) praticar os atos que lhe atribuírem as leis a Convenção e o Regimento Interno;

d) impor as multas estabelecidas na Lei, na Convenção ou no Regimento Interno;

e) cumprir e fazer cumprir a Convenção e o Regimento Interno, bem como executar e fazer executar as deliberações da assembléia;

f) prestar contas à assembléia dos condôminos.

g) manter guardada durante o prazo de cinco anos para eventuais necessidade de verificação contábil, toda a documentação relativa ao condomínio. (Alínea incluída pela Lei nº 6.434, de 15.7.1977)

§ 2º As funções administrativas podem ser delegadas a pessoas de confiança do síndico, e sob a sua inteira responsabilidade, mediante aprovação da assembléia geral dos condôminos.

§ 3º A Convenção poderá estipular que dos atos do síndico caiba recurso para a assembléia, convocada pelo interessado.

§ 4º Ao síndico, que poderá ser condômino ou pessoa física ou jurídica estranha ao condomínio, será fixada a remuneração pela mesma assembléia que o eleger, salvo se a Convenção dispuser diferentemente.

§ 5º O síndico poderá ser destituído, pela forma e sob as condições previstas na Convenção, ou, no silêncio desta pelo voto de dois terços dos condôminos, presentes, em assembléia-geral especialmente convocada.

§ 6º A Convenção poderá prever a eleição de subsíndicos, definindo-lhes atribuições e fixando-lhes o mandato, que não poderá exceder de 2 anos, permitida a reeleição.

Art. 23. Será eleito, na forma prevista na Convenção, um Conselho Consultivo, constituído de três condôminos, com mandatos que não poderão exceder de 2 anos, permitida a reeleição.

Parágrafo único. Funcionará o Conselho como órgão consultivo do síndico, para assessorá-lo na solução dos problemas que digam respeito ao condomínio, podendo a Convenção definir suas atribuições específicas.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, DE 2009

Dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários pelos municípios com mais de 200 mil habitantes.

Art. 2º No processo de licitação dos contratos de prestação de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, os municípios com mais de 200 mil habitantes deverão estabelecer preferência aos prestadores de serviço que ofereçam a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários.

Art. 3º O art. 12 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 12.

.....
Parágrafo único. Para os contratos de prestação de serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, os municípios com mais de 200 mil habitantes considerarão principalmente os projetos básicos e os projetos executivos que ofereçam a utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários.” (NR)

Art. 4º O art. 19 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte § 9º:

“Art. 19.

.....
§ 9º Para os municípios com mais de 200 mil habitantes, o plano de saneamento básico específico para a limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos deverá prever a possibilidade de utilização do potencial de geração de energia elétrica dos aterros sanitários.” (NR)

Art. 5º. O art. 43 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2º, sendo o atual parágrafo único renumerado para § 1º:

“Art. 43.....

.....
§ 2º A autoridade ambiental competente estabelecerá metas para a substituição progressiva de lixões por aterros sanitários.” (NR)

Art. 6º. O caput do art. 48 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XI:

“Art. 48.....

.....
XII – incentivar a adoção de projetos que possibilitem a reciclagem e os aproveitamentos alternativos.” (NR)

Art. 7º. O inciso II do § 8º do art. 2º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, passa a vigorar acrescido da seguinte alínea d:

“Art. 2º.

.....
§ 8º
d) aterros sanitários.
.....” (NR)

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Um dos maiores problemas para o meio ambiente nas médias e grandes cidades brasileiras é a presença de aterros sanitários insalubres. O lixo produzido é depositado ao menor custo, causando a destruição dos ecossistemas e, muitas vezes, a contaminação do lençol freático.

No entanto, tais aterros sanitários poderiam tornar-se uma importante fonte para a geração de energia elétrica, caso os gases produzidos pela decomposição do lixo fossem utilizados. Essa simples possibilidade torna inaceitáveis os imensos lixões a céu aberto, sem qualquer aproveitamento, poluindo o meio ambiente e os mananciais e sendo fonte de doenças infecciosas.

Portanto, é intento deste projeto de lei promover a utilização dos aterros sanitários como fonte de geração da energia elétrica pelos municípios com mais de 200 mil habitantes. Dessa maneira, será não apenas promovido o meio ambiente ecologicamente sadio, mas o aproveitamento de um vasto recurso econômico, gerando desenvolvimento sustentável.

Pelas razões expostas, consideramos de elevada importância a participação dos nobres parlamentares no esforço para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

(Aterros Sanitários)

LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993

Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências

Art. 12. Nos projetos básicos e projetos executivos de obras e serviços serão considerados principalmente os seguintes requisitos: (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

I – segurança;

II – funcionalidade e adequação ao interesse público;

III – economia na execução, conservação e operação;

IV – possibilidade de emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologia e matérias-primas existentes no local para execução, conservação e operação;

V – facilidade na execução, conservação e operação, sem prejuízo da durabilidade da obra ou do serviço;

~~VI – adoção das normas técnicas adequadas;~~

VI – adoção das normas técnicas, de saúde e de segurança do trabalho adequadas; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

VII – impacto ambiental.

LEI Nº 11.445, DE 5 DE JANEIRO DE 2007

Mensagem de veto

Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências

Art. 19. A prestação de serviços públicos de saneamento básico observará plano, que poderá ser específico para cada serviço, o qual abrangerá, no mínimo:

I – diagnóstico da situação e de seus impactos nas condições de vida, utilizando sistema de indicadores sanitários, epidemiológicos, ambientais e socioeconômicos e apontando as causas das deficiências detectadas;

§ 6º A delegação de serviço de saneamento básico não dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo plano de saneamento básico em vigor à época da delegação.

Art. 43. A prestação dos serviços atenderá a requisitos mínimos de qualidade, incluindo a regularidade, a continuidade e aqueles relativos aos produtos oferecidos, ao atendimento dos usuários e às condições operacionais e de manutenção dos sistemas, de acordo com as normas regulamentares e contratuais

Art. 48. A União, no estabelecimento de sua política de saneamento básico, observará as seguintes diretrizes

LEI Nº 10.848, DE 15 DE MARÇO DE 2004

(Conversão da MPv nº 144, de 2003)

Vide texto compilado

Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica, altera as Leis nºs 5.655, de 20 de maio de 1971, 8.631, de 4 de março de 1993, 9.074, de 7 de julho de 1995, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.648, de 27 de maio de 1998, 9.991, de 24 de julho de 2000, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências.

Art. 2º As concessionárias, as permissionárias e as autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN deverão garantir o atendimento à totalidade de seu mercado, mediante contratação regulada, por meio de licitação, conforme regulamento, o qual, observadas as diretrizes estabelecidas nos parágrafos deste artigo, disporá sobre:

§ 8º No atendimento à obrigação referida no **caput** deste artigo de contratação da totalidade do mercado dos agentes, deverá ser considerada a energia elétrica:

I – contratada pelas concessionárias, pelas permissionárias e pelas autorizadas de distribuição de energia elétrica até a data de publicação desta Lei; e

II – proveniente de:

(Às Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última a decisão terminativa)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – A Presidência recebeu o **Aviso nº 1510-Seses-TCU-Plenário**, de 28 de outubro de 2009, do Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar, que, juntado ao processado do Requerimento nº 3, de 2005-CN (“CPMI dos Correios”), vai à publicação.

É o seguinte o expediente:

Aviso nº 1510-Seses-TCU-Plenário**Brasília-DF, 28 de outubro de 2009.****Senhor Presidente,**

Encaminho a Vossa Excelência, para conhecimento, cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 015.199/2005-6, pelo Plenário desta Corte na Sessão Ordinária de 28/10/2009, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam.

Atenciosamente,

UBIRATAN AGUIAR
Presidente

A Sua Excelência, o Senhor
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Senado Federal
Brasília - DF

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO**TC 015.199/2005-6****ACÓRDÃO Nº 2502/2009 – TCU – Plenário**

1. Processo nº TC 015.199/2005-6.
2. Grupo I – Classe IV – Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
 - 3.1. Interessada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
 - 3.2. Responsáveis: Adauto Tameirão Machado, Chefe do Departamento de Contratações e Administração de Contratos – Decam (339.690.601-25); Hélcio Almeida Sá Freire de Abreu, Chefe do Departamento de Patrimônio e Suprimentos - Depas (762.174.007-82); Luiz Claudomiro Sacoman, Chefe do Departamento de Infra-Estrutura – Deinif (204.694.039-34); Comam Comercial Alvorada de Manufaturados Ltda. (02.003.291/0001-05); Gilberto Ferreira do Amaral (CPF 066.614.401-04), Cláudio Nunes Barbosa (CPF 281.003.601-20), Hélio Flauzino Garcia (CPF 084.446.251-91), Pedro Alberto da Silva Oliveira (CPF 239.201.141-91), Jorge Francisco Duarte (CPF 043.397.207-63), Benedita de Fátima Câmara Pires (CPF 152.820.231-72) e Cláudio Melo Colaço (CPF 059.571.259-20).
4. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades: Secob e 1º Secex.
8. Advogados constituídos nos autos: Ailton Rocha Nóbrega, OAB/DF 5369; Juliano Costa Couto, OAB/DF 13802; Sebastião Baptista Affonso, OAB/DF 788; Manuel Jesus Siqueira Silva, OAB/DF 8873; José Ribeiro Braga, OAB/DF 8874.
9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada por conversão de processo de Representação, formulada em face de irregularidades verificadas no Pregão 26/2002, promovido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), e no contrato dele decorrente, para aquisição de cofres equipados com fechadura eletrônica de retardo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea “c”, 19, caput, e 23, inciso III, alínea “a”, da Lei nº 8.443/1992 e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as razões de justificativa de Gilberto Ferreira do Amaral, Cláudio Nunes Barbosa, Hélio Flauzino Garcia, Pedro Alberto da Silva Oliveira, Benedita de Fátima Câmara Pires, Jorge Francisco Duarte e Cláudio Melo Colaço;

9.2. julgar irregulares as contas de Adauto Tameirão Machado, Luiz Claudomiro Sacoman, Hélcio Almeida Sá Freire de Abreu e condená-los em débito, solidariamente com a empresa Comam Comercial Alvorada de Manufaturados Ltda., ao pagamento das importâncias abaixo especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir das datas indicadas até a da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da ciência, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, nos termos do art. 214, inciso III, alínea “a”, do Regimento Interno/TCU:

DATA	VALOR (R\$)
2/12/2002	12.104,40
4/12/2002	14.525,28
30/12/2002	9.683,52
27/2/2003	42.501,80
28/2/2003	16.946,16
19/3/2003	14.525,28
24/3/2003	38.533,77
8/4/2003	24.572,79
9/4/2003	16.946,16
10/4/2003	24.208,80
11/4/2003	36.367,76
14/4/2003	16.946,16
30/4/2003	12.104,40
12/5/2003	36.313,20
26/5/2003	75.993,50
28/5/2003	27.357,66
29/5/2003	175.986,91
30/5/2003	25.810,51
4/6/2003	61.787,00
9/6/2003	13.651,55
16/6/2003	21.278,18
20/6/2003	30.060,69
25/6/2003	38.588,33
26/6/2003	205.182,45
27/6/2003	31.917,27
30/6/2003	28.877,53
16/7/2003	18.238,44
23/7/2003	109.430,64
8/8/2003	13.032,69
18/8/2003	18.238,44
20/8/2003	6.079,48
1/9/2003	48.635,84
19/9/2003	9.119,22
4/11/2003	24.317,92

9.3. aplicar a Adauto Tameirão Machado, Luiz Claudomiro Sacoman e Hécio Almeida Sá Freire de Abreu a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor individual de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das multas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. aplicar à empresa Comam Comercial Alvorada de Manufaturados Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 267 do Regimento Interno/TCU, no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da multa aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443/92, caso não atendidas as notificações;

9.6. encaminhar cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Distrito Federal, em face do disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/92;

9.7. encaminhar cópia do acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, ao Ministro de Estado das Comunicações para que, com fulcro no § 3º do art. 87 da Lei 8.666/93, avalie a conveniência e a oportunidade da aplicação da sanção prevista no inciso IV do mesmo dispositivo legal à empresa Comam Comercial Alvorada de Manufaturados Ltda. (CNPJ 02.003.291/0001-05);

9.8. encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam à Presidência do Senado Federal, por intermédio da Secretaria Geral da Mesa, para compor o acervo da CPI dos Correios.

10. Ata nº 45/2009 – Plenário.

11. Data da Sessão: 28/10/2009 – Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2502-45/09-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Auditores convocados: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

13.3. Auditor presente: Weder de Oliveira.

ASSINOU O ORIGINAL

UBIRATAN AGUIAR
Presidente

ASSINOU O ORIGINAL

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Relator

Fui presente:

ASSINOU O ORIGINAL

LUCAS ROCHA FURTADO
Procurador-Geral

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica ao Plenário que se encerrou, no dia 30 de outubro último, o prazo único para oferecimento de emendas, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, previsto no art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, ao Projeto de Lei da Câmara nº 219, de 2009 (nº 5.665/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária –

Pronater, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.

Não tendo recebido emendas, o Projeto, que tramita em regime de urgência constitucional, retorna às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e de Agricultura e Reforma Agrária, para exame simultâneo.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, projetos recebidos da Câmara dos Deputados que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 233, DE 2009

(nº 769/2007, na Casa de origem, do Deputado Ângelo Vanhoni)

Institui o Dia Nacional da Educação Ambiental.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Educação Ambiental, a ser comemorado, anualmente, no dia 3 de junho, em todo o território nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 769 DE 2007

Institui o Dia Nacional da Educação Ambiental;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Educação Ambiental , a ser comemorado, anualmente, no dia 03 de junho , em todo o território nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

As últimas cinco décadas marcaram toda humanidade com profundas mudanças na relação homem-sociedade-natureza, engendradas à partir da Revolução Industrial. Notadamente com o advento das novas tecnologias de produção e, mais recentemente, com as tecnologias de informação, as sociedades modernas e suas organizações puderam usufruir dos avanços de bens e serviços que estabeleceram novos patamares de acesso e consumo.

No entanto, esse modelo de desenvolvimento, que perdura até os dias atuais, também trouxe ao conjunto da humanidade graves consequências ambientais como o aquecimento global, a poluição e escassez da água, a poluição do solo e do ar e, com efeitos nefastos à biodiversidade do planeta, o acentuado problema do desmatamento das florestas.

Esses fatos ensejaram, nos últimos trinta anos, o surgimento de movimentos ambientalistas em todo o mundo, com o fim de combater os exageros promovidos pelas ações muitas vezes irresponsáveis cometidas pelo atual modelo econômico.

E, para esses movimentos, corretamente, o tema Educação Ambiental reveste-se da maior importância, pois é capaz de otimizar, enraizar e consolidar uma prática ecológico-ambiental que deve moldar um novo comportamento individual e coletivo, na perspectiva da construção de uma ética ambiental.

Na esteira desse entendimento, a Lei nº 9394/96- LDB – Leis de Diretrizes e Base, consagrou em seu artigo 27 a Educação Ambiental, enquanto tema transversal a ser trabalhado no ensino básico brasileiro.

Na mesma direção, os Parâmetros Curriculares Nacionais PCN- não consideram o tema Educação Ambiental uma disciplina com caráter obrigatório, mas um conteúdo que deve permear a dinâmica de toda a grade curricular. Ao situar o referido tema dentro dessa compreensão, fica, portanto, sugerido que todos os esforços e iniciativas devem procurar construir uma sinergia em torno dessa temática.

Daí porque, tomamos a iniciativa de apresentar o presente projeto (o dia 03 de junho foi escolhido, em referência a realização nesta data da ECO-92, no Rio de Janeiro), conscientes de que sua repercussão constitui fator importante no processo de consolidação e permanente debate deste tema.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 2007.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 234, DE 2009
(nº 857/2007, na Casa de origem, do Deputado Neilton Mulim)

**Institui o Dia do Alerta sobre o uso
nocivo do Álcool**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º Esta Lei institui o Dia do Alerta sobre o
uso nocivo do Álcool.**

**Art. 2º Fica instituído o Dia do Alerta sobre o uso
nocivo do Álcool, a ser realizado, anualmente, no dia 23 de
outubro, em todo o território nacional.**

**Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.**

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 857 DE 2007

Institui o Dia do Alerta sobre o Uso Nocivo do Álcool;

Congresso Nacional Decreta:

Art. 1º Esta lei Institui o Dia do Alerta sobre o uso nocivo do Álcool.

Art. 2º Fica instituído o "Dia do Alerta sobre o uso nocivo do Álcool", a ser, realizado, anualmente, no dia 23 de outubro, em todo o território nacional.

Parágrafo único - As atividades a serem desenvolvidas poderão ser realizadas em parceria com instituições de ensino, associações e entidades da sociedade civil e órgãos do poder público, na forma em que estipular o decreto regulamentar desta lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

As Universidades em vários estados brasileiros vêm alertando os seus jovens, em iniciativa agora conjunta e com sucesso, contra o uso indiscriminado de álcool, buscando uma maior conscientização entre os jovens universitários.

Em face dessas iniciativas de sucesso, o objetivo desta propositura é que se possa realizar de modo também integrado, uma campanha deste naipe e magnitude nas demais faculdades e universidades, de forma que estejam todos unidos em um grande ato conjunto, tendo por finalidade conscientizar os jovens universitários e os jovens da nossa comunidade, de que o álcool é uma droga psicoativa, e que causa dependência tanto quanto a cocaína, a maconha, o crack e o cigarro, a exemplo da campanha deflagrada na UNESP, USP e UNICAMP.

Estudos demonstram que o álcool abre as portas para o uso das demais drogas, portanto, é interessante notar que a conscientização nestas faculdades vem enfocando o fato de que o dependente de álcool provoca graves transtornos sociais, de relacionamento com os familiares e na produtividade, bem como produz um alerta mais eficaz para os prejuízos causados em relação à própria saúde de quem o consome.

A campanha também tem o mérito de poder mostrar e alertar que, apesar da gravidade de todos esses problemas, o uso do álcool é incentivado pela propaganda, a qual se apóia em ídolos e símbolos populares e nacionais para aumentar suas vendas.

Por isso, a campanha objetiva prevenir o uso abusivo do álcool, entre os jovens que é o grande alvo da publicidade alcoólica. Desta forma, o dia 23 de outubro, une as universidades e toda sociedade no Dia de Alerta sobre o Uso Nocivo de Álcool.

Por todo o exposto, acreditamos que, ao estendermos esta campanha por todo o País, estaremos alertando nossa juventude, uma vez que os jovens brasileiros consomem mais álcool do que os jovens norte-americanos, e o que causa perplexidade, apesar do Estados Unidos serem considerados o maior consumidor mundial de álcool, ou seja, os jovens norte-americanos estão mais conscientizados a respeito dos problemas causados pelo uso do álcool, protegidos pela existência de uma legislação mais eficaz que os protege.

As iniciativas de proteção, no Brasil, devem deixar de ser esporádicas para que ganhem força, pois somente uma campanha em nível nacional poderá atingir a consciência em relação ao uso do álcool, uma vez que a classe universitária é o universo pensante do nosso País, e é quem melhor poderá absorver e difundir as informações recebidas, como agente multiplicador. Precisamos e devemos manter estes cérebros nacionais íntegros na sua função e qualidade, porque é desta juventude que dependeremos em um futuro bem próximo.

Temos a convicção que os nobres pares saberão apoiar e aperfeiçoar esta idéia em benefício da nossa sociedade até a sua aprovação final.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2007.

Deputado Neilton Mulim
PR-RJ

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 235, DE 2009
(nº 929/2007, na Casa de origem, do Deputado Milton Monti)

Dispõe sobre o Dia Nacional de
Atenção à Dislexia.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de Atenção à
Dislexia, a ser comemorado no dia 16 de novembro de cada ano.

Parágrafo único. O Dia Nacional de Atenção à
Dislexia será comemorado com eventos sociais, culturais e
educativos destinados a difundir informações sobre a doença,
conscientizar a sociedade e mostrar a importância do
diagnóstico e tratamento precoces.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 929, DE 2009

Dispõe sobre o Dia Nacional de Atenção à Dislexia;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de Atenção à Dislexia, a
ser comemorado no dia 16 de novembro de cada ano.

Parágrafo único. O Dia Nacional de Atenção à Dislexia será
comemorado com eventos sociais, culturais e educativos destinados a difundir
informações sobre a doença, conscientizar a sociedade e mostrar a importância do
diagnóstico e tratamento precoces.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A desinformação sobre a dislexia é generalizada. Suas causas,
manifestações e possibilidades de diagnóstico e tratamento são desconhecidas pela
imensa maioria de nossa população.

Essa situação é muito preocupante, porque a dislexia é uma das mais importantes deficiências do aprendizado – a criança tem dificuldades para ler, escrever, soletrar, enfim de aprender. A proporção do problema do ponto de vista educacional e sanitário é conhecida por poucos, mesmo entre os que atuam nestes setores. Estima-se que cerca de 20% do total das crianças sejam disléxicas.

De origem hereditária, quanto mais cedo se fizer o diagnóstico, melhor será para toda a família, que poderá se preparar para oferecer a atenção apropriada ao disléxico. Para tanto, é fundamental que os pais e a sociedade como um todo tenham acesso às informações necessárias para saber identificar o mal e ter consciência das amplas possibilidades de o disléxico ter sucesso na sua vida escolar e profissional.

Estudos e a experiência prática já demonstraram que o portador da dislexia pode ter desempenho semelhante ao não portador, se estimulado com tratamentos adequados. Estão disponíveis vários métodos que os ensinam a ler e a escrever com desenvoltura. O mundo conhece grandes artistas, atletas e cientistas que são disléxicos.

A ausência de conhecimento sobre essas possibilidades leva muitos pais a tratarem os problemas como indisciplina ou preguica das crianças. Essa postura associada à desinformação de seus colegas e ao baixo preparo de muitas escolas em identificar o quadro reforçam as dificuldades dos disléxicos, além de causar-lhes sérios prejuízos psicológicos,

Entende-se, pois, que além do esforço sistemático e rotineiro de se prestar os cuidados essenciais para os disléxicos, a instituição de um Dia Nacional trará enorme contribuição ao processo de tomada de consciência de toda a sociedade sobre esse tão difundido problema entre nossas crianças.

A APD – Associação Paulista de Dislexia teve seu lançamento oficial no meu Estado na cidade de Botucatu no dia 16 de novembro, razão pela qual sugerimos a presente data, em homenagem a APD e as demais Associações existentes no Brasil que desenvolvem importante trabalho na orientação, apoio e tratamento da dislexia.

Diante do exposto e pela relevância da matéria, conclamamos os ilustres pares a apoiar a presente iniciativa

Sala das Sessões, em 02 de maio de 2007.

Deputado Milton Monti

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 236, DE 2009

(nº 1.488/2007, na Casa de origem, do Deputado Adão Pretto e outros)

Institui a Semana Nacional do Feijão e Arroz.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana Nacional do Feijão e Arroz, a ser comemorada a partir do dia 16 de outubro de cada ano, integrada à Semana Mundial da Alimentação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.488, DE 2007

Institui a "Semana Nacional do Feijão e Arroz" e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica instituída a "**Semana Nacional do Feijão e Arroz**", a ser comemorada a partir do dia 16 de outubro de cada ano, integrada à Semana Mundial da Alimentação.

Art. 2º - Durante a semana comemorativa instituída por esta Lei serão desenvolvidas, prioritariamente, por instituições públicas e privadas, ações de conscientização, sob forma de audiências públicas, sobre a importância desses dois produtos na alimentação humana.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta de instituição da "**Semana Nacional do Feijão e Arroz**", a ser comemorada dentro da Semana Mundial da Alimentação sob iniciativa da FAO - Food and Agriculture Organization, organismo para a alimentação e a agricultura das Nações Unidas, está fortemente alicerçada na idéia de se buscar informações para embasar um amplo esforço nacional de promoção e de conscientização da população brasileira, com o objetivo de resgatar e aumentar o consumo dos nossos principais ícones da alimentação, o feijão com arroz.

Feijão e arroz, juntos, formam o par perfeito na alimentação brasileira pela combinação de aminoácidos essenciais para o organismo, equivalente à proteína encontrada nas carnes.

Baseado na Pesquisa de Orçamento Familiar realizada IBGE, corroborada com os dados do IPEA, nos últimos 30 anos, a população reduziu o consumo do feijão em 31% e do arroz em 23%, substituindo-os por outros produtos mais industrializados de menor valor protéico, como refrigerantes, biscoitos e doces, gerando problemas de saúde pública, o que tem demandado recursos cada vez maiores do governo para combater doenças cardiovasculares, diabetes e hipertensão decorrentes de obesidade.

Porque é preciso recuperar o consumo saudável ? A alimentação inadequada causa doenças que podem levar a óbito. O governo calcula que cerca de 260 mil mortes poderiam ser evitadas se os hábitos alimentares saudáveis fossem resgatados e preservados. O Ministério da Saúde assegura que a nutrição inadequada está associada à doenças crônicas como diabetes, obesidade e problemas no coração. Considerando que o feijão é rico em proteína, fibras, vitaminas e ferro, e o arroz contém vitaminas do complexo B sem colesterol e glúten, eles se complementam em valor energético com baixo teor de gordura. Constituem-se assim em um "**PAR PERFEITO**" para alimentação saudável.

“O grão de arroz contém um aminoácido que, em contato com outro aminoácido, presente apenas no feijão, produz uma proteína de excelente qualidade, equivalente à proteína encontrada nas carnes”.

Vantagens da semana comemorativa. Inúmeras são as vantagens em se divulgar, conscientizar e resgatar o consumo do feijão com arroz. A oficialização dessa semana comemorativa possibilitará elaborar uma agenda envolvendo instituições públicas e privadas, para que esses nossos produtos voltem a ocupar os espaços que vêm perdendo ao longo do tempo.

Com o envolvimento do Ministério da Educação, as professoras irão incentivar as crianças a conhecerem melhor esses alimentos e o seus valores nutricionais por meio da realização de trabalhos escolares a serem apresentados para as mães. Com o envolvimento dos profissionais da área de nutrição e saúde esses alimentos irão compor novos pratos e recriar receitas tradicionais, consagradas, visando reconquistar a preferência dos consumidores. Com o envolvimento dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura, pecuária e Abastecimento, produtores e processadores de feijão e arroz irão desenvolver campanhas com ofertas especiais desses produtos, envolvendo distribuidores, mercado e consumidores. Esse esforço conjunto associado à iniciativa privada, irão alavancar uma campanha forte capaz de envolver todos os agentes da cadeia produtiva desses dois produtos, com efeitos positivos na maioria da população, ainda desinformada, porque o feijão e o arroz compõem um prato completo, nutritivo e saudável.

Faltam divulgação de informações sobre as vantagens do “PAR PERFEITO” , da sua qualidade, do seu valor nutritivo e do seu baixo custo em relação aos benefícios que proporciona ao consumidor. Neste sentido, é urgente chamar a atenção da sociedade, para alguns aspectos dessa questão vital que é a perda de qualidade da alimentação, especialmente para aqueles que ainda não dispõem de renda para adquirir tudo que necessitam.

Aspectos sociais e econômicos do Feijão e Arroz

Não há um complexo fabril que controle o mercado desses produtos ou seus segmentos e por isso, não há esforço de mídia para ampliar suas vendas. A pressão do ‘marketing’ está concentrada em concorrentes do feijão e do arroz, e de outros alimentos naturais, que, por isso, vem perdendo espaço na preferência do consumidor, especialmente entre os mais jovens.

Considerando que esses dois produtos – feijão e arroz – são importantes socialmente no Brasil, onde a maioria da produção é representada por pequenos agricultores, torna-se portanto, valioso lembrar que são responsáveis pela garantia de geração de emprego e distribuição de renda no país.

Considerações finais

Essas são as razões e justificativas para a proposta de instituição, pelo Congresso Nacional, da "SEMANA NACIONAL DO FEIJÃO E ARROZ", propositadamente sugerida para ser integrada nas comemorações de Semana Mundial da Alimentação, realizada anualmente à partir de 16 de outubro.

Sala de Sessões, 04 de julho de 2007

ADAO PRETTO
Deputado Federal PT/RS

ANSELMO DE JESUS
Deputado Federal PT/RO

ASSIS MIGUEL DO COUTO
Deputado Federal PT/PR

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 237, DE 2009

(nº 1.595/2007, na Casa de origem, do Deputado João Oliveira)

Denomina Prefeito Leônicio Miranda a ponte na BR-235, sobre o rio Tocantins, entre os Municípios de Tupirama e Pedro Afonso, no Estado do Tocantins.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A ponte na BR-235, sobre o rio Tocantins, ligando os Municípios de Tupirama e Pedro Afonso, no Estado do Tocantins, passa a denominar-se ponte Prefeito Leônicio Miranda.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.595 DE 2007

Denomina de "Prefeito Leôncio Miranda" a ponte na BR-235, sobre o rio Tocantins, entre os Municípios de Tupirama e Pedro Afonso, no Estado do Tocantins.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A ponte na BR-235, sobre o rio Tocantins, ligando os Municípios de Tupirama e Pedro Afonso, no Estado do Tocantins, passa a denominar-se "Ponte Prefeito Leôncio Miranda"

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A construção de uma ponte sobre o rio Tocantins, seguindo o traçado da BR-235 e ligando os municípios de Tupirama e Pedro Afonso, no Estado do Tocantins, foi um sonho que se tornou realidade pelos esforços de um líder político como o Senhor Leôncio de Sousa Miranda.

Nascido em Lizarda, no antigo Norte Goiano, hoje Estado do Tocantins, ele foi fundador de Tupirama tendo sido prefeito desse Município, onde destacou-se no cenário político por suas realizações de homem identificado com a sua terra e seu povo.

Batalhou pela construção dessa tão almejada ponte, que, verdadeiramente, veio a significar um importante passo em prol de Tupirama e de sua integração regional ao facilitar intercâmbios entre os municípios de um lado e de outro do rio Tocantins, até com os Estados da Região Nordeste, sobretudo o Piauí e o Maranhão.

Pelos feitos desse notável cidadão em favor de sua região e de seu povo, queremos homenageá-lo dando seu nome à ponte na BR-235, sobre o rio Tocantins, ligando as cidades de Tupirama a Pedro Afonso, no Estado do Tocantins. Para tanto, apresentamos este projeto de lei que esperamos ser aprovado pelos ilustres Parlamentares.

Sala das Sessões, em 11 de Julho de 2007.

Deputado JOÃO OLIVEIRA

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 238, DE 2009

(nº 1.623/2007, na Casa de origem, do Deputado Gervásio Silva)

Institui o Dia Nacional do Motorista de Ambulância.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Motorista de Ambulância, a ser comemorado anualmente, em todo território nacional, no dia 10 de outubro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.623, DE 2007

Institui o Dia Nacional do Motorista de Ambulância.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Motorista de Ambulância, a ser comemorado anualmente, em todo território nacional, no dia 10 de outubro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A política de saúde pública no nosso país necessita ser norteadada por programas humanitários, contar com um clima organizacional que valorize o ser humano. Nesta visão, o exercício da profissão de motorista de ambulância deve somar várias competências. A técnica pelo exercício da condição de motorista, a humana por tratar diretamente com a pessoa, numa condição em que todas as eventualidades são possíveis.

É importante ressaltar que, garantir o dia do motorista de ambulância em âmbito nacional, é motivar uma profissão de extrema relevância para a sociedade, assim como retribuir o que estes profissionais no seu cotidiano fazem em prol de milhares de pessoas que encontram-se fragilizadas.

Estes profissionais no seu dia-a-dia além de salvar inúmeras vidas enfrentam a insalubridade sem estabilidade jurídica no que diz respeito à segurança do trabalho. Data vênha devemos lutar não somente para assegurar esta homenagem assim como para garantir que estes profissionais tenham resguardados os seus direitos.

Valorizar este profissional é compreender a função social de um agente público, que necessita de sensibilidade, competência, mas também de reconhecimento social.

Sala das Sessões, em 12 de julho de 2007.

**Dep. Gervásio Silva
DEM - SC**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 239, DE 2009

(nº 1.677/2007, na Casa de origem, do Deputado Gastão Vieira)

Institui o dia 18 de junho como Dia do Tambor de Crioula.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia do Tambor de Crioula, a ser celebrado, anualmente, em todo o território brasileiro, na data de 18 de junho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.677, DE 2007

Institui o dia 18 de junho como Dia do Tambor-de-Crioula.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica instituído o *Dia do Tambor-de-Crioula*, a ser celebrado, anualmente, em todo o território brasileiro, na data de 18 de junho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

No dia 18 de junho deste ano de 2007 a manifestação cultural maranhense conhecida como Tambor-de-Crioula foi oficialmente reconhecida pelo Ministério da Cultura como Patrimônio Imaterial do Brasil, após mais de dois anos de pesquisa folclórica sob a responsabilidade do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

A manifestação, sem calendário fixo, está sempre presente em qualquer festa popular do Maranhão. Trata-se de uma espécie de ritmo livre, um *free jazz*, no dizer de alguns especialistas, concebido por afrodescendentes do Maranhão. Sua fama se espalhou a partir da Festa de S. Benedito, na cidade de Alcântara, nas noites de lua cheia de agosto.

Reconhecido pelos folcloristas como uma manifestação cultural de origem nos quilombolas, o Tambor-de-Crioula ultrapassa sua natureza rítmica para significar também a música, a dança, a festa e os seus próprios participantes. É, portanto, um fenômeno cultural regional de natureza eclética que, pelas suas raízes e seus significados de hoje, quando se pretende revalorizar a cultura africana entre nós, adquire caráter nacional.

Nada mais justo, portanto, do que reconhecer nacionalmente a data de 18 de junho como o Dia do Tambor-de-Crioula, mais uma efeméride de importância cultural e educacional que pode levar os brasileiros, de modo particular os jovens desta Nação, a uma reflexão em torno dos nossos valores e tradições culturais.

Nesse sentido, não é exagero afirmar que a identidade de uma Nação se constrói sobretudo com a cultura. O Tambor-de-Crioula, agora Patrimônio Imaterial do Brasil, vai, certamente, com o seu Dia Nacional de celebração, contribuir para o enriquecimento do calendário cultural brasileiro.

Assim, espero contar com o inestimável apoio dos meus nobres pares nesta Casa, no sentido de aprovar a proposta legislativa que ora submeto à Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 2007.

Deputado GASTÃO VIEIRA

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 240, DE 2009
(nº 1.749/2007, na Casa de origem, do Deputado Juvenil)

Denomina Dr. Carlos Geraldo Valadares a ponte localizada na BR-352, sobre o rio São Francisco, na divisa dos Municípios de Martinho Campos e Abaeté, no Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A ponte localizada na BR-352, na divisa dos Municípios de Martinho Campos e Abaeté, no Estado de Minas Gerais, passa a ser denominada Ponte Dr. Carlos Geraldo Valadares.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.749, DE 2007

Denomina "Ponte Dr. Carlos Geraldo Valadares", que está localizada na divisa do Município de Martins Campos - Abaeté, no Estado de Minas Gerais, na BR-352, sob o Rio São Francisco

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Ponte localizada na BR 352, divisa dos Municípios de Martins Campos e Abaeté, no Estado de Minas Gerais, passa a ser denominada "Ponte Dr. Carlos Geraldo Valadares".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Dr. Carlos Geraldo Valadares, nasceu na Fazenda Olhos d'Água, município de Abaeté, no Estado de Minas Gerais, em 17 de fevereiro de 1940. Era o 2º filho (dos 7) do fazendeiro Geraldo Garcia Valadares e Maria José de Campos Freitas. Aos 10 anos perde tragicamente o pai. Concluiu o Ensino Primário na Escola Nossa Senhora de Fátima e o ginásio cursou no Colégio São Francisco em Pará de Minas. O curso científico foi feito em Sete Lagoas, e sua conclusão foi em 1961. No final desse mesmo ano foi para Belo Horizonte e ingressou na Faculdade de Direito da UFMG. Estudava à noite e trabalhava durante o dia. Em 1965 conclui o curso de Direito e retorna para Abaeté 1966 aqui exercendo a Advocacia e por muito tempo o Magistério.

Em 1968 casou-se com a professora Heliana Alves de Sousa com quem teve 5 filhos: Carlos Geraldo Valadares Filho, Carmem Sílvia de Sousa Valadares, Cláudio de Sousa Valadares, Alisson de Sousa Valadares e Alexandre de Sousa Valadares.

Foi vereador e Presidente da Câmara Municipal de Abaeté no período de 1971 a 1972. Além de professor foi diretor do Colégio Comercial de Abaeté (CNEC) por muitos anos. O prédio da CNEC Abaeté foi construído na sua gestão de diretor da escola, com a ajuda do povo, mas graças a sua garra e coragem. Exerceu por dois mandatos o executivo de Abaeté. Incansável na luta para tornar melhor sua cidade acompanhava de perto todas as obras. Às cinco horas, encontrava com os primeiros operários municipais e antes do expediente na Prefeitura visitava todas as obras. Tinha prazer em trabalhar para o engrandecimento de sua terra e região. Além de renomado advogado da região, e diretor da CNEC exerceu muitas atividades: Presidente da Abaeté Atlético Clube, membro do Lions Clube de Abaeté, Presidente da Amasf – Associação dos Municípios do Alto São Francisco por dois mandatos consecutivos, duas vezes Presidente da 26ª Subseção da OAB e duas vezes Presidente do Abaeté Clube. Outra atividade que exerceu foi a agropecuária. Na fazenda Olhos d'Água criava gado leiteiro, e cultivava a lavoura de milho, arroz e feijão. Conheceu boa parte do território nacional, mas suas horas de lazer eram dedicadas à fazenda, à leitura de publicações técnicas e periódicas informativas e a sua família. Incentivou o esporte em geral, mas tinha uma predileção especial pelo futebol.

A primeira vez que assumiu o executivo (1978 a 1982) foi como vice-prefeito do Dr. Aloísio da Cunha Pereira que se afastara para candidatar-se a deputado. Houve prorrogação de mandato e ele teve um mandato de 4 anos. A segunda vez (1993 a 1996) foi eleito com 3819 votos como candidato do extinto MDB.

Homem aberto à comunicação com todos, amigo, muitas vezes conselheiro era respeitado e admirado pelo povo de Abaeté. Falar de Carlos Geraldo era a alegria de toda a região. Tinha garra para a luta e dinamismo no trabalho. Acreditava que sua eleição era fruto de sua mentalidade política, de sua visão que voltada para a perspectiva de maior desenvolvimento para o município.

Considerava como principal obra de sua primeira administração, a construção do Terminal Rodoviário local, totalmente construído às expensas da municipalidade. A obra apresenta 2600 metros quadrados de área construída e um terreno de 1100 metros quadrados, onde, além do Terminal Rodoviário funcionavam também vários departamentos tais como: Posto de Serviço Militar, Destacamento da Polícia Florestal, Agência do INSS, Agência de Estatística, Departamento de Educação, IEF. Além desta grande obra, sua atuação apresenta muitas outras realizações de grande importância para a região.

Da segunda administração a obra que com certeza teve maior marco foi a construção do Pronto Atendimento Médico "Dr. Avelino", com área construída de 2359 metros quadrados, como também a montagem de suas instalações com aparelhagem. Foi na sua gestão implantado em Abaeté/MG o Programa Saúde da Família. Outras obras importantes foram: a construção da Escola Municipal Irmã Maria de Lourdes, no bairro São Pedro e a ampliação da E.E. "Dr. Edgardo da Cunha Pereira" numa parceria com o governo do estado. O Aeroporto de Abaeté também foi construído no seu 2º mandato apenas a inauguração ocorreu no mandato de seu sucessor. Preocupado com o meio ambiente no final desse mandato conseguiu firmar o Convênio com o Projeto Soma.

Infelizmente, no dia 27 de agosto de 1998, faleceu, aos 58 anos, o político, o ex-prefeito, o ex-diretor, o ex-professor, o homem público que honrou o poro do centro oeste de Minas Gerais.

Nobres Parlamentares, por todos os motivos aqui elencados, peço apoio para aprovação do presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em 09 de agosto de 2007.

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 241, DE 2009

(nº 1.818/2007, na Casa de origem, da Deputada Cida Diogo)

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei tem como objetivo instituir um dia dedicado à segurança e à saúde nas escolas.

Art. 2º É instituído o dia 10 de outubro de cada ano, como o Dia Nacional de Segurança e de Saúde nas Escolas.

Parágrafo único. Na data de que trata este artigo, as entidades governamentais e não governamentais poderão, em parceria com as secretarias municipais e estaduais, desenvolver atividades como:

- I - palestras;
- II - concursos de frase ou redação;
- III - eleição de cipeiro escolar;
- IV - visitas em empresas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.818, DE 2007

Institui o Dia Nacional Dedicado à Segurança e Saúde nas Escolas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Esta lei tem como objetivo instituir um dia dedicado à segurança e saúde nas escolas.

Art. 2º É instituído o dia 10 de outubro de cada ano, como o dia nacional de segurança e saúde nas escolas.

Parágrafo Único – Na data em que trata este artigo, as entidades governamentais e não governamentais, poderão em parceria com as secretarias municipais e estaduais desenvolverem atividades como:

- a) palestras;
- b) concursos de frase ou redação;
- c) eleição de cipeiro escolar;
- d) visitas em empresas.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O mês de outubro já é dedicado às crianças e aos professores, o que demonstra a sintonia e a simbiose existente entre esses atores sociais.

Nada melhor que aproveitar esse vínculo para estreitar ainda mais essa relação entre mestre e aluno, promovendo através dos professores e outros atores sociais, a capacitação dos alunos e futuros cidadãos do País no tema da segurança e saúde nas Escolas.

Com efeito, é fato que crianças se acidentam pela sua inexperiência e a vontade de vivenciar novas situações.

Estatísticas apontam que mais de 60% dos acidentes com crianças acontecem em seus próprios lares.

As escolas devem e podem ser referência para a transmissão de noções de prevenção de acidentes e cuidados com a saúde.

As CIPA – Comissões Internas de Prevenção de Acidentes, instituídas em 1921, pela OIT – Organização Internacional do Trabalho e no Brasil a partir de 1944,

trazem o conceito da divulgação de cuidados com a saúde e com a vida nos ambientes de trabalho.

A idéia das CIPA Escolares, de grupos de alunos treinados para a observação de condições inseguras e da disseminação de noções de prevenção de acidentes, representa um avanço não só na questão da Cidadania, como da gestão participativa, do amplo debate entre a direção da escola e os alunos na construção de um espaço mais seguro e saudável para que a Educação possa acontecer. A Criança de hoje é o cidadão de amanhã.

A iniciativa de implantar uma Jornada de Segurança e Saúde nas Escolas, com concurso de cartazes, redações alusivas ao tema, palestras e outros eventos, certamente em muito contribuirá para a proteção da criança e adolescente e na formação de futuros cidadãos.

A proposta de implantar um Dia Nacional de Saúde e Segurança nas Escolas não implica em custos adicionais, permite a previsão de um projeto didático e a aproximação das Escolas com empresas parceiras, na ótica do Voluntariado e de Responsabilidade Civil, ministrando palestras sobre prevenção de acidentes. Essa aproximação servirá de apoio e proteção ao jovem trabalhador no seu primeiro emprego.

Com o objetivo de suscitar o debate e permitir que as escolas e a própria sociedade se envolvam no debate e nas ações preventivas nas escolas é que apresento, onde espero o apoio de meus nobres pares para a aprovação.

Sala das Sessões, em 21 de agosto de 2007.

Deputada Cida Diogo

PT/RJ

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 242, DE 2009

(nº 1.940/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Almeida)

**Institui o Dia Nacional dos
Portadores de Vitiligo.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional dos Portadores de Vitiligo, a ser celebrado no dia 1º de agosto de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.940, DE 2007

Institui o Dia Nacional dos Portadores de Vitiligo;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o "DIA NACIONAL DOS PORTADORES DE VITILIGO", a ser celebrado no dia 1º agosto de cada ano.

Art. 2º A promoção e a coordenação do Dia Nacional dos Portadores de Vitiligo ficará a cargo do Poder Executivo.

Art. 3º As atividades realizadas nesta data serão desenvolvidas pelo Ministério da Saúde, juntamente com as Secretarias de Saúde dos Estados, com as prefeituras municipais e com o controle social.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei em epígrafe institui o Dia Nacional dos Portadores de Vitiligo, visando a promoção de ações governamentais e privadas voltadas para a melhor qualidade de vida dos portadores desta doença.

Instituímos o dia 1º de agosto, pois é o dia da fundação da primeira associação voltada aos portadores de Vitiligo, a Associação dos Portadores de Vitiligo e Psoríase do Estado de São Paulo (APVPESP). É uma entidade sem fins lucrativos, fundada em 1º de agosto de 2000, que tem como objetivo a luta pela melhoria da qualidade de vida dos portadores de Vitiligo. Busca também, mais atenção dos órgãos governamentais a fim de solucionar a falta de informação sobre esta doença que é tão pouco divulgada.

O Vitiligo é uma doença que caracteriza-se pela diminuição ou falta de melanina (pigmento que dá cor à pele) em certas áreas do corpo, gerando manchas brancas nos locais afetados. As lesões do Vitiligo podem aparecer em partes

isoladas do corpo ou espalhar-se pelo corpo todo, atingindo principalmente as genitais, cotovelos, joelhos, face e extremidades inferiores e superiores. É uma doença bastante comum que afeta cerca de 1 a 2% da população mundial.

O Vitiligo não é considerada uma doença fatal, pois não afeta nenhum órgão vital. No entanto, é uma doença que afeta profundamente a pele e a aparência das pessoas, o que gera um grande preconceito pelo desconhecimento da população de que essa doença não seja contagiosa. Logo, os portadores de Vitiligo tendem a um isolamento social.

Precisamos criar iniciativas que busquem sensibilizar a sociedade e as autoridades públicas para a problemática dos portadores de vitiligo, pois só assim, seus portadores poderão ter um tratamento mais adequado e uma maior ressocialização.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres Colegas para a aprovação de nosso projeto de lei.

Sala das Sessões, em 04 de setembro de 2007.

Deputada Solange Almeida
PMDB/RJ

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 243, DE 2009

(nº 1.953/2007, na Casa de origem, do Deputado Luiz Fernando Faria)

Denomina Rodovia Historiador Osvaldo Henrique Castello Branco a BR-499, entre o entroncamento com a BR-040 e o Museu Casa de Cabangu, no Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A rodovia de ligação BR-499, no trecho entre o entroncamento com a BR-040 e o ponto onde se localiza o Museu Casa de Cabangu, no Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais, passa a ser denominada Rodovia Historiador Osvaldo Henrique Castello Branco.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.953, DE 2009

Denomina "Rodovia Historiador Osvaldo Henrique Castello Branco" a BR-499, entre o entroncamento com a BR-040 e o Museu Casa de Cabangu, no Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A rodovia de ligação BR-499, no trecho entre o entroncamento com a BR-040 e o ponto onde se localiza o Museu Casa de Cabangu, no Município de Santos Dumont, Estado de Minas Gerais, passa a ser denominada "Rodovia Historiador Osvaldo Henrique Castello Branco".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A BR-499 é uma rodovia de ligação com apenas 16 quilômetros de extensão, mas sua importância se deve aos inúmeros visitantes que, diariamente, se deslocam para a visitação do Museu da Casa de Cabangu, ou Museu Casa Natal de Santos Dumont, localizado no Município de Santos Dumont/MG, onde nasceu o pai da aviação em 20 de julho de 1873.

A criação desse museu deve-se ao historiador Osvaldo Henrique Castello Branco que, no segundo dia após a morte de Alberto Santos Dumont, idealizou a guarda e divulgação de tudo o que fosse possível, para reverenciar esse grande brasileiro e, a partir de então, começou a resgatar e recolher documentos e objetos preciosos que se referiam à vida e à obra de um dos maiores inventores da História Universal. Os locais para a instalação do museu foram doados pelo Congresso Nacional e, assim, pôde ser inaugurado o Museu da Casa Natal de Santos Dumont, também conhecido como Museu da Casa de Cabangu.

Além da idéia de criação do Museu, Osvaldo Castello Branco, juntamente com a população local, empenhou-se na mudança do nome da cidade natal do imortal inventor, de Palmira para Santos Dumont, fato que foi consumado em 31 de julho de 1932, para homenagear o filho ilustre.

Assim, entendemos justa e oportuna a homenagem ao cidadão Osvaldo Henrique Castello Branco, dando seu nome ao trecho da rodovia BR-499 que leva ao Museu Casa de Cabangu, razão pela qual solicitamos aos membros desta Casa apoio para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 05 de setembro de 2007.

Deputado LUIZ FERNANDO FARIA

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 244, DE 2009

(nº 2.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Jilmar Tatto)

Institui o Dia Nacional do Paisagista, a ser comemorado em 4 de outubro.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 4 de outubro como o Dia Nacional do Paisagista.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.036, DE 2007

Institui o Dia Nacional do Paisagista, a ser comemorado em 04 de outubro;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. Fica instituído o dia 04 de outubro como o "Dia Nacional do Paisagista".

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O paisagista é profissional responsável pelo projeto de espaços abertos, desde as grandes áreas livres rurais e urbanas, chácaras, parques e praças, até o jardim da entrada de um edifício, por exemplo. O Paisagismo não é só jardim. Como definiu o grande paisagista brasileiro Burle Marx, "o paisagismo não é copiar a natureza, mas sim uma transposição".

A arquitetura paisagística leva em conta o estilo arquitetônico, a insolação, o equilíbrio com a natureza, as características do solo, a topografia e as características particulares das plantas e suas relações com o ambiente. Busca atender as expectativas do cliente, seus sonhos, desejos e necessidades. Paisagismo é uma arte viva: é uma pintura, uma escultura que cresce, desenvolve, respira, floresce, dá frutos e morre. O paisagista é a pessoa que cria, planeja e compõe paisagens decorativas para jardins. Para isso é necessário ter conhecimentos de ciência e arte, e empregá-los em cada realização.

O profissional do paisagismo possui uma formação multidisciplinar, que reúne conhecimentos de diversas áreas, como *design*, arquitetura, engenharia, ecologia, botânica, irrigação, solos, além de muitas outras. Quando da elaboração de projetos de espaços abertos de grandes ou de pequenas dimensões, ou mesmo para seleção de uma árvore para uma residência, é necessária a consulta de um especialista competente, com adequada qualificação profissional.

Seu imenso amor e respeito à natureza faz com que a arquitetura integre-se a topografia e a flora fazendo uma obra humana, repleta de sentimentos que nos fazem sonhar. No paisagismo também notamos seu imenso amor e respeito à natureza, onde vai buscar, além de materiais, sua fonte de inspiração. Suas composições são verdadeiras esculturas vivas com um apurado sentido de construção de formas e cores.

O paisagismo é uma atividade que contribui com o desenvolvimento turístico das cidades e um dos setores que mais contribui para melhoria da qualidade de vida das pessoas, pela sua forte ligação com o meio ambiente.

A instituição desta data, irá contribuir para a valorização dos profissionais do paisagismo, projetará internacionalmente o nosso país, em razão da qualidade e dos projetos paisagísticos criados por estes profissionais, além de contribuir com o desenvolvimento e crescimento do setor na economia brasileira.

O dia 04 de outubro é o dia mundial da Natureza. E o paisagista tem uma forte e total ligação com a natureza, com o meio ambiente. Por esta razão, conto com o apoio dos nobres e das nobres parlamentares para esta justa homenagem aos homens e mulheres, profissionais do paisagismo em nosso país, instituindo esta data como o Dia Nacional do Paisagista.

Sala das sessões, em 13 de setembro de 2007

Deputado JILMAR TATTO
PT-SP

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 245, DE 2009

(nº 2.039/2007, na Casa de origem, do Deputado Nelson Trad)

Denomina Aeroporto de Três Lagoas Ramez Tebet o Aeroporto de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Aeroporto de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul, passa a ser denominado Aeroporto de Três Lagoas – Ramez Tebet.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.039, DE 2007

Denomina "Aeroporto de Três Lagoas Ramez Tebet" o Aeroporto de Três Lagoas, no Estado de Mato Grosso do Sul,

Art.º 1º - O Aeroporto de Três Lagoas, município de Mato Grosso do Sul, passa a ser denominado "Aeroporto de Três Lagoas – Ramez Tebet".

Art.º 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

\\ Não é sem propósito cívico e muito menos histórico a escolha do nome de um logradouro público para homenagear figuras de destaque na vida nacional e/ou regional. Nesta iniciativa, quando se intenta nomear o Aeroporto de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, somos impelidos a sugerir o nome de Ramez Tebet pelos relevantes serviços que logrou realizar ao longo de sua vida.

Nasceu em Três Lagoas e nela fez o seu curso primário e completando os seus estudos em Lins – SP. Buscou o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, até formar-se em 1.959, em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade Federal, antiga Nacional, para então regressar a Três Lagoas como advogado. Ingressou nos primeiros anos de 1.960 no Ministério Público do então Mato Grosso com enorme proficiência e respeitabilidade. Com a divisão do Mato Grosso, Ramez Tebet já desligado do Ministério Público, militou

intensamente na vida política, elegendo-se, como campeão de votos, Deputado Estadual e com a missão de Relator da Constituição do novo Estado. Ramez Tebet ainda exerceu o cargo de Superintendente da Sudeco e, em seguida, foi eleito, na primeira eleição direta pós 1.964, Vice- Governador de Mato Grosso do Sul. Por mais de 9 meses concluiu o mandato de Wilson Barbosa Martins, com o mesmo espírito público que já o consagrara em seu estado natal. Por duas vezes foi eleito Senador da República, nos anos 90 e 2.000, alcançando a Presidência do Congresso Nacional como arguto e conciliador.

Durante o exercício do mandato de Senador, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, foi nomeado Ministro de Integração Nacional e com habilidade e competência deu mostras da sua reconhecida vocação para a vida pública. Faleceu em novembro de 2.006 em Campo Grande onde sempre recebeu respeito, carinho e reconhecimento. Deixou uma família exemplar agora com a liderança da sua exemplar esposa – Fairte Nassar Tebet, e seus filhos Rames Nassar Tebet (advogado), Rodrigo Nassar Tebet (Professor Universitário), Eduarda Nassar Tebet (Médica) e Simone Tebet (Advogada – UFRJ), hoje Prefeita de Três Lagoas.

Seu trabalho foi incensurável e infatigável e o seu talento político esteve, ao longo da sua vida, a serviço do seu estado natal e do País. Justo, portanto, conferir o seu nome ao Aeroporto de Três Lagoas como reverência e prova de reconhecimento dos seus conterrâneos.

Pelos motivos exposto, solicitamos aos nobres Parlamentares o apoio para aprovação deste PL.

Sala das Sessões, em 18 de setembro de 2007

Deputado Nelson Trad

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

Projeto de Lei da Câmara nº 246, de 2009

(nº 2.094, de 2007, na Casa de origem, do Deputado Gilmar Machado)

Disciplina a cobrança de couvert artístico e altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre o trabalho do músico.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a cobrança do couvert artístico do consumidor e seu repasse ao músico profissional.

Art. 2º O estabelecimento comercial que se utilizar do serviço de músicos como meio para divulgação ou de entretenimento de clientes poderá cobrar o couvert artístico desde que:

I - tenha firmado com o músico profissional contrato de trabalho;

II - ofereça música ao vivo pelo menos durante parte do período em que o cliente estiver no estabelecimento; e

III - faça constar do cardápio, com destaque, informação sobre a cobrança do couvert artístico, incluindo o valor cobrado e os dias e horários das apresentações, quando haverá a cobrança.

Art. 2º A Seção III do Capítulo I do Título III da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigor acrescida dos seguintes arts. 233-A e 233-B:

"Art. 233-A. O estabelecimento comercial que se utilizar do serviço de músicos como meio para divulgação da casa e de entretenimento de fregueses deverá estipular, previamente e por escrito, a forma de contratação do profissional, nas seguintes modalidades:

I - contrato de remuneração por turno, no qual o estabelecimento em conjunto com o músico fixa o valor da remuneração e o total de horas de trabalho; ou

II - contrato de remuneração variável no qual o músico é remunerado pelo repasse integral dos adicionais cobrados de clientes.

§ 1º Na hipótese de contratação por remuneração variável, o estabelecimento deverá fazer constar das notas de consumo dos clientes os valores cobrados a título de *couvert* artístico e disponibilizar a conferência das respectivas notas ao músico, sempre que solicitadas.

§ 2º Caso ocorra repasse inferior ao valor das notas, o estabelecimento deverá pagar o triplo da diferença verificada pelo músico.

§ 3º O *couvert* artístico repassado ao músico integra sua remuneração para todos os fins."

"Art. 233-B. Constitui, ainda, obrigação do estabelecimento contratante:

I - fornecer ao músico, sem ônus, alimentação de qualidade e bebidas não alcoólicas;

II - proporcionar lugar adequado para o descanso, de pelo menos 10 (dez) minutos a cada 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos de *performance*."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.094, DE 2009

Disciplina o *couvert* artístico e dá outras providências;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei disciplina o couvert artístico.

Art. 2º O estabelecimento comercial que utilizar-se do serviço de músicos como meio para divulgação da casa e de entretenimento de fregueses deverá:

I – fornecer ao músico, sem ônus, alimentação de qualidade e bebidas não alcoólicas;

II – proporcionar lugar adequado para o descanso, de pelo menos 10 (dez) minutos a cada 1 (uma) hora e 30 (trinta) minutos de performance; e

III. – estipular previamente e por escrito a forma de contratação do profissional, nas seguintes modalidades:

a) contrato de remuneração por turno, no qual o estabelecimento em conjunto com o músico fixa o valor da remuneração e o total de horas de trabalho; ou;

b) contrato de remuneração variável no qual o músico é remunerado pelo repasse integral dos adicionais cobrados de clientes.

§1º Na hipótese de contratação por remuneração variável, o estabelecimento deverá fazer constar das notas de consumo dos clientes os valores cobrados a título de couvert artístico e disponibilizar a conferência das respectivas notas ao músico, sempre que solicitadas.

§2º. Caso ocorra repasse inferior ao valor das notas, o estabelecimento deverá pagar o triplo da diferença verificada ao músico.

§3º. o descumprimento das garantias previstas neste artigo sujeitará a empresa contratante a multa administrativa no valor de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais).

§4º. O processo de fiscalização, autuação e imposição da multa administrativa reger-se-á pelo disposto no Título VII da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1942.

§5º. O valor da multa administrativa será atualizado, no mês correspondente ao da publicação desta lei, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos doze meses imediatamente anteriores.

Art. 3º Esta lei entra em vigor em 60 (sessenta) dias após a data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A música encanta. Os sons melódiosos e bem executados mantêm as pessoas no ambiente em que são ouvidos. A atração que a música exerce sobre os homens e as mulheres e seus efeitos sobre os sentidos e sentimentos não passaram despercebidos por aqueles que a utilizam como meio de alavancar seus negócios.

O magnetismo que a arte exerce explica a ampla utilização do serviço profissional de músicos pelas empresas que querem atrair e manter o público em seus recintos. É prática generalizada a contratação de músicos para que executem suas habilidades em restaurantes, bares, shoppings e estabelecimentos similares.

Ocorre que nem sempre os músicos são remunerados de forma adequado e, geralmente, por falta de mecanismos de controle, são obrigados a confiar na palavra de quem os contratou em relação ao pagamento do serviço executado.

Nosso projeto de lei visa a disciplinar os direitos dos músicos contratados sobre a roupagem do couvert artístico e garantir condições mínimas de bem-estar aos mesmos durante a sua estada no estabelecimento que os contratou.

Descanso de dez minutos a cada uma hora e meia de trabalho, em local apropriado, fornecimento de alimentação de qualidade e bebidas não alcoólicas dignificam o trabalho do músico.

Franquear o acesso para conferência das notas fiscais é medida que dá transparência à relação entre o estabelecimento e o músico e inibe a fraude. Caso não haja solução entre as partes, como último remédio, o músico poderá recorrer à Fiscalização do Trabalho.

Com a certeza de que a aprovação do presente projeto de lei contribuirá para disciplinar a contratação de músicos populares em estabelecimentos comerciais e para garantir aos trabalhadores dignidade e cidadania, conclamamos o apoio dos ilustres parlamentares para a sua aprovação.

Sala das Sessões, em 20 de Setembro de 2007.

Deputado Gilmar Machado

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI N.º 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

TÍTULO III

DAS NORMAS ESPECIAIS DE TUTELA DO TRABALHO

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES ESPECIAIS SOBRE DURAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO

SEÇÃO III

DOS MÚSICOS PROFISSIONAIS

Art. 233 - A duração normal de trabalho dos músicos profissionais poderá ser elevada até oito horas diárias, observados os preceitos gerais sobre duração do trabalho.

(À Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 247, DE 2009
(nº 2.109/2007, na Casa de origem, do Deputado Valtenir Pereira)**

**Institui o dia 4 de outubro como o
Dia Nacional dos Agentes de Combate
às Endemias.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º Fica instituído o dia 4 de outubro como o
Dia Nacional dos Agentes de Combate às Endemias.**

**Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.**

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.109, DE 2007

**Institui o dia 04 de outubro como o "Dia Nacional dos Agentes de
Combate às Endemias"**

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º Fica instituído o dia 04 de outubro como o "Dia Nacional dos
Agentes de Combate às Endemias".**

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Estado brasileiro, diante a ocorrência de diversos surtos endêmicos desde a década passada, viu-se obrigado a contratar Agentes de Combate às Endemias, em caráter emergencial, para impedir a propagação e a instalação do caos sanitário em nosso país, atendendo cerca de 3.500 municípios brasileiros, mais de 41 milhões de pessoas.

Graças à valorosa contribuição e o importante papel desempenhado por esta categoria, a qual realiza atividades preventivas, profiláticas e educativas, assistindo e orientando uma parcela da população que não tem acesso aos conhecimentos básicos necessários para manutenção de uma vida saudável, reconduziu-se os baixos índices das endemias instaladas em nosso país.

Ademais, Institui-se o dia 04 de outubro como o "Dia Nacional dos Agentes de Combate às Endemias", data em que se deu a assinatura do Decreto n.º 3.189, que "fixa diretrizes para o exercício da atividade de Agente Comunitário de Saúde (ACS), e dá outras providências", pelo fato destas categorias guardarem semelhança e estarem contempladas no Título VIII da Constituição Federal de 1988, que trata da ordem social, momento da saúde.

Nesse sentido, já existem projetos tramitando nesta Casa Legislativa, como os Projetos de Lei n.º 1.816/99 e 6.705/06.

Desta forma, nada mais justo do que homenagear a categoria pelo desempenho de tão notável função, não restando dúvida tratar-se de uma iniciativa louvável, a qual merece a aprovação dos nobres Pares.

Sala das sessões, em 25 de setembro de 2007.

Deputado VALTENIR PEREIRA

PSB/MT

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 248, DE 2009

(nº 2.126/2007, na Casa de origem, da Deputada Tonha Magalhães)

Altera a denominação do Porto de Aratu, no Estado da Bahia, para Porto de Aratu-Candeias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O Porto de Aratu, localizado na Baía de Todos os Santos, no Município de Candeias, Estado da Bahia, passa a denominar-se Porto de Aratu-Candeias.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.126. DE 2007

Denomina "Porto de Candeias" o atual Porto de Aratu, localizado no Município de Candeias, no Estado da Bahia; O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Porto de Aratu, localizado no Município de Candeias, no Estado da Bahia, passa a ser denominado "Porto de Candeias".

Art. . Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

Toda a população de Candeias anseia pela mudança do nome do atual Porto de Aratu, na Baía de Todos os Santos, para Porto de Candeias, pois é nesse Município que se localiza esse porto, de grande peso econômico para o Estado da Bahia e que constitui o orgulho dos cidadãos candeenses.

A atual denominação teve origem no Centro Industrial de Aratu, que foi construído numa região próxima ao mangue onde é encontrado o caranguejo conhecido como "aratu". A homenagem feita ao crustáceo relega a segundo plano o que deve ser realmente levado em conta: a importante participação e contribuição dos cidadãos candeenses no árduo trabalho do porto e sua movimentação.

Embora existam outros portos que não trazem o nome de seu Município sede e a população local não se incomode com esse fato, em Candeias o seu povo se queixa, pois o porto reflete a própria identidade desse Município, pelo que precisa ser associado a ele e não ao Município de Camaçari, onde, por engano, a maioria dos brasileiros pensa que está localizado.

A mudança de denominação que propomos é mais do que justa, pois resgata os valores do povo de Candeias e sua identificação com o seu porto. Ademais, o reconhecimento do Porto de Candeias certamente promoverá o fortalecimento desse Município, por muito tempo desconsiderado e injustiçado.

Pela importância dessa iniciativa, solicitamos aos nobres Parlamentares o apoio para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 25 de setembro de 2007.

Deputada Tonha Magalhães

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 249, DE 2009**

(nº 2.135/2007, na Casa de origem, da Deputada Andréia Zito)

**Cria no calendário oficial do Brasil
o Dia do Seresteiro.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica criado, no calendário oficial do Brasil, o Dia do Seresteiro, a ser comemorado no dia 23 de maio de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.135, DE 2007

Cria no calendário oficial do Brasil o Dia do Seresteiro;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica criado no calendário oficial do Brasil, o “Dia do Seresteiro”, a ser comemorado, no dia 23 de maio de cada ano.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Justifica-se o presente Projeto de Lei, em razão da importância que foi **Silvio Caldas para a Música Popular Brasileira**. Ele foi, sem dúvida, a maior expressão do gênero musical no País, com um repertório de 216 (duzentas e dezesseis) canções gravadas. Recebeu a medalha de Machado de Assis, concedida por unanimidade pela Academia Brasileira de Letras, proposta por Jorge Amado.

Sugerimos o dia 23 de maio, como o Dia do Seresteiro do Brasil, por ser a data de nascimento do cantor **Silvio Antônio Narciso de Figueiredo Caldas, Silvio Caldas**.

O dia do seresteiro já está sendo de direito merecedor de um ato legislativo que possa legitimar uma data nacional para essa comemoração, tal sua importância no cenário nacional.

Além da importância que foi **Silvio Caldas**, no tocante à divulgação desse tipo de música genuinamente brasileira, não se pode deixar de registrar nesta justificação que, em alguns estados e municípios, o dia do seresteiro já se encontra institucionalizado por legislações estaduais ou municipais. Isso tudo por conta da importância desse estilo de música, praticamente, em todo o território nacional.

No município de **Casimiro de Abreu**, no Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, por uma lei municipal, foi instituído naquela cidade, o dia 23 de outubro como o dia do Seresteiro. Esse evento, já entrou para o calendário oficial da cidade e cresce a cada ano, gerando entretenimento, renda, fomentando o turismo daquele município e orgulho do povo casimirense.

A seresta, no Estado de Goiás, via Lei estadual nº 9.069, desde 1981, tem institucionalizado como o “Dia do Seresteiro”, a data de 11 de junho.

O porquê da apresentação deste Projeto de Lei institucionalizando, nacionalmente, o “Dia do Seresteiro” para ser comemorado, anualmente, em 23 de maio, é tão somente, por conta da oportunidade de prestar uma homenagem post-mortem, aquele pequeno Silvio, chamado de Rouxinol da Família Ideal que cantava

cavalgando o pescoço dos remadores de São Cristóvão, participava de festas, dançava e sapateava nas mesas dos bares, e cantava nas reuniões do Largo da Cancela. Esse grande seresteiro, em sua longa trajetória teve diversos slogans, sendo o mais conhecido “O Caboclinho Querido”, dado por César Ladeira; e, Titio.

Em 1992 recebeu a Medalha de Machado de Assis, concedida por unanimidade pela Academia Brasileira de Letras, por proposta de Jorge Amado. Viveu seus últimos 40 anos em seu sítio de Atibaia/SP, onde morreu em 03 de fevereiro de 1998.

Por todo esse legado deixado por esse emérito cantador de seresta, nada mais justo do que se pensar nesta justa homenagem, criando o “Dia do Seresteiro”, como 23 de maio de cada ano, data do seu nascimento.

Estas são as razões que levam à apresentação deste Projeto de Lei, cuja relevância há de assegurar o apoio dos ilustres Pares desta Casa para a sua aprovação.

、 Sala das sessões, em 26 de setembro de 2007.

Deputada ANDREIA ZITO

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 250, DE 2009

(nº 2.207/2007, na Casa de origem, da Deputada Nilmar Ruiz)

Institui o dia 27 de junho como o Dia Nacional do Quadrilheiro Junino, a ser comemorado em âmbito nacional.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Dia Nacional do Quadrilheiro Junino.

Art. 2º Fica instituído o dia 27 de junho como o Dia Nacional do Quadrilheiro Junino, a ser comemorado, anualmente, em todo o território nacional.

Parágrafo único. Considera-se Quadrilheiro Junino o profissional que utiliza meio de expressão artística cantada, dançada ou falada transmitido por tradição popular nas festas juninas.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.207, DE 2007

Institui o Dia do Quadrilheiro, a ser comemorado anualmente no dia 27 de junho;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o *Dia do Quadrilheiro*, a ser comemorado, anualmente, em todo o território nacional, no dia 27 de junho.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A quadrilha, dança folclórica brasileira, de origem européia, tem significativa participação popular, especialmente, de jovens que treinam durante todo o ano para as tradicionais festas juninas.

Hoje, em todas as cidades brasileiras, com destaque nas cidades do norte e nordeste, existem vários grupos de quadrilhas com mais de cinquenta componentes cada chamados de quadrilheiros. As festas duram vários dias, e há grande movimentação de público, com músicas e danças alusivas aos personagens e fatos da cultura local, regional e nacional, atraindo turistas e oportunidades de geração de renda.

Ao estimularmos as manifestações culturais do nosso povo estamos não só reconhecendo os *cantares e falares* da nossa gente como estamos registrando a nossa memória nacional, fortalecendo o artesanato, o turismo e criando novas oportunidades. Ao dedicarmos um dia ao quadrilheiro, justamente, no mês de junho, estamos oficialmente incorporando essa tradição das manifestações culturais brasileiras e homenageando a todos que fazem com que se preserve esse legado nacional.

Esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para esta iniciativa presente em todos os recantos do Brasil.

Sala das Sessões, em 15 de outubro de 2007.

Deputada **NILMAR RUIZ**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 251, DE 2009

(nº 2.226/2007, na Casa de origem, da Deputada Gorete Pereira)

Denomina Rodovia Padre Cícero Romão Batista o trecho da rodovia BR-116, no Estado do Ceará, entre as divisas com os Estados de Pernambuco e da Paraíba.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O trecho da rodovia BR-116, no Estado do Ceará, entre as divisas com os Estados de Pernambuco e da Paraíba, passa a ser denominado Rodovia Padre Cícero Romão Batista.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.226, DE 2007

Denomina "Rodovia Pe. Cícero Romão Batista" o trecho da rodovia BR-116, no Estado do Ceará, entre as divisas com os Estados de Pernambuco e da Paraíba.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O trecho da rodovia BR-116, no Estado do Ceará, entre as divisas com os Estados de Pernambuco e Paraíba, passa a ser denominado "Rodovia Pe. Cícero Romão Batista".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

A rodovia BR-116 corta o Estado do Ceará na região do Cariri, berço do Padre Cícero Romão Batista, onde fez seu apostolado e desenvolveu sua atuação política, tomando-se uma das personalidades mais reverenciadas e amadas no Nordeste brasileiro.

O "Padim Ciço" nasceu em 1844 na cidade de Crato, na época uma antiga vila, e chegou a Juazeiro do Norte em 1872, com 28 anos de idade, para iniciar seu sacerdócio junto à população mais pobre do sertão cearense. Seu trabalho era comunitário e nobre, desempenhava ações de aconselhamento espiritual a todos que o buscavam a qualquer hora, desdobrando-se ainda mais durante os períodos de seca e fome.

Aceito até hoje como o maior benfeitor de Juazeiro do Norte, Padre Cícero trouxe as Ordens dos Salesianos e dos Capuchinos para essa cidade. Seu trato pessoal era cativante e impressionava os habitantes de toda a região do Cariri. Em permanente cuidado pelo desenvolvimento de Juazeiro do Norte, doou terrenos para a construção do seu primeiro campo de futebol e do seu aeroporto, construiu as capelas do Socorro, de São Vicente, de São Miguel e a Igreja de Nossa Senhora das Dores. Incentivou e dinamizou o artesanato artístico e utilitário, como fonte de renda das populações carentes. Estimulou a expansão da agricultura, introduzindo o plantio de novas culturas e contribuiu para a instalação de muitas

escolas, inclusive a famosa Escola Normal Rural. Projetou Juazeiro do Norte no cenário político nacional, transformando um pequeno lugarejo na maior e mais importante cidade do interior do Ceará.

Embora se tenha tomado uma lenda pela sua bondade, Padre Cícero também ditava as regras políticas da região. Tomou-se prefeito de Juazeiro e administrou essa cidade por 12 anos. Foi nomeado vice-governador do Estado do Ceará em 1914 e deputado federal em 1926.

Padre Cícero morreu a 20 de julho de 1934, com 90 anos de idade, fraco e quase cego, mas extremamente lúcido. Durante seus últimos anos de vida ele ainda recebia os romeiros de todo o nordeste brasileiro que buscavam suas bênçãos. Seu carisma ultrapassou as fronteiras de sua vida e de sua história e hoje permanece enraizado na fé de todos os que o amam.

No dia 22 de março de 2001, o Padre Cícero foi eleito o Cearense do Século, pela campanha promovida pela Rede Globo e a TV Verdes Mares.

Assim, pelos motivos expostos, contamos com o apoio dos eminentes Pares para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 2007.

Deputada GORETE PEREIRA

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 252, DE 2009

(nº 2.247/2007, na Casa de origem, do Deputado Pompeo de Mattos)

**Declara o ator Paulo Autran Patrono
do Teatro Brasileiro.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º O ator Paulo Autran é declarado Patrono do
Teatro Brasileiro.**

**Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.**

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.247, DE 2007

Declara o Ator Paulo Autran Patrono do Teatro Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º - O Ator Paulo Autran é declarado Patrono do Teatro
Brasileiro.**

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei que ora é apresentado, visa outorgar o título de Patrono do Teatro Brasileiro ao ator Paulo Autran, grande ícone da dramaturgia nacional que desenvolveu uma carreira de grande sucesso, angariando enorme respeito junto a opinião pública brasileira e a toda classe artística.

Pode-se ler na biografia de Paulo Autran, que nascido no Rio de Janeiro em 1922, mudou-se ainda jovem para São Paulo, onde formou-se em direito na Faculdade do Largo São Francisco no ano de 1945. Nessa época, participou de peças amadoras, que foi o início de uma das mais expressivas carreiras de artes cênicas do Brasil.

Sua estréia como ator ocorreu em 1949, no TBC (Teatro Brasileiro de Comédia, em São Paulo), na peça "Um Deus Dormiu Lá em Casa". Desde então, Autran participou de mais 89 peças, entre elas "Otelo", "Antígona", "My Fair Lady" e "Visitando o Sr. Green". A última peça encenada pelo ator foi "O Avarento", texto de Molière escrito em 1668, em cartaz em São Paulo.

Pela sua brilhante trajetória artística e pela sua importância para consolidar a dramaturgia nacional, propomos aos nossos nobres pares, a aprovação do Projeto de Lei que outorga o título de Patrono do Teatro Nacional ao Ator Paulo Autran.

Sala das Sessões, 17 de outubro de 2007.

POMPEO DE MATTOS

DEPUTADO FEDERAL

Vice-Líder da Bancada

PDT - RS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 253, DE 2009

(nº 2.314/2007, na Casa de origem, do Deputado Wolney Queiroz)

Denomina Rodovia João Lyra Filho o trecho da rodovia da BR-104 entre as cidades de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, no Estado de Pernambuco.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O trecho da BR-104 que liga Caruaru a Santa Cruz do Capibaribe, no Estado de Pernambuco, passa a denominar-se Rodovia João Lyra Filho.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.314, DE 2007

Denomina "Rodovia João Lyra Filho" o trecho da rodovia da BR-104 entre as cidades de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O trecho da BR-104 que liga Caruaru a Santa Cruz do Capibaribe, no Estado de Pernambuco, passa a denominar-se "Rodovia João Lyra Filho".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A razão dessa proposta se fundamenta no reconhecimento dos valores de um cidadão que destacou-se na luta pelo progresso de seu Estado de Pernambuco, tanto na vida pública, como na vida empresarial.

O Sr. João Lyra Filho marcou sua presença em seu tempo como líder político local e como representante de seu Estado na Câmara dos Deputados. Duas vezes Prefeito de Caruaru, realizou notável trabalho de modernização da cidade. Elegeu-se também duas vezes Deputado Estadual. Como Deputado Federal, atuou sempre com vivo interesse pelo desenvolvimento do Estado de Pernambuco e, de modo especial, pelo de Caruaru.

Essa sua veia política, João Lyra Filho transmitiu-a a seus filhos, o Sr. João Lyra Neto que foi duas vezes Prefeito de Caruaru e Deputado Estadual, e o Sr. Fernando Lyra, que foi Deputado Federal por sete mandatos e também Ministro da Justiça.

Além dessa intensa trajetória política, o Sr. João Lyra Filho destacou-se desde a década de cinquenta como empresário da aérea de transporte coletivo. Sua empresa, a Rodoviária Caruaruense, desde então faz a ligação entre Caruaru e Recife. Pela eficiência e modernidade dos serviços prestados aos usuários, essa empresa ficou conhecida como "o vai-e-vem da pontualidade".

Também contribuiu decisivamente para o progresso econômico de sua região, ao implantar e dirigir com sucesso empresas concessionárias da Ford e da Mercedes Benz, em Caruaru.

À guisa de agradecimentos por todos os feitos desse cidadão, reconhecidos pelos seus conterrâneos como impulsionadores do progresso regional, torna-se mais do que justa, pois, a homenagem que queremos prestar-lhe, denominando de "Rodovia João Lyra Filho" o trecho da BR-104 que liga Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe no Estado de Pernambuco.

Por ser uma proposição muito significativa, já que essa homenagem destaca o exemplo que nos deu o Sr. João Lyra Filho, de trabalho e dedicação a muitas causas, esperamos vê-la aprovada pelos ilustres Deputados.

Sala das Sessões, 30 de outubro de 2007.

Deputado Wolney Queiroz

PDT/PE

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 254, DE 2009

(nº 2.368/2007, na Casa de origem, do Deputado Dr. Talmir)

Inscreve o nome do Padre José de Anchieta no Livro dos Heróis da Pátria.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Será inscrito no Livro dos Heróis da Pátria, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília, Distrito Federal, o nome do Padre José de Anchieta, herói jesuíta das causas indígenas, um dos fundadores de São Paulo de Piratininga, hoje cidade de São Paulo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.368, DE 2007

Inclui o nome do Padre José de Anchieta no Livro dos Heróis da Pátria

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Será inscrito no *Livro dos Heróis da Pátria*, que se encontra no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília, DF, o nome do Padre José de Anchieta, herói jesuíta das causas indígenas, um dos fundadores de São Paulo de Piratininga, hoje cidade de São Paulo.

Art. 2º Esta lei entra em vigor

JUSTIFICAÇÃO

José de Anchieta nasceu em San Cristobal de Laguna, Tenerife, Ilhas Canárias, território espanhol, em 1534.

Com 14 anos de idade segue para Portugal, na companhia de um irmão mais velho, onde prossegue seus estudos em humanidades, filosofia e língua latina, em Coimbra. Nesse mesma cidade, candidata-se, em 1550, ao Colégio da Companhia de Jesus, onde será aceito como noviço no ano seguinte.

Dois anos depois, gravemente enfermo de um mal da espinha dorsal, ainda noviço, chega ao Brasil, em companhia do Segundo Governador-Geral, Duarte da Costa. Depois de rápida passagem pela Capitania da Bahia, segue para a Capitania de São Vicente, no litoral do hoje Estado de São Paulo. Empreende, de imediato, o aprendizado da língua indígena local.

Em 1554, juntamente com outros jesuítas, chega aos campos de Piratininga, no planalto paulista, local onde será fundado o Colégio dos Jesuítas, germe da São Paulo de Piratininga (hoje cidade de São Paulo).

Foi na recém-fundada São Paulo de Piratininga que Anchieta passou a exercer o magistério, tornando-se conhecedor e pacificador de indígenas, graças às suas habilidades linguísticas e de mediador.

Empreende viagens a serviço da Companhia de Jesus – Praia do Iperoig (hoje Ubatuba, SP), Salvador, BA, Rio de Janeiro, RJ, Reritiba (atual Anchieta, ES), retornando a vários desses lugares em diferentes momentos da sua missão apostólica, que acaba tendo relevância indigenista, pelo seu papel pacificador e de proteção aos índios, como também política, para os portugueses, que têm em Anchieta um excelente mestre e negociador.

É ordenado sacerdote aos 32 anos de idade, em Salvador, onde reza sua primeira missa. Ao mediar em Iperoig, juntamente com o Pe. Manoel da Nóbrega, um conflito entre índios tamoios e grupos franceses, contrários aos portugueses, consegue finalmente o armistício, mas fica um tempo como refém, em cativeiro, onde escreve em latim seu famoso poema *De Beata Virgine Dei Matre Maria* (Da Virgem Santa Maria Mãe de Deus), que, segundo a lenda, foi escrito com o seu cajado nas areias da praia.

Em meio a essa vida atribulada pelas viagens e múltiplas atribuições, inclusive diretivas e administrativas junto à ordem dos jesuítas, sofrendo cronicamente com seus males da coluna vertebral, Anchieta conseguiu ainda ser um religioso voltado à oração, à meditação, à caridade e ao magistério.

Morreu aos 63 anos de idade, em 1597, quando se encontrava na aldeia de Reritiba, próxima à Vitória, ES, cercado pelo carinho dos jesuítas e dos milhares de índios da região.

Por ter aliado o exercício das virtudes cristãs com a intensa ação pastoral e social em prol de populações desprotegidas, sobretudo as indígenas, Anchieta foi beatificado em 1980, após longo processo canônico, por S.S. o Papa João Paulo II.

A trajetória de José de Anchieta – Beato Padre José de Anchieta – num Brasil ainda em formação no século XVI, onde passou 44 anos da sua vida, o habilitam a ter seu nome perpetuamente inscrito no Livro dos Heróis da Pátria.

Posto isso, espero contar com o apoio dos meus nobres pares nesta Casa, no sentido de aprovar a proposta legislativa que ora submeto à Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 06 de novembro de 2007.

Deputado DR. TALMIR

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 255, DE 2009

(nº 2.390/2007, na Casa de origem, do Deputado Edson Duarte)

**Institui o Dia Nacional de Luta dos
Acidentados por Fontes Radioativas.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de Luta dos
Acidentados por Fontes Radioativas, a ser comemorado,
anualmente, no dia 13 de setembro.**

**Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.**

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.390, DE 2007

Institui o Dia Nacional de Luta dos Acidentados por Fontes Radioativas

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de Luta dos Acidentados
por Fontes Radioativas, a ser comemorado anualmente no dia 13 de setembro.**

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Há vinte anos, no dia 13 de setembro de 1987, tinha lugar na cidade de Goiânia o maior acidente radioativo do Brasil, quando centenas de pessoas foram contaminadas pelo elemento químico Césio-137.

O acidente aconteceu quando dois catadores de sucata encontraram um aparelho de radioterapia abandonado nos fundos de uma clínica radiológica e o venderam ao dono de um ferro velho, que resolveu desmontar o aparelho para aproveitar as partes de ferro e chumbo. A cápsula de cloreto de Césio foi quebrada, expondo ao ambiente cerca de 20 gramas da substância, um pó semelhante ao sal de cozinha que emite um atraente brilho azul no escuro.

Dessa forma, por puro desconhecimento do perigo que corriam, pessoas humildes, de baixa escolaridade, deslumbradas com aquele pó brilhante, foram expostas a um altíssimo nível de radiação. Quatro pessoas morreram um mês após o acidente e centenas de outras foram contaminadas.

O trabalho de descontaminação dos locais atingidos gerou 13,4 toneladas de lixo (roupas, utensílios, materiais de construção etc.) contaminado com o Césio-137. Esse lixo encontra-se armazenado em um depósito construído no município de Abadia de Goiás, onde deve ficar por aproximadamente 180 anos, numa vala revestida de uma parede de concreto e chumbo, e sob uma montanha artificial construída no local.

Além das conseqüências físicas causadas pela contaminação radioativa – que vão de cardiopatias e doenças de pele a carcinomas e perda de membros – as conseqüências emocionais e morais para essas vítimas foram enormes. Além de terem sofrido discriminação à época do acidente, perdido suas casas e pertences, e ficado incapacitadas para o trabalho, muitas dessas pessoas lutam até hoje para serem reconhecidas como vítimas da tragédia e receberem a devida assistência do Estado.

Todavia, cumpre destacar que as vítimas de fontes radioativas no Brasil não se resume as do Césio-137. Há o caso da Usina Santo Amaro (USAM), ou simplesmente Nuclemon, em São Paulo. Ela foi a primeira instalação nuclear brasileira a ser descomissionada, em 1992, mas a sua operação, por mais de 50 anos, deixou um legado de trabalhadores contaminados. Muitos sofreram contaminação crônica, através da inalação continuada de poeira rica em urânio e tório, que se alojou em seus pulmões. O risco que eles correm de ter câncer de pulmão e silicose é extremamente grande, com vários casos já registrados.

Os ex-trabalhadores da Nuclemon estão abandonados até hoje. Embora o Brasil seja signatário do art. 12 da Convenção 115 da Organização Internacional do Trabalho, OIT, onde se estabelece que os trabalhadores nas instalações nucleares expostos a radiações ionizantes têm de passar por exames periódicos, mesmo após a demissão, isto não ocorre. O Brasil assinou mas não regulamentou. As Indústrias Nucleares Brasileiras, INB, informa que, uma vez demitidos, cessou sua responsabilidade sobre eles.

Na verdade são milhares de pessoas atuando diretamente com fontes radioativas, expostas a riscos de acidentes de toda monta. E estas pessoas nem sempre estão cientes das contaminações.

Vimos, assim, pedir o apoio dos nobres Pares a este Projeto de Lei que institui o Dia Nacional de Luta dos Acidentados por Fontes Radioativas, como forma de apoiar as vítimas da tragédia do Césio-137, e as demais pessoas contaminadas. Mas, principalmente, para conscientizar a população e evitar que acidentes radioativos não voltem a acontecer.

Sala das Sessões, em 07 de novembro de 2007.

Deputado EDSON DUARTE

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 256, DE 2009

(nº 2.425/2007, na Casa de origem, da Deputada Rose de Freitas)

Denomina Rodovia Deputado Aloízio Santos o trecho da BR-262, do Km 0, em Cariacica, até o Km 20, em Viana, no Estado do Espírito Santo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica denominado Rodovia Deputado Aloízio Santos o trecho da Rodovia BR-262, do Km 0, em Cariacica, até o Km 20, em Viana, no Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.425, DE 2007

Denomina "Rodovia Deputado Aloízio Santos" o trecho da BR-262, do quilômetro Zero, em Cariacica, até o quilômetro 20, em Viana, no Estado do Espírito Santo;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica denominado "Rodovia Deputado Aloízio Santos" o trecho da Rodovia BR-262, do quilômetro Zero, em Cariacica, até o quilômetro 20, em Viana, no Estado do Espírito Santo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Com esta proposição, visa o Congresso Nacional a prestar justa homenagem ao ex-Deputado Federal, do Estado do Espírito Santo, Aloizio Santos, falecido na madrugada do dia 6 de novembro de 2007, por sua atuação, na Câmara dos Deputados, como representante do povo daquele Estado.

Cariaciquense apaixonado, como se autodenominava, Aloizio Santos nasceu em 11 de outubro de 1940, em Brejo Grande, no Estado de Sergipe. Formado em Direito, começou sua vida pública, em 1972, como vice-prefeito de Cariacica-ES, cidade da qual foi, por duas vezes, prefeito. Ocupou, por três vezes, o cargo de Deputado Federal. Exerceu também o cargo de Presidente da Cia. De Habitação e Urbanização do Espírito Santo e da Superintendência Nacional de Abastecimento, e ocupava, até seu falecimento, o cargo de Diretor-Presidente das Centrais de Abastecimento do Espírito Santo S/A.

Sua história parlamentar de incansável atuação em prol do desenvolvimento do Estado do Espírito Santo e da defesa dos interesses do povo brasileiro teve como um dos marcos de referência os esforços por ele despendidos com vistas à duplicação da BR-262, no trecho compreendido entre os municípios de Cariacica e Viana, exatamente aquele a que, como homenagem, a presente proposição pretende dar seu nome, como forma de mantê-lo vivo na memória de todos a quem a medida beneficiou e mantém-se beneficiando.

Além do sem número de vidas preservadas, em um trecho que, antes da duplicação, era conhecido como "Rodovia da Morte", a medida não só transformou essa pecha em coisa do passado, como também foi e continua sendo de alto significado para o desenvolvimento econômico do Estado, facilitando o trânsito de produtos e incrementando o fluxo de turistas.

Assim, em não havendo denominação oficial para o trecho em questão, a homenagem proposta atende plenamente aos requisitos da Lei nº 6.682, de 1979.

Peço, portanto, o apoio dos nobres pares para a rápida apreciação e aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das sessões, em 13 de novembro de 2007.

Deputada ROSE DE FREITAS

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 257, DE 2009

(nº 2.655/2007, na Casa de origem, da Deputada Jusmari Oliveira)

**Fixa a data de 13 de dezembro como o
Dia Nacional da Vaquejada.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º O dia 13 de dezembro é denominado no
calendário nacional como Dia Nacional da Vaquejada.**

**Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua
publicação.**

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.655, DE 2007

Fixa a data de 13 de Dezembro como o "Dia Nacional da Vaquejada";

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O dia 13 de Dezembro é denominado no calendário nacional como "Dia Nacional da Vaquejada".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei que estamos submetendo à apreciação desta casa, objetiva estabelecer uma data como referência como uma atividade cultural e esportiva da maior significação para o país que é a vaquejada.

Considerada como "Esporte de massa", a vaquejada merece o apoio das esferas públicas, inclusive por movimentar a economia das regiões onde acontecem os espetáculos, gerando emprego e promovendo turismo.

Os aspectos culturais da vaquejada são marcantes e altamente significativos para a formação do povo nordestino e estão disseminados por todos os rincões do país. É uma manifestação cultural que transpôs as fronteiras do Nordeste e alcança todos os Estados brasileiros, onde as organizações e associações de vaqueiros já estão formando federações e, em andamento, estrutura-se a Confederação Nacional.

Pelas razões aqui expostas, consideramos que os nobres pares que compõem esta Casa do Congresso Nacional, acolherão este projeto de lei, aprovando a fixação da data de 13 de Dezembro como "dia Nacional da Vaquejada". Vale ressaltar que 13 de dezembro é o dia tradicionalmente cultuado religiosamente pelos bravos e valentes homens que muito fizeram e fazem pela região e pelo país.

Diante todo o exposto, requiro o apoio dos ilustres pares para a aprovação desse projeto de lei.

Sala das Sessões, em 18 de dezembro de 2007.

JUSMARI OLIVEIRA
Deputada Federal – PR/BA

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 258, DE 2009

(nº 2.793/2008, na Casa de origem, do Deputado Alex Canziani)

Confere ao Município de Apucarana,
no Estado do Paraná, o título de
Capital Nacional do Boné.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É conferido ao Município de Apucarana,
Estado do Paraná, o título de Capital Nacional do Boné.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.793, DE 2008

Confere ao Município de Apucarana, no Estado do Paraná, o título de "Capital Nacional do Boné"

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É conferido ao Município de Apucarana, Paraná, o título de Capital Nacional do Boné.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo conferir ao Município de Apucarana, que se localiza no Estado do Paraná, o título de Capital Nacional do Boné.

Cidade-eixo entre as regiões Sul e Norte do Estado, Apucarana está localizada estrategicamente entre cidades-pólo (Londrina e Maringá). Por isso, é considerada o principal entroncamento rodo-ferroviário do Centro-Norte do Paraná. O município fica na zona fisiográfica do Ivaí, cruzamento da coluna vertebral da economia brasileira. Localizada na região conhecida como Vale do Ivaí, no Estado do Paraná, Apucarana tem população estimada em 115 mil habitantes. A cidade é referência nacional quando o assunto é boné. É um dos mais importantes pólos produtores desse acessório no país. Apucarana está no centro que compõe o chamado "Corredor da Moda", tendo inclusive uma Universidade Tecnológica Federal, cujos os cursos são voltados para esse segmento.

A Indústria local é responsável por 60% da produção de bonés no país e gera 10 mil empregos diretos e outros 10 mil indiretos, conta com 150 fabricas no seguimento e outras 400 vinculadas, produzindo 4,5 milhões de unidades por mês, como consequência, tornou-se geograficamente ponto ideal para o Mercosul e o caminho de ligação entre os grandes centros de consumo e produção, destacando-se nacionalmente na confecção de bonés.

Na região de Apucarana, o boné deu seus primeiros passos no início da década de 70, quando as empresas Cotton's, Kep's e Semetec começaram a produzir bandanas e tiaras. Aqueles empresários pioneiros pesquisaram e desenvolveram vários moldes de bonés até se definir pelo que consideraram melhor para a época. A aba ainda era feita com papelão.

Muitos abriram suas próprias fábricas. A primeira a se registrar na Prefeitura de Apucarana foi no dia 31 de janeiro de 1984.

Mas, o grande crescimento do setor foi entre 1997 e 1998. Nesse período nasceram mais de 200 empresas na cidade. Atualmente, o segmento de bonés, brindes e outros artefatos de tecidos gera 17,6% dos empregos industriais do município.

Nasceu aí a necessidade de uma entidade que reunisse os empresários. Em 1997 foi criada a Associação Brasileira de Bonés de Qualidade (Abrafab'q). A associação tem projetos de exportação com apoio da APEX, certificação ISO 9000 e central de compras.

Em 1990, foi criado o Sindicato das Indústrias do Vestuário do Vale do Ivaí (Sivale) que representa as indústrias de Confecções de Apucarana e mais vinte municípios.

Em junho de 2000, foi fundada a Associação das Indústrias de Bonés e Brindes de Apucarana (Assibra). O objetivo é manter uma central de compras cooperativa, permitindo maiores margens de negociação e menores custos na aquisição de insumos.

Em 2005 nasceu a Associação Nacional das Indústrias de Bonés, Brindes e Similares (Anibb) que conta com 136 associados em todo o Brasil. A sede é Apucarana.

O pólo produtor de Apucarana abastece o Brasil com vários tipos de bonés. Os empresários de Apucarana investem na qualidade. E o principal investimento é em tecnologia, principalmente na aquisição de novas máquinas e equipamentos.

As inovações organizacionais e produtivas ajudam os empresários a reduzir custos e conquistar ganhos de produtividade. São claras demonstrações da busca constante pela excelência no produto final.

Pela grande concentração de fabricantes de bonés e empresas que integram essa cadeia produtiva, Apucarana recebeu do governo federal, em 2004, a denominação de Arranjo Produtivo Local (APL). Com isso, Apucarana iniciou uma nova e importante etapa para a evolução do setor e para o desenvolvimento econômico e social do município.

Além disso, o município reúne as demais condições que a legitimam como autêntico APL. Tem entidades representativas de classe, instituições públicas e privadas de treinamento, promoção e consultoria, escolas técnicas e universidade, instituições de pesquisa, desenvolvimento e engenharia, entidades de classe e instituições de apoio empresarial e de financiamento.

A coordenação do APL é feito através de uma governança constituída por empresários voluntários cujo objetivo é conseguir resultados através do esforço coletivo. As ações do APL Bonés de Apucarana contam com a parceria da prefeitura, Sebrae, entidades que representam o setor, faculdades, instituições financeiras e da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Apucarana.

Investimentos em tecnologia, pesquisas, qualificação de mão-de-obra e contínua atualização do mercado, transformam Apucarana em importante centro nacional de excelência e um dos maiores pólos de produção de bonés do país.

E devida a importancia do setor boneleiro, a Administração do atual Prefeito Valter Pegorer, inaugurou no mes de Fevereiro do decorrente ano, um monumento ao boné, sendo a construção de um Boné gigante de 9 metros de largura, 14 metros de comprimento e 5 metros de altura, numa das entradas da cidade, com projeto de mais 2 como esse para serem entregues ate o segundo semestre.

A Concessão do título de Capital Nacional do Boné ao Município de Apucarana, é portanto, uma homenagem não só àquela comunidade, mas a todos que acreditaram no crescimento desse seguimento empresarial, que vem contribuindo para a construção do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos demais nobres Pares.

Sala das Sessões, em 13 de Fevereiro de 2008.

ALEX CANZIANI
Deputado Federal – PTB/PR

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA **Nº 259, DE 2009**

(nº 2.959/2008, na Casa de origem, do Deputado Paulo Piau)

Institui o Dia Nacional do Milho.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Milho, destinado a estimular e orientar a cultura do milho em nosso País, a ser comemorado, anualmente, em todo o território nacional, no dia 24 de maio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.959, DE 2008

Dispõe sobre o Dia Nacional do Milho e dá outras providências,

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica instituído, na República Federativa do Brasil, a data de 24 de maio, como sendo o Dia Nacional do Milho, destinado a estimular e orientar a cultura do milho no país.

Parágrafo único - O "Dia Nacional do Milho" será celebrado anualmente em Patos de Minas, Minas Gerais, durante a Fenamilho – Festa Nacional do Milho.

Art. 2º - A programação do "Dia Nacional do Milho" terá o apoio do Ministério da Agricultura, que buscará parcerias com o Poder Público Municipal, sindicatos e outras instituições públicas e privadas de âmbito nacional, estadual ou municipal, responsáveis pela programação e execução de palestras, conferências, exposições, feiras, seminários, encontros temáticos, demonstrações práticas de métodos e processos de aplicação para a cultura e uso do milho.

Art. 3º – Caberá à Delegacia Federal de Agricultura de Minas Gerais-DFA/MG, do Ministério da Agricultura, em parceria com os órgãos e entidades mencionados no artigo anterior, a coordenação das atividades programadas para o "Dia Nacional do Milho", divulgando, nos meios urbanos e rural, com a necessária antecedência, a data do evento e a programação das atividades elaboradas para a sua comemoração, para o que poderá solicitar a cooperação de quaisquer outros órgãos ou dependências do Ministério da Agricultura, que deverão ser prestadas em caráter prioritário.

Art. 4º - O Ministério da Agricultura poderá entrar em entendimento com outros órgãos do serviço público federal, estadual ou municipal, inclusive entidades paraestatais, autárquicas ou privadas, para que, na medida de suas possibilidades, cooperem na realização do "Dia Nacional do Milho".

Art. 5º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A Festa do Milho surgiu da necessidade de criar-se um marco social que projetasse o Município de Patos de Minas como grande centro agrícola. A primeira festa que se realizou no Município foi em Bom Sucesso, em 29 de junho de 1956, quando ainda era povoado, hoje Distrito de Bom Sucesso (Patos de Minas).

Na cidade de Patos de Minas, a primeira Festa do Milho se realizou no dia 24 de maio de 1959 e os idealizadores logo pensaram na eleição da Rainha do Milho.

As primeiras festas tiveram caráter filantrópico e foram em benefício do Seminário Diocesano Pio XII, contando com o total apoio do Bispo Diocesano à época. A data escolhida para a festa foi o dia 24 de maio – Dia da Cidade de Patos de Minas e foi idealizada para a mesma ocasião da Semana Ruralista.

O sucesso da festa foi tão grande que o Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco, através do Decreto 56.286, de 17 de maio de 1965, instituiu o Dia Nacional do Milho, onde o Ministério da Agricultura teria a prerrogativa de fixar anualmente a data e a local no País em que ocorreria a celebração do "Dia Nacional do Milho".

A Festa do Milho tornou-se o acontecimento de maior relevância na vida social de Patos de Minas e uma das principais do Estado de Minas Gerais, e foi inserida no calendário turístico nacional. A Festa Nacional do Milho - Fenamilho ou, como é popularmente conhecida, Festa do Milho é a principal festa da cidade e uma das maiores do País.

A Fenamilho surgiu há 50 anos com o objetivo de valorizar o trabalho do homem do campo, ressaltando principalmente, o grande potencial para a agricultura e a pecuária em Patos de Minas. Com o passar dos anos, ganhou nova dimensão e conquistou o Brasil. Hoje, são milhares de turistas que participam da Fenamilho.

A Festa Nacional do Milho passou a ser um dos grandes atrativos turísticos de toda a região, sendo incluída nos calendários nacional e estadual de eventos. Ao longo de sua história, marcou a tradição do trabalho rural não só nas atividades do campo, mas para a culinária e o artesanato. Marcou ainda, a receptividade do homem do campo, inculcada no povo patense.

Na programação destacam eventos voltados para o agronegócios (exposição, julgamento de raças e leilões de animais), aperfeiçoamento profissional (seminários, fazenda de desenvolvimento sustentável e vitrine do milho), culinária (festival de pratos típicos à base de milho) e para a integração das famílias rurais (encontro regional da mulher do campo e da família rural).

A programação é direcionada aos mais variados estilos, com a realização de shows, bailes no paiolão, apresentações musicais na Praça do Produtor e na Praça Park, Feira Comercial e Industrial, Eleição e Coroação da Rainha Nacional do Milho e Princesas.

A Fenamilho recebe inúmeros visitantes, empreendedores, investidores e consumidores afigurado-se como um catalizador de oportunidades e negócios, tornando-se uma vitrine dinâmica para tecnologias de ponta e intercâmbio de experiências e inovações.

Diante de tais argumentos e apontando que o Decreto n.º 56.286, de 17 de maio de 1965, merece adaptações e inovações, contamos com o apoio dos nobres Pares para uma célere apreciação e aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 05 de março de 2008.

Deputado PAULO PIAU

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 260, DE 2009

(nº 3.071/2008, na Casa de origem, do Deputado Gonzaga Patriota)

Denomina a BR-363, localizada em Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco, Estrada Miguel Arraes de Alencar.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A BR-363, localizada em Fernando de Noronha, no Estado de Pernambuco, passa a ser denominada Rodovia Miguel Arraes de Alencar.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.071, DE 2008

Denomina a BR-363, localizada em Fernando de Noronha no Estado de Pernambuco, de "Estrada Miguel Arraes de Alencar"

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A BR 363, localizada em Fernando de Noronha no Estado de Pernambuco, passa a ser denominada "Rodovia Miguel Arraes de Alencar".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Miguel Arraes (1916-2005), advogado, economista e político, foi personalidade de destaque no cenário nacional por mais de quatro décadas: foi 2 (duas) vezes governador do Estado de Pernambuco, 3 (três) vezes deputado federal e prefeito do Recife. Esse grande nome da política brasileira tem sua trajetória política marcada por duas distintas fases: a primeira, antes do golpe militar de 1964, e a segunda, após a anistia e sua volta do exílio.

O marco que divide a vida política desse notável cearense que conquistou o coração dos pernambucanos é sua prisão em 1º de abril de 1964. Nesse dia, após recusar-se a renunciar ao cargo de governador e a proferir a frase durante o cerco ao Palácio das Princesas que ficou para posteridade como um dos símbolos da resistência à ditadura – "não trairei a vontade dos que me elegeram" –, foi preso na tarde desse mesmo dia na estrada federal BR-363 em Fernando de Noronha.

A BR-363, a "BR" de Noronha, segunda menor estrada federal do país com 7,2 km de extensão, ficou marcada para sempre por esse episódio em que o governador do Estado de Pernambuco foi preso por defender a democracia e obrigado a permanecer em Noronha por onze meses. É no sentido de homenagear Miguel Arraes, esse grande político brasileiro, e de conservar viva a história nacional que solicito o apoio de todos os ilustres pares para a aprovação deste importante projeto de lei.

Sala das Sessões, 25 de março de 2008.

Deputada GONZAGA PATRIOTA
PSB/PE

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 261, DE 2009

(nº 3.165/2008, na Casa de origem, do Deputado José Otávio Germano)

Denomina Viaduto Deputado Federal Júlio Redecker o viaduto localizado no Km 243 da BR-116, no Município de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É denominado Viaduto Deputado Federal Júlio Redecker o viaduto localizado no Km 243 da BR-116, no Município de São Leopoldo, no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.165, DE 2008

Denomina Viaduto Deputado Federal Júlio Redecker localizado no km 243 da BR 116, no Município de São Leopoldo/RS

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É denominado Viaduto Deputado Federal Júlio Redecker o viaduto localizado no Km 243 da BR 116, no município de São Leopoldo no Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A história de vida de Júlio César Redecker, 51 anos, deputado federal em quarto mandato, está intimamente ligada ao setor produtivo, em especial ao setor coureiro-calçadista, à produção e ao trabalho.

Na Câmara, sua atuação se confunde com o Mercosul, com a defesa dos municípios gaúchos, a apresentação de propostas que garantam emprego e renda, e daqueles que, fruto de seus esforços, empreendem e fazem a riqueza deste país.

Mas para falar de Redecker é preciso conhecer sua história de filho de taxista e de cozinheira de restaurante, que deixou Taquari, sua cidade natal, ainda jovem em busca de uma oportunidade em Porto Alegre.

A política estudantil oportunizou os primeiros passos na política. Filiado à Arena, permaneceu na sigla que a sucedeu por 30 anos, ocupando importantes cargos até chegar à Câmara Federal.

Não foi uma trajetória fácil. Sem recursos ou padrinhos, Júlio Redecker foi construindo sua carreira a partir da família, da esposa Salete e dos filhos Lucas, Mariana e Victória, e dos amigos, fiéis em todos os momentos.

Em 1982, com apenas 24 anos, Redecker concorre a prefeito de Taquari, sem êxito, apesar de expressiva votação. Quatro anos mais tarde, lança-se a deputado estadual. Novamente, não obtém o sucesso almejado, apesar de ter recebido cerca de 13 mil votos.

Redecker voltaria novamente a disputar uma eleição em 1994, desta vez, a deputado federal. Surpreende os gaúchos ao somar 40.788 votos levando sua mensagem de fé na Família e no Rio Grande, garantindo a primeira suplência, o suficiente para assumir uma cadeira em Brasília.

Sua atuação na Câmara fez dele o quinto deputado mais votado do Estado, em 1998, quando recebeu votos de 102.596 gaúchos. Um grave acidente, dois dias antes da eleição, colocou à prova sua fé na vida e em Deus. Foram longos seis meses de recuperação, fisioterapia e acompanhamento, até que pudesse superar a dor e a voltar a fazer o que mais gosta: política.

Na eleição de 2002, Júlio Redecker volta a figurar entre os mais votados, com 188.213 votos, a segunda maior votação do Rio Grande, a maior do seu ex-partido. Em 2003, Redecker decide não ingressar no PP, o partido que substituíra o PPB.

Sua opção foi pela social-democracia, a doutrina política que mudou a Europa no pós-guerra e colocou o Brasil entre as grandes nações durante os governos do presidente Fernando Henrique Cardoso. O PSDB foi seu caminho natural, após dar sustentação ao governo FH durante seus oito anos de mandato, e por acreditar que a social-democracia ainda fará muito pelo Brasil e o Rio Grande do Sul.

Na eleição de 2006, outra vez Redecker teve votação destaque ao receber o apoio de mais de 157 mil gaúchos. Foi o deputado federal mais votado da vitoriosa Coligação Rio Grande Afirmativo, que elegeu Yeda Crusius a primeira governadora do Rio Grande do Sul.

Neste novo mandato, Júlio Redecker tem um novo desafio na condição de Líder da Minoria na Câmara Federal. Antes de ocupar este importante cargo, destacou-se como um dos parlamentares mais combativos nas CPMI's do Mensalão e dos Sanguessugas, da qual foi relator.

Em 2007, Redecker passou a integrar também o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, na condição de conselheiro titular.

Sua brilhante carreira foi interrompida de forma brutal no dia 17 de julho de 2007. Júlio Redecker estava a bordo do voo 3054 da TAM, que saiu de Porto Alegre com destino a Congonhas, em São Paulo, às 16h55min. Morreu trabalhando, pois dirigia-se para os Estados Unidos onde acompanharia o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, em palestra na Câmara dos Deputados, em Washington.

A tragédia comoveu o Rio Grande e o Brasil, pois Redecker era referência de parlamentar sério, competente e preocupados com os destinos do Brasil. Milhares de pessoas se dirigiram ao Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, para prestar as últimas homenagens a um dos mais brilhantes deputados. Seu enterro, em Novo Hamburgo, parou a cidade e a região, mobilizando anônimos e autoridades no adeus ao parlamentar da terra.

O líder da Minoria, que tantas vezes alertou para os riscos do Apagão Aéreo, caiu diante do caos que se instalou nos aeroportos brasileiros há quase um ano. Seu legado de ética na política e defesa da família seguirão com todos aqueles que encontram na vida pública a esperança de dias melhores para esta grande Nação.

Sala das Sessões, 2 em abril de 2008.

JOSÉ OTÁVIO GERMANO
PP/RS

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 262, DE 2009

(nº 3.176/2008, na Casa de origem, do Deputado Rodovalho)

Institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção à Trombose.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de Combate e Prevenção à Trombose, a ser comemorado, anualmente, no dia 16 de setembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.176, DE 2008

Institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção a Trombose;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de Combate e Prevenção a Trombose, a ser comemorado anualmente no dia 16 de setembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A Trombose Venosa Profunda (TVP) é uma doença grave, caracterizada pela formação aguda de um trombo (coágulo) no interior das veias profundas da perna. Infelizmente quando não diagnosticada a tempo e tratada adequadamente pode evoluir e causar sérias complicações, que podem incapacitar o indivíduo para determinadas atividades e até levar ao óbito.

Segundo o Dr. José Joel Dantas, " os sintomas mais comuns da Trombose Venosa Profunda (TVP) ocorrem geralmente em uma das pernas, mais comumente nas panturrilhas (batalas das pernas), caracterizando-se frequentemente com dor,

edema e vermelhidão nas pernas ou coxas. Diante de tais manifestações o indivíduo deve ser encaminhado imediatamente a um serviço médico de emergência adequado, sobretudo pelo risco do quadro evoluir para uma embolia pulmonar.

A TVP com frequência não dá sinais de alerta e por isso pode passar despercebida. É comum só ser descoberta frente a uma grave complicação da doença

Outro aspecto importante é a identificação a relação de causa e efeito entre os vôos de longa duração na classe econômica em que há espaço restrito nas aeronaves com imobilização das pernas e a formação da Trombose Venosa Profunda. O "paciente de risco tromboembólico" pode necessitar de prescrição médica a base de medicamento anticoagulante que deverá ser controlada periodicamente mediante a solicitação de exames laboratoriais. Estes pacientes devem evitar a auto medicação e comunicar ao médico o uso de medicamentos prescritos em caso de necessidade de um procedimento cirúrgico que vier a ser submetido.

Alguns ajustes no estilo de vida, como a suspensão do fumo, a limitação do consumo de bebidas alcoólicas e uma alimentação balanceada são condutas essenciais para diminuir o risco de doenças em geral. Tanto a prevenção quanto a avaliação do "risco tromboembólico" são medidas simples, porém vitais, daí a importância de médicos e pacientes estarem juntos no combate à TVP.

O objetivo do nosso projeto é levar informação clara e objetiva à população de modo a conscientizá-la da gravidade da doença e da necessidade da adoção de medidas preventivas."

Sala das Sessões, em 4 de abril de 2008.

Deputado RODOVALHO

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 263, DE 2009

(nº 3.216/2008, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida)

Denomina Ponte Antônio Conselheiro a ponte sobre o Rio São Francisco, localizada na rodovia BR-116, na divisa entre os Estados da Bahia e de Pernambuco.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A ponte sobre o Rio São Francisco, localizada na rodovia BR-116, na divisa entre os Estados da Bahia e de Pernambuco, passa a ser denominada Ponte Antônio Conselheiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.216, DE 2008

Denomina "Ponte Antônio Conselheiro" a ponte sobre o Rio São Francisco, localizada na rodovia BR-116, na divisa entre os Estados da Bahia e de Pernambuco;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A ponte sobre o Rio São Francisco, localizada na rodovia BR-116, na divisa entre os Estados da Bahia e de Pernambuco, passa a ser denominada "Ponte Antônio Conselheiro".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A BR-116 é uma das principais rodovias brasileiras, e uma das poucas que corta o país de Norte a Sul, tendo início na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, e término na cidade de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai.

Essa rodovia é também uma das mais extensas, com aproximadamente 4.385 quilômetros, passando por dez estados e ligando cidades importantes como Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, São José dos Campos, Taubaté, Resende, Volta Redonda, Rio de Janeiro, Pelotas, Governador Valadares, Teófilo Otoni, Vitória da Conquista, Feira de Santana, Chorrochó e Fortaleza, entre tantas outras.

A BR-116 é a principal rota de escoamento da produção dos estados da Bahia e de Pernambuco para o Centro-Sul do país, além de servir de passagem para veículos que se deslocam do Centro-Oeste em direção ao Estado do Ceará. A ponte que atravessa o rio São Francisco interligando as localidades de Ibó, em Pernambuco, e Abaré, na Bahia, irá potencializar ainda mais a região, uma vez que a referida obra reduzirá em cerca de 155 quilômetros o trajeto entre Feira de Santana, na Bahia, e Fortaleza, no Ceará, dinamizando assim a economia daquela região.

O homenageado, Antônio Vicente Mendes Maciel, nasceu em 13 de março de 1830, na Vila do Campo Maior de Quixeramobim na então Província do Ceará. Filho do comerciante Vicente Mendes Maciel e de Maria Joaquina do Nascimento, que veio a falecer quando Antônio tinha apenas seis anos de idade.

Conhecido na história do Brasil como Antônio Conselheiro, foi um líder religioso carismático e um dos grandes líderes sociais brasileiros. Figura fascinante, adquiriu uma dimensão messiânica ao liderar o arraial de Canudos, um pequeno vilarejo no sertão da Bahia, atraindo milhares de sertanejos, entre escravos e camponeses, que buscavam por justiça social, conduzindo-os à famosa Guerra dos Canudos.

A Guerra de Canudos, revolução de Canudos ou insurreição de Canudos, foi um movimento de fundo sócio-religioso, e amplamente reprimido militarmente, que durou de 1893 a 1897, na então comunidade de Canudos, no interior do estado da Bahia. Decorreu de uma série de fatores como a grave crise econômica e social em que se encontrava a região à época, historicamente caracterizada pela presença de latifúndios improdutivos, situação esta agravada pela ocorrência de secas cíclicas e de desemprego crônico.

A rebelião de Canudos teve fim no dia 5 de outubro de 1897, quando morreram seus últimos defensores. Canudos, que contava com 5.200 casebres, não se rendeu, resistiu até o esgotamento completo. O Conselheiro foi assassinado, decapitado, e sua cabeça enviada para estudos científicos. No dia 6 de outubro, o arraial foi completamente destruído e incendiado. Como diz Amaud Carlos de Amorim, nos seus versos intitulados de "Foi Antonio Conselheiro sonhador da liberdade", "... Era ser livre ou morrer, Canudos não se rendeu...."

Por tudo que este movimento representou e representa para a vida dos sertanejos e dos brasileiros, sobretudo, os nordestinos, é que consideramos justa a homenagem que pretendemos render ao seu maior líder, o imortal Antonio Conselheiro. Por esta razão e pelos motivos expostos, solicitamos aos ilustres Deputados o apoio para a provação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 2008.

Deputado Daniel Almeida

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 263, DE 2009

(nº 3.216/2008, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida)

Denomina Ponte Antônio Conselheiro a ponte sobre o Rio São Francisco, localizada na rodovia BR-116, na divisa entre os Estados da Bahia e de Pernambuco.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A ponte sobre o Rio São Francisco, localizada na rodovia BR-116, na divisa entre os Estados da Bahia e de Pernambuco, passa a ser denominada Ponte Antônio Conselheiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.216, DE 2008

Denomina "Ponte Antônio Conselheiro" a ponte sobre o Rio São Francisco, localizada na rodovia BR-116, na divisa entre os Estados da Bahia e de Pernambuco;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A ponte sobre o Rio São Francisco, localizada na rodovia BR-116, na divisa entre os Estados da Bahia e de Pernambuco, passa a ser denominada "Ponte Antônio Conselheiro".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A BR-116 é uma das principais rodovias brasileiras, e uma das poucas que corta o país de Norte a Sul, tendo início na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, e término na cidade de Jaguarão, no Estado do Rio Grande do Sul, na fronteira com o Uruguai.

Essa rodovia é também uma das mais extensas, com aproximadamente 4.385 quilômetros, passando por dez estados e ligando cidades importantes como Porto Alegre, Curitiba, São Paulo, São José dos Campos, Taubaté, Resende, Volta Redonda, Rio de Janeiro, Pelotas, Governador Valadares, Teófilo Otoni, Vitória da Conquista, Feira de Santana, Chorrochó e Fortaleza, entre tantas outras.

A BR-116 é a principal rota de escoamento da produção dos estados da Bahia e de Pernambuco para o Centro-Sul do país, além de servir de passagem para veículos que se deslocam do Centro-Oeste em direção ao Estado do Ceará. A ponte que atravessa o rio São Francisco interligando as localidades de Ibó, em Pernambuco, e Abaré, na Bahia, irá potencializar ainda mais a região, uma vez que a referida obra reduzirá em cerca de 155 quilômetros o trajeto entre Feira de Santana, na Bahia, e Fortaleza, no Ceará, dinamizando assim a economia daquela região.

O homenageado, Antônio Vicente Mendes Maciel, nasceu em 13 de março de 1830, na Vila do Campo Maior de Quixeramobim na então Província do Ceará. Filho do comerciante Vicente Mendes Maciel e de Maria Joaquina do Nascimento, que veio a falecer quando Antônio tinha apenas seis anos de idade.

Conhecido na história do Brasil como Antônio Conselheiro, foi um líder religioso carismático e um dos grandes líderes sociais brasileiros. Figura fascinante, adquiriu uma dimensão messiânica ao liderar o arraial de Canudos, um pequeno vilarejo no sertão da Bahia, atraindo milhares de sertanejos, entre escravos e camponeses, que buscavam por justiça social, conduzindo-os à famosa Guerra dos Canudos.

A Guerra de Canudos, revolução de Canudos ou insurreição de Canudos, foi um movimento de fundo sócio-religioso, e amplamente reprimido militarmente, que durou de 1893 a 1897, na então comunidade de Canudos, no interior do estado da Bahia. Decorreu de uma série de fatores como a grave crise econômica e social em que se encontrava a região à época, historicamente caracterizada pela presença de latifúndios improdutivos, situação esta agravada pela ocorrência de secas cíclicas e de desemprego crônico.

A rebelião de Canudos teve fim no dia 5 de outubro de 1897, quando morreram seus últimos defensores. Canudos, que contava com 5.200 casebres, não se rendeu, resistiu até o esgotamento completo. O Conselheiro foi assassinado, decapitado, e sua cabeça enviada para estudos científicos. No dia 6 de outubro, o arraial foi completamente destruído e incendiado. Como diz Amaud Carlos de Amorim, nos seus versos intitulados de "Foi Antonio Conselheiro sonhador da liberdade", "... Era ser livre ou morrer, Canudos não se rendeu...."

Por tudo que este movimento representou e representa para a vida dos sertanejos e dos brasileiros, sobretudo, os nordestinos, é que consideramos justa a homenagem que pretendemos render ao seu maior líder, o imortal Antonio Conselheiro. Por esta razão e pelos motivos expostos, solicitamos aos ilustres Deputados o apoio para a provação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 2008.

Deputado Daniel Almeida

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 264, DE 2009

(nº 3.260/2008, na Casa de origem, do Deputado Rodrigo Rollemberg)

Institui o Dia Nacional do *Reggae*.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 11 de maio como o Dia Nacional do *Reggae*, data em que se homenageará o ritmo musical difundido mundialmente por Robert Nesta Marley.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.260 DE 2008

Institui o Dia Nacional do *Reggae*;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o dia 6 de fevereiro como o Dia Nacional do *Reggae*, data em que se homenageará o ritmo musical criado por Robert Nesta Marley, conhecido como o "Rei do *Reggae*".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil é um país de dimensões continentais, com influência de várias culturas, das mais variadas etnias, que se misturaram quando da colonização das nossas terras. Foi dessa mistura de negros, brancos, índios e até amarelos, que nasceu a genuína essência do povo brasileiro: a diversidade das manifestações sócio culturais, sua forma alegre e espontânea de viver, de forma que aprendeu ao longo do tempo a conviver pacificamente com as diferenças em nossa sociedade.

Uma das expressões mais ricas e marcantes do nosso povo está na música: na qualidade dos nossos compositores, na criação de gêneros, como o samba, o chorinho dentre tantos outros. Além da criação de gêneros musicais próprios da cultura brasileira, é relevante mencionar a absorção de outros ritmos musicais estrangeiros que, sem dúvida, "caíram" no gosto do brasileiro.

Um deles foi o *reggae*, estilo musical criado na Jamaica, na década de 1960 pelo cantor e compositor Robert Nesta Marley, conhecido mundialmente como Bob Marley, o rei do *reggae*, nascido em 6 de fevereiro de 1945 em Saint Ann, no interior da Jamaica. Filho de Norval Marley, um militar branco inglês e Cedella Booker, uma adolescente negra vinda do norte do país, Marley sentiu a discriminação racial em seu próprio país por ser mulato e de estatura mediana, algo incomum entre os negros habitantes da Jamaica.

Faleceu, devido a um câncer, no dia 11 de maio de 1981 em Miami, na Flórida, aos 36 anos. Sempre lutou contra a opressão, a fome e a desigualdade social, o que se refletia em suas composições, tendo sido inclusive premiado com a "Medalha da Paz do Terceiro Mundo" pelas Nações Unidas em junho de 1978.

O legado que Bob Marley deixou ao mundo vai muito além do *reggae*: é através deste que muitos artistas brasileiros usam o meio da música para fazer legítimas críticas sociais. A influência deste estilo musical é tamanha em alguns estados brasileiros, que já há lei municipal que instituiu o dia do *reggae*, como é o caso de Salvador, através da Lei n.º 5.817/2000.

Cidade Negra, Edson Gomes, Gilberto Gil (este último gravou um disco com músicas de Bob Marley), entre tantos outros artistas nacionais consagrados, continuam a levar, através do *reggae*, mensagens de paz, amor e críticas sociais, na tentativa de alertar o povo para lutar pelos seus direitos, da mesma forma que Marley, considerado o primeiro astro do terceiro mundo com reconhecimento internacional, já fazia há quase quatro décadas atrás.

Pelos justos motivos expostos, peço o apoio dos nobres colegas para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, 15 de abril de 2008.

Deputado **RODRIGO ROLLEMBERG**

PSB/DF

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 265, DE 2009

(nº 3.313/2008, na Casa de origem, do Deputado Costa Ferreira)

Institui o Dia Nacional da Fé Cristã.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Fé Cristã, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de dezembro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.313, DE 2008

Institui o Dia Nacional da Fé Cristã:

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional da Fé Cristã, a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de dezembro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Apresentei, nas duas últimas legislaturas, projeto de lei similar a este, entretanto, todos foram arquivados por força regimental.

Acredito existirem três razões que justificam a instituição do Dia Nacional da Fé Cristã: os brasileiros são em sua maioria, cristãos; a data a ser celebrada coincide com o dia do nascimento de Jesus Cristo, origem, razão e inspiração das religiões que o seguem e não configura a criação de mais um feriado, pois permite a todos irmanados pelos sentimentos cristãos comemorar em dia já consagrado os mais puros sentimentos de confraternização e renovação da fé em Cristo.

A celebração da fé, por todos os cristãos, independente da religião que professam, permite além da demonstração comum dos sentimentos religiosos, a oportunidade de conagração nos mais diversos espaços de culto e referência espiritual.

Espero contar com o apoio dos meus ilustres Pares para esta inciativa.

Sala das Sessões, em 23 de abril de 2008.

Deputado **COSTA FERREIRA**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 266, DE 2009

(nº 3.373/2008, na Casa de origem, do Deputado Guilherme Campos)

Institui o Dia Nacional das Hemoglobinopatias.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional das Hemoglobinopatias, a ser celebrado, anualmente, no dia 8 de maio.

Art. 2º Os objetivos do Dia Nacional das Hemoglobinopatias são:

I - estimular ações de informação e conscientização relacionadas às hemoglobinopatias;

II - promover debates e outros eventos sobre as políticas públicas de atenção integral aos portadores de hemoglobinopatias;

III - apoiar as atividades organizadas e desenvolvidas pela sociedade civil em prol dos portadores de hemoglobinopatias;

IV - difundir os avanços técnico-científicos relacionados às hemoglobinopatias.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.373, DE 2008

Institui o Dia Nacional das Hemoglobinopatias;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional das Hemoglobinopatias, a ser celebrado anualmente no dia 8 de maio.

Art. 2º Os objetivos do Dia Nacional das Hemoglobinopatias são:

I - estimular ações de informação e conscientização relacionadas às hemoglobinopatias;

II - promover debates e outros eventos sobre as políticas públicas de atenção integral aos portadores de hemoglobinopatias;

III - apoiar as atividades organizadas e desenvolvidas pela sociedade civil em prol dos portadores de hemoglobinopatias;

IV - difundir os avanços técnico-científicos relacionados às hemoglobinopatias.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os distúrbios das hemoglobinas humanas, ou hemoglobinopatias, apesar de não serem muito divulgadas são as doenças genéticas mais comuns em todo o mundo.

As mais importantes são a doença falciforme e as talassemias, e representam um importante problema de saúde pública. Segundo dados da OMS, 7% da população mundial portam genes responsáveis por hemoglobinopatias, sendo que de 50 mil a 100 mil crianças morrem anualmente com talassemia em todo mundo, e não menos que 50% das crianças portadoras de doença falciforme.

No Brasil, estima-se que, a cada ano, nascem cerca de 2.500 crianças com a doença falciforme, e cerca de 90.000 com traço falciforme, ou seja, com a possibilidade de gerar descendentes enfermos.

Reconhecendo a importância das enfermidades, a OMS adotou oficialmente o dia 8 de maio como "Dia Mundial das Hemoglobinopatias". Aproveitando a data, pretendemos que haja em solo brasileiro também um "Dia Nacional das Hemoglobinopatias", para promover ações adequadas ao enfrentamento desse problema.

Assim sendo, solicito aos nobres pares o apoio necessário para a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões, em 7 de maio de 2008.

Deputado GUILHERME CAMPOS

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

Publicado no DSF, de 04/11/2009.

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 267, DE 2009
(nº 3.541/2008, na Casa de origem, do Deputado Cleber Verde)**

Institui o Dia Nacional do
Evangélico a ser comemorado no dia
30 de novembro de cada ano.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Evangélico, a ser comemorado no dia 30 de novembro de cada ano.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.541, DE 2008

Institui o "Dia Nacional do Evangélico" no dia 30 de novembro de cada ano;

Congresso Nacional decreta:

Artigo 1º Fica instituído o Dia Nacional do Evangélico, a ser comemorado todo o dia 30 de novembro de cada ano.

Artigo 2º Ao Congresso Nacional fica reservado o dia 30 de novembro para sessão solene, data em que se realizarão homenagens ao Dia Nacional do Evangélico, sem Ordem do Dia.

Artigo 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

Segundo publicado pela revista *Veja On Line*, o país mais católico do mundo está ficando cada vez mais evangélico. O resultado do censo demográfico no quesito religião, divulgado já no ano de 2002, mostrava que mais de 15% dos brasileiros são protestantes. É um percentual cinco vezes maior que em 1940 e o dobro do de 1980. Em Estados como Rio de Janeiro e Goiás, o índice supera 20% dos habitantes. No Espírito Santo e em Rondônia, os evangélicos passam de um quarto da população. Esse ritmo indica que metade dos brasileiros poderiam estar convertidos em cinco décadas – um tempo mínimo quando se fala em avanço religioso.

Ao contrário do que acontece com os católicos brasileiros, cuja maior parte nasce dentro da religião mas na maioria dos casos não a segue completamente, os evangélicos levam a prática da fé a sério. Para começar, muitos evangélicos são convertidos – ou seja, escolheram aderir a uma religião por conta própria. Por isso, tendem a se tornar militantes da causa, envolvendo-se nos cultos e nas atividades comunitárias desenvolvidas em torno dos templos que freqüentam. Segundo dados do Instituto Superior de Estudos da Religião (Iser), 80% dos evangélicos dizem participar das cerimônias e das obras sociais com regularidade – uma porcentagem quatro vezes maior que no rebanho católico.

As religiões cristãs não-católicas, como as evangélicas, têm sua origem no começo do século XVI, quando um monge alemão chamado Martinho Lutero se insurgiu contra Roma. No ano de 1517, revoltado com a venda de indulgências pelo papa, Lutero escreveu suas famosas 95 teses, que pregou na porta da catedral de Wittenberg. Foi o estopim da Reforma Protestante, que se tornaria uma das mais profundas transformações sociais da história humana. Com o tempo, do tronco protestante antipapal foram brotando dezenas de denominações. A mais importante dessas subdivisões, a do pentecostalismo, criada pelo pregador negro americano William Joseph Seymour, foi uma explosão de fé. Hoje há mais pentecostais no mundo do que anglicanos, batistas, luteranos e presbiterianos somados.

Ao proliferarem em todas as camadas sociais, os evangélicos estão produzindo mudanças facilmente detectáveis. A mais visível delas acontece em público. Hoje, grandes manifestações de fé, como a Marcha para Jesus que ocorre anualmente em São Paulo, arrastam multidões.

Dentre outras atividades, os evangélicos vem se destacando nos setores de educação, hospitais, etc.

Para tanto, merecem a exemplo de alguns Estados brasileiros, que tenham um dia para comemorarem sua crença, pois a Constituição assegura a liberdade de crença a todos.

Em 1956 foi comemorado o Dia do Evangelho pela primeira vez no Distrito Federal (fonte: Wikipédia), e ainda continua sendo comemorado, até a presente data, sendo decretado feriado em Brasília.

No Estado do Amapá, desde o ano de 2004, foi criado o Dia do Evangélico por meio da Lei Estadual nº 827, de 19 de maio de 2004, que abaixo transcrevemos:

LEI Nº 0827, DE 19 DE MAIO DE 2004. Publicada no Diário Oficial do Estado nº 3281, de 20/05/2004.

Institui o "Dia do Evangélico" no âmbito do Estado do Amapá e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAPÁ,

Faço saber que a Assembléia Legislativa do Estado do Amapá aprovou e eu, nos termos do art. 107 da Constituição Estadual, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído, no âmbito do Estado do Amapá, o "Dia do Evangélico", a ser comemorado todo ano, no dia 30 de novembro.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Inclusive no Amapá, os evangélicos dirigem-se às repartições públicas e entidades assistenciais para realizarem trabalhos missionários e de assistência social.

Objetiva-se homenagear esse segmento que vem crescendo substancialmente em todo país. De acordo com pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os evangélicos representam hoje 20,3% da população brasileira. Esse percentual corresponde a mais de 34 milhões de pessoas, apesar do Brasil ter um Estado laico.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres Colegas para a sua aprovação.

Sala de Sessões, em 11 de junho 2008.

Deputado Cleber Verde

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 268, DE 2009
(nº 3.555/2008, na Casa de origem, do Deputado Mendes Ribeiro Filho)

Institui o Dia Nacional de
Conscientização do Estresse, a ser
comemorado no terceiro domingo de
novembro, anualmente.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de
Conscientização do Estresse, a ser comemorado no terceiro
domingo de novembro, anualmente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua
publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.555, DE 2008

Institui o Dia Nacional de Conscientização do Estresse, a ser
comemorado no terceiro domingo de novembro, anualmente;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica instituído o Dia Nacional de Conscientização do
estresse, a ser comemorado no terceiro domingo de novembro, anualmente.

Art. 2º - O Ministério da Saúde realizará, na data mencionada no
artigo 1º, Campanha Nacional para esclarecer, alertar e diagnosticar a doença, as
formas de tratamento e as suas consequências negativas para as pessoas e para a
sociedade.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei que estamos apresentando reflete um pleito do ISMA-BR, International Stress Management Association no Brasil, com sede em Porto Alegre – RS.

A referida entidade promove, na Capital Gaúcha, anualmente, no terceiro domingo de novembro o “Dia de Conscientização do Estresse”.

Trata-se de evento gratuito e aberto ao público, contando com especialistas na área da saúde (médicos, psicólogos, enfermeiros, nutricionistas), que medem o nível de estresse dos gaúchos e a sua suscetibilidade à doença, através do teste do psiquiatra norte-americano Richard Rahe, o mais respeitado, internacionalmente, nas medições de estresse.

O objetivo é conscientizar a população sobre a importância da prevenção, do diagnóstico, do tratamento e do desenvolvimento de técnicas eficazes para gerenciar a doença, através de informações e orientações ao público e oferecendo testes para medir o nível de estresse, problema que afeta 70% da nossa população, sendo que 30% estão em nível crítico. Isso comprova a gravidade do problema e suas graves consequências sociais e econômicas, tanto para os indivíduos, para as famílias, para as empresas e para o País. Estima-se que o custo do estresse anda por volta de 3.5% do PIB. Nos USA, o valor atinge 300 bilhões de dólares, com gastos anuais das empresas, com ausência ao trabalho e rotatividade de funcionários, lesões, licenças médicas e processos judiciais, por perda de qualidade de vida. Tudo conforme documento anexo.

Percebe-se que o estresse age, negativamente nas pessoas, contribuindo para o aviltamento da saúde e trazendo-lhes prejuízos de toda ordem, tanto de ordem moral como econômico e financeiro. Isso reflete nos custos do País com assistência médica, redução de dias de trabalho com reflexo na economia em vários outros setores.

Assim sendo, aguardo a contribuição desta Casa para aprimorarmos o debate sobre o tema proposto para que este projeto de lei receba o apoio consciente para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 11 de junho de 2008.

Deputado Mendes Ribeiro Filho

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 269, DE 2009

(nº 3.566/2008, na Casa de origem, da Deputada Luciana Costa)

Confere ao Município de Barretos, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Rodeio.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É conferido ao Município de Barretos, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Rodeio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.566, DE 2008

Confere ao Município de Barretos, no Estado de São Paulo, o Título de Capital Nacional do Rodeio;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É conferido ao Município de Barretos, no Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Rodeio.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por objetivo conferir ao Município de Barretos, localizado ao norte do Estado de São Paulo, o título de Capital Nacional do Rodeio.

A história de Barretos se confunde com o rodeio brasileiro. Até 1955, Barretos era uma tranqüila cidade que tinha como principal atividade econômica a pecuária e passou a ser um dos "corredores boiadeiros", obrigatório, como eram conhecidas as vias de transporte de gado entre um estado e outro, onde os peões das comitivas, em suas horas vagas, criavam diversas maneiras de diversão, revelando, assim, suas habilidades na lida com o gado.

Em um sábado de 1947, na quermesse promovida pela Prefeitura Municipal de Barretos, na praça central da cidade, aconteceu o primeiro rodeio de que se tem notícia no país, realizado dentro de um cercado com arquibancadas.

Em 1956, sob a lona de um velho circo, foi lançada a 1ª Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos, surgindo assim o modelo do evento rural de maior sucesso do país. Já na primeira festa, o rodeio foi a principal atração e os mesmos peões que passavam meses viajando pelos estados brasileiros revelavam-se estrelas da Festa do Peão de Barretos.

Ninguém poderia imaginar que a partir daquele ano a história dos peões de boiadeiro mudaria para sempre, e que o destino de Barretos seria o de se tornar a capital do rodeio brasileiro. Tudo que ali era realizado servia como modelo para outras cidades que também começavam a promover suas festas.

..

O resultado foi que, na década de 60, o número de eventos ligados ao rodeio no Brasil havia crescido muito, principalmente no Estado de São Paulo. Muitos peões acabaram se transformado em competidores e corriam de uma festa para outra atrás dos prêmios, mas era em Barretos que todos tentavam a "sorte grande".

A cada ano a festa de Barretos crescia e em 1960 já era conhecida em todo o país, contando com a participação de várias regiões do Brasil e de países da América do Sul como Argentina, Uruguai e Paraguai.

O Clube Os Independentes, formado em 1955 por um grupo de rapazes solteiros e ligados a agropecuária local, promoviam festas inspiradas na lida das fazendas, com o objetivo de arrecadar fundos, durante os festejos do aniversário da cidade, para as entidades assistenciais da região.

E foi esse Clube o responsável pela aquisição do casarão do Museu Histórico do Peão Boiadeiro para ser a Sede Administrativa da Festa do Peão de Boiadeiro, cuja construção é datada de 1912 e até hoje mantém uma arquitetura de linhas romanas. O Museu do Peão foi fundado em 20 de abril de 1984 e aberto em caráter definitivo em 15 de julho de 2000, mantendo viva a história da Festa do Peão de Barretos, onde abriga peças alusivas aos usos e costumes do Peão de Boiadeiro.

Próxima de completar seus 53 anos, a Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos tem reconhecimento internacional. A adrenalina que corre solta na arena e a emoção do público fazem desse espetáculo um show que merece ser assistido por pessoas de todas as partes do Brasil e do exterior. Atrações internacionais nas arenas e nos palcos, toneladas de equipamentos e equipes de rodeio de vários países compõem essa mega estrutura, que recebe o maior público do planeta.

A Festa do Peão de Boiadeiro de Barretos tem orgulho e respeito pelo seu passado, cuida com coragem e competência de seu presente, e olha o seu futuro com o entusiasmo de quem irá completar, em agosto deste ano, 53 anos de história para contar.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para aprovação da presente proposta.

Sala das Sessões, 12 de junho de 2008.

Deputada LUCIANA COSTA
PR/SP

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 270, DE 2009

(nº 3.582/2008, na Casa de origem, da Deputada Rebecca Garcia)

Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituída a Política de Educação para o Consumo Sustentável, com o objetivo de estimular a adoção de práticas de consumo e de técnicas de produção ecologicamente sustentáveis.

Parágrafo único. Entende-se por consumo sustentável o uso dos recursos naturais de forma a proporcionar qualidade de vida para a geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

Art. 2º São objetivos da Política de Educação para o Consumo Sustentável:

I - incentivar mudanças de atitude dos consumidores na escolha de produtos que sejam produzidos com base em processos ecologicamente sustentáveis;

II - estimular a redução do consumo de água, energia e de outros recursos naturais, renováveis e não renováveis, no âmbito residencial e das atividades de produção, de comércio e de serviços;

III - promover a redução do acúmulo de resíduos sólidos, pelo retorno pós-consumo de embalagens, pilhas, baterias, pneus, lâmpadas e outros produtos considerados perigosos ou de difícil decomposição;

IV - estimular a reutilização e a reciclagem dos produtos e embalagens;

V - estimular as empresas a incorporarem as dimensões social, cultural e ambiental no processo de produção e gestão;

VI - promover ampla divulgação do ciclo de vida dos produtos, de técnicas adequadas de manejo dos recursos naturais e de produção e gestão empresarial;

VII - fomentar o uso de recursos naturais com base em técnicas e formas de manejo ecologicamente sustentáveis;

VIII - zelar pelo direito à informação e pelo fomento à rotulagem ambiental;

IX - incentivar a certificação ambiental.

Art. 3º Para atender aos objetivos da Política a que se refere o art. 1º, incumbe ao poder público, em âmbito federal, estadual e municipal:

I - promover campanhas em prol do consumo sustentável, em espaço nobre dos meios de comunicação de massa;

II - capacitar os profissionais da área de educação para inclusão do consumo sustentável nos programas de educação ambiental do ensino médio e fundamental.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.582, DE 2008

Institui a Política de Educação para o Consumo Sustentável.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a Política de Educação para o Consumo Sustentável, com o objetivo de estimular a adoção de práticas de consumo e de técnicas de produção ecologicamente sustentáveis.

§ 1º Entende-se por consumo sustentável o uso dos recursos naturais de forma a proporcionar qualidade de vida para a geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

Art. 2º São objetivos da Política de Educação para o Consumo Sustentável:

I – incentivar mudanças de atitude dos consumidores, na escolha de produtos que sejam produzidos com base em processos ecologicamente sustentáveis;

II – estimular a redução do consumo de água, energia e outros recursos naturais, renováveis e não-renováveis, no âmbito residencial e das atividades de produção, de comércio e de serviços;

III – promover a redução do acúmulo de resíduos sólidos, pelo retorno pós-consumo de embalagens, pilhas, baterias, pneus, lâmpadas e outros produtos considerados perigosos ou de difícil decomposição;

IV – estimular a reutilização e a reciclagem dos produtos e embalagens;

V – estimular as empresas a incorporarem as dimensões social, cultural e ambiental no processo de produção e gestão;

VI – promover ampla divulgação do ciclo de vida dos produtos, de técnicas adequadas de manejo dos recursos naturais e de produção e gestão empresarial;

VII – fomentar o uso de recursos naturais com base em técnicas e formas de manejo ecologicamente sustentáveis;

VIII – zelar pelo direito à informação e pelo fomento à rotulagem ambiental;

IX – incentivar a certificação ambiental.

Art. 3º Para atender aos objetivos da Política a que se refere o art. 1º, incumbe ao Poder Público, em níveis federal, estadual e municipal:

I – promover campanhas em prol do consumo sustentável, em espaço nobre dos meios de comunicação de massa;

II – capacitar os profissionais da área de educação para inclusão do consumo sustentável nos programas de educação ambiental do ensino médio e fundamental.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O desenvolvimento tecnológico trouxe grandes benefícios à sociedade. Entretanto, de modo geral, o processo industrial ainda não internalizou as práticas de economia de recursos naturais e de energia, de controle de rejeitos e de reciclagem de produtos. O aumento da produção de bens de consumo, aliado ao crescimento populacional, acarretam desperdício de recursos naturais e poluição. Dessa forma, embora a modernização tecnológica produza conforto, este termina comprometido pela degradação ambiental em larga escala.

Um bom exemplo é o uso das garrafas PET (polietileno tereftalato). Há não muitos anos, as bebidas eram transportadas em vasilhames de vidro, os quais eram devolvidos pelo consumidor aos fornecedores. Com o surgimento do PET, os antigos vasilhames foram quase totalmente substituídos, pois esse material é barato, leve e prático de carregar, sendo bom para o fabricante de bebida e também para o consumidor. No entanto, essa substituição acarretou grandes problemas de poluição urbana, tendo em vista que a degradação do PET leva mais de cem anos e sua disposição final em aterros cria camadas impermeáveis que dificultam a decomposição de outros materiais. Nas cidades brasileiras, onde o serviço de coleta de resíduos ainda é deficiente, garrafas PET tornaram-se comuns em águas de enxurrada, entupindo os sistemas de águas pluviais e as calhas dos rios.

Um outro exemplo é o consumo de madeira nativa. De modo geral, todos são contra a derrubada das matas nativas, mas produtos dela extraídos ilegalmente continuam a ser comercializados nas cidades sem qualquer restrição. Em relação à madeira oriunda da Floresta Amazônica, 63% são retirados de forma ilegal e 64% são destinados ao mercado interno. Portanto, para controlar o desmatamento da Amazônia, não basta punir o madeireiro ilegal. É preciso controlar também o mercado consumidor.

Atualmente, para a maioria das pessoas, o ato de consumir é desprovido de consciência acerca da finitude dos recursos naturais não-renováveis, do limite da capacidade da natureza em repor os recursos renováveis e de transformar e reciclar os resíduos gerados. No entanto, o consumidor pode e deve constituir um importante agente de controle da degradação.

Assim, é preciso exigir das indústrias que incorporem as externalidades ambientais ao processo de produção, mas, ao mesmo tempo, é necessário preparar o cidadão para que assuma atitudes mais conscientes no ato de consumir. Que ele incorpore, entre os critérios de escolha do produto, o grau de impacto que esse produto gera ao meio ambiente e à saúde humana, no processo de manufatura, distribuição, consumo e destinação final.

Esta proposição tem por fim instituir uma Política de Educação para o Consumo Sustentável, voltada tanto para o grande público como para as escolas, capaz de promover o engajamento da sociedade na conservação, na recuperação e na melhoria do meio ambiente.

O consumo sustentável é o uso dos recursos naturais de forma a proporcionar qualidade de vida para a geração presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras. Promover a educação para o consumo sustentável é estimular o cidadão a atuar como agente da conservação, cujas escolhas possam induzir o setor econômico a tomar o processo produtivo compatível com os limites ecológicos.

Conto, assim, com a colaboração dos nobres pares na aprovação deste projeto de lei, que poderá contribuir de forma relevante para a proteção do rico patrimônio ambiental brasileiro.

Sala das Sessões, em 17 de junho de 2008.

Deputada REBECCA GARCIA

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 271, DE 2009

(nº 3.593/2008, na Casa de origem, do Deputado Luis Carlos Heinze)

Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Calcário Agrícola.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É instituído o Dia Nacional do Calcário Agrícola a ser comemorado, anualmente, no dia 24 de maio, em todo o território nacional, com o objetivo de conscientizar o produtor rural acerca da importância da calagem na agricultura.

Art. 2º Por ocasião da comemoração do Dia Nacional do Calcário Agrícola, o poder público promoverá campanhas de esclarecimento aos agricultores a respeito da importância e das técnicas de calagem.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.593, DE 2008

Dispõe sobre a instituição do Dia Nacional do Calcário Agrícola;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o "Dia Nacional do Calcário Agrícola", a ser comemorado anualmente no dia 24 de maio, em todo o território nacional, com o objetivo de conscientizar o produtor rural acerca da importância da calagem na agricultura.

Art. 2º Por ocasião da comemoração do "Dia Nacional do Calcário Agrícola", o Poder Público promoverá campanhas de esclarecimento aos agricultores a respeito da importância e das técnicas de calagem.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O mês de maio marca, de forma generalizada, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, o início do período de incorporação do calcário ao solo, em função do tempo mínimo de residência para que se efetive a reação esperada. O efeito da calagem perdura, em média, por cinco anos, mas a incorporação do calcário deve ser feita com antecedência mínima de três meses, em relação ao plantio, para que produza resultados já na primeira safra. O dia 24 de maio foi escolhido em homenagem ao diretor-executivo da Associação Brasileira dos Produtores de Calcário Agrícola (ABRACAL), Dr. FERNANDO CARLOS BECKER, em função de seu trabalho em defesa dessa prática.

Nos latossolos, predominantes na região de cerrados do Centro-Oeste brasileiro, a condição de acidez torna solúvel o íon alumínio, que é tóxico para a maioria das espécies cultivadas. Além disso, o fósforo e outros nutrientes só se tornam disponíveis para as plantas quando a reação do solo, medida pelo pH, é elevada a determinado patamar.

O calcário agrícola age de três formas: corrige a acidez do solo, eliminando o efeito tóxico do alumínio; eleva o pH, tornando disponíveis o fósforo e outros nutrientes para a planta; e constitui fonte relativamente barata de cálcio e magnésio, macronutrientes secundários.

Corrigir a acidez do solo significa efetivamente aumentar a produtividade da lavoura. Infelizmente, no Brasil, a prática da calagem ainda é pouco adotada; e, quando praticada, utiliza-se, não raramente, menos calcário do que seria tecnicamente recomendável. Isso implica desperdício de fertilizantes, insumo este que se torna, a cada dia, mais escasso e mais caro, pressionando os custos de produção agropecuária.

A presente proposição tem por objetivo chamar a atenção do produtor rural para a importância da calagem. Conto com o apoio de meus Nobres Pares, na certeza de que entenderão o alcance dessa iniciativa para a agricultura brasileira.

Sala das Sessões, em 18 de junho de 2008.

Deputado LUIS CARLOS HEINZE

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 272, DE 2009 (nº 3.631/2008, na Casa de origem, do Deputado Drº Talmir)

**Declara Santo Antônio de Sant'Anna
Galvão Patrono da Construção Civil
no Brasil.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º Fica declarado Santo Antônio de Sant'Anna
Galvão Patrono da Construção Civil no Brasil.**

**Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.**

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.631, DE 2008

Declara Santo Antônio de Sant'Anna Galvão Patrono da Construção Civil no Brasil

JUSTIFICAÇÃO

Santo Antônio da Sant'Anna Galvão, mais conhecido do nosso povo como Frei Galvão, o primeiro santo genuinamente brasileiro, viveu em um dos períodos mais ricos da história do Brasil, marcado pela transferência da capital de Salvador, na Bahia, para o Rio de Janeiro, em 1763, a arte barroca de Aleijadinho (1730-1814), a Inconfidência Mineira e a execução de Tiradentes, em 1792, e a chegada da família real, em 1808.

Nascido em 10 de maio de 1739, na cidade de Guaratinguetá, no Estado de São Paulo, estudou com os Padres da Companhia de Jesus, na Bahia, e entrou para a Ordem dos Frades Menores em 1760. Foi ordenado Sacerdote em 1762, sendo transferido para o Convento de São Francisco, em São Paulo, onde completou seus estudos teológicos e viveu durante sessenta anos, até sua morte em 23 de dezembro de 1822.

Sua vida foi marcada pela fidelidade à sua consagração como sacerdote e religioso franciscano e por uma devoção particular e dedicação total à Imaculada Conceição, de quem se dizia "filho e escravo perpétuo".

Em 2 de fevereiro de 1774, fundou o Recolhimento de Nossa Senhora da Conceição da Divina Providência, das Irmãs Concepcionistas da Imaculada Conceição, hoje Mosteiro da Imaculada Conceição da Luz, mais conhecido como Mosteiro da Luz, do qual tiveram origem outros nove mosteiros. Além de fundador, Frei Galvão foi também o arquiteto e construtor do Mosteiro que as Nações Unidas declararam, em 1988, Patrimônio Cultural da Humanidade.

Durante quatorze anos (1774-1788) Frei Galvão cuidou da construção do Recolhimento. Outros quatorze anos (1788-1802) foram dedicados à construção da Igreja, inaugurada aos 15 de agosto de 1802.

Em 1811, a pedido do bispo de São Paulo, fundou o Recolhimento de Santa Clara em Sorocaba, no Estado de São Paulo. Ali permaneceu onze meses para organizar a comunidade e dirigir os trabalhos iniciais da construção da Casa.

Frei Galvão retornou a São Paulo e ainda viveu por mais dez anos. A pedido das religiosas e do povo, foi sepultado na Igreja do Recolhimento que ele mesmo construíra. O seu túmulo sempre foi e continua sendo lugar de peregrinações constantes dos fiéis que pedem e agradecem por graças alcançadas.

Por solicitação dos Sindicatos dos Profissionais da Construção Civil, a Santa Sé declarou Frei Galvão Padroeiro dos Profissionais da Construção Civil na Arquidiocese de São Paulo.

Dessa forma, como reconhecimento de toda a sociedade brasileira à obra e santidade de Frei Galvão, vimos pedir o apoio dos nobres colegas ao presente Projeto de Lei que o declara Patrono da Construção Civil no Brasil.

Sala das Sessões, em 1º de julho de 2008.

DEPUTADO DR. TALMIR

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 273, DE 2009

(nº 3.702/2008, na Casa de origem, do Deputado Luiz Bittencourt)

Denomina Viaduto José Mendonça de Lima o viaduto da BR-153, Km 501,2, no Município de Goiânia, Estado de Goiás.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O viaduto, da BR-153, Km 501,2, no Município de Goiânia, Estado de Goiás, passa a ser denominado Viaduto José Mendonça de Lima.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.702, DE 2008

Denomina "Viaduto José Mendonça de Lima" o viaduto da BR-153, km 501,2, no Município de Goiânia – GO!

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O viaduto, da BR-153, km 501,2, no município de Goiânia, passa a ser denominado " Viaduto José Mendonça de Lima".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

José Mendonça de Lima nasceu na cidade de Tiros, Minas Gerais, em 19 de novembro de 1912. Em 1971, portanto há 37 anos, mudou com a família para Goiânia para garantir o estudo dos filhos. Fixou residência no Bairro Jardim da Luz nos idos de 1973, de onde não mais saiu. Faleceu no último dia 30 de abril, vítima de AVC.

Homem humilde e trabalhador, nasceu no tempo em que enxadão era conhecido como cafilista, mas adorava ler jornal – dos classificados à página política. Discutia política goiana e nacional com quem quisesse. Participava atentamente de manifestações política na sua comunidade em Goiânia. Na última

eleição, próximo aos 94 anos, fez questão de se deslocar até o local de votação para ali depositar seu voto. E não deixava que ninguém fosse ajudá-lo. "Cumprir meu dever. Ganhar ou perder o voto é consequência", dizia ele.

A construção do viaduto na BR-153, no perímetro urbano de Goiânia e próximo ao bairro Jardim da Luz, e também a marginal ao córrego Barreirão, sempre foi apregoada por ele, que inúmeras vezes por ali transitava, rumo ao Bairro Redenção, onde era freqüentador do comércio. Ao passar por ali sempre comentava que as autoridades deveriam tomar providências com aquele trânsito, pois o pedestre estava perdendo vez.

Comerciantes e moradores da região o conheciam de longe e não foram poucas as vezes que contava com a ajuda destes para atravessar as avenidas movimentadas rumo à sua casa.

Trata-se, portanto de uma homenagem justa a um cidadão de bem, cuja vida foi dedicada ao trabalho e a família.

Sala das Sessões, em 09 de julho de 2008

Deputado Luiz Bittencourt

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 274, DE 2009
(nº 3.760/2008, na Casa de origem, do Deputado Chico Alencar)

Institui o Dia Nacional do Sociólogo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional do Sociólogo, a ser comemorado, anualmente, no dia 10 de dezembro, em todo o território nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.760, DE 2008

Institui o Dia Nacional do Sociólogo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o *Dia Nacional do Sociólogo*, a ser comemorado, anualmente, no dia 10 de dezembro, em todo o território nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O sociólogo é o profissional que interpreta a realidade dos fatos e das relações sociais através da aplicação de métodos científicos e técnicas sociológicas, buscando a partir destes estudos a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos na sociedade. Há sociólogos atuando em diferentes áreas como meio-ambiente, saúde, planejamento urbano, reforma agrária, mercado editorial, agências de pesquisa, recursos humanos, relações internacionais, pesquisa e docência, demonstrando a eficiente e complexa formação acadêmica.

Em nosso País, estão organizados em sindicatos e associações e aguardam a aprovação de um Conselho Federal e dos Conselhos Regionais dos Sociólogos. A Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, dispõe sobre o exercício da profissão de sociólogo, definindo as competências, as condições para a habilitação e as exigências legais para o pleno exercício da profissão.

Já foram realizados quatorze congressos nacionais com ampla participação e atuação, sendo que, no último, de 14 a 18 de abril de 2008, sediado em Natal, Rio Grande do Norte, definiram, em reunião plenária, que a data de 10 de dezembro foi a que apresentou maior número de adeptos para a data nacional dos sociólogos. Esta data já havia vencido nas consultas formuladas pela Federação Nacional dos Sociólogos, tanto através da enquête distribuída, no início de abril, aos professores de formação nas Ciências Sociais e aos dirigentes da categoria profissional dos sociólogos, quanto através da coleta de opiniões dentre os congressistas e debatedores presentes ao evento trienal dos sociólogos. Esta data se refere ao dia da sanção presidencial à Lei nº 6.888, de 1980, quando foi reconhecida a profissão de sociólogo.

O sociólogo e a sociologia voltaram a ocupar espaço de destaque quando foi sancionada a Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008, que altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a filosofia e a sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio.

Pela importância da matéria esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para esta iniciativa que reconhece e homenageia os sociólogos, profissionais indispensáveis na formação da cidadania brasileira.

Sala das Sessões, em 16 de julho de 2008.

Deputado **CHICO ALENCAR**

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 275, DE 2009

(nº 3.817/2008, na Casa de origem, do Deputado Cláudio Cajado)

Denomina Rodovia Denis William Lawson o trecho da BR-101, entre as cidades de São José do Norte e Mostardas, no Estado do Rio Grande do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O trecho da rodovia BR-101 entre as cidades de São José do Norte e Mostardas, no Estado do Rio Grande do Sul, passa a ser denominado Rodovia Denis William Lawson.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.817, DE 2008

Denomina "Rodovia Denis William Lawson" o trecho da BR-101, entre as cidades de São José do Norte e Mostardas, no Estado do Rio Grande do Sul;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O trecho da rodovia BR-101 entre as cidades de São José do Norte e Mostardas, no Estado do Rio Grande do Sul, passa a ser denominado "Rodovia Denis William Lawson".

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Durante muito tempo, um importante trecho da BR-101, com quase 160 quilômetros de extensão e ligando as cidades gaúchas de São José do Norte e Mostardas, foi conhecido popularmente por "Estrada do Inferno". O trajeto, embora plano, era longo e a estrada, insegura, principalmente durante as chuvas, quando o deslocamento entre as duas localidades ficava praticamente impedido em razão dos grandes atoleiros e da inexistência de rota alternativa. Era óbvia, portanto, a necessidade das obras de pavimentação do trecho em questão.

Foi então que Denis William Lawson tornou-se o principal responsável pelas obras de pavimentação do referido trecho, criando e presidindo a Comissão Pró-Construção da BR-101, entre São José do Norte e Mostardas, na mesma época em que foi presidente da Câmara de Comércio da cidade de Rio Grande. A importante obra proporcionou uma nova opção de ligação para o porto marítimo na cidade de Rio Grande e, conseqüentemente, maior desenvolvimento econômico aos diversos Municípios ao longo da costa oceânica.

Nascido em 07 de outubro de 1918, Denis William Lawson foi um homem à frente de seu tempo, sempre buscando soluções criativas para impulsionar o progresso da cidade onde viveu. Morreu, no dia 02 de dezembro de 2004, aos 86 anos de idade, após ter feito inegável trabalho em prol do progresso de

grande parte do Rio Grande do Sul, razão pela qual pretendo homenageá-lo dando-lhe seu nome ao trecho da BR-101, entre São José do Norte e Mostardas.

Pelos motivos expostos, esperamos contar com o apoio dos eminentes Pares, para a aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, em 06 de agosto de 2008.

Deputado CLÁUDIO DIAZ

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 276, DE 2009
(nº 3.905/2008, na Casa de origem, do Deputado Leandro Sampaio)

Institui o Dia Nacional de
Valorização da Família.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído o Dia Nacional de Valori-
zação da Família a ser comemorado, anualmente, no dia 21 de
outubro, em todo o território nacional.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.905, DE 2008

Institui o Dia Nacional de Valorização da Família;

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o *Dia Nacional de Valorização da Família*
a ser comemorado, anualmente, no dia 21 de outubro, em todo o território nacional.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O presente Projeto de Lei visa instituir no calendário brasileiro o *Dia Nacional de Valorização da Família*, pois é notório o papel fundamental que esta instituição desempenha como núcleo vital da sociedade.

É na família que valores como igualdade, tolerância e responsabilidade são mais naturalmente adquiridos e onde se aprendem ideais como reciprocidade, cooperação e solidariedade, tão necessários à formação individual e à convivência social.

O Projeto visa criar momentos de reflexão para chamar a atenção da sociedade, de governos e responsáveis por políticas locais para a importância da família como instituição fundamental para o desenvolvimento humano. Reflexão esta, que leve ao investimento em políticas públicas que promovam, entre tantas carências familiares, a igualdade de posição entre os cônjuges; assistência social à infância e juventude; resolução dos problemas do desemprego; acesso à educação; e condições dignas de moradia, gerando estruturas sociais que permitam às famílias marginalizadas atingir condições mínimas de estabilidade.

Pretende-se, portanto, despertar e alertar a todos para a importância de analisar questões fundamentais relacionadas à família, tomando-a

uma comunidade onde naturalmente se desenvolvem os laços afetivos e solidários, ambiente familiar, situações do cotidiano familiar.

A valorização da família é, como afirma o nobre autor, a melhor via para a construção de um futuro menos tenso e menos violento.

Posto isso, votamos favoravelmente ao Projeto de Lei nº 3.905, de 2008

Sala da Comissão, em de novembro de 2008.

Deputado FRANK AGUIAR

Relator

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Educação e Cultura, em reunião ordinária realizada hoje, concluiu unanimemente pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.905/08, nos termos do parecer do relator, Deputado Frank Aguiar.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

Rogério Marinho, Presidente em exercício; Osvaldo Reis e Alex Canziani, Vice-Presidentes; Alice Portugal, Angelo Vanhoni, Antônio Carlos Biffi, Atila Lira, Carlos Abicalil, Fátima Bezerra, Frank Aguiar, Gastão Vieira, Iran Barbosa, Ivan Valente, Joaquim Beltrão, Lelo Coimbra, Lira Maia, Lobbe Neto, Maria do Rosário, Nilmar Ruiz, Professor Setimo, Raul Henry, Reginaldo Lopes, Severiano Alves, Waldir Maranhão, Antonio Bulhões, Eduardo Gomes, Elismar Prado, João Oliveira, Jorginho Maluly, José Linhares, Professor Ruy Pauletti e Raimundo Gomes de Matos.

Sala da Comissão, em 26 de novembro de 2008.

Deputado ROGÉRIO MARINHO

Presidente em exercício

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.905, de 2008, de autoria do Deputado Leandro Sampaio, institui o Dia Nacional de Valorização da Família, a ser comemorado, anualmente, no dia 21 de outubro.

onde os filhos aprendem a amar e encontrem em seu lar, um espaço capaz de forjar as virtudes necessárias ao bem-estar da sociedade e do Estado.

Pela importância da matéria, esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares para esta iniciativa que reconhece e homenageia a família brasileira, célula indispensável na formação de verdadeiros cidadãos e reforça a importância desta instituição para a promoção da pessoa e de sua dignidade para a construção de um país justo e solidário. Desta forma, estaremos apostando na família como a melhor via para a construção de um futuro menos tenso e menos violento.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 2008.

Deputado LEANDRO SAMPAIO

PPS/RJ

(A Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 277, DE 2009

(nº 3.975/2008, na Casa de origem, do Deputado José Santana de Vasconcelos)

**Institui o Dia Nacional da
Silvicultura.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É instituído o Dia Nacional da Silvicultura, a ser comemorado, anualmente, no dia 7 de dezembro, em todo o território nacional, com o objetivo de conscientizar os produtores rurais e a sociedade brasileira acerca da importância da silvicultura, tanto para o meio ambiente quanto para a economia.

Art. 2º Por ocasião da comemoração do Dia Nacional da Silvicultura, o poder público promoverá campanhas de esclarecimento da importância dessa atividade, direcionadas ao setor agropecuário e à população em geral.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3,975, DE 2008

Institui o "Dia Nacional Da Silvicultura";

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É instituído o "Dia Nacional da Silvicultura", a ser comemorado anualmente no dia 7 de dezembro, em todo o Território Nacional, com o objetivo de conscientizar os produtores rurais e a sociedade brasileira acerca da importância da silvicultura, tanto para o meio ambiente, quanto para a economia.

Art. 2º Por ocasião da comemoração do "Dia Nacional da Silvicultura", o Poder Público promoverá campanhas de esclarecimento da importância dessa atividade, direcionadas ao setor agropecuário e à população em geral.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Cada vez mais, a sociedade necessita de produtos de base florestal para a sua sobrevivência, desenvolvimento e conforto. As florestas nativas não mais devem servir à exploração comercial de forma indiscriminada, haja vista a necessidade de preservação e manutenção da biodiversidade. Nisso reside o principal argumento em favor da silvicultura.

No interesse da preservação das matas nativas, há de se plantarem florestas que atendam à demanda por madeira, celulose, carvão e outros produtos de origem florestal, sem se descuidar, obviamente, das condições de solo, clima e fatores de natureza ambiental e tecnológica. As condições tropicais favorecem o rápido desenvolvimento da biomassa. A taxa de crescimento de certas espécies arbóreas, como as dos gêneros *Pinus* e *Eucaliptus*, é de cinco a seis vezes maior em regiões tropicais do que em regiões temperadas do globo. Dotado de condições naturais propícias e contando com elevado padrão tecnológico, o Brasil desponta entre os países mais competitivos do mundo no cultivo de florestas, vantagem essa que transforma a silvicultura, mais que um bom projeto ambiental, em um bom negócio.

Em outras palavras, a silvicultura, que já é uma atividade econômica relevante, pode tornar-se ainda mais importante, eis que seu extraordinário potencial produtivo em nosso País é, lamentavelmente, subproveitado.

A instituição do Dia Nacional da Silvicultura tem por objetivo alertar a população brasileira e, em particular, os agricultores, para os substanciais benefícios que essa atividade traz para a economia, o meio ambiente e a sociedade e, com isso, difundir sua prática. Por último, mas não menos importante, é preciso que também as autoridades reconheçam na silvicultura um valioso instrumento de desenvolvimento sustentável e de inclusão social, mas que, por suas características — trata-se de investimento de longo prazo de maturação — não pode prescindir do apoio governamental para deslanchar.

Conto com o apoio de meus Nobres Pares a essa proposição, na certeza de que entenderão a extensão de seu alcance para o setor rural e para toda a sociedade brasileira.

Sala das Sessões, em 02 de setembro de 2008.

Deputado JOSÉ SANTANA DE VASCONCELLOS

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 278, DE 2009
(nº 4.765/2009, na Casa de origem, da Deputada Sueli Vidigal)

Institui, no Calendário Oficial do País, o Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica instituído, no Calendário Oficial do Governo Federal, o Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil, a ser comemorado, anualmente, no dia 24 de fevereiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 4.765, DE 2009

Institui, no Calendário Oficial do País, o "Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil";

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído, no Calendário Oficial do Governo Federal, o "Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil", a ser comemorado anualmente no dia 24 de fevereiro.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A presente propositura visa à criação do "Dia da Conquista do Voto Feminino no Brasil", a ser comemorado anualmente em 24 de fevereiro. Neste dia, no ano de 1932, a mulher brasileira obteve o direito de votar nas eleições nacionais por meio do Código Eleitoral Provisório. Mesmo assim, a conquista não foi completa. O código permitia apenas que mulheres casadas (com autorização do marido), viúvas e solteiras com renda própria pudessem votar.

As restrições ao pleno exercício do voto feminino só foram eliminadas no Código Eleitoral de 1934. No entanto, o código não tornava obrigatório o voto feminino. Apenas o masculino. O voto feminino, sem restrições, só passou a ser obrigatório em 1946.

O voto feminino no Brasil foi assegurado, após intensa campanha nacional pelo direito das mulheres ao voto. Fruto de uma longa luta, iniciada antes mesmo da Proclamação da República.

Bertha Maria Júlia Lutz, foi uma das pioneiras na luta pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres no País. Filha de Adolfo Lutz, ela nasceu em São Paulo em 1894. Cientista como o pai, formou-se bióloga pela Universidade de Souborne, em Paris. Em 1919 começa a se destacar na busca pela igualdade de direitos jurídicos entre os sexos, ao se tornar a segunda mulher a ingressar no serviço público brasileiro, após ser aprovada em concurso do Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

Em 1922 representou o Brasil na Assembléia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras, realizada nos Estados Unidos, sendo eleita vice-presidente da sociedade Pan-Americana. De volta ao Brasil fundou a Federação para o Progresso Feminino, iniciando a luta pelo direito de voto para as mulheres brasileiras.

A feminista Bertha Lutz teve um grande parceiro no Senado Federal, o então Senador da Primeira República Adolpho Gordo, que fez inúmeros pronunciamentos a favor do sufrágio feminino no Senado, além de, como advogado, orientar juridicamente a luta feminina através de Bertha Lutz.

"Art. 70. São eleitores os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei".

Valendo-se dessa abertura da Constituição, algumas mulheres acionaram a justiça pedindo inclusão dos seus nomes na lista de eleitores, como o fez a advogada paulista, Adalgisa Bittencourt, em 1927. O judiciário indeferiu o pedido, tendo como argumento central o fato de que a palavra "cidadãos" empregada no artigo 70 da Constituição Federal, somente designava os cidadãos do sexo masculino, argumento esse, contestado em discurso pelo Senador Adolpho Gordo, usando a mesma Constituição que definia:

"Art. 69. São cidadãos brasileiros:

§ 1º os nascidos no Brasil, ainda que de pai estrangeiro, não residindo este ao serviço da sua nação, etc. Os nascidos no Brasil, sem distinção de sexo, e, portanto, os homens e as mulheres".

Adolpho Gordo insistia no fato de que termos masculinos eram usados, por costume, para designar homens e mulheres. Por isso a palavra cidadão referia-se a homens e mulheres.

A primeira experiência do voto feminino no Brasil acontece de fato no Rio Grande do Norte, em 1928, quando Juvenal Lamartine, candidato ao Governo do Estado, incluiu em sua plataforma a luta pelo voto feminino.

Quando da elaboração da Lei Eleitoral estadual, Juvenal solicitou ao então governador, José Augusto Bezerra, a inclusão da emenda que constou das disposições transitórias:

"Art. 77. No Rio Grande do Norte, poderão votar e serem votados, sem distinção de sexo, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por esta Lei".

Aprovada a Lei nº 660, em 25 de outubro de 1927, o juiz interino, Israel Ferreira Nunes, manda incluir na lista dos eleitores a professora Celina Guimarães Vianna, tornando-se esta a primeira eleitora, não só no Brasil, mas da América do Sul.

As eleitoras compareceram às eleições de 05 de abril de 1928, mas seus votos foram anulados pela Comissão de Poderes do Senado.

Foram muitas mulheres que lutaram pela conquista do direito ao voto feminino: Julia Barbosa, Bertha Lutz, Leolinda Daltro, Celina Vianna, Nathércia da Cunha Silveira, Antonietta de Barros, Almerinda Gama, Jerônima Mesquita, Maria Luisa Bittencourt, Alzira Teixeira Soriano, Carlota Pereira de Queiroz, Josefina Alvares de Azevedo, Carmem Portinho, Elvira Komel, Amélia Bevilacqua, Isabel de Sousa Matos e diversas outras mulheres que participaram dessa importantíssima conquista e, por essa razão, merecem ser lembradas todos os anos através dessa singela homenagem.

Sala das Sessões, em 03 de março de 2009.

Sueli Vidigal
Deputada Federal - PDT/ES

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 279, DE 2009

(nº 1.746/2007, na Casa de origem)
(De iniciativa do Presidente da República)

Cria cargos efetivos, cargos comissionados e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição às instituições federais de ensino superior, os seguintes cargos e funções:

I - 2.800 (dois mil e oitocentos) cargos de professor da Carreira do Magistério Superior;

II - 5.000 (cinco mil) cargos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, conforme discriminado no Anexo desta Lei;

III - 80 (oitenta) cargos de direção CD-3;

IV - 100 (cem) cargos de direção CD-4; e

V - 420 (quatrocentas e vinte) funções gratificadas FG-1.

§ 1º A redistribuição dos cargos de que tratam os incisos I e II será feita exclusivamente para a composição dos quadros funcionais de universidades, campi universitários e unidades de ensino descentralizadas.

§ 2º O Ministério da Educação fará a distribuição dos cargos e funções de que trata este artigo entre as instituições federais de ensino superior.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

A N E X O

Cargos técnico-administrativos

Cargos de Nível Intermediário (NI)	Quantitativos
Assistente em Administração	1000
Técnico em Contabilidade	228
Técnico de Laboratório-Área	1000
Técnico em Tecnologia da Informação	500
Subtotal	2.728
Cargos de Nível Superior (NS)	Quantitativos
Administrador	713
Analista de Tecnologia da Informação	513
Arquiteto	57
Auditor	40
Bibliotecário	228
Contador	114
Economista	57
Engenheiro	57
Secretário Executivo	146
Técnico em Assuntos Educacionais	347
Subtotal	2.272
Total	5.000

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 1.746, DE 2007

Cria cargos efetivos, cargos comissionados e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados, no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição às instituições federais de ensino superior, os seguintes cargos e funções:

I - dois mil e oitocentos cargos de professor da carreira do magistério superior;

II - cinco mil cargos técnico-administrativos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, conforme discriminado no Anexo a esta Lei;

III - oitenta cargos de direção CD-3;

IV - cem cargos de direção CD-4; e

V - quatrocentos e vinte funções gratificadas FG-1.

§ 1º A redistribuição dos cargos de que tratam os incisos I e II será feita exclusivamente para a composição dos quadros funcionais de universidades, campi universitários e unidades de ensino descentralizadas.

§ 2º O Ministério da Educação fará a distribuição dos cargos e funções de que trata este artigo entre as instituições federais de ensino superior.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

A N E X O

Cargos técnico-administrativos

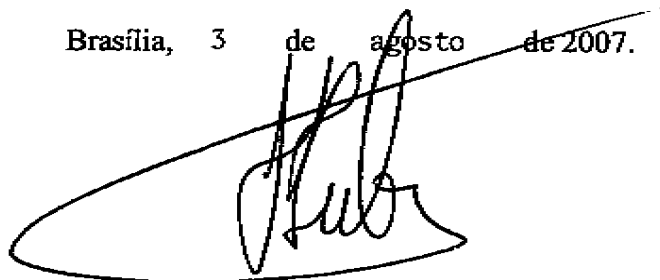
Cargos de Nível Intermediário (NI)	Quantitativos
Assistente em Administração	1000
Técnico em Contabilidade	228
Técnico de Laboratório-Área	1000
Técnico em Tecnologia da Informação	500
Subtotal	2.728
Cargos de Nível Superior (NS)	Quantitativos
Administrador	713
Analista de Tecnologia da Informação	513
Arquiteto	57
Auditor	40
Bibliotecário	228
Contador	114
Economista	57
Engenheiro	57
Secretário Executivo	146
Técnico em Assuntos Educacionais	347
Subtotal	2.272
Total	5.000

Mensagem nº 577, de 2007.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Cria cargos efetivos, cargos comissionados e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação”.

Brasília, 3 de agosto de 2007.

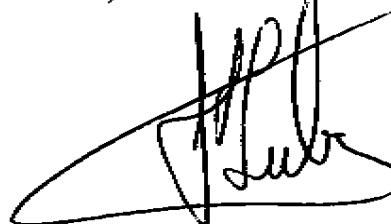


Mensagem nº 257, de 2008.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Dirijo-me a Vossas Excelências para solicitar seja atribuído o regime de urgência, de acordo com os termos do § 1º do art. 64 da Constituição, ao projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados com o nº 1.746, de 2007, que “Cria cargos efetivos, cargos comissionados e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação”, encaminhado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 577, de 2007.

Brasília, 8 de maio de 2008.

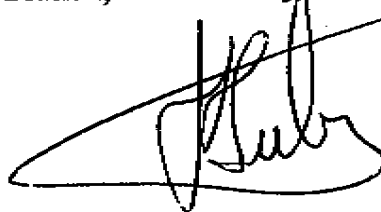


Mensagem nº 434, de 2008.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Dirijo-me a Vossas Excelências a fim de solicitar seja considerada sem efeito, e, portanto, cancelada a urgência pedida, com apoio no § 1º do art. 64 da Constituição, pela Mensagem nº 257, de 2008, para o Projeto de Lei nº 1.746, de 2007, que “Cria cargos efetivos, cargos comissionados e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação”, enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 577, de 2007.

Brasília, 24 de junho de 2008.



EM Interministerial nº 00152/2007/MP/MEC

Brasília, 05 de julho de 2007.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência o apenso projeto de lei, pelo qual é proposta a criação de 2,8 mil cargos de Professor de 3º Grau, 5 mil cargos técnico-administrativos de várias categorias funcionais, 80 cargos de direção CD-3, 100 cargos de direção CD-4 e 420 funções gratificadas FG-1. Os cargos e as funções propostos destinam-se ao atendimento de necessidades decorrentes da política de expansão do ensino superior federal e às necessidades internas das universidades, que aumentaram seus cursos sem, contudo, oferecerem condições aos seus diretores e gestores.
2. Com essa política busca-se aumentar o número de vagas no ensino superior federal e, ao mesmo tempo, propiciar condições de funcionamento às localidades em que hoje estão sediadas as instituições de ensino. O intento é aproximar as instituições federais de ensino de grandes contingentes de jovens que, por suas condições econômico-sociais e de família, se vêem impedidos de se deslocarem das localidades onde vivem para cursar o ensino superior e garantir o pleno funcionamento das unidades acadêmicas instaladas no município sede das universidades.
3. Permita-nos fazer menção às principais ações componentes da política e a alguns números reveladores de sua importância e proporções. Ela compreende a criação e consolidação de universidades, de *campi* universitários e de unidades de ensino descentralizadas. Com efeito, a esta altura, nove universidades já foram criadas: oito por desmembramento ou transformação de instituições de ensino já existentes; um é inteiramente nova, uma vez que, em sua criação, não se aproveitaram estruturas pré-existentes. Outra nova universidade está em processo de criação, sendo que já possui alunos e professores em salas de aula. Os *campi* cuja criação foi decidida, acrescidos dos que se encontram em fase de implantação ou consolidação, somam 49. Como resultado dessas ações calcula-se que, ao final de 2008, 300 mil novas vagas terão sido abertas, no sistema federal de ensino superior, o que representará um acréscimo aproximado de 147% às 121.455 mil vagas oferecidas em 2003.
4. Deve ser enfatizado que esse conjunto de ações, numericamente expressivo, mudará, por certo, a geografia do ensino superior federal. Sua presença tornar-se-á mais expressiva em todas as regiões do País, em dezenove estados da Federação e no Distrito Federal. Demais disso, estender-se-á a cerca de 60 municipalidades, hoje não atendidas pela rede federal de instituições de ensino superior.
5. Os cargos e as funções, cuja criação é proposta, afiguram-se indispensáveis, Senhor Presidente, à viabilização da política de expansão do

ensino superior e ao pleno funcionamento das universidades. Sem eles, não haverá como constituir quadros funcionais e estruturar as novas unidades didáticas e nem manter os já existentes e não contemplados com os as referidas gratificações e funções. Devido a expansão das vagas através do programa de Expansão das Universidades Federais, remanejaram-se cargos vagos disponíveis para as novas unidades acadêmicas. Entretanto, essa alternativa já foi usada até o limite possível. Daqui por diante, ela poderá desfalcas as instituições de ensino de cargos indispensáveis à recomposição dos seus quadros funcionais.

6. A expectativa é a de que o provimento dos cargos e das funções a serem criados ocorra de agosto deste exercício em diante, o que sugere que as despesas, em 2007, ficarão em torno de R\$ 136,125 milhões. Em 2008, esses valores ascenderão a R\$ 229 milhões, no caso dos cargos docentes, R\$ 90,508 milhões, no caso dos cargos técnico-administrativos e R\$ 15,093 milhões, no caso dos cargos de direção e funções gratificadas.

7. Do ponto de vista orçamentário, a proposta está em conformidade com a Lei Orçamentária Anual, uma vez que os recursos para arcar com as despesas decorrentes do remanejamento dos cargos em comissão estão previstos em funcional programática específica no âmbito do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

8. O disposto nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, encontra-se plenamente atendido, uma vez que a despesa relativa ao presente exercício será coberta com recursos previstos para esta finalidade na Lei nº 11.451, de 7 de fevereiro de 2007 - Lei Orçamentária Anual para 2007. Os cargos a serem criados respeitam os limites estabelecidos no Anexo V - Criação e/ou Provimento de Cargos, Empregos e Funções, bem como Admissão ou Contratação de Pessoal a Qualquer Título - da referida Lei.

9. Á vista dos elementos apresentados, solicitamos a Vossa Excelência que haja por bem examinar a possibilidade de acolher favoravelmente o apenso projeto de lei de criação de cargos e funções e encaminhá-lo à apreciação do Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Paulo Bernardo Silva, Fernando Haddad

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 280, DE 2009

(nº 5.395/2009, na Casa de origem)
(De iniciativa do Presidente da República)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 3º.....

.....

XII - consideração com a diversidade étnico-racial." (NR)

"Art. 4º.....

.....

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

....." (NR)

"Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade." (NR)

"Art. 30

.....

II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade." (NR)

"Art. 58. Entenda-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiência.

....." (NR)

"Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência:

..... "(NR)

"Art. 60.....

Parágrafo único. O poder público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com deficiência na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo." (NR)

"Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação.

.....
§ 4º Admitir-se-á a contratação de professores para a educação infantil e as 4 (quatro) séries iniciais do ensino fundamental com formação mínima de nível médio onde comprovadamente não existirem formados em nível superior." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.395, DE 2009

Altera o art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Parágrafo único. O Ministério da Educação poderá estabelecer nota mínima no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM como pré-requisito para ingresso em cursos de graduação para formação de docentes." (NR)

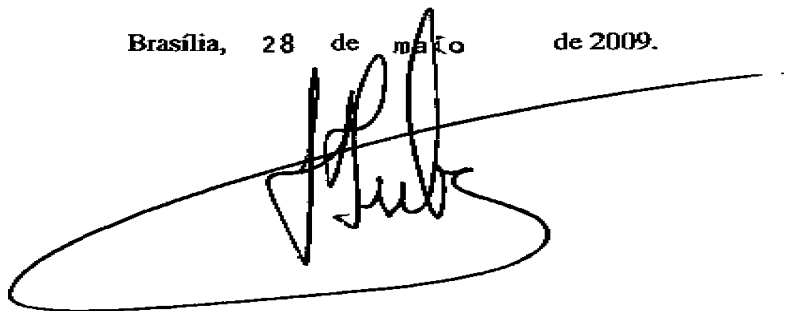
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Mensagem nº 375, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Altera o art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica”.

Brasília, 28 de maio de 2009.

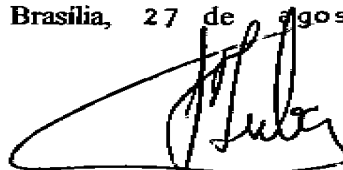


Mensagem nº 681, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Dirijo-me a Vossas Excelências para solicitar seja atribuído o regime de urgência, de acordo com os termos do § 1º do art. 64 da Constituição, ao projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados com o nº 5.395, de 2009, que “Altera o art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica”, enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 375, de 2009.

Brasília, 27 de agosto de 2009.



E.M.Nº 011/2009/MEC

Brasília, 20 de abril de 2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa proposta de Projeto de Lei que *“Altera o art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica”*, pelas razões a seguir aduzidas.

2. A anexa proposta de ato normativo traz duas alterações pontuais na Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, localizadas no art. 62 do referido diploma legal.

3. Na nova redação proposta para o *caput* do artigo, trata-se de elevar a formação mínima exigida para docentes que atuem no ensino fundamental: a formação de nível médio, na modalidade normal, passaria a ser admitida apenas para os professores que atuem na educação infantil. Trata-se de medida importante de valorização do magistério e que em muito contribuirá para a elevação da qualidade da educação básica, no nível do ensino fundamental.

4. Em segundo lugar, a anexa proposta de ato normativo acresce um parágrafo único ao art. 62 da LDB trazendo autorização para que o Ministério da Educação venha a fixar nota mínima no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM como pré-requisito para ingresso em cursos de graduação para formação de docentes. A finalidade é instituir um filtro de qualidade na seleção de profissionais que atuarão como docentes na educação básica, valorizando a carreira do magistério. A inovação produzirá efeitos positivos na qualidade da educação básica, ao tornar mais rigorosos os processos seletivos para admissão de estudantes que pretendem atuar no magistério público.

5. Como é possível perceber, não se trata de criação de novo programa para o Ministério da Educação. Ao contrário, trata-se de promover a valorização do magistério tendo em vista a melhoria da qualidade da educação básica pública.

6. Ressalte-se que a presente proposta de ato normativo não cria novas despesas de espécie alguma.

Essas, Senhor Presidente, as razões que justificam o encaminhamento da presente proposta de ato normativo à elevada consideração de Vossa Excelência.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fernando Haddad

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996.**

Vide Adin 3324-7, de 2005

Vide Decreto nº 3.860, de 2001

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....

TÍTULO II**Dos Princípios e Fins da Educação Nacional**

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;**
 - II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;**
 - III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;**
 - IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;**
 - V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;**
 - VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;**
 - VII - valorização do profissional da educação escolar;**
 - VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;**
 - IX - garantia de padrão de qualidade;**
 - X - valorização da experiência extra-escolar;**
 - XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.**
-

TÍTULO III**Do Direito à Educação e do Dever de Educar**

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

- I - ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;**
- II - progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio;**
- III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino;**

IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade;

Seção II Da Educação Infantil

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;

II - pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

CAPÍTULO V DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo.

TÍTULO VI Dos Profissionais da Educação

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (Regulamento)

(À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 1º, inciso IV, do Regimento Interno, os Projetos lidos serão apreciados terminativamente pelas Comissões competentes, onde poderão receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, da referida Norma Interna.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – A Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, § 1º, inciso V, do Regimento Interno, o Projeto de Lei da Câmara nº 279, de 2009, que acaba de ser lido será apreciado terminativamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, nos termos do art. 122, II, c, da referida Norma Interna.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – O Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009, que

acaba de ser lido, terá tramitação com prazo determinado de quarenta e cinco dias, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição, combinado com o art. 375 do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, onde somente poderá receber emendas pelo prazo único de cinco dias úteis, de acordo com o art. 122, II, “b”, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, findo o qual, sendo apresentadas emendas, elas deverão ser encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa, a fim de serem publicadas no Diário do Senado Federal e em avulsos para serem distribuídos às Senhoras e aos Senhores Senadores, na forma regimental.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

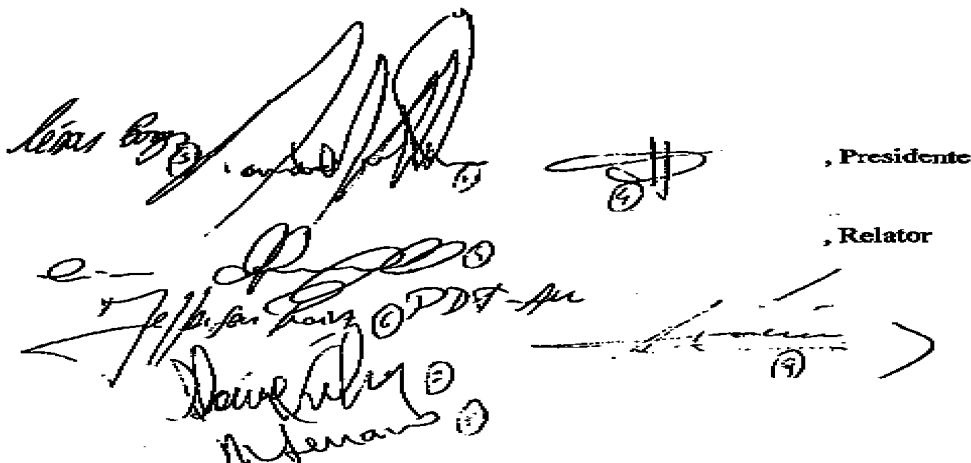
REQUERIMENTO Nº 1.459, DE 2009 (REQUERIMENTO Nº 86, DE 2009 – CMA)

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e do art. 215, inciso I, alínea a, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Integração Nacional as seguintes informações acerca da avaliação da execução orçamentária e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE):

1) Relatório das Atividades Desenvolvidas e Resultados Obtidos com a aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, referente ao exercício de 2007, elaborado pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A;

2) Relatório de Gestão (Parecer nº 2/CGFCE/DFD, de 18.04.2008) elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, para compor o processo de prestação de contas do FNE, referente ao exercício de 2007.

Sala da Comissão, 13 de outubro de 2009.



, Presidente

, Relator

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR
E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

REQUERIMENTO Nº 86, DE 2009-CMA

**ASSINAM O REQUERIMENTO EM 13 DE OUTUBRO DE 2009,
OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):**

**01. FLEXA RIBEIRO
02. RENATO CASAGRANDE
03. CÉSAR BORGES
04. ALMEIDA LIMA
05. CÍCERO LUCENA
06. JEFFERSON PRAIA
07. MARINA SILVA
08. MARISA SERRANO
09. ADELMIR SANTANA**

(À Mesa para decisão)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Mesa para decisão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pela ordem, Sr^a Presidente, para uma comunicação parlamentar. Sem mistério. Se for preciso...

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Pela ordem, Senadora Serys.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Quem pediu primeiro?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Fui eu.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Paim, para uma comunicação inadiável.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Para uma comunicação inadiável também, Senadora Serys, e acordando com o Senador Paim de que eu falo primeiro, apesar de ele ter chegado primeiro.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senadora Fátima Cleide é a segunda inscrita, mas falará em primeiro.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Senadora Serys, também para uma comunicação inadiável. Na verdade, acredito que cheguei em segundo lugar, mas não há nenhum problema de que o acordo feito entre a Senadora Cleide e o Senador Paim mantenha-se na ordem combinada e eu serei o terceiro.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – O Senador César Borges é o terceiro inscrito, comunicação inadiável.

Com a palavra o Senador Papaléo.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Pela Liderança do PSDB, solicito a minha inscrição, Sr^a Presidente.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pela Liderança do PSDB, como primeiro inscrito, Senador Papaléo Paes.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Pela ordem, ilustre Presidente.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Vou ter que me ausentar – e acho que a senhora também – para uma reunião da Mesa Diretora.

Mas eu queria convidar aqui o Congresso, as brasileiras e os brasileiros, porque vai tomar posse como Presidente do PSC – está ouvindo, Papaléo? –, o Partido que mais cresce no Brasil, o extraordinário líder Marcondes Gadelha. Foi um dos melhores Senadores da República, hoje é Deputado Federal, é da Paraíba e com perspectivas invejáveis na política da Paraíba e do Brasil. Vai ser às 15 horas, na nossa 3^a Secretaria. Então, queria convidar todos. Desse grande e extraordinário líder do Nordeste nós nos orgulhamos, pela inteligência, bravura e porque representa a grandeza do homem do Nordeste.

Então, o Partido Social Cristão é o que mais cresce. Ele tem como símbolo o peixe, que lembra Cristo alimentando seus companheiros. O *slogan* é “fé, ética na democracia”. A doutrina dele é cristã. Então, é o que nós fizemos na nossa vida: alimentar os famintos, dar água a quem tem sede, vestir os nus, visitar os presos, assistir os doentes. Então, quem está com Cristo, vamos conosco à posse de Marcondes Gadelha.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Feito o registro, Sr. Senador Mão Santa, e o convite formulado pelo PSC – Partido Socialista Cristão.

O primeiro orador, pela inscrição, é o Senador Marco Maciel, que cede o primeiro momento de fala à

Senadora Fátima Cleide, que fez uma inversão, para uma comunicação inadiável, com o Senador Paulo Paim.

Com a palavra, para uma comunicação inadiável, a Senadora Fátima Cleide; logo após, pela inscrição, o Senador Marco Maciel.

Com a palavra a Senadora Fátima Cleide.

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO. Para uma comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, quero agradecer a gentileza do Senador Paulo Paim em permutar comigo na ordem dos oradores e, também, do Senador Marco Maciel pela generosidade de propiciar que eu possa falar neste momento.

Eu queria, aqui nesta tribuna, fazer ao Senado Federal um agradecimento pela aprovação da proposta de Emenda Constitucional nº 87, de 2003, de minha autoria, ocorrida no dia 28 de outubro, na semana passada, data em que esta Casa quebrou interstícios e votou, em dois turnos, no Plenário do Senado, a aprovação desta matéria. Naquela ocasião, a sessão estava concorrida e nós não pudemos expressar o nosso agradecimento, mas quero aqui, Senadora Serys, agradecer ao Governo, ao Presidente Lula, aos Ministros Paulo Bernardo, do Planejamento, e Guido Mantega, da Fazenda, que, em momento algum, colocaram objeções à aprovação desta matéria que irá contribuir, e muito, com o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Estou trabalhando, agora, Senadora Serys, na regulamentação da matéria. Já tivemos contatos com o Ministério do Planejamento para iniciarmos os procedimentos de regulamentação. E gostaria, daqui da tribuna do Senado Federal, de dizer aos servidores públicos do Estado de Rondônia, que aguardam, ansiosamente, essa matéria, que algumas coisas têm sido ditas no Estado que não são verdades.

Em primeiro lugar, asseguramos, nós, Parlamentares do Senado Federal, da Bancada de Rondônia, e os Deputados Federais, que estão incluídos os servidores até o ano de 1991. E também queremos dizer que algumas especulações já são feitas no sentido de que, em janeiro, essas pessoas serão pagas pela União. Eu queria dizer a todos que muita calma, neste momento, é necessária, porque, na verdade, não é assim tão de imediato. Nós trabalharemos para que a regulamentação faça a incorporação devida imediatamente, mas, neste momento, dizer que será em janeiro é uma irresponsabilidade de quem tem propagado essa informação.

Quero, Senadora Serys, mais uma vez, registrar meus agradecimentos a todos os Líderes, em especial aos Líderes do Governo aqui no Senado – Senadora

Ideli Salvati, Senador Romero Jucá, Senador Aloizio Mercadante – e também aos Líderes da Oposição – Senador José Agripino, Senador Arthur Virgílio –, enfim, às Lideranças de todos os partidos, que, por unanimidade, encaminharam e votaram a favor dessa matéria, que é, repito, de grande relevância para a economia do Estado de Rondônia e para retomar o equilíbrio regional, Senador Marco Maciel, que estava em discrepância em razão de um benefício para dois Estados que têm a mesma condição do Estado de Rondônia, que são Roraima e Amapá, e já tinham esse benefício por parte da União desde o ano de 1997.

Mas quero aqui, também, Senadora Serys, fazer dois registros nos dois últimos minutos que me restam e que considero muitos importantes. Neste final de semana, no sábado, estive no Município de Ariquemes, importante região econômica do Estado de Rondônia, participando da finalização das comemorações do 32º aniversário daquele Município. Naquele momento, pude participar de uma atividade que encerrava as comemorações numa espécie de jardim chamado Florestal Garden, onde se misturaram arte, cultura e jardinagem, fazendo com que aquele ambiente se tornasse extremamente cheio de energia positiva, com música, dança e exposição de livros para homenagear os pioneiros daquela cidade, vindos, em sua maioria, da Região Sul do País. Quero parabenizar todos os organizadores daquela festa, a Prefeitura e o povo de Ariquemes pela passagem do 32º aniversário da Cidade de Ariquemes.

Também, Senadora Serys, por último, informo que participei, no domingo, da 7ª Maratona Ecológica do Avestruz, na Cidade de Mirante da Serra. Parabenizo os coordenadores daquele evento muito importante. Na ocasião, fui convidada a plantar uma árvore. Foi mais um evento importante da programação...

(Interrupção do som.)

A SRA. FÁTIMA CLEIDE (Bloco/PT – RO) – Estou finalizando, Senadora Serys, até para cumprir meu acordo com o Senador Marco Maciel e com o Senador Paulo Paim.

Mas foi um evento importante o plantio de árvores, já para neutralizar a emissão de gases carbônicos produzidos pela VII Maratona Ecológica do Avestruz.

Quero parabenizar todos os coordenadores, em nome do Presidente da Cooperativa, José Francisco, e dizer, Senadora Serys, Presidente desta Casa neste momento, que nós estamos torcendo e trabalhando para que eventos desse tipo possam acontecer cada vez com mais participação do Poder Público, para que nós possamos fortalecer, assim, outras atividades econômicas no Estado de Rondônia e na nossa

Amazônia, que possam ter como fundo a questão do desenvolvimento sustentável.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigada, Senadora Serys, obrigada também, Senador Marco Maciel e Senador Paulo Paim.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, Senador Augusto Botelho.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pela ordem.) – Gostaria de me inscrever como suplente para uma comunicação inadiável.

Se já tem três pessoas inscritas...

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Nós já temos três inscritos, V. Ex^a ficaria como primeiro suplente.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pela ordem.) – Gostaria de saber só a ordem de minha inscrição, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Senador Mário Couto, V. Ex^a é o terceiro inscrito. O primeiro é o Senador Marco Maciel, a segunda é a Senadora Marisa Serrano, por cessão do Senador Arthur Virgílio, e o terceiro é o Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela inscrição, o Senador Marco Maciel. E, logo após, para uma comunicação inadiável ao Senador Paulo Paim.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr^a Presidente Serys Slhessarenko, Sr^{as} e Srs. Senadores, serei breve.

Venho hoje registrar um fato relevante ocorrido na Academia Pernambucana de Letras, uma das mais antigas e prestigiosas academias estaduais do País. Dela fizeram e fazem parte vários acadêmicos da Academia Brasileira de Letras, entre eles eu citaria o escritor, cientista e pesquisador Mauro Mota.

Sua inseparável esposa, Marly Mota, acaba de tomar posse na Academia Pernambucana de Letras, e essa é a razão da minha vinda à tribuna para registrar o fato e cumprimentá-la pela posse. Ela sucede na Academia outra grande poetisa, Maria do Carmo Barreto Campelo.

Marly Mota é uma artista da palavra, poetisa, cronista e pintora, com livros de valor reconhecido pela

crítica, entre eles *A Janela*, *O pátio da matriz*, *Além do Jardim*, *O mundo e o carrossel*, e também com consagradas incursões no campo das artes visuais.

Marly Mota se define literariamente: “Meu estilo é mais memorialista, saudosista, mas a gente sempre muda para melhor. São crônicas de memórias, lembranças de infância e do meu convívio com Mauro Mota, dentro e fora do Brasil, e com outros escritores”.

É admirável a fidelidade de Marly Mota às suas raízes pernambucanas, no seu Bom Jardim, sua terra natal, e por onde passou a caminho do Recife e do mundo.

O mesmo se diga de sua pintura, com seus quadros inspirados tanto em *Casa-Grande & Senzala*, uma das obras de Gilberto Freyre, quanto nos livros do grande escritor português Eça de Queiroz. Marly Mota tem poesia telúrica em tudo que escreve e pinta, com sentimentos visualizáveis pelas palavras e cores. A saudade é que lhe toca o coração. A escritora e pintora, que ela é, logo a transmite, inclusive a quem não provém dos mesmos passos de vida.

Marly Mota é alma nordestinamente irmã de Mauro Mota, seu pranteado marido. Os caminhos deles se encontraram e continuam para sempre juntos, como se vê nos próprios títulos e temas dos ensaios do Mauro Mota: *Província e Academia*, *Imagens do Nordeste* e na tese *O Cajueiro Nordestino*, aprovada em concurso para professor do Instituto de Educação de Pernambuco, um dos colégios mais bem reputados da área de ensino do Estado.

Por seus livros consagrados e na constante presença ao lado de Mauro Mota, ela mesma reconhece ter sido natural que fosse lembrada e até convocada pela mais que centenária Academia Pernambucana de Letras. O programa acadêmico de vida de Marly Mota diz tudo: “Espero que a Academia Pernambucana de Letras seja cada vez mais de letras e cada vez mais pernambucana”.

Encerro, Sr. Presidente, minhas palavras solicitando que seja transcrito nos Anais do Senado Federal o discurso que a escritora Marly Mota proferiu por ocasião de sua posse na Academia Pernambucana de Letras, para que, através da referida transcrição, possam os Anais da Casa abrigar o discurso de Marly Mota, que tanta repercussão alcançou ao se empossar como integrante da Academia Pernambucana de Letras.

Era o que tinha a dizer, Sr^a. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MARCO MACIEL EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art .210,inciso I e §2º do Regimento Interno.)

Ministro Marcos Vinícios Vilaça.

Senhores Acadêmicos.

Distinta Família Barreto Campelo de Melo.

Minha Querida Família.

Meus Amigos:

Acatando a decisão dos que me elegeram, aqui estou, confessando aos meus amigos, neste ameno final de tarde de 21 de setembro, começo da primavera, o quanto hesitei entrar neste auditório iluminado e acolhedor, de lembranças irrefutáveis. Não duvido que Mauro Mota, dos distantes espaços, esteja nesta sala, que leva o seu nome, a nos espreitar, decerto muito contente, acompanhado dos seus personagens fictícios: Mateus Camorim, Aristarco Gadelha, Menelêu Padilha, Suzana Cantuária, entre outros.

Há 25 anos, em 22 de novembro próximo, que não o vejo. Se o meu coração está aqui, a outra metade está com ele, esteja ele onde estiver.

Sem nenhuma presunção, conhecendo as minhas limitações, em momento algum, insinuei-me ocupar uma das cobiçadas cadeiras desta ilustre Casa. Tomei um susto, quando os acadêmicos, meus amigos, **José de Souza Alencar, Marcus Accioly, César Leal, Antônio Correia de Oliveira** avisaram-me, por telefone, que o meu nome havia sido escolhido para concorrer à vaga deixada pela inesquecível **Maria do Carmo Barreto Campelo de Melo**, com a generosa concordância dos demais acadêmicos. Agradeço, comovida, ter sido eleita, com honrosos 31 votos, para a cadeira 29, em 28 de outubro de 2008.

Na verdade, não houve na demora de chegar a esta Academia nenhuma descortesia, nenhum desapeço aos que me convocaram a tomar assento na casa de **Carneiro Vilela**, romancista, pintor e o primeiro presidente efetivo desta ilustre instituição.

De que gostaria mesmo era deixar-me longe das luzes e dos olhares indagadores de alguns, e exigentes de outros, para conferir-me o mérito desta láurea acadêmica.

Ao mesmo tempo, sinto-me honrada por partilhar do convívio ameno e proveitoso dos que aqui já tomaram seus assentos por méritos indiscutíveis. Buscarei, na medida do possível, corresponder à confiança, colaborando, modestamente, no dizer de **Mauro Mota**, para que “a Academia Pernambucana de Letras seja, cada vez mais, de letras, e, cada vez mais, pernambucana”.

Discordando, nesta ocasião do hábito de falar de si próprio, tenho pouco a dizer de mim. Estou sempre em consonância com o meu instinto de preservação. Agradeço a Deus, sem subterfúgios, os meus bem vividos 82 anos, com muita energia e a intenção de não morrer tão cedo.

Valho-me de uma das idéias poéticas da paranaense Helena Kolodi, falecida aos 92 anos: *A inexpressiva multidão dos anos / Passou anônima e apressada. / Afinal, eu vivi / ou sonhei que vivi ?* Nisso tudo, cabe, com fidelidade, o que diz, Miguel Torga: “É preciso pelo menos um palmo de ilusão.” Eu diria que preciso muito mais do que isso.

Vivo feliz com a liberdade que me traz o envelhecimento. Não ouço censuras se fico até altas horas no computador, digitando crônicas, desenhando uma nova tela, assistindo a um bom filme, ou se, ao som de uma música romântica, danço, ou choro, lembrando-me de alguém. Tantos amigos já se foram! Vê-los partir é como perder um pouco de mim. Diz a admirável madre Tereza de Calcutá: “**A força interior a as convicções não têm idade. - “A vida não se mede pela quantidade de anos que se vive. A vida se mede pela alegria que se distribui.”**

Permitam-me, meus amigos, nesta hora em que me cerco de emoções, uma fuga. Que o meu coração voe para longe daqui, nos longes da meninice, e pouse na casa hospitaleira dos meus pais, onde, com os meus três irmãos, nela coubemos sem transbordamentos.

Meu pai, Manuel Cavalcanti de Arruda, fez da sua vida um contínuo aperfeiçoamento do trabalho. Vi-o, na sua sala de auditor fiscal do Tesouro Nacional,

nomeado por concurso, aos 28 anos de idade, em 1929, pelo presidente da República, Washington Luiz. Vi-o, em dias difíceis e risonhos, ao lado de minha mãe, Maria Digna, generosa, serena, vigilante, a nos dar o colo. Aos dois, com respeito, pedíamos a bênção, ao deitar e ao levantar. Esse abençoamento nos acompanha, desde então. Um e outro, controlando aquele nosso pequeno mundo de simplicidade, em Bom Jardim, cidade que sempre fora para mim uma soma de referências afetivas.

Diz Mauro Mota: **“Ninguém se muda jamais do domicílio da infância. Agente sai, mas leva pelo resto da vida, os trastes na cabeça e no coração.**

No meu colégio, com entusiasmo infantil, gostava de ouvir fluir a poesia de Gonçalves Dias, em *Os meus oito anos*, e a *Canção do Exílio*, que me fazia chorar, quando minha mãe cantava.

Assistimos, comovidos, meus irmãos, e eu, nossos pais completarem 75 anos de casados.

Trago-os, nesta noite, na minha saudade.

Quando adolescente, amei a sensibilidade de Machado de Assis, de José de Alencar, de Eça de Queiroz, lendo os livros que existiam em minha casa. Tudo ficara gravado para sempre. A essas lembranças, juntei a paisagem humana e social de Bom Jardim, que me acompanha e inspira, como aprendiz das artes plásticas. Indo mais longe! Ai de mim! Como cronista, ou simples memorialista, de escrita puramente pessoal, gênero em que retomo os meus caminhos.

Adélia Prado, poeta da minha admiração, escreve: **“Minha alma é um bolso, onde guardo minhas memórias vivas. Memórias vivas, são aquelas que continuam presentes no corpo. Uma vez lembradas, o corpo chora, comove-se, dança... O que a memória amou fica eterno.”**

Meus amigos, não posso deixar de lembrar a minha convivência, por 34 anos, com o poeta Mauro Mota, marido, companheiro e incentivador. Para homenageá-lo, pelos 90 anos que faria em 2001, illustrei as *Cenas Mauromoteanas*, anexadas ao livro *Obra Poética Completa*, editado pela ENSOL, Sônia e Everardo Norões, sob o patrocínio do Sindaçucar, com Renato Pontes Cunha, na presidência.

Impossível esquecer em Mauro Mota a sua alma lírica e o seu espírito brincalhão. Sabia fazer humor. Divertia-se – maneira inteiramente sua – em adivinhar o “pensamento” das pessoas ao seu redor. Alguns amigos, cúmplices, deleitavam-se com os seus trotes telefônicos: Abelardo Rodrigues, Laurenio Lima, José Condé, Andrade Lima, Nelson Saldanha e Marcos Vilaça, entre eles. No Rio de Janeiro, o nosso compadre o escritor Nertan Macedo, sempre se deixara envolver pela voz desafinada de Mauro, imitando Suzana Cantuária, em tom de paquera, marcando encontro. Lembro, Mauro Mota, telefonando para o seu fraterno amigo, de longas convivências, Aurélio Buarque de Holanda, fazendo-se passar por Menelêu Padilha, dizendo-se poeta maranhense, admirador imbatível, que gostaria de conhecê-lo pessoalmente. Dia e hora marcados, sai Mauro Mota, do Hotel Florida, de capote (fazia frio), gola alta, óculos escuros, chapéu-coco. A indumentária ajudava a encobrir suspeitas. Entra no apartamento de Aurélio, amparando-se na penumbra. Só depois o “dicionarista” aparece, com jeito de encurtar a visita. Mudando o tom de voz, logo após os cumprimentos, a conversa não pode ir adiante, porque, rindo muito, Mauro tirara os disfarces, e Aurélio alucinado, grita por Marina, sua mulher: “Marina, oh! Marina, o poeta maranhense, é o danado do Mauro Mota!” Acabaram ambos nas gargalhadas.

Poeta do cotidiano, dos epitáfios e das despedidas, Mauro Mota “dava adeus a si mesmo”. *Dava adeus a si mesmo / na ponte sobre o cais / / A cada hora partia-se / para não voltar mais.* Elegíaco sempre fora. Como elegíaco foi Rainer Maria Rilke.

Mauro Mota nasceu no Recife e passou a sua infância em Nazaré da Mata, onde recebeu o título de cidadania. Era desse título que mais se orgulhava, dentre tantos outros, nacionais e internacionais.

Permanecendo no Recife, elegera-se para a mais alta honraria cultural do país – a Academia Brasileira de Letras – quando, simultaneamente, fora, por 10 anos, presidente desta Casa. Em 16 de agosto de 2011, festejaremos o seu centenário de nascimento.

A propósito de imortalidade, fomos, Mauro Mota e eu, convidados com outros acadêmicos, por Juscelino Kubitschek, para jantar no seu apartamento da Avenida Atlântica. Juscelino, que se candidatara à cadeira

Número 1, vaga com a morte de Ivan Lins, na Academia Brasileira de Letras, perdera a eleição para Bernardo Elis, escritor goiano. Enquanto lamentávamos o insucesso do amigo, Josué Montello, brincalhão, resumia a glória acadêmica em dois discursos: **Um, do Acadêmico quando chega, o outro, sobre ele, depois que ele se vai.**

A propósito, Marcos Vilaça escreve num dos seus discursos: “Em todas as Academias existe o episódio da controvérsia das campanhas por um assento em seu cadeiral, e diz que Josué Montello costumava recordar esta quintilha auto-explicativa: **Se somos quarenta / Alvos vivos da ironia / Mas o riso não se aguenta / Ninguém mais nos torce a venta / Se há vaga na Academia.**

–“Se é comum em qualquer Academia no mundo o pedido de voto de candidato para sua eleição, tal procedimento é censurável quando não se respeita sequer o período de dor, ou de luto, de uma família, pois nenhuma glória de ser candidato isso justifica.” – como bem registrou o jurista Roque de Brito Alves.

Talvez seja um gesto sensato das Academias de Letras convocarem os mortos, trazendo-os contra o esquecimento, quando é dever dos que ingressam na vida acadêmica, ao se empossar, ressaltar a memória dos seus antecessores. Muitas vezes, as referências escasseiam e a memória não ajuda no roteiro da vida literária dos ocupantes da cadeira 29. Todos eles invisíveis, mas estão aqui conosco, nesta noite.

Devo lembrar o patrono da cadeira 29, padre **Antônio Gomes Pacheco**, homem da segunda metade do século XVIII. É o mais antigo membro desta Academia, nascido em 1742, no povoado da Ilha de Itamaracá. Os seus conterrâneos o celebravam como religioso e poeta, que com dedicação serviu à pequena comunidade, obtendo méritos que lhe conferiram a imortalidade. O padre Pacheco tem o seu perfil traçado pelo historiador Pereira da Costa. O nosso maior cronista histórico descreve-o como um tipo espigado, grosso de corpo, cabelos pretos. O padre Antônio Pacheco foi autor de sátiras e de decassílabos, dedicados ao governador da época, seu grande amigo César de Menezes, por ocasião do seu aniversário.

Antônio Pacheco morreu no Recife, em agosto de 1797, há aproximadamente 212 anos.

O primeiro ocupante, **Mário Sette**, nasceu no Recife, em 1886, marcante personagem do chamado romance dos anos 30. Hoje, muito pouco lido.

Por sua produção histórica e literária, foi um polígrafo na completa acepção do termo. Eleito em 1921, ocupou esta cadeira, sendo recebido pelo acadêmico Manuel Arão, jornalista, teatrólogo, poeta e um dos presidentes desta Casa.

Além de excelente professor, foi memorialista. Escreveu contos, crônicas e romances, dentre os mais conhecidos, *Terra Pernambucana*, *Palanquim Dourado*, *Arruar*, *Senhora de Engenho*. Este, um canto de exaltação aos velhos engenhos nordestinos. Senti de perto, quando menina, esse modo de vida rural, nas aconchegantes casas-grandes, nos engenhos da minha família. Não há romance que não traga um pouco de relato íntimo: diários, confissões, memórias, gêneros literários interligados entre si. Amava os personagens dos livros de Mário Sette, especialmente, em *Os Azevedos do Poço*. Morando em Casa Forte, avizinhou-me do belo sobrado povoado pelos figurantes desse romance, e que por lá permanecem, na verde paisagem que me rodeia.

Escreve Mauro Mota, na sua coluna *Agenda*, em 7 de maio de 1972, no *Diário de Pernambuco*: *O livro de Mário Sette, Terra Pernambucana, é sem embargo, das outras obras, de crônicas e romances, um dos mais importantes que ele escreveu, pela leveza e a finura de botá-los em movimento, a magia de fazer a gente, além de ler, ver as coisas, os ambientes, as pessoas. Nada de coquetel de datas e nomes de estilo servil de relatórios. Até a sétima edição, que guardo com amor, pela dedicatória do autor, era "obra adotada nas Escolas Públicas e particulares de Pernambuco.*

Estevão Pinto, o segundo ocupante. Tão alagoano, quanto recifense, Nasceu em 1895, falecendo em 1968. Nele eram visíveis as vocações para o serviço público, as pesquisas sociais, como antropólogo e historiador social. Professor do Instituto de Educação de Pernambuco, uma instituição centenária, e na Faculdade de Filosofia, também de Pernambuco, da qual foi o primeiro diretor, revelando-se excelente administrador.

Estevão Pinto, quando o conheci, participava, ativamente, como pesquisador, no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, onde deu cursos e fez conferências, entre 1964 e 1967, ao lado de outros grandes nomes: Gilberto Freyre, Sílvio Rabelo, Câmara Cascudo, Nilo Pereira, Gilberto Osório de Andrade, Raquel Caldas Lins, Amaro Quintas, Ariano Suassuna, Marcos Vinícios Vilaça, Antônio Carolino Gonçalves, Luiz Delgado, Roberto Motta, Renato Carneiro Campos, Fernando Antonio Gonçalves, dentre outros, que, involuntariamente, deixo fora de citação. Época de Mauro Mota, diretor do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, que registra essas atuações, no seu livro: *Cara e C'roa*.

Lamento não fazer a louvação a Estevão Pinto à altura dos seus merecimentos. Sendo imortal desta Casa, pode ter sido muito mais imortal lá fora, para o serviço público que exerceu com eficiência e, sobretudo, para os seus familiares.

O terceiro ocupante, **Jaime Griz**, nasceu em 1900, pernambucano de Palmares, poeta, contista, folclorista, eleito em 1971 para esta Academia. Publicou vários livros. Sobre ele, também escreve Mauro Mota, na sua coluna *Agenda*, no *Diário de Pernambuco*, de 13 de março de 1972: *Fazendo livros para serem lidos à noite. Fazendo homens feitos terem medo de suas histórias de assombração. E parecendo com a cabeleira e as costeletas, ilustrar em carne, o seu "Lubisomem da Porteira Velha."* *Jayme Griz, folclorista de primeira água. Pelo menos da primeira água do Rio Una.*

Menino de engenho de Palmares, ouvindo histórias de assombração e de trancoso, escreveu as suas próprias histórias: *Palmares, seu Povo e suas Tradições*, *O Cara de Fogo*, *Rio Una*, *Negros*, *O Lobisomem da Porteira Velha* e *O Decifrador de Sonhos*. Do popular: *O Jogo do Bicho*

Na sua casa do Recife, havia um criatório de sapos cantores, de várias espécies. Certa vez, indo à nossa casa, na Rua Bento de Loyola, para surpresa nossa, trouxera uma caixa cheia de sapos, para soltá-los no nosso jardim. A propósito de cantoria de sapos, é de Carlos Drummond *Festa no Brejo: O Brejo vibra que nem caixa de guerra. \ Os sapos estão danados. \ A saparia toda de Minas, \ coxa no brejo humilde. \ Hoje tem festa no brejo!*

Jaime Griz foi uma das figuras mais representativas, na área da literatura e do folclore regional.

A quarta ocupante: Maria do Carmo Barreto Campelo de Melo.

Dela é a cadeira que ocupo, pela honra que me cabe sucedê-la. Lembro-a, com fraterna admiração, para quem soube escrever *Música do Silêncio*, *Visitação da Vida*, *Tempo Reinventado*, e tantos outros temas compartilhados de simbolismos, do seu mundo revelador e comovente. Com vitalidade, aos 84 anos de idade, faz o apelo: *Amigo dá-me a certeza de que não morro / apenas sonho.*

A poeta Cora Coralina, com a espontaneidade dos seus versos, nos diz: - *Não sei... se a vida é curta ou longa demais para nós, / Mas sei que, nada do que vivemos, Tem sentido / se não tocamos o coração das pessoas. Não morre, aquele que deixou na terra / a melodia do seu cântico / na música dos seus versos.*

Aos meus amigos e, especialmente, aos familiares de Maria do Carmo, dessa mulher pernambucanamente brasileira, diria Gilberto Freyre, mulher multidimensional, digo eu, a começar pelos seus sete nomes, que nela se completam harmoniosamente: Maria do Carmo Barreto Campelo de Melo. Mãe amorosa de numerosos filhos, como numerosa foi a sua produção literária, agora eternizada no livro *Sempre Poesia – Obra Completa*, organizada pela sua neta, a jornalista e pesquisadora Ana Flávia Campelo de Melo. Cada livro seu é um desdobramento da sua personalidade, do seu talento, das suas ideologias. Quem sou eu para fazer um juízo crítico da obra de Maria do Carmo? Tento fazer uma afetuosa reconstituição do rico transitar dessa mulher que marcou época no movimento literário do Recife.

Tive a honra de conhecê-la de perto, quando Mauro Mota foi presidente desta Casa. Uma das mais belas sedes de Academias de Letras do Brasil, como ele gostava de afirmar. Desde então, o nome de Carminha é, para mim, exemplo de simplicidade, até pelo pudor de se mostrar grande e eloquente, como artista da palavra, na construção dos seus versos.

As palavras mais simples e rotineiras, no dizer do grande cronista Rubem Braga, ganham o poder de valorização em Maria do Carmo. Sua vida e a sua obra alcançam amplitude e harmonia. Uma não pode ser entendida sem a outra. Ambas ganham o sentido mágico do seu estilo literário.

• Carminha foi, como queria ser, acima de tudo, professora. Também jornalista e escritora de muitos méritos. É autora de poemas que nos trazem um sentido invulgar, na forma cristalina de exprimir os seus silêncios, como este seu *Auto-Retrato: Este o território / onde finquei minhas raízes / onde mi (mulher) plantaram / E me regaram com a água da vida / por isso que floresci / e hoje sou como uma ilha / cercada (de filho) por todos os lados.*

Sem esquecer o seu chão da Rua Padre Landin, ela própria define-se: *Aqui, o meu território de ternuras, aqui, o meu chão onde armei a tenda dos meus sonhos, e construí os alicerces da minha solidão.*

Maria do Carmo foi apaixonada pela obra de Rilke, e homenageou o grande poeta das *Elegias de Duino*, encenando *A literatura em Salomé e Rilke*.

Na Rua Padre Landin, a sua casa sempre fora aberta para os menos favorecidos. Foi uma das fundadoras do *Projeto Arte e Vida*, com o objetivo de retirar crianças e adolescentes da convivência do tráfego das drogas. Com Dolly Dalla Nora, as duas, ativaram esse Projeto de apresentações poéticas, em forma de jogral, com a participação de Geninha da Rosa Borges, Adriano Cabral, Eduardo Gomes, entre outros figurantes, nos principais espaços culturais da cidade do Recife e em outras cidades. Coube a Nazaré da Mata viver esse clima: ruas embandeiradas, o povo tomando as calçadas e as praças. Orquestras com zabumbas, ganzás e maracatus, enchiam as ruas e o pátio do antigo Matadouro Público. Um prédio de linhas singelas, com fachada arte decó, transformado em **Centro Cultural Mauro Mota**. Onde os textos do poeta, foram declamados pelo coro, tão bonito de se ver quanto de se ouvir, na celebração poética mauromoteana, encenada no adro do Espaço Cultural.

Empática e generosa, Maria do Carmo homenageara muitos dos seus amigos, em especial, a sua fraternal, desde a infância, Geninha da Rosa Borges, admirável atriz do nosso teatro, dedicando-lhe o livro *Geninha Total*, seu último trabalho, em julho de 2008.

Também fui merecedora do seu carinho. Quando da sua posse nesta Academia, Mauro Mota na presidência em 1981, recebe de Maria do Carmo a carta que lerei, repassando-a à mesa diretora:

Dr. Mauro Mota M.D. Presidente da Academia Pernambucana de Letras .

Senhor Presidente:

Tenho a convicção de que, se vivo fora, meu pai – antigo Acadêmico Barreto Campello – seria, com certeza, designado por essa presidência para compor a Comissão que deverá me introduzir no recinto dessa instituição de Cultura. Assim sendo, solicito a permissão dessa Casa, para que i n c l u í d a naquela comitiva de recepção, minha amiga e admirável mulher de cultura Marly Mota simbolicamente o represente

Atenciosamente. a) Maria do Carmo Barreto Campello de Melo.

Pertenço, com muita honra, à Academia de Artes e Letras de Pernambuco. Também sem pleitear os votos dos meus confrades, fui eleita, em 24 de setembro de 1998, para a cadeira 12. Recebeu-me Maria do Carmo Barreto Campello de Melo com grande calor humano, voz lenta e segura, dizendo-me, ao finalizar o seu discurso: *Eis que nos chega essa mulher. Vem de longe, vem do Engenho São Francisco de Ipojuca e traz pela mão uma menina ruiva e lírica. Vem de Bom Jardim – “cidade que ficou e permanece.” Vem com suas memórias, com suas crônicas, seus quadros. Vem, sobretudo, com suas personagens, às quais deu vida e recriou um tempo mítico que não tem tempo. E agora que chegas de tantos longes, entra nesta tenda e toma acento. A cadeira de número 12 é tua, por justiça e por direito. Bem-vinda sejas: Marly de Arruda Ramos Mota.*

Foi como se houvéssemos feito entre nós , antecessora e sucessora desta cadeira 29, da Academia Pernambucana de Letras, um pacto de ternura. Familiares de Maria do Carmo, aqui presentes, meus amigos: fiz um frágil esboço dessa mulher que eleva a condição feminina, pela cultura e pelo talento da sua arte, e pela postura de dignidade que sempre soube preservar.

Sem nenhuma veleidade literária, publiquei em 1965, há exatos 44 anos, o meu primeiro livro de crônicas – *Pátio da Matriz* – pela Editora CEPE, Edição Concórdia, à época dirigida pelo escritor Cleofas Oliveira, com apresentação do prof. Luiz Delgado, capa e ilustrações do pintor Lula Cardoso Ayres. Em 1997, publiquei *Janela – Crônicas brasileiras - vida e costumes sociais* – Editora Bagaço – com prefácio do humanista, poeta e filósofo, padre Daniel Lima, meu mestre nos cursos de Pedagogia e de Sociologia.

Nesta noite, editados pela CEPE, apresento dois livros de crônicas: *Além do Jardim*, com apresentação do meu amigo, poeta José Mário Rodrigues, e *O Mundo e o Carrossel*, prefaciado pela querida escritora e filósofa Maria do Carmo Tavares de Miranda, membro desta Academia. A coordenação editorial foi da excelente jornalista Lêda Rivas. O meu neto, publicitário, Sérgio Arruda Mota e Albuquerque Filho, criou e assinou os convites para esta ocasião. A renda dos livros reverterá em favor da obra assistencial do padre Airton Freire, Fundação Terra, em Arcoverde.

Com bençãos e aleluias, agradeço, antecipadamente, ao amigo e compadre, acadêmico Marcos Vinícios Vilaça, por ter aquiescido saudar-me nesta noite. Acompanhado da minha querida Maria do Carmo, comadre, comadríssima! Marcos Vilaça, que dispensa referências, em sua gestão como presidente desta Casa, recebeu de Gilberto Freyre uma afirmação de louvor: *Tão jovem e tão presidente!*

Na Academia Brasileira de Letras, marcou a sua presidência por dois anos, de forma luminosa, colocando a Casa de Machado de Assis ao alcance de todas as áreas de atividades culturais. Deus o encaminhe, muito breve, à Presidência da A.B.L, quando, mais uma vez, subirei as escadas do Petit Triannon.

Marcos Vilaça, com honras e méritos, recebeu a grande Medalha de Ouro do Serviço Público, pelos seus 50 anos ininterruptos de relevantes trabalhos de servidor do governo brasileiro, em cerimônia no Palácio do Planalto. Também pelas comemorações dos seus joviais 70 anos, com exposição comemorativa no Centro Cultural da Academia Brasileira de Letras. O seu livro *Além do Pórtico* foi lançado, recentemente, na Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Enfim, pela nossa amizade que atravessa os anos. Desde

quando ele, estudante do Colégio Nóbrega, logo depois escritor, e noivo da bela limoeirense Maria do Carmo Duarte, anunciando que seríamos, Mauro e eu, seus padrinhos de casamento. Um dos mais belos do Recife. Obrigada, Marcos Vinícius Vilaça, por concordar receber-me na Casa espiritual de Carneiro Vilela, nesta noite memorável.

Agradeço ao presidente e ao vice-presidente, acadêmicos Waldênio Florêncio Porto e Antônio Correia de Oliveira, às autoridades presentes, ao ilustre senador Marco Maciel, desembargador Paulo Gadelha, aos representantes da família Barreto Campello, à presidente da Academia de Artes e Letras de Pernambuco, Maria Tereza Magalhães, aos acadêmicos meus confrades. À minha família, pelo encanto de ver aqui reunidos os meus filhos: Maurício, Eduardo, Sérgio, Teresa, Luciana, meu genro Damião, as minhas noras, Flávia Lúcia e Luciana, os meus netos Mirella, Sérgio Filho, Maria Digna, Francisco, Mauro, Sofia, Maria Eduarda, Renato, Ricardo, o meu irmão, Mauro Arruda, cunhadas e sobrinhos.

A todos os meus amigos, pela disposição em comparecer a esta posse. Alegro-me em receber os que abrilhantaram esta cerimônia, invulgar para a minha longa vida. A todos os presentes, o meu carinhoso de agradecimento.

Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, a Sra. Serys Shessarenko, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Sadi Cassol.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – V. Exª será atendido, nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Papaléo Paes, pela Liderança do PSDB.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Sr. Presidente, exatamente, fica o Senador Paulo Paim como próximo orador inscrito, depois eu falo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Pois não. Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Agradeço, Senador Papaléo Paes.

Usarei meus cinco minutos, Senador Sadi Cassol, que preside esta sessão, pois tenho às 14h30, no meu gabinete, uma reunião para discutir a questão do Aerus, fundo de pensão ligado à Varig, que, infelizmente, deixou mais de dez mil aposentados e pensionistas sem receber o que tinham direito. Para se ter uma ideia, quem ganhava R\$10 mil a R\$12 mil por mês,

como comandante de um avião da Varig, hoje está ganhando R\$150,00 a R\$200,00.

Acho que essa reunião será decisiva, e nós poderemos chegar a um acordo. Se não houver acordo, que o Supremo decida de uma vez por todas. O que não pode é ficar nessa enrolação e aqueles cujas vidas dependem desses benefícios continuarem nessa total insegurança. É por isso que eu estou na expectativa de que a reunião seja produtiva. Não dá para, mais uma vez, ficarmos sem resposta para os dez mil dependentes desse fundo. Se considerarmos os familiares, estaremos envolvendo cerca de 50 mil pessoas.

Sr. Presidente e Senador Mário Couto, quero também dizer que a expectativa é muito grande em relação ao que a Câmara votará no dia de amanhã. Depois da conversa que tivemos com o Presidente Michel Temer, a Câmara se comprometeu a incluir na pauta de amanhã e votar os PLs que aprovamos no Senado, tanto aquele que trata do fim do fator previdenciário como aquele que garantirá ao aposentado, além da inflação, o aumento real, acompanhando o crescimento do salário mínimo.

Espero, Sr. Presidente, que amanhã a gente consiga votar essa matéria. Em torno de mil idosos, apo-

sentados e pensionistas de todos os Estados, estão se deslocando para Brasília.

Muitos saíram já no domingo, vão fazer uma pressão democrática e legítima aos Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas para que votem o reajuste dos aposentados nos moldes que nós aprovamos aqui no Senado.

Eu lembrava outro dia que era para maio, depois foi para junho, de junho foi para julho, de julho foi para agosto, de agosto foi para setembro, de setembro a outubro e agora estamos em novembro. A possibilidade de se votar amanhã é grande, com acordo ou sem acordo. Eu falava com o Presidente da Cobap, o Warley, há questão de minutos, ele está muito otimista porque a matéria será votada amanhã.

Eu continuo insistindo muito na proposta do entendimento, um entendimento que garanta a queda definitiva desse tal fator previdenciário, que infelizmente confisca 40% do salário do trabalhador na hora do cálculo do benefício. Para aqueles que ganham no máximo, até R\$3.200,00, aplicado o fator, abaixa para cerca de R\$2 mil; para os altos salários, quem ganha R\$25 mil, R\$30 mil, R\$16 mil, R\$18 mil, não se aplica o fator. Então, em tese, só pega quem ganha pouco, o celetista, aquele do Regime Geral da Previdência.

É uma grande injustiça que o Congresso, de uma vez por todas, tem que resolver e só resolve votando. Não dá para protelar mais.

Hoje mesmo eu recebia, Sr. Presidente, uma delegação que veio do Rio Grande do Sul para votação de amanhã e estão dispostos, inclusive, a ficar aqui em Brasília, na galeria ou no Salão Verde da Câmara, até que a matéria seja votada. Eles já vieram semana passada e estão voltando nesta semana; uma turma chegou hoje e outra chegará nesta noite.

Quero concluir, como eu dizia, Sr. Presidente, numa fala rápida, dizendo que estou esperançoso de que os projetos que nós aprovamos aqui sejam lá aprovados, até porque, Sr. Presidente, não dá mais para aceitar o discurso de décadas de que a Previdência é deficitária.

A Previdência não é deficitária. Se pegarem só os últimos cinco anos, verão que houve uma renúncia fiscal da seguridade de mais de R\$150 bilhões – dados que estão no Siafi e também na Anfip. Eu peguei cinco anos, mas se eu voltar aos últimos quinze anos, essa renúncia fiscal ultrapassa com certeza R\$600 bilhões a R\$700 bilhões. Nem estou falando de outros recursos que são destinados, historicamente, para outros fins que não aqueles que deveriam ficar especificamente na saúde, na assistência e na previdência.

E, de mais a mais, Sr. Presidente, eu fico impressionado que alguns colocam nos jornais que isso vai

gerar um gasto de R\$50 bilhões, R\$60 bilhões, R\$70 bilhões, o que não é verdade.

Esta política salarial, aprovada por nós – a inflação mais o PIB – é revista de três em três anos. Queira eu ou não queira, agora, a partir de 2011, já vai ter que se rever de novo a política salarial. Porque está escrito lá que, de três em três anos, será revisada. Então não dá para começar a fazer projeções para daqui a cinquenta anos, o que resultaria se se der um reajuste que em tese só vai garantir para o aposentado, 1º de janeiro de 2010 e 1º de janeiro de 2011. E todo mundo sabe que é o PIB acumulado de dois anos atrás.

Ora, em 1º de janeiro de 2011, a previsão do PIB é zero. Então, não é verdade, Senador Mário Couto. Estamos falando do PIB que vai ser pago agora em 1º de janeiro de 2010, que deve ficar em torno de 4,5% a 5%. Se dizem que cada 1% dá R\$1 bilhão, estamos falando de R\$5 bilhões. São R\$5 bilhões de uma previdência que tem um superávit anual que ultrapassa R\$50 bilhões.

Senador Mário Couto, eu não assinei a sua proposta de CPI da Previdência – ainda não assinei, me permita que eu diga isso. Sei que V. Ex^a está com quase 40 assinaturas já. Mas eu me pergunto: se continuar neste debate de que a previdência não tem dinheiro, e tenho certeza que tem, eu fico tentado a assinar. Vamos botar os pratos na mesa e vamos mostrar que dinheiro existe. Estou falando com a maior tranquilidade.

Eu não seria um irresponsável de vir aqui propor que se acabe com o fator que dizem que dá uma economia de R\$10 bilhões em dez anos, então dá R\$1 bilhão por ano, e mais os 5%, digamos, que desse do PIB, seriam R\$6 bilhões. Estou falando de uma fonte de recurso que tem superávit, no mínimo, de R\$50 bilhões por ano; ainda ficariam R\$45 bilhões. Eu nem estou falando mais de renúncias fiscais e recursos que foram destinados para outras áreas.

Enfim, eu estou em uma grande torcida de que a Câmara dos Deputados vote esta matéria amanhã e a gente resolva, de uma vez por todas, este tema e permita que, no dia 1º de janeiro, o aposentado, que já tem uma defasagem em relação ao salário mínimo, que chega a 70%, possa ganhar, pelo menos, o correspondente à inflação mais o PIB.

Era isso. Agradeço a V. Ex^a pelos cinco minutos, com a tolerância de mais um, porque eu disse que ia falar cinco e acabei falando seis.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Após a bela explanação do Senador Paulo Paim, concedo a palavra à Senadora Marisa Serrano.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, essa semana que passou foi uma semana difícil para todos os brasileiros. Acompanhamos pelos jornais, pela mídia, pelo noticiário todo, as rebeliões em presídios, a superlotação nas cadeias públicas, a forma como são tratados os presidiários, os casos de tortura - e os condenados que aterrorizam as cidades estão ali sediados, porque, afinal de contas, eles fazem da cadeia um escritório particular. Além disso, a quantidade de pessoas presas é muito maior do que uma cadeia aceita. É a superlotação absurda que nós vemos hoje no País.

Eu quero lembrar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que, no ano passado, a CPI do Sistema Carcerário, da Câmara dos Deputados, chegou à conclusão de que faltavam no País 180 mil vagas para os presos. E o Pronasci, que é o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, disse que vai construir 40 mil vagas. Mas, de 40 mil para 180 mil, há uma distância muito grande.

Em junho deste ano, lá em Vitória, na capital capixaba, numa cela em que cabiam 28, estavam 313 pessoas colocadas. Como a gente vai falar em ressocialização? Como a gente vai pensar que a cadeia pode, num estado como esse, fazer com que as pessoas saiam melhores de lá? E que elas saiam e se integrem à sociedade? Não é possível. De 28 para 313, numa mesma cela... A gente tem aquela imagem das pessoas colocando as mãos pelas grades e informando que não aguentam mais. E não aguentam mesmo. Isso não melhora nada aquilo que poderíamos pensar em melhorar. Saem de lá piores.

Só em São Paulo, seria necessária a criação de 55 mil vagas. Se o Governo Federal fizesse o que está falando, teria que fazer só para São Paulo. E, mesmo assim, ainda não completaria tudo que precisa completar.

Quero lembrar também que os mutirões carcerários, realizados pelo Conselho Nacional de Justiça, passaram por 16 Estados, nesse último ano, e soltaram 6 mil presos. As equipes revisaram, até o dia 21 de agosto de 2009, 33 mil processos e identificaram quase 20% de prisões irregulares. Os presos saem da cadeia, desse tipo de cadeia que temos hoje no País, de penitenciária que temos no País, e voltam para a rua, para assaltar novamente, para matar, para esturpar e assim por diante.

Recentemente, todos nós e o mundo inteiro acompanhamos a queda de um helicóptero no Rio de Janeiro, que colocou na berlinda, novamente, os policiais e a polícia do Rio de Janeiro. Aí, pergunto: será que o

crime organizado é mais forte do que o Estado brasileiro? Será que é mais inteligente do que a sociedade civil? Será que é melhor do que os governos, do que os estudiosos, do que todo mundo? Quer dizer, vamos ser abatidos pelo crime organizado neste País? Será que não há saída?

Não é possível continuar da forma em que estamos! Não há jeito de aceitarmos isso! E esta Casa tem muito o que fazer, porque ela tem que estar acompanhando, denunciando e apresentando alternativas para que as coisas melhorem no Brasil.

Acredito muito numa ação multiplicadora, que trate da prevenção, da repressão e, principalmente, da difusão de uma cultura da paz. Acredito muito que, se a gente juntar esses três itens, vamos poder oferecer ao País uma linha de ação mais efetiva.

Não quero dizer que o Pronasci não seja um bom programa. Não estou dizendo isso. Só disse – e quero repetir – aquilo que a Anistia Internacional já falou sobre o Pronasci: que houve muito pouco avanço nesses dois anos de existência e que, segundo a Anistia Internacional, o sistema carcerário é o símbolo dos problemas que o Brasil enfrenta – e é mesmo.

Quero ainda dizer que o crime tem que passar a ser exceção, e não regra; e hoje é o contrário. No meu Estado, o Mato Grosso do Sul, há muito tempo as autoridades vêm se reunindo, debatendo e se organizando contra a criminalidade. Isso porque fazemos fronteira com a Bolívia e com o Paraguai, e é uma fronteira seca, na maioria das vezes. E uma das principais rotas das drogas que infestam o País, que vão para São Paulo e para o Rio, passam pelas fronteiras do nosso País; passam por Mato Grosso do Sul, passam por Mato Grosso e por outros Estados de fronteira. E não temos uma política efetiva para as nossas fronteiras.

Além desses aspectos, pensamos ainda que é só isto: que Mato Grosso do Sul se preocupa porque é um corredor de drogas, é um corredor de armas contrabandeadas, que vão alimentar, como eu disse, os maiores centros brasileiros. Mais do que isso, Sr. Presidente, nesses últimos tempos, estamos extremamente incomodados. Dez traficantes de alta periculosidade do Rio de Janeiro foram direcionados para lá; estão lá em Mato Grosso do Sul. E todos os jornais e a mídia estão informando que várias casas ao redor da penitenciária, que é de segurança máxima, estão sendo vendidas ou alugadas para famílias, para funcionários dos chefões que estão na cadeia e que fazem da cadeia seu escritório particular. É da cadeia que eles decidem o que fazer; é da cadeia que eles dão as ordens; é da cadeia que nossos “gerentes e donos da violência” continuam a praticar seus crimes.

Alguma coisa está errada! E é natural que Mato Grosso do Sul se sinta incomodado, pelo fato de ter que aceitar e receber esses criminosos e, ao mesmo tempo, garantir à população do Estado, que é ordeira, intranquilidade.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Concede-me um aparte depois, Senadora?

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Como não?

Quero dizer ainda – é importante que digamos isto – que não há só belezas em Mato Grosso do Sul. Elas são inúmeras, a começar pelo Pantanal, pela região de Bonito; mas há também problemas sérios em relação à segurança pública. Se há problemas em Mato Grosso do Sul – quero ouvir, daqui a pouco, o Senador Mário Couto, do Pará –, deve haver também no Rio Grande do Sul, do Senador Zambiasi e do Senador Paulo Paim; deve haver no Amazonas, do Senador Jefferson Praia; deve haver no Ceará. É claro e evidente que não deve estar boa a segurança pública nesses Estados. No meu Estado, ela não está.

Imaginem que o estabelecimento penal de regime aberto de Campo Grande chegou a ser considerado “sucursal do inferno” por um magistrado federal. E, por incrível que pareça – o que é pior ainda –, nossa OAB de Mato Grosso do Sul denunciou a precariedade dos presídios estaduais do meu Estado não ao Governo Federal; denunciou-a à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Quer dizer, nem acreditam mais que o Brasil possa tomar as rédeas! Tem que pedir à OEA, para saber o que se está passando aqui e denunciar lá fora!

Passo a palavra agora ao Senador Mário Couto.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Primeiramente, parabeno V. Ex^a pela preocupação com a segurança em seu Estado e com o fato de terem, logicamente, escolhido seu Estado para exportar presos perigosos. Isso é extremamente delicado, Senadora! Não entendo por que o Governo Federal deixou estender-se tanto a violência neste País. Aonde a senhora chega, Senadora! É o tema de hoje. Já falo aqui, acho que há mais de um ano e meio, sobre esse assunto. Vou fazer comparação do que falei no ano anterior e agora sobre o aumento da matança de pessoas no meu Estado por criminosos. Os crimes acontecem no Estado de V. Ex^a, no Rio de Janeiro e em todo o País. E o pior, Senadora, é que não vimos nenhuma medida que vá ao encontro da diminuição dessa criminalidade no nosso País. O povo brasileiro hoje tem medo de andar nas ruas, Senadora. O povo brasileiro hoje anda preocupado em ser assaltado e morto nas ruas de qualquer cidade deste País; menos um pouco, por exemplo, aqui em Brasília. Aqui, ainda se anda mais ou menos seguro.

Tenho segurança de morar em Brasília, principalmente aqui, na zona sul, nessa região onde as pessoas têm mais proteção. Mas é um absurdo! Quero parabenizar V. Ex^a pelo equilíbrio, pela sensatez, pela inteligência, que já é peculiar em V. Ex^a, de abordar esse tema tão importante para seu Estado, chamando a atenção das autoridades, pelo que colocaram – um abacaxi – dentro do seu Estado, mais ameaças para seu Estado, sem, tenho certeza, pedir consentimento de ninguém. Mandam na marra. Agora, onde a senhora verificar, há excesso de presos em penitenciária neste País. E tem muita gente que merecia estar presa, mas está solta nas ruas, praticando bandidagem, repito, sem que ninguém tome providência nenhuma. Faça uma estatística, Senadora, de quantos policiais militares morrem por mês neste País e veja se não é uma guerra que se implantou neste País. Uma guerra! Compare com os números da última guerra. Pegue uma guerra qualquer, a última agora, e compare com os números de um ano, para a senhora ver como é uma guerra que se estabeleceu neste País entre polícia, sociedade e criminosos. Parabéns pela conduta de V. Ex^a!

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – V. Ex^a, Senador Mário Couto, diz certo: é uma guerra. E estamos entrando nela, já estamos nela, e temos que achar uma saída. Não é possível sermos rendidos por bandidos, quer dizer, a sociedade brasileira ficar refém de bandidos.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – Senador Jefferson Praia, se me permite o Presidente.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senadora Marisa Serrano, esse é um problema que vem ocorrendo há muito tempo. Entendo que nosso País é um país que viabiliza, que produz muita gente, que produz muitos, vamos colocar assim, criminosos. E nós deveríamos analisar as raízes desse problema, onde isso se encontra – esse é o primeiro ponto a ser observado. O que está fazendo com que o Brasil se torne um País cada vez pior, cada vez com uma maior quantidade de pessoas no crime, no mundo da bandidagem? Esse é o primeiro ponto sobre o qual devemos fazer uma reflexão. O segundo são os presídios. Alguém afirmou que os presídios são o inferno aqui na terra. Realmente, lá não se vai recuperar ninguém. Não lido muito com esse tema, mas não conheço nenhum exemplo de um presídio do qual as pessoas saíam pessoas de bem. Seria importante avaliarmos isto: saíram tantos do presídio tal e se tornaram pessoas de bem; hoje saem tantos do presídio tal, muitos vão para o cemitério, outros voltam para outros presídios. E o círculo fica sendo esse. Acredito que nós temos que intensificar

esse debate aqui no Senado e buscar as soluções, porque não vejo muita saída. Acredito que temos que trabalhar no sentido de termos uma menor quantidade de criminosos na sociedade brasileira, E, para os que chegam a esse ponto, acredito que a maior parte pode, claro, ser recuperada, se é que acreditamos nos seres humanos. V. Ex^a acredita nos seres humanos. Eu acredito que muita gente pode se recuperar nos presídios. Contudo, o cara vai fazer o que lá no presídio? Ele não tem oportunidade de aprender um ofício - deveríamos estar viabilizando uma educação profissional; muita gente vem com problemas seriíssimos e precisaria ter atendimento psicológico. Ora, temos que ver o que queremos das pessoas que estão sendo direcionadas para os presídios. Parabéns pelo tema que V. Ex^a traz nesta tarde.

A SRA. MARISA SERRANO (PSDB – MS) – V. Ex^a ressaltou muito bem, Senador Jefferson Praia. Primeiro, eu queria bem rapidamente aqui falar sobre a prevenção, como poderíamos fazer essa prevenção, que é fundamental. Não é só atacar o problema depois que ele já explodiu. É prevenir também. Mas o tecido social brasileiro está esgarçado, a sociedade não cultua valores mais. E a prevenção primária é garantir uma boa educação; é garantir saúde para o povo; é garantir a mobilidade social, uma boa mobilidade social; garantir uma vida digna. Essa é a primária.

A secundária é atacarmos aqueles grupos de risco: os grupos de risco que estão nas escolas. É atacarmos a violência nas escolas, a violência nas famílias, além de tudo aquilo que pode prejudicar, como por exemplo, as drogas, principalmente entre os jovens, nas escolas, nas universidades. Esta é uma questão secundária que precisa ser atacada também: os possíveis grupos de risco.

Mas há também a terciária, que é justamente essa ressocialização dos encarcerados, quer dizer, a prevenção para que eles saiam, mas não para cometer novos delitos, porque aí não há cadeia que aguento. Como estão superlotadas, a solução é colocar para fora? O Conselho Nacional de Justiça liberou mais de 16 mil presos. Mas será que eles foram ressocializados? Será que eles estão aptos a viver em sociedade? Pelo o que estamos vendo, não estão.

Quero terminar minha fala, Sr. Presidente, dizendo o seguinte: estamos vivendo uma guerra mesmo neste País. A questão é seriíssima. A sociedade brasileira não aguenta mais. Cada dia está aumentando a violência no País. Não é o muro alto, nem o muro de arame que vai fazer com que cada um tenha sua segurança. Não é isso. A segurança tem que vir de uma sociedade que cultue mais seus valores, que cumpra suas leis, que faça cumprir suas leis, que exija daque-

les em quem votou - senadores, deputados, governadores, presidente da República - programas efetivos para combater a criminalidade neste País e que dêem suporte àqueles que estão nascendo, àqueles pequenos que estão na escola, fazendo maciça propaganda, induzindo as pessoas a lutarem pela paz.

Acho que essa tem que ser a grande luta nossa aqui no Senado brasileiro. O Governo Federal, por intermédio do Programa Pronas, só este ano gastou quase R\$1 bilhão em bolsas para policiais melhorarem a sua *performance*. Excelente! Mas não é só isso. Não é só pagar bolsa para os policiais melhorarem. É muito mais do que isso. É de um programa muito mais audacioso que o Brasil precisa. É a ruptura com o crime e o começo de uma nova era.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Concedo a palavra, pela Liderança, ao ilustre Senador Papaléo Paes.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente em exercício Senador Sadi Cassol, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, como homem público, devemos algumas satisfações. Também como assíduo frequentador deste plenário eu teria que justificar a minha ausência na semana passada – apesar de já tê-lo feito burocraticamente – para os Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, funcionários da Casa e aqueles que nos assistem. Estive ausente por causa de licença médica.

Sábado passado, no meu Estado, fui submetido a uma cirurgia para retirar a vesícula. Quero aqui aproveitar a oportunidade – mais por isso estou dando detalhes – para agradecer a toda a equipe da saúde do Hospital São Camilo em Macapá – Dr. Pedromar, Dr. Jocy, Dr. João Henrique, a equipe de enfermagem e de laboratório – pela forma como me trataram. Quero dizer que, se recuperei com bastante brevidade, Sr. Presidente, foi exatamente pela excelente cirurgia à qual fui submetido e pelo tratamento muito bom que recebi no Hospital São Camilo.

Agradeço ao Padre Raul e aos colegas que foram me visitar. Eu não quis dizer para ninguém que iria operar. Queria apenas dar a notícia: fui operado e estou bem ou fui operado e não estou bem. Realmente a notícia só saiu depois de operado.

Sr. Presidente, aproveitando este tempo em que reforço o agradecimento a todo o Hospital São Camilo lá no meu Estado trago à tribuna uma das questões que mostra que o Estado do Amapá, que a Região Norte, realmente é discriminada. Poderia citar agora várias situações dessa discriminação na área privada e na área pública. Vou dar um exemplo muito simples da área privada.

Se você fizer uma viagem lá de São Paulo para cá ou daqui para São Paulo, Senador, o atendimento de bordo dos aviões, que até tem um valor muito menor do que daqui para o Amapá, o atendimento a bordo, a alimentação que lhe servem, o lanche que lhe servem é totalmente diferenciado. Oferecem até hambúrguer. Verdade! Estou falando da TAM. Mas se você faz uma viagem de Brasília para Macapá, uma viagem mais longa, mais cara, tudo, em determinado trecho eles dão um amendoimzinho, que se eu fosse comer, com o problema de vesícula que eu estava, poderia ter até uma crise. Não se tem direito a nada. Até a forma como a tripulação trata os passageiros é diferente. Lá no sul, o maior carinho; quando chega lá para o norte, é virando as costas, é dando uma má informação.

Não falo da Empresa Gol porque não tenho informações. Peço ao Sr. Presidente da TAM que reveja isso, essa discriminação que fazem com os Estados do Norte. Toda e qualquer comprovação pode ser feita, fazendo-se uma viagem no trecho Brasília/Macapá onde as pessoas têm um determinado tipo de tratamento; Macapá– Rio, São Paulo, Porto Alegre é outra completamente diferente. Parece que nós, daqui para o Amapá, viajamos na segunda classe, somos indigentes; e daqui para o Sul do País, para o Sudeste, não, primeiríssima classe. Trata-se o homem bem, porque se tratar mal, vai reclamar, pega mal para a empresa e oferece até hambúrguer, Sr. Presidente.

Então, este é um exemplo da discriminação que nós recebemos por sermos nortistas. Isso na área privada, onde nós pagamos. E na área pública, onde nós pagamos também a mesma coisa que paga o morador do Sudeste e do Sul – porque ele paga o mesmo imposto que nós pagamos –, a discriminação é muito mais evidente.

Sr. Presidente, o Amapá é o único Estado brasileiro que se encontra em racionamento de energia elétrica. Nós fomos tomar conhecimento deste racionamento de energia elétrica na última quinta-feira. Só tomamos conhecimento porque um jornal do Amapá, *A Gazeta*, publicou isso. Não sei onde ele conseguiu essa informação, porque essa informação não era pública.

Então, a Eletronorte, fornecedora de energia, que desrespeita todos nós há muitos e muitos anos, não comunicou o erro de previsão e de provisão do combustível para manter a nossa usina termelétrica que complementa a hidroelétrica.

Conclusão: nós consumimos na nossa termelétrica em torno de 650 mil litros de óleo diesel por dia. Com a falta deste produto, a Eletronorte, que falhou, resolveu usar a potência máxima, além do que deveria, do que poderia usar da hidrelétrica. O nível de água está muito baixo. Conclusão: ela praticamente esva-

ziou todo o reservatório para tentar cobrir o erro da falta do combustível. Hoje chegou combustível, mas não temos mais praticamente nada a servir por meio da hidrelétrica. Então é essa a situação. E o senhor governador... Logicamente a fornecedora não avisa, governo, não avisa órgão público nenhum, mesmo tomando conhecimento desta calamidade que a Eletronorte nos proporcionou, inclusive não avisando à população sobre a maneira como eles iam fazer esse racionamento. Tomei conhecimento de manhã de que o Governo vai passar a fazer um expediente só para contemplarmos, de uma maneira igualitária, a população do Estado. Não é só de Macapá, não, é do Estado todo, que é servido através da hidrelétrica e da termelétrica que a Eletronorte gerencia.

Sr. Presidente, o Deputado Manuel Brasil, que é um colega, médico, é deputado estadual, quando embarcava para cá me fez uma lembrança: “Papaléo, o único Estado que não tem a extensão do Linhão de Tucuruí é o Amapá”.

E é o Amapá mesmo.

Nós não podemos, Sr. Presidente, em um Estado jovem, como é o Amapá, que precisa de autossuficiência econômica, que precisa mostrar ao investidor que vai ao Amapá, porque lá é um berço esplêndido para quem quer investir, que precisa mostrar condições para que o investidor compareça e se estabeleça no Estado, não podemos porque a Eletronorte, o Governo Federal esquece que o Amapá, que está dentro da Amazônia, que está dentro daquilo que tanto discutimos, que é a região Amazônica, e que tem um sacrifício enorme de retenção de 58% das suas áreas, como reservas de preservação e conservação, esteja passando por isso, por essas dificuldades, porque o Governo Federal – eu peço a V. Ex^a um minuto só para concluir, Sr. Presidente –, com o discurso ecológico que está fazendo hoje, porque é moda, ele se esquece de dar ao Amapá as compensações que já deveria ter dado pela preservação e o exemplo que o nosso Estado dá de ter 98% da sua floresta preservada.

A reserva das montanhas de Tumucumaque, em 2002, foram feitas por Decreto Presidencial com a determinação de que teria uma compensação para as áreas que foram dadas como reserva. Essas compensações, até hoje, para aqueles municípios que perderam áreas produtivas, não foram feitas.

Sr. Presidente, eu quero deixar registrado aqui, como Parlamentar que sou, representante do Estado do Amapá, uma cobrança ao Sr. Presidente da República, à Eletrobrás, por meio da Eletronorte, que realmente reveja a questão do investimento da extensão do Linhão de Tucuruí, para o nosso Estado, porque, sem energia, nós não podemos ter o progresso que

teríamos se tivéssemos energia suficiente para oferecer àqueles investidores.

Sr. Presidente, fica aqui o meu protesto à Eletro-norte. Isso nos pegou de surpresa e está causando seriíssimos danos. Só espero que o Norte do País deixe de receber a discriminação que recebe hoje. Quando o Governo Federal manda dois, três milhões, faz a maior festa, como se nós precisássemos de esmola. Nós não precisamos de esmola, Sr. Presidente! Nós não precisamos passar pelo vexame de um parlamentar arrumar dois, três milhões e fazer uma festa, como se, daquele momento em diante, estivesse apresentando nossa liberação ou nossa libertação econômica. Não queremos esmola; queremos receber aquilo que é de direito. Queremos receber atenção para nossas estradas e não queremos passar mais cinco ou dez anos com falta de energia, por falta de determinação do Governo Federal em nos atender com o Linhão de Tucuruí, que é da nossa região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – O próximo orador inscrito é o ilustre Senador Mário Couto.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicialmente quero, com muita alegria, comunicar à Mesa que darei entrada, ainda no decorrer desta semana, ao requerimento da CPI da Previdência. Felizmente, contamos hoje com 35 assinaturas – oito a mais do exigido pelo Regimento Interno –, com a promessa de que mais cinco Senadores assinarão e também por esperar, Senador, até quinta-feira, porque acho, Sr. Presidente, que o Partido dos Trabalhadores deveria assinar esta CPI. Eu acho que todos os partidos deveriam assinar esta CPI. O PDT do meu querido e respeitado Senador do Amazonas Jefferson Praia deveria assinar esta CPI.

Senador, nós não estamos aqui buscando determinar corrupção; nós não estamos aqui buscando atrapalhar o Governo em qualquer situação; nós estamos buscando aqui esclarecimentos à sociedade, Senador, saber se realmente a Previdência é deficitária, quais as empresas que devem à Previdência. Quem sabe essa CPI não ajude o Governo a cobrar dessas grandes empresas devedoras. A dívida chega a trilhões, Presidente! E sabe quem sofre, Presidente? Os aposentados deste País.

Por que o PT não assina? O Senador Paim, agora mesmo, externou os seus sentimentos e a vontade de assinar essa CPI. Por quê? Leu e viu que há um fato determinado. O que nós queremos, na realidade, é só saber quais são os devedores e por que não pagam,

se há empresas do próprio Governo devendo à Previdência, enquanto os aposentados estão morrendo. É só isso que nós queremos saber. Qual o problema de cada partido assinar? O que vai determinar que cada um dos Senadores não possa assinar isso? Não tem nada, não tem nada que aborreça o rei. Absolutamente nada. É só ler o que contém o texto desta CPI. O rei não vai ficar aborrecido com isso. Nós queremos ajudar o rei! Não tem nada de mais, Presidente. Nada de mais. Não sei por que esse receio. A obediência é tão grande que já passa dos limites.

Os aposentados pagam, nós pagamos, todos os meses, a sociedade inteira desconta o instituto para ter direito, no final da sua vida, a uma vida mais digna, a um resto de vida mais digno. Por que a sociedade, por meio de uma CPI no Senado, não pode saber quem é que está levando o seu dinheiro, quem é que tira o dinheiro da Previdência, quem não paga a Previdência? Será que a sociedade não tem o direito de saber?

Meus nobres Senadores, por que não assinar uma CPI como esta, com fato determinado, altamente esclarecedora? Não há nada que vá prejudicar o Governo, Senadores! Não tenham receio! Assinem a CPI!

Aliás, nós já temos oito assinaturas a mais. Vou ler o nome de um por um. Vou ler o nome daqueles Senadores... “Ah, o Mário Couto é chato!” Perdoem-me. Perdoem-me pela chatice, Senadores. Perdoem-me, mas vou ler nome por nome daqueles que se interessam em proteger os cidadãos que mais precisam do nosso apoio, que são os velhinhos deste País. São eles os que mais precisam.

“Ah, a Previdência é deficitária!” Mentira! Mentem, tentam enganar. Com esta CPI, nós vamos mostrar à sociedade brasileira que há dinheiro sobrando na Previdência, que o Governo – o Governo, é verdade! – é o que mais retira dinheiro da Previdência, senhoras e senhores, brasileiros e brasileiras.

Cinicamente, o Governo diz que não tem dinheiro para compensar a perda dos aposentados deste País. Cinismo! Isso é cinismo! Quem deve mais à Previdência é o Governo. Caixa Econômica deve à Previdência. Correios devem à Previdência. É cinismo, Senador, quando se diz que não se pode repor a perda salarial. A cada ano, Senador, a cada aumento do salário mínimo, o aposentado perde a metade do aumento. E aí, Senador, vai roendo devagar, vai roendo devagar.

Vai chegar uma hora, Senador, em que não haverá mais condição nenhuma de sobrevivência neste País. Isso é um massacre! Isso é um massacre, Senador! Coloque na sua consciência que isso é um massacre à luz do dia.

E o Governo fica dizendo... Aliás, um cearense. V. Ex^a é do Ceará, não é, Senador? Pois um conter-

ráneo seu, Ministro da Previdência, é mentiroso até a alma. Acho que ele não é cearense, pois cearense não mente. Mentiroso! Mentiroso! Com a cara mais cínica, ele veio dizer a mim e ao Paim que a Previdência era deficitária. Esse não é cearense. Vou descobrir onde ele nasceu. Que não seja no Pará também. É esse cidadão que emperra tudo. É esse cidadão que chega para o patrão dele e diz que os aposentados não têm de merecer absolutamente nada neste País. E é candidato a Senador no Ceará. Ei, cearenses! Ei, cearenses aposentados, chegou a hora de vocês darem o troco para José Pimentel! Chegou a hora! Deem o troco para ele! Ele está bem de vida, é Ministro.

Agora os aposentados estão sendo terrivelmente massacrados neste País. A CPI está aqui, Presidente! Estou dando entrada na quinta-feira. Já temos 35 assinaturas, sobram oito. Mas completaremos 40, porque queremos bater o recorde de assinaturas de CPI neste Parlamento.

Pois não, Senador. Vou passar para outro assunto, mas ouço V. Ex^a em relação a este.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Mário Couto, V. Ex^a tem feito diversas reflexões sobre esse tema e V. Ex^a está com a razão. Primeiro, porque há muito temos ouvido sobre esses problemas relacionados à Previdência no nosso País. Essa questão da Previdência não é de hoje, não é do Governo Lula, ela vem de diversos governos. Então, eu estava aqui pensando que, embora tenhamos discutido, a Bancada do PDT aqui no Senado, esse tema e tenhamos ficado de fazer uma outra reflexão sobre essa questão, quero-lhe dizer, de antemão, que vou falar com o Líder Osmar Dias e o meu voto vai ser para que o PDT assine essa CPI, porque entendo que temos que fazer uma análise pormenorizada, ao longo dos anos todos, do que aconteceu com os recursos públicos dos trabalhadores brasileiros. E V. Ex^a está extremamente correto quando faz essa cobrança, porque não dá para levarmos isso para frente. Hoje é o Governo Lula, amanhã pode ser o governo do fulano ou da fulana, e o povo brasileiro vai ficar sempre nessa enrolação da Previdência. E acredito que, quando V. Ex^a faz a cobrança, faz nesse sentido. Portanto, acredito que o Partido não vai me impedir de assinar esta CPI, mas o meu voto vai ser para assiná-la, e assinarei esta CPI independentemente da tomada de decisão do meu Partido, independentemente de qualquer coisa, por entender que esse é um ponto que precisa realmente ser esclarecido para o povo brasileiro. Não dava para ficar mais nessa enrolação de Previdência. E que nós possamos fazer essa verificação não somente ao longo destes últimos anos do Governo Lula, mas que se estenda ao Governo FHC e, quem sabe, buscando a

raiz desse problema da Previdência, que não é de hoje, mas já vem de muitos e muitos anos. Muito obrigado pela concessão do aparte.

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Muito obrigado, Senador.

Incluo o aparte de V. Ex^a em meu pronunciamento com muita honra. V. Ex^a, mesmo ouvindo que já temos oito assinaturas a mais, externou um sentimento de vontade de assinar esta CPI.

Olhe, Senador, semana passada, os aposentados estiveram aqui e ficaram ali no Salão Verde por muitas horas, sofridos, sentados no chão. Quem passava perguntava: “Quem são esses? De onde vieram? O que fazem?” São os aposentados do Brasil, que pagaram, descontaram a vida inteira, trabalharam por este País a vida toda, a vida inteira e não mereciam estar ali naquela situação.

Mas veio o recado do Presidente da Câmara de que, amanhã, votariam os projetos do Senador Paulo Paim. Amanhã! Essa história já vem rolando há sete anos, Senador. Desde que eu cheguei aqui, há dois anos e meio, há mais de dois anos e meio estou aqui, eu escuto falar: vai entrar em pauta, não vai; vai entrar em pauta, não vai. Desarquivamos, votamos aqui, ganhamos a unanimidade. E está lá há um ano. Vamos aguardar amanhã! Vamos aguardar amanhã!

Se votarmos esses projetos amanhã, tenho certeza de que os Deputados Federais não vão falhar com os aposentados deste País. Tenho certeza disso, apesar de eu não acreditar mais. Não acredito mais. Não acredito que esse projeto entre em pauta amanhã. A minha sensação é de que estão nos enganando novamente. Mas espero que seja verdade.

Tenho outro assunto para falar, Presidente, mas vejo a preocupação de V. Ex^a; sinto no seu rosto e não gosto de abusar dos meus colegas. Eu ia falar sobre a violência no meu Estado. Mas falarei na quinta-feira.

(Interrupção do som.)

O SR. MÁRIO COUTO (PSDB – PA) – Só peço à TV Senado que mostre o jornal de hoje do Estado do Pará: “Violência interna mil por mês”. Vou falar na próxima quinta-feira sobre esse tema.

Vou falar também sobre esse outro tema e quero aqui, desde já, deixar meus parabéns à Polícia Federal, que me ouviu. Ouviu minha fala desta tribuna, mandou ver se era verdade e fez uma contestação de que o Senador Mário Couto falava a verdade desta tribuna: “PF investiga fraude de R\$20 milhões” nos cofres do Ministério da Pesca, das colônias dos pescadores, do dinheiro que é destinado aos pescadores e não chega até às mãos dos pescadores. Foi uma denúncia nossa, e, na quinta-feira, farei um pronunciamento bem longo

a respeito dessa situação em que vivem também os pescadores da minha Nação.

Sr. Presidente, não vou abusar da agonia de V. Ex^a. Sinto que V. Ex^a está agoniado para que eu desça desta tribuna. Vou descer, hoje é terça-feira, há muitos oradores. Na próxima quinta-feira, volto ao tema da violência no meu Estado e da fraude nas colônias de pescadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Após as palavras do ilustre Senador Mário Couto, concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao ilustre Senador César Borges.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta comunicação inadiável faço para reforçar as preocupações que já expus aqui desta tribuna com relação a dois assuntos que trazem inquietação imensa à população do meu Estado.

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, a questão da saúde, da saúde pública. Aqui, semana passada, eu falava que 66 baianos já morreram por causa da dengue e que a Bahia batia recordes históricos com relação à essa epidemia.

Em reforço ao que eu disse, o Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, disse que a questão da dengue no Brasil estava restrita a poucos Estados, a quatro Estados. Não citarei os outros. Citarei o meu Estado, a Bahia. Enquanto Estados como Rio de Janeiro e outros fizeram um combate efetivo, fizeram o dever de casa, lamentavelmente, na Bahia, houve um recorde absoluto, Senador Jefferson Praia, na questão da dengue, um aumento de quase 200%. Bateu todos os recordes históricos, e 66 baianos já faleceram.

Falei aqui também da meningite, que ataca na região de Porto Seguro, segundo polo turístico do Estado da Bahia e do Nordeste brasileiro. Depois de Salvador, a cidade mais visitada no Nordeste é Porto Seguro e seu entorno, Trancoso, onde já faleceram cinco pessoas e foram diagnosticados oito casos de meningite meningocócica, aquela mais grave.

Pode parecer que estou a fazer crítica ao Governo do Estado, mas não é isso que me move. O que me move é a preocupação.

No jornal *A Tarde*, de maior circulação, politicamente isento, está a manchete: “Meningite faz 5^a vítima em Porto Seguro”.

Sabe o que significa, Sr. Presidente? Significa que agora que estamos entrando no verão. Estamos na primavera, mas na Bahia começa o verão. O que vai acontecer, lamentavelmente, com esse turismo? Hoje há uma enquete no *site* Bahia Notícias, e majori-

tariamente todo o povo diz que haverá prejuízo para o turismo baiano. Tenho que lamentar e pedir providências urgentes para que os hoteleiros, o *trade* turístico não tomem prejuízo mais em Porto Seguro.

E aqui fiz a pergunta: o que está acontecendo com a saúde da Bahia? E sabem quantos baianos já faleceram este ano por causa da meningite? Trinta e três baianos já faleceram.

Então, fiz esse alerta para pedir providências urgentes. Que as autoridades estaduais tomem as providências, e, caso elas não disponham dos meios necessários, ou por não terem gestão ou por não terem recursos para trabalhar e ajudar os Municípios, que apelem para o Governo Federal. Eu tenho certeza de que o Governo Federal, por meio do Ministério da Saúde, dará todo apoio para essa questão.

E o outro ponto, Sr. Presidente, é a eterna questão da segurança pública. Nessa mesma página do jornal *A Tarde* está estampado: “Protesto contra impunidade bloqueia BR-101 no sul do Estado”.

“Cerca de 800 pessoas, entre familiares e amigos de 30 vítimas de assassinato, nas cidades de Ubaitaba e Aurelino Leal, bloquearam a BR 101, na manhã de ontem, em protesto contra a impunidade. Vestidos de camisas pretas e com dezenas de faixas que lembravam alguns crimes sem solução [...]”

E veja bem V. Ex^a: não se trata aqui de uma capital, de uma região metropolitana, mas de uma pequena cidade do interior. Ubaitaba, à margem esquerda do rio das Contas, e Aurelino Leal, à margem direita, cujo prefeito, Gilberto Andrade, que era do PR, do meu partido, 48 anos, foi assassinado no dia 5 de maio de 2007, crime esse até hoje não elucidado.

Então, a população protesta, a população faz um bloqueio na BR 101 no sul do Estado da Bahia, e é essa situação lamentável que ocorre em todo o Estado.

É tão grave, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, que um delegado da cidade de Ipiaú – região que conheço, porque sou filho dessa região: Jequié, Ipiaú, Itagibá, Ubaitaba, Aurelino Leal, Ibirataia, tantas cidades ali próximas – foi assassinado em praça pública, em Ipiaú.

Então, é outro problema gravíssimo. O *crack*, Sr. Presidente, toma conta hoje da juventude baiana, e não é apenas na capital do Estado, mas em todo o interior do Estado.

A quem nós devemos apelar?

A minha pergunta é exatamente esta: a quem devemos apelar? Porque, outro dia, assaltaram uma secretaria de Estado, a Secretaria de Saúde, e os caixas eletrônicos foram arrombados na madrugada dentro de uma dependência do Governo de Estado. E o Secretário de Segurança disse: “Bom, os bandidos

foram muito criativos”. Quer dizer, não podemos apelar ao Secretário de Segurança...

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – ...a quem cabe as providências. *(Fora do microfone.)*

Então, aqui eu não quero fazer crítica e não me move o desejo de fazer crítica. Mas acho que, como representante da Bahia, é meu dever, é minha obrigação estar aqui nesta tribuna, apelando, pedindo, reclamando, suplicando que as autoridades do meu Estado, da saúde, da segurança, possam tomar as providências cabíveis, porque, senão, haverá outras manchetes nos jornais baianos, como essa do jornal *A Tarde*, que apresentei, mas que também estão na *Tribuna da Bahia*, no *Correio*, que são os três maiores jornais do Estado da Bahia.

Então, Sr. Presidente, agradeço. E a comunicação inadiável é essa, para que haja providências a tempo de não se lamentar mais ainda...

(Interrupção do som.)

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – ...por perda de vidas importantes de baianos *(fora do microfone)*, seja por causa de epidemias, como meningite e dengue, seja por causa da violência armada, dos assassinatos que atingem índices históricos nunca alcançados no Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Após o pronunciamento do ilustre Senador César Borges, concedo a palavra ao eminente Senador Jefferson Praia, pelo tempo regimental.

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiro eu gostaria de dizer, Senador Mário Couto, que já assinei a CPI da Previdência.

O Sr. Mário Couto (PSDB – PA) – Muito obrigado. A sociedade brasileira agradece. *(Fora do microfone.)*

O SR. JEFFERSON PRAIA (PDT – AM) – Acredito que esse é o caminho. Nós temos de buscar esclarecimentos sobre esse tema. Há muito tempo, o Brasil conhecer o que aconteceu ou vem acontecendo nessa área fundamental da sociedade brasileira.

Mas, Sr. Presidente, eu quero muito rapidamente abordar um assunto relacionado às comunidades da Amazônia, dando como exemplo duas comunidades muito próximas de Manaus, falando um pouco do desafio e das oportunidades dessas comunidades.

Há duas semanas, Sr. Presidente, vivi momentos de grande emoção ao visitar a comunidade Nossa Senhora de Fátima, localizada no Tarumã-Mirim, zona rural de Manaus. Em seu conjunto, o Tarumã-Mirim os-

tenta hoje uma população de aproximadamente dez mil habitantes.

Ali voltei, pela primeira vez, desde março do ano passado, quando, ainda na qualidade de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico Local,

Eu havia presidido a cerimônia de inauguração de uma fábrica de polpa de frutas, projeto da Prefeitura de Manaus com a Sudam, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. Até hoje, essa fábrica está sendo conduzida por uma cooperativa mista de produtores rurais.

Para minha alegria, Sr. Presidente, verifiquei o quanto essa iniciativa contribuiu para melhorar as condições de vida e trabalho em Nossa Senhora de Fátima e nas comunidades adjacentes. Sr. Presidente, para V. Ex^a ter uma idéia, a comunidade Nossa Senhora de Fátima é muito próxima de Manaus, uma cidade que importa alimentos. E, quando percebemos que uma das principais frutas da região, o cupuaçu, estragava embaixo das árvores... Veja bem, um cupuaçu pesa em média um quilo e meio. Trinta cupuaçus dá 45 quilos. Como o produtor vai pegar 45 quilos, colocar em suas costas e levar até o centro consumidor principal e mais próximo, que é a cidade de Manaus? O produto, portanto, ficava estragando embaixo das árvores. Decidimos ali viabilizar a primeira agroindústria de Manaus, que está hoje sendo conduzida por diversos produtores rurais – aproximadamente, cem produtores rurais.

Em parceria da Prefeitura de Manaus com a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia fizemos esse projeto, que passou pouco mais de dois anos para viabilização, no qual diversos cursos foram feitos, de capacitação e qualificação. E ao final, viabilizamos uma fábrica. O imóvel foi viabilizado pela prefeitura de Manaus com a Sudam.

E, hoje, eles estão lá beneficiando o cupuaçu. Estão estocando cupuaçu, cuja produção termina em março. Fomos agora em outubro e eles ainda têm cupuaçu armazenado. Eu fiquei muito feliz, além de já estarem agregando valor. Para V. Ex^{as} terem uma idéia do trabalho realizado naquela comunidade, hoje nós temos um local chamado Cupuaçulândia que é uma loja da cooperativa, sob a simpática e dinâmica administração da Professora Teresinha de Jesus Bezerra da Silva. A professora Teresinha vendendo balas de cupuaçu, agregando, portanto, valor, trazendo renda para aquela comunidade.

Mas, Sr. Presidente, mais à frente, depois da visita à fábrica de polpas de frutas, eu viria a testemunhar um agudo contraste há menos de dez quilômetros dali. No complexo de assentamentos rurais do Incra, deparei-me com a dura realidade dos nossos irmãos indígenas da comunidade de São Sebastião, que hoje

vivem, isto é, sobrevivem das hortas de subsistência, onde predominam o cultivo da mandioca e a produção cada vez mais criminalizada do carvão de lenha.

Essas atividades ocupam o dia a dia das famílias que moram em cerca de 500 dos 1.098 lotes da comunidade de São Sebastião.

Essa é uma realidade triste, Sr. Presidente, de que falo aqui neste momento. As comunidades, hoje, que vivem isoladas, sem terem condições de produzir, de beneficiar suas culturas, de escoar suas produções, passam a produzir carvão, Senador Flávio Torres, produzem carvão porque o carvão alguém vai buscá-lo; derrubam a floresta, infelizmente, para produzir carvão, não interessa o tipo de árvore que estão derrubando. Isso nos deixa tristes, mas, quando você conversa com aquelas pessoas que estão em uma situação muito complicada, aproximadamente de extrema pobreza, Sr. Presidente, estão lá, na Amazônia, jogados, sem acesso a uma educação adequada, a um atendimento de saúde adequado, a produção e a comercialização, a viabilização dos seus produtos, sem terem uma renda para criarem bem os seus filhos.

E, Sr. Presidente, destaco isso nesta tarde por entender que estamos muito próximo daquele momento em que o Governo brasileiro irá estabelecer as suas metas para o encontro que teremos agora, no fim do ano, na Dinamarca, em Copenhague, sobre a questão climática, a COP 15. E nós sabemos, Sr. Presidente, que a solução para a Amazônia é a solução da boa qualidade de vida para aquela gente. Se nós proporcionarmos, Senador Flávio Torres, V. Ex^a, que é do meu Partido, chegou aqui dando uma grande contribuição a nosso Partido e a este Parlamento, V. Ex^a não sei se conhece a minha região, mas lá hoje nós vivemos em uma situação como vivem muitos dos nossos irmãos lá, do Nordeste, que precisam de uma atenção na área de saúde, de educação, e é claro, de produzir alguma coisa em que eles possam obter uma renda. E essa produção, Sr. Presidente, tem que ser feita de forma sustentável. Na Amazônia, dos 25 milhões de habitantes que temos lá, não temos criminosos ambientais, que estão querendo promover o desmatamento daquela região pelo simples prazer de ver uma árvore derrubada.

Muitos são utilizados. Os verdadeiros criminosos ambientais da Amazônia são os grandes empresários, que muitas vezes, utilizam o pequeno produtor, aquele que está lá na ponta, que mal tem o dinheiro para garantir o pão de cada dia para sua família. E é muito triste estarmos numa região riquíssima mas com a qualidade de vida deixando a desejar.

O Presidente Lula ficou, salvo engano, de estabelecer as metas para que possamos levar a Copenha-

gue hoje. As metas que o Brasil irá levar para o grande encontro climático. Eu sou plenamente favorável que tenhamos metas ousadas, que tenhamos metas que possamos cumprir. Ao que parece, 80% de redução do desmatamento é uma das prioridades. Mas eu gostaria, neste momento, de frisar a atenção que devemos aos nossos irmãos e irmãs da Amazônia quanto à boa qualidade de vida.

Deverei ser, Sr. Presidente, um daqueles que irá a Copenhague, mas não vou até lá para ficar observando, calado, sem que demonstremos o verdadeiro interesse do povo da Amazônia. Vou fazer o possível para externar as nossas posições, no mínimo, com um panfleto, Senador Flávio Torres.

Vou realizar, agora, juntamente com a Deputada Vanessa, uma audiência pública em Manaus para discutirmos as nossas posições, percebendo as posições de todos, da sociedade civil organizada e da população sobre como pensamos essa questão climática. Nós queremos, é claro, um planeta saudável. Luto por isso desde que cheguei aqui. Quero uma Amazônia verde, preservada e conservada. Porém, não dá para continuarmos, Sr. Presidente, com aquela triste realidade das pessoas passando fome, morrendo no interior da Amazônia, na Amazônia, que é bonita, rica e bela, mas que não pode ter o seu povo sofrendo.

Sr. Presidente, eu gostaria de que pudéssemos considerar na íntegra este pronunciamento.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR JEFFERSON PRAIA

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

Há duas semanas, vivi momentos de grande emoção ao visitar a comunidade de Nossa Senhora de Fátima, no Tarumã-Mirim zona rural de Manaus. Em seu conjunto, o Tarumã-Mirim ostenta hoje uma população de 10 mil de habitantes.

Ali voltei pela primeira vez desde março do ano passado quando ainda na qualidade de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico local eu havia presidido a cerimônia de inauguração de uma fábrica de polpa de frutas, até hoje operada pela Cooperativa Mista de Produtores Rurais.

Para minha alegria, verifiquei o quanto essa iniciativa contribui para melhorar as condições de vida e trabalho em Nossa Senhora de Fátima e comunidades adjacentes.

Nas palavras do companheiro João Carlos Soares, Presidente da Cooperativa, antes da intervenção da Secretaria, os produtores locais perdiam até 70% da safra anual de cupuaçu, impossibilitados que es-

tavam de transportá-la para a venda em Manaus e de estocá-la em condições adequadas de resfriamento e higiene.

O apoio prestado por nossa equipe na Secretaria consistiu em várias providências simples, porém decisivas, estabelecidas no Projeto intitulado “Beneficiamento do Cupuaçu na Comunidade Nossa Senhora de Fátima, um Projeto que durou um pouco mais de 2 anos para implantá-lo.

Em primeiro lugar, a designação de engenheiro agrônomo da Prefeitura, o companheiro José Everardo Torres Portugal, e de uma equipe de estagiários dos Cursos de Agronomia, Engenharia Florestal, entre outros, para prestar assistência técnica àqueles produtores, compartilhando com cerca de 90 famílias as melhores e mais avançadas técnicas de cultivo do cupuaçu. O engenheiro agrônomo Portugal já trabalha até hoje e é considerado pela comunidade, mais que um técnico do Governo, um amigo fiel e parceiro no desenvolvimento

Segundo lugar, a Prefeitura de Manaus, em parceria com a Sudam, disponibiliza máquinas e equipamentos na Agroindústria.

A Secretaria por mim dirigida instalou numerosos freezers para congelamento da fruta, acabando com o doloroso prejuízo advindo das perdas da produção da Comunidade de Fátima e das demais próxima a ela.

Em terceiro lugar viabilizamos o imóvel onde hoje funciona a agroindústria.

Em quarto lugar, a Secretaria qualificou as famílias dos agricultores por meio de dezenas de cursos que as capacitaram a agregar valor à fruta in natura, transformando sua polpa em deliciosos doces e promovendo sua mercadoria graças a um trabalho de marketing que envolve, entre outros cuidados, o desenho e a confecção de embalagens bonitas e atraentes para os doces e confeitados de cupuaçu.

Pude provar, literalmente, o resultado desse esforço bem orientado na Cupuaçulândia, loja da Cooperativa sob a simpática e dinâmica administração da Professora Terezinha de Jesus Bezerra da Silva.

Na sequência, me dirigi à fábrica para uma inspeção às instalações e uma breve reunião com os produtores. No caminho, passei pelo Posto de Saúde para cumprimentar a funcionária Carla Monteiro, ao lado de suas amigas Antônia e Adriele, e também saudei o Sr. Tualpa, proprietário do Brechó e Barbearia J. C.

Sr. Presidente, nem mesmo o calor de 38 graus à sombra impediu o comparecimento de uma pequena multidão ao encontro na fábrica de polpa, prestigiado pelas presenças do presidente da Associação de Moradores, Sr. Romildo Gonçalves de Oliveira; do médico Juan Villa; do produtor Fernando Figueiredo

da Costa, e do aposentado Sr. Almero Queiroz, entre tantos outros caros amigos.

Na companhia do Sr. Francisco José dos Santos, funcionário da Eletronorte e responsável pela implantação, naquela área, do programa “Luz para Todos”, o presidente João Carlos recapitulou as conquistas da comunidade em pouco mais de dois anos de existência da cooperativa. Destacou que o sucesso obtido com o beneficiamento do cupuaçu está estimulando os produtores a diversificarem suas culturas com a plantação do maracujá, da graviola, do abacaxi e da goiaba.

Também listou os novos desafios pela frente, com ênfase na ampliação da capacidade de armazenagem das atuais 10 para 50 toneladas; na consequente necessidade de reforçar a logística de transporte; e nas providências para obter um abastecimento mais abundante e confiável de energia elétrica, pois hoje a voltagem não passa de 90 volts, sendo frequentes as noites em que a energia cai.

Nesse ponto, o companheiro Francisco, da Eletronorte, ecoou o sentimento geral de que o programa “Luz para Todos”, do Ministério de Minas e Energia, mudou para melhor a vida de quem mora e trabalha em Nossa Senhora de Fátima. Frisou que a tão esperada ampliação da capacidade de armazenagem virá com a instalação de uma câmara frigorífica industrial que a cooperativa vai receber no marco desse mesmo programa, possibilitando-lhe substituir os atuais freezers. Ele também assegurou que em futuro próximo serão instalados os equipamentos necessários à elevação da voltagem.

Isso possibilitará a concretização de outro importante projeto da cooperativa a curto/médio prazo: a instalação de uma cozinha industrial anexa à fábrica, destinada a multiplicar a escala da produção de doces.

A palavra foi aberta a quem quisesse se manifestar, e o Dr. Juan Villa aproveitando para enaltecer os bem sucedidos esforços do Governo do Presidente Lula para elevar o padrão de vida das populações rurais e inverter a tendência das metrópoles ao inchaço, informou que avançam as negociações para a conquista do usucapião coletivo. Sem dúvida, a regularização da situação fundiária daquelas famílias lhes trará mais segurança para produzir e prosperar.

Preparámo-nos para entrar na fábrica seguindo rígidas especificações de higiene: tivemos de calçar luvas, pantufas e usar toucas _ tudo descartável. Lá dentro constatei feliz que todo o cupuaçu, cuja safra se encerra em março, estava salvo, com zero de perda.

Verifiquei, também, que a construção obedece a um padrão que facilita a limpeza e previne a contaminação, desde os cantos abaulados nas junções, do

teto e do chão com as paredes até protetores para as lâmpadas fluorescentes que impedem a dispersão de fragmentos de vidro em caso de explosões causadas por curto circuito.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, Depois da visita à fábrica de polpa de frutas, eu viria a testemunhar um agudo contraste a menos de 10 quilômetros dali.

No complexo de assentamentos rurais do Incra, deparei-me com a dura realidade dos nossos irmãos indígenas da comunidade de São Sebastião que vivem, isto é, sobrevivem das hortas de subsistência onde predomina o cultivo da mandioca e a produção cada vez mais criminalizada do carvão de lenha. Essas atividades ocupam o dia-a-dia das famílias, que moram em cerca de 500 dos 1.098 lotes do São Sebastião.

Fiquei comovido com o depoimento da líder local, Dona Sebastiana Melgueiro, da etnia baré, que reclamou do abandono da comunidade pelo Incra. Sem assistência para produzir e gerar renda suficiente para uma existência digna, os moradores se arriscam diariamente a ser autuados, multados e até presos pelas autoridades ambientais que têm por missão impedir a derrubada das matas vizinhas par obtenção do carvão. Ora, é a necessidade, são as tristes condições de vida e trabalho daquela gente que a obrigam a vender esse carvão clandestinamente! Os moradores de São Sebastião e seus vizinhos dos demais assentamentos fazem isso por absoluta falta de alternativa e de oportunidade, infelizmente.

Seu drama cotidiano exemplifica com clareza o que venho repetindo desde que tive o privilégio de ocupar esta tribuna pela primeira vez: é preciso preservar a natureza, sim, mas não podemos, a esse pretexto, nos descuidar dos 25 milhões de seres humanos que habitam a Amazônia Legal.

Sabemos que qualquer um de nós, se estivesse na mesma situação, no mesmo estado de extrema necessidade, diante da mesma e absoluta falta de alternativas, faria o mesmo que fazem os assentados em São Sebastião para matar a fome dos seus filhos!

Hoje, inúmeras famílias da Amazônia não encontram outro incentivo, outra saída além daquela oferecida pelos contrabandistas de madeira de lei ou então pelo mercado clandestino de carvão vegetal.

Mas tenho certeza de que, com um foco mais acurado, com um volume de recursos mais adequados e com uma parceria mais dinâmica e criativa entre o poder público, os centros acadêmicos de pesquisa científica (como os das universidades federais e estaduais e também, é claro, do respeitado Inpa _ Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia) e as comunidades locais, tudo isso poderá mudar, fazendo com que a explora-

ção não predatória e os serviços ambientais ligados ao ecoturismo e a própria preservação aumentem o valor da floresta em pé e, ao mesmo tempo, reduzam drasticamente o valor da floresta derrubada. (A propósito, nesse mesmo final de semana, membros de minha assessoria encontraram-se em Manaus com uma missão de biotecnólogos cubanos que li estavam a convite da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, ouvindo de um desses cientistas, o Dr. Orellana, que somente no ano passado foram descobertas e catalogadas 72 novas espécies vegetais amazônicas _ todas elas com potencial de transformar-se em insumos para a indústria de medicamentos ou cosméticos.)

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, Esses e outros problemas e perspectivas foram discutidos com os meus amigos de Nossa Senhora de Fátima em torno do delicioso almoço servido pelas Sr^{as} Maria Emília de Melo de Souza e Raimunda Gonçalves Melo no bar e restaurante "Sítio Família Melo".

Na oportunidade, o agrônomo Portugal detalhou planos para integrar os assentados de S. Sebastião e outros ao círculo de propriedade gerado na comunidade de Fátima, por meio da construção de uma fábrica comunitária de farinha de mandioca e duas pequenas unidades de produção de rações na área dos assentamentos, com apoio da Embrapa. Reiterou, porém, que cabe ao Incra assumir a sua parcela de responsabilidade no processo, fornecendo infraestrutura às famílias de assentados e coibindo a subdivisão de lotes rurais em terrenos residenciais, o que desvia o assentamento das suas legítimas funções.

Na despedida, agradei a toda aquela legião de amigos e parabenizei-os, mais uma vez, muito que conquistaram em tão pouco tempo com sua união e o seu trabalho. Também os alertei para o imperativo de incorporar a dimensão "sustentabilidade ambiental" em todos os seus projetos de expansão, pois, somente assim, a continuidade e a prosperidade do seu empreendimento poderá passar no teste do tempo e seguirá provendo uma existência digna, confortável e feliz aos seus filhos e netos.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Senadores,

Ao final da tarde, a bordo do pequeno barco a moto que me devolveu a Manaus, enquanto contemplava o por do sol espalhando seus reflexos dourados sobre a imensidão do Rio Negro, meditei e concluí que a revolução que a nossa Amazônia necessita e merece, a exemplo de todas as anteriores revoluções bem-sucedidas da história, começa por uma mudança na maneira como as pessoas percebem a realidade.

Neste caso, precisamos superar a falsa dicotomia entre sustentabilidade e progresso, o falso dilema entre preservação da floresta e bem-estar da população...

Chegou a hora de trocar a conjunção e pelo verbo ser: preservação é bem-estar!

São essas reflexões que inspiram o conjunto de proposta que pretendo levar aos representantes governamentais e não governamentais que estarão reunidos em dezembro próximo, em Copenhague, para a próxima conferência das Nações Unidas sobre mudanças climáticas.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO)

– Será atendido o Sr. Senador de forma regimental.

Após o Senador Jefferson Praia, passo a palavra ao Senador Sérgio Zambiasi pelo tempo regimental.

Enquanto o Senador se desloca à tribuna, eu gostaria de fazer um pequeno agradecimento.

Estive, no fim de semana, no Rio Grande do Sul – pode chegar à tribuna, Senador –, e fui homenageado no Município de Ibiraiaras e também no de Veranópolis. Nos próximos dias, usarei a tribuna para fazer um relatório de agradecimentos a todas aquelas autoridades e à população desses dois Municípios, que, no fim de semana, me deixaram muito emocionado pelas belíssimas duas festas que fizeram a seu contrerâneo no Rio Grande do Sul. Obrigado.

Pois, não, Senador.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – É apenas para pedir a V. Ex^a que me inscreva para falar como Líder do PSDB.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Pois, não. Será inscrito.

Com a palavra o Senador Sérgio Zambiasi.

O SR. SÉRGIO ZAMBIASI (PTB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Presidente Cassol. Com certeza, as regiões de Ibiraiaras, Lagoa Vermelha e Veranópolis ficaram muito felizes em recebê-lo como Senador nascido no Rio Grande do Sul e levando, inclusive, boas notícias.

Digo sempre que o Rio Grande do Sul é um Estado extremamente privilegiado. Temos três Senadores eleitos pelo Rio Grande do Sul: eu, o Senador Simon e o Senador Paim. Mas esta Casa ainda contempla as presenças do Senador Cassol, que é de Ibiraiaras, no Rio Grande do Sul, do Senador Neuto de Conto, que é da minha cidade, Encantado, no Vale do Rio Taquari, no Rio Grande do Sul, e da Senadora Serys, que é do Município de Cruz Alta, também no meu Estado. Somos seis e ainda há o Senador Gilberto Goellner, que é da Cidade de Não Me Toque, também no Rio Grande do Sul. Então, temos aqui uma bancada de

sete Senadores nascidos no Rio Grande do Sul. Isso privilegia meu Estado, tendo quase 10% da totalidade dos que hoje são titulares de suas funções nesta Casa Legislativa.

É uma grande honra para o Rio Grande do Sul e mostra também a importância que esse Estado teve no desenvolvimento das mais diversas regiões do Brasil. Falo exatamente no desenvolvimento em fronteiras, Presidente Cassol, porque tramita aqui nesta Casa um projeto da minha autoria, na representação do Mercosul, o Projeto 313, de 2008, que institui uma proposta criando o Estatuto da Fronteira para as cidades gêmeas e demais Municípios localizados na faixa de fronteira do Brasil com os países vizinhos.

O citado projeto visa a promover o desenvolvimento econômico, social, científico, tecnológico e cultural dos Municípios situados nessas áreas, bem como aprofundar o processo de integração regional no âmbito do Mercosul e das demais regiões limítrofes.

Trata-se de um projeto meritório e consistente, na opinião daqueles que o examinaram, mas que teve a sua constitucionalidade questionada por vício de iniciativa, pois cria direitos e obrigações para todos os países limítrofes, vale dizer, para todos os países sul-americanos, à exceção do Chile e do Equador.

Os consultores desta Casa e da Câmara dos Deputados chamados a examinar aspectos técnicos da matéria, lembraram que a proposta implica modificações no ordenamento jurídico dos países limítrofes, o que foge, e eu reconheço, à competência do Congresso Nacional. Lembraram ainda que em alguns dos seus dispositivos a proposta também acaba invadindo áreas que são de competência exclusiva do Poder Executivo, ferindo assim preceitos constitucionais.

Entretanto, Presidente Cassol, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, os pareceres técnicos de ambas as Casas enfatizam o mérito, o senso de oportunidade e a consistência do PLS 313, de 2008, o que me leva a apelar ao Poder Executivo para que leve a proposta adiante encaminhando aqui ao Congresso Nacional proposição de natureza semelhante, melhorada, aperfeiçoada, mas que não deixe de discutir as nossas fronteiras.

Para que todos saibam mais detalhadamente do que se trata, passo a fazer umas breves considerações sobre o projeto da minha autoria e assuntos correlatos. Esse projeto busca atender a antigas reivindicações das populações de Municípios limítrofes, e em especial, das cidades-gêmeas da faixa de fronteira – assim entendidas aquelas localidades de dois ou mais países, conurbadas ou que apresentem grande potencial de integração – no sentido de facilitar a locomoção dos moradores e a interação das comunidades. A reivindicação

dessas comunidades é endossada pela Confederação Nacional dos Municípios, que destaca a necessidade de ações bilaterais ou multilaterais para promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças.

O Estatuto de Fronteiras que proponho como idéia, como proposta, como discussão orienta-se, entre outros, por estes objetivos: o fortalecimento do processo de integração e cooperação entre Brasil e Uruguai, Argentina, Paraguai e Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa, por meio da eliminação de barreiras, a interação das comunidades fronteiriças com base em critérios de reciprocidade; adoção, sempre que possível, de regimes especiais na estrutura de transporte e na legislação tributária, trabalhista, comercial, aduaneira e de seguridade social; investimentos em infraestrutura viárias nos Municípios de fronteira e nas cidades-gêmeas; ações comuns para a preservação e aproveitamento sustentável dos recursos naturais; investimentos na melhoria da qualidade da educação e na formação de recursos humanos; e aprofundamento das ações de cooperação policial e judiciária, de forma a facilitar a aplicação do princípio da territorialidade.

O projeto foi examinado pelos quadros técnicos do Senado e da Câmara dos Deputados, mas foi também encaminhado ao Ministério da Integração Nacional, de cujo parecer destaco algumas ponderações.

O Parecer lembra, por exemplo, que o Brasil é o quinto maior país do mundo em extensão territorial, com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, 7.637 quilômetros de fronteira marítima e 16.886 quilômetros de fronteira terrestre, que é a que aqui merece atenção em nosso pronunciamento. Com sua dimensão continental, o Brasil só não tem fronteira, na América do Sul, com o Equador e o Chile. É interessante observar também que a faixa de fronteira, ou seja, a faixa interna, com 150 quilômetros de largura, paralela à linha divisória terrestre, abrange 588 Municípios de 11 Estados: Pará, Amapá, Amazonas, Roraima, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nesses 588 Municípios vive uma população de quase 10 milhões de brasileiros, muitos deles em comunidades carentes de progresso em consequência, entre outras razões, da ausência de mecanismos que promovam a interação com as comunidades limítrofes.

Como se sabe, a faixa de fronteira não se confunde com a definição de limite territorial. Trata-se de um espaço com características próprias, com fluxos e interações fronteiriças em graus variados, no qual as comunidades mais integradas e evoluídas quase sempre constituem as chamadas cidades-gêmeas.

Ao longo da história, os países limítrofes, entre eles o Brasil, aplicaram às suas áreas de fronteira o conceito de zonas de segurança, adotando critérios que restringiam o processo de integração em nome do controle, da proteção e da segurança. Esse conceito, porém, não tem razão de subsistir no momento em que o processo globalizante se impõe em todo o Planeta, com interação econômica, desenvolvimento tecnológico jamais visto e comunicação instantânea.

O que o projeto propõe, ao instituir o Estatuto de Fronteira, é prover essas regiões de mecanismos que, ao invés de engessar o progresso, promovam a integração das comunidades com ganhos recíprocos. Para entender como esses entraves dificultam o desenvolvimento, Sr. Presidente, basta lembrar, por exemplo, que um trabalhador qualificado tem dificuldades para trabalhar numa empresa que necessita daquela mão de obra especializada, porque as legislações trabalhistas do seu país e do país vizinho não têm correspondência. Da mesma forma, uma empresa que detenha capital e tecnologia não pode investir na comunidade vizinha em razão de obstáculos na legislação do país limítrofe, quando um Estatuto de Fronteira poderia dirimir questões desse tipo.

Na apreciação técnica das consultorias do Senado e da Câmara dos Deputados, como já mencionei, o projeto padece do vício de iniciativa, pois implicaria a implementação de acordos internacionais, o que é de competência do Poder Executivo Federal. Também ao criar direitos e obrigações para os demais Entes federados, o Congresso Nacional estaria exorbitando em suas funções, visto que a autorização, nesses casos, dependeria do Legislativo da instância correspondente.

Entretanto, os pareceres acolhem a matéria no que concerne ao mérito. A Nota Informativa da Consultoria do Senado menciona o art. 4º, parágrafo único da Constituição Federal, que diz: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”; e a Informação Técnica da Consultoria da Câmara dos Deputados, ressaltando embora que a matéria vai de encontro ao sistema constitucional brasileiro, acentua que “a iniciativa em pauta é interessantíssima e visa resolver inúmeros problemas que existem nas fronteiras entre o Brasil e os países limítrofes”.

Com base nesses argumentos, Sr. Presidente, que alinhavam as vantagens da instituição do Estatuto de Fronteira, tal como propõe o Projeto 313/2008, e atento ao clamor das populações que vivem nas comunidades fronteiriças, carentes de progresso e fartas de um isolamento que não se justifica em tempos de

integração social e econômica, faço daqui um apelo ao Poder Executivo, ao Presidente Lula, ao Ministério da Integração, aos demais Ministérios interessados nesse processo, para que assumam esta causa, encaminhando ao Congresso Nacional uma proposição que contemple instituir o Estatuto de Fronteira. Tenho certeza de que aqui, na instância legislativa, saberemos valorizar a iniciativa e contribuiremos para o seu aperfeiçoamento, para que a comunidade latino-americana de nações, preconizada pela Carta Magna, se torne realmente uma realidade a cada dia mais próxima e mais palpável.

Temos todo tipo de problemas nas fronteiras. Basta abrir os jornais de ontem para ver, por exemplo, matéria extraída do jornal *Correio do Povo*, do Rio Grande do Sul:

“Aduanas até o Mato Grosso estão em total abandono.

É de total abandono a situação dos postos de aduana em 6 mil quilômetros de fronteira que vai do Rio Grande do Sul ao Mato Grosso do Sul.

A conclusão integra a primeira parte de estudo de mapeamento dos postos de fronteira do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal (Sindireceita) e visa apontar soluções a curto prazo [...]

O Sindireceita sugere várias medidas. Entre elas, a definição de uso de scanners, investimento em inteligência fiscal e policial e deslocamento e contratação de mais servidores para as regiões de fronteiras, com a criação de adicionais de risco como estímulo à permanência desses funcionários em áreas estratégicas. “Não podemos mais assistir imóveis a derrubada de helicópteros e esperar que quadrilhas aumentem seus arsenais para um confronto aberto contra o Estado brasileiro e a democracia”, [diz aqui o Sindireceita].

E, para encerrar, Presidente, também o registro de um problema muito sério que está enfrentando a cidade de Santana do Livramento, lá na fronteira do Uruguai, na sua vizinha Rivera. Livramento e Rivera são duas cidades-gêmeas, duas cidades irmãs, divididas por apenas uma rua, fronteira seca. O Hospital Santa Casa, que atende a região, foi interditado pelo Conselho Regional de Medicina, tendo em vista as precárias condições enfrentadas pelo Hospital. E o Município está tentando, de todas as maneiras, fazer o atendimento adequado, mas, neste momento, quem está atendendo as emergências é o hospital de Rivera, no Uruguai. E nós já temos casos de bebês brasileiros

nascidos no Uruguai que já começam a enfrentar um problema legal, um problema burocrático.

De acordo com a Sr^a Eliana Puglia, Consulesa do Brasil em Rivera, todas as mães que tiveram seus filhos em território uruguaio deverão procurar, agora, o Consulado brasileiro em Rivera para registrar o nascimento das crianças no Uruguai. Essas crianças são consideradas brasileiras natas. Agora, olhem bem, vejam o périplo por que passa essa mãe após o parto, devido às circunstâncias do fechamento do hospital em Livramento. A mãe tem que fazer o traslado em cartório de 1º Ofício, os documentos serão levados também para um cartório de 1º Ofício em Brasília, a partir daí, a criança poderá ter RG e CPF; a partir daí, então, ela será brasileira. Isso é feito gratuitamente, já que as parturientes são do Sistema Único de Saúde, disse a Sr^a Eliane. A consulesa afirmou, ainda, que as crianças só terão dupla cidadania se os pais pedirem os documentos dos filhos no Uruguai também.

Então, são essas circunstâncias que nós precisamos resolver. E eu entendo que, por meio de um estatuto de fronteira, nós vamos criar mecanismos para desenvolver mais essas regiões, promover investimentos e gerar emprego, renda e desenvolvimento para a região.

Nós temos um levantamento, Senador Cassol, que nos mostra que as regiões de mais forte migração rumo a centros maiores são exatamente as de fronteiras, pelo menos no Rio Grande do Sul.

Eu acho que o Governo precisa, urgentemente, criar esses mecanismos de investimentos para que as fronteiras sejam mais vivificadas e mais bem desenvolvidas. Com isso, seguramente, nós teremos, inclusive, maior segurança.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Após o pronunciamento do Senador Sérgio Zambiasi, concedo a palavra, pela Liderança, ao ilustre Senador Marcelo Crivella, Líder do PRB. Em seguida, ao Senador Alvaro Dias.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, telespectadores e ouvintes da Rádio Senado, senhores presentes, hoje sou a voz triste do Rio. A voz sentida da Baixada Fluminense que, nas minhas pobres palavras, vem prestar reverente o tributo da nossa dor.

Lamentamos o acidente do avião da FAB e a morte de dois brasileiros, ao mesmo tempo em que somos tomados pelo infinito que há na admiração, na dor e na saudade desse vulto de bravura, desse soldado abnegado, o Suboficial Marcelo dos Santos Dias. Ninguém pode definir ao certo a dimensão desses sentimentos.

Podemos supor que está ligado à duração que tais fatos têm em nossa lembrança afetiva ou nos efeitos que imprimem na nossa forma de ver o mundo. Pois isso tudo reafirma o conceito do infinito neste episódio. Porque jamais esqueceremos o suboficial que no pobre cenário humano dos nossos dias tomou para si a imensa missão de salvar todos os tripulantes do avião, mas também sobretudo e principalmente nos legar uma lição imortal que renova em cada um de nós a fé na humanidade. Seu gesto de heroísmo nos enche de admiração, ao mesmo tempo em que sua partida deixa o gosto amargo de um momento que poderia terminar de maneira diferente. Era para esse herói fluminense receber em vida a justa homenagem, cercado pelo carinho e ternura da sua família, admiração e respeito de seus superiores e companheiros e, antes e acima de tudo, a gratidão eterna de cada um dos tripulantes que ele ajudou a salvar, cedendo-lhes a vez, estimulando seus ânimos, esquecendo da própria vida, exaurindo todas as energia que possuía, até que cumprisse seu derradeiro dever de herói brasileiro, restando solitário apenas com o aplauso da sua consciência.

Ali não era somente o soldado da Aeronáutica. Era a figura daquele condor heroico, formado para rasgar o céu como uma tocha de fogo no momento supremo da guerra, quando a Pátria lhe requer a vida e cuja imagem Afonso Arinos criou para marcar a contingência político-ideológica do seu tempo, manchado pelo sangue inocente do Major Rubens Vaz, derramado em vão. Ali era o mais alto sentimento de honra e bravura do homem brasileiro, imbuído do sagrado espírito de servir e fazer do amor ao próximo a razão de sua existência.

E foi no que temos de mais exuberante, a Amazônia, que o destino lhe ergueu o altar do sacrifício e imprimiu a sua vida nos últimos instantes aquela dimensão infinita que jamais poderemos avaliar em toda a sua extensão.

Infinita foi a sua tenacidade para manter a tranquilidade durante a queda do avião e, com inteligência, organizar a fuga, uma vez vencido o desafio do pouso; infinita foi sua serenidade diante dos clarões da eternidade; infinita foi sua lealdade a tudo que jurou amar e defender quando ingressou na Força Aérea; infinita foi a sua bondade ao pensar nos outros muito mais do que em si mesmo; infinita foi a sua fé em Deus cada vez que estendeu sua mão para amparar cada um dos passageiros e lhes conduzir seguros à porta da salvação, até que só lhe restou a mão de Deus para conduzi-lo aos portões da vida eterna.

Ele que ajudou a todos, não teve ninguém para ajudá-lo. Esgotou-se demais em salvar os outros e já não possuía forças para vencer a correnteza daquelas

águas pujantes e salvar a si mesmo. Deu-se no cumprimento do dever. E foi assim que Deus o tomou. O mundo não o merecia. Nós, que não soubemos guardá-lo, não o merecíamos.

As águas do igarapé levaram para os oceanos e de lá para o mundo o exemplo majestoso, inesquecível e heroico do soldado brasileiro que deu a vida para salvar seus irmãos, possuído de idealismo e renúncia.

Numa fase da vida de tantas controvérsias, em que a pobre humanidade, trôpega pelo torpor dos seus próprios enganos, afasta-se dos valores éticos e se degenera na impiedade, no egoísmo, na mentira e na injustiça, o bravo suboficial, como os primeiros raios de uma manhã ensolarada e sem nuvens rasga a escuridão da noite, rompeu os horizontes infinitos da esperança e nos trouxe de volta a fé na humanidade.

Ontem, no Dia de Finados, ao longo de nossas ruas e avenidas, contemplamos enormes multidões que se agitavam no coração de nossas cidades em direção às sepulturas.

Muitos pais choraram seus filhos, mães choraram suas filhas, irmãos carpiam irmãos e, no Cemitério Parque Jardim de Mesquita, a Pátria, magoada e triste, chorava a perda de seu filho que um dia prometeu e na hora da decisão cumpriu o legado do nosso Hino: “Verás que um filho não foge à luta”.

Foi isso que a Pátria, enlutada e orgulhosa, constatou no gesto do herói da Força Aérea, que, na sua morte, foi a encarnação da honra. Sua atitude se acrescenta ao patrimônio moral da nossa geração. Ele soube cumprir com abnegação e denodo a sua missão e se entronizou de cabeça erguida no Panteão da Pátria. Seu corpo exausto foi encontrado nas margens do Ituí, a 2,5 km do trágico acidente, mas seu exemplo paira para sempre nos céus do Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Após o pronunciamento do Senador Marcelo Crivella, por cessão do Senador César Borges, concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pela importância, pela responsabilidade e pelo talento, creio ser imprescindível fazer a leitura, da tribuna do Senado Federal, de um artigo escrito pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso e veiculado em vários jornais do País no último domingo.

O ex-Presidente faz seriíssima advertência. Vale pelo registro histórico, mas vale sobretudo como reflexão a que devemos nos submeter diante das afirmações competentes e contundentes de Fernando Henrique Cardoso. Creio que desnecessário se torna

fazer preliminarmente qualquer comentário; prefiro ler o artigo para que, nos Anais da Casa, seja registrado, sobretudo, para que o povo brasileiro possa sobre essas verdades refletir.

Diz o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso em artigo intitulado “Para onde vamos?”:

“A enxurrada de decisões governamentais esdrúxulas, frases presidenciais aparentemente sem sentido e muita propaganda talvez levem as pessoas de bom senso a se perguntarem: afinal, para onde vamos? Coloco o advérbio ‘talvez’ porque alguns estão de tal modo inebriados com “o maior espetáculo da terra”, de riqueza fácil que beneficia a poucos, que tenho dúvidas. Parece mais confortável fazer de conta que tudo vai bem e esquecer as transgressões cotidianas, o discricionarismo das decisões, o atropelo, se não da lei, dos bons costumes. Tornou-se habitual dizer que o Governo Lula deu continuidade ao que de bom foi feito pelo governo anterior e ainda por cima melhorou muita coisa. Então, por que e para que questionar os pequenos desvios de conduta ou pequenos arranhões na lei?

Só que cada pequena transgressão, cada desvio, vai se acumulando até desfigurar o original. Como dizia o famoso príncipe tresloucado, nesta loucura, há método. Método que provavelmente não advenha do nosso príncipe, apenas vítima, quem sabe, de apoteose verbal. Mas tudo o que o cerca possui um DNA que, mesmo sem conspiração alguma, pode levar o País, devagarinho, quase sem que se perceba, a moldar-se a um estilo de política e a uma forma de relacionamento entre Estado, economia e sociedade, que pouco tem a ver com os nossos ideais democráticos.

É possível escolher ao acaso os exemplos de “pequenos assassinatos”. Por que fazer o Congresso engolir, sem tempo para respirar, uma mudança na legislação do petróleo mal explicada, mal ajambrada? Mudança que nem sequer pode ser apresentada como uma bandeira “nacionalista”, pois se o sistema atual, de concessões, fosse “entreguista” deveria ter sido banido, e não foi. Apenas se juntou a ele o sistema de partilha, sujeito a três ou quatro instâncias político-burocráticas para dificultar a vida dos empresários e cevar os facilitadores de negócios na máquina pública. Por que anunciar quem venceu a concorrência para a compra de aviões militares, se o processo de seleção não terminou? Por que tanto ruído e

tanta ingerência governamental em uma companhia (a Vale) que, se não é totalmente privada, possui capital misto regido por estatuto das empresas privadas? Por que antecipar a campanha eleitoral e, sem qualquer pudor, passear pelo Brasil às custas do Tesouro (tirando dinheiro do seu, do meu, do nosso bolso...) exibindo uma candidata claudicante? Por que, na política externa, esquecer-se de que no Irã há forças democráticas, muçulmanas inclusive, que lutam contra Ahmadinejad e fazer medidas a quem não se preocupa com a paz ou os direitos humanos?

Pouco a pouco, por trás do que podem parecer gestos isolados e nem tão graves assim, o DNA do “autoritarismo popular” vai minando o espírito da democracia constitucional. Essa supõe regras, informação, participação, representação e deliberação consciente. Na contramão disso tudo, vamos regressando a formas políticas do tempo do autoritarismo militar, quando os “projetos de impacto” (alguns dos quais viraram “esqueletos”, quer dizer, obras que deixaram penduradas no Tesouro dívidas impagáveis) animavam as empreiteiras e inflavam os corações dos ilusos: “Brasil, ame-o ou deixe-o”. Em pauta, temos a Transnordestina, o trem-bala, a Norte-Sul, a transposição do São Francisco e as centenas de pequenas obras do PAC, que, boas algumas; outras nem tanto, jorram aos borbotões no orçamento e minguam pela falta de competência operacional ou por desvios barrados pelo TCU. Não importa: no alarido da publicidade, é como se o povo já fruisse os benefícios: “Minha casa, minha vida”; biodiesel de mamona; redenção da agricultura familiar; etanol para o mundo e, na voragem de novos slogans, pré-sal para todos.

Diferentemente do que ocorria com o autoritarismo militar, o atual não põe ninguém na cadeia. Mas da própria boca presidencial saem impropérios para matar moralmente empresários, políticos, jornalistas ou quem quer que seja que ouse discordar do estilo “Brasil potência”. Até mesmo a apologia da bomba atômica como instrumento para que cheguemos ao Conselho de Segurança da ONU – contra a letra expressa da Constituição –, vez por outra é defendida por altos funcionários, sem que se pergunte à cidadania qual o melhor rumo para o Brasil. Até porque o presidente já declarou que, em matéria de objetivos estratégicos (como a compra dos caças), ele

resolve sozinho. Pena que tivesse se esquecido de acrescentar “l’État c’est moi”. Mas não esqueceu de dar as razões que o levaram a tal decisão estratégica: viu que havia piratas na Somália e, portanto, precisamos de aviões de caça para defender “nosso pré-sal”. Está bem, tudo muito lógico.

Pode ser grave, mas, dirão os realistas, o tempo passa e o que fica são os resultados. Entre estes, contudo, há alguns preocupantes. Se há lógica nos despautérios, ela é uma só: a do poder sem limites. Poder presidencial com aplausos do povo, como em toda boa situação autoritária, e poder burocrático-corporativo, sem graça alguma para o povo. Este último tem método. Estado e sindicatos, Estado e movimentos sociais estão cada vez mais fundidos nos altos-fornos do Tesouro. Os partidos estão desmoralizados. Foi no “dedaço” que Lula escolheu a candidata do PT à sucessão, como faziam os presidentes mexicanos nos tempos do predomínio do PRI. Devastados os partidos, se Dilma ganhar as eleições, sobrá um subperonismo (o lulismo) contagiando os dóceis fragmentos partidários, uma burocracia sindical aninhada no Estado e, como base do bloco de poder, a força dos fundos de pensão”.

(Interrupção do som.)

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Eu peço a V. Ex^a, Sr. Presidente, mais alguns minutos para concluir.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador, eu queria um aparte, por favor.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Vou conceder assim que concluir a leitura deste artigo.

“Estes são “estrelas novas”. Surgiram no firmamento, mudaram de trajetória e nossos vorazes mas ingênuos capitalistas recebem deles o abraço da morte. Com uma ajudinha do BNDES, então, tudo fica perfeito: temos a aliança entre o Estado, os sindicatos, os fundos de pensão e os felizardos de grandes empresas que a eles se associam.

Ora dirão (já que falei de estrelas), os fundos de pensão constituem a mola da economia moderna. É certo. Só que os nossos pertencem a funcionários de empresas públicas. Ora, nessas, o PT, que já dominava a representação dos empregados, domina agora a dos empregadores (governo). Com isso, os fundos se tornaram instrumentos de poder po-

lítico, não propriamente de um partido, mas do segmento sindical-corporativo que o domina. No Brasil, os fundos de pensão não são apenas acionistas – com a liberdade de vender e comprar em bolsas –, mas gestores: participam dos blocos de controle ou dos conselhos de empresas privadas ou ‘privatizadas’. Partidos fracos, sindicatos fortes, fundos de pensão convergindo com os interesses de um partido no governo e para eles atraindo sócios privados privilegiados, eis o bloco sobre o qual o subperonismo lulista se sustentará no futuro, se ganhar as eleições. Comecei com para onde vamos?. Terminando dizendo que é mais do que tempo de dar um basta ao continuísmo antes que seja tarde.”

Artigo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo, com prazer.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a traz, de maneira muito oportuna, a leitura desse artigo do ex-Presidente Fernando Henrique, que chama à responsabilidade, chama à sensatez. É evidente que é muito bom vermos o Brasil crescendo, que é muito bom que haja desenvolvimento. Entretanto, há que se fazer um alerta: não se deve exagerar, não se deve extrapolar o que é real. E as promessas estão nesse campo; estão indo para questões que podem ser viabilizadas daqui a dez anos, daqui a quinze anos. O Governo, no início, lançou o Programa Fome Zero. Como não teve nenhum sucesso em um ano, trocou o ministro e adotou a fórmula do Bolsa-Escola – inicialmente, até lançada pelo Senador Cristovam Buarque –; depois, foi fundida com outros programas e virou o Bolsa-Família. Assim também aconteceu com alguns outros projetos do Governo, que começam e, depois, são esquecidos, quando não dão muito certo. O PAC é um desses projetos, quer dizer, é uma coletânea de programas; alguns antigos, outros novos. Temos uma execução inferior a 20% do que estava previsto para este ano no PAC. E aí quero relatar, Senador Alvaro Dias, que, neste fim de semana – aproveitei para ir a Minas Gerais, ao interior de Minas, na verdade, próximo a Belo Horizonte –, fiz uma vistoria de verdade. Não fiz aquela vistoria tipo inauguração, em que há segurança, fotografos. Não, fiz uma vistoria daquelas de perguntar às pessoas, de ver o que está acontecendo, de passar de carro, e não de avião ou de helicóptero. E a vistoria que fiz, na BR-040, entre Belo Horizonte e Brasília, mostra que está muito atrasada a obra; e ela já deveria estar pronta. Na verdade, ela só começou com recursos que consegui colocar aqui, com emendas

de bancada, que nós, como Senadores, indicamos às nossas bancadas. E foi assim que, durante três anos, consegui colocar recursos para a BR-040 ser duplicada. E aí ela começou a ser duplicada. Só que já devia estar pronta. O que vi, nas redondezas de Sete Lagoas, de Paraopeba, chegando ao chamado trevo de Curvelo, no sentido de Brasília, foi uma obra que se vai prolongando, prolongando, enquanto ela já deveria estar pronta há muito tempo. Essa é uma vistoria *in loco*, uma vistoria real, que mostra que a demora realmente acontece. De maneira que temos que estar cobrando, sim; cobrando para que o Governo não se deixe levar pelo entusiasmo exagerado. É muito bom, volto a dizer, que tenhamos um clima positivo, que o Brasil cresça, mas não pode ser a esse custo da ilusão, ao custo da transgressão de regras civilizadas, democráticas, dentro de uma eleição. É isto o que o Governo está fazendo: o Governo está transgredindo as regras eleitorais, está tratando o brasileiro como se fosse uma pessoa desinformada, a ponto de o Presidente dizer: “No passado, eles não tinham o que inaugurar. Estão reclamando porque temos o que inaugurar.” É uma memória fraca, porque o Presidente sabe muito bem que o seu partido é que sempre foi extremamente crítico, grosseiro até em criticar inaugurações de pessoas que não eram do seu partido. Agora, não; agora eles acham tudo muito certo, acham perfeito fazer, com mais de um ano de antecedência, uma pré-campanha.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Eduardo Azeredo.

Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior com prazer.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senador Alvaro Dias, é muito importante a leitura e os comentários de V. Ex^a sobre o artigo do ex-Presidente Fernando Henrique, colocando as coisas nos devidos lugares. É inaceitável a partidarização do Estado. Estamos vendo isso. O Presidente Lula e o seu Governo estão partidarizando o Estado em todos os setores, seja no próprio Executivo ou até nos fundos de pensão de empresas estatais, que lidam com dinheiro privado. Embora essas entidades tenham origem em empresas governamentais, é dinheiro privado. Portanto, ele tem que ser aplicado com responsabilidade e dirigido com responsabilidade. Ainda há o massacre que o Congresso vem sofrendo em relação à sua atividade normal, quer dizer, o rolo compressor. Em qualquer votação, não se respeita o debate democrático. Vimos isso na CPI da Petrobras, pela forma como se comportaram conosco. Eu, V. Ex^a e o Senador Sérgio Guerra sentimos isso e não pudemos fazer absolutamente nada mais do que fizemos em função do rolo compressor que passou. O TCU é massacrado por estar fiscalizando, mas, até

2002, era o PT que dizia, que acusava, que apoiava o TCU no sentido de paralisar obras. Na verdade, acho que a ocupação do Estado pela máquina partidária é uma coisa brutal. Outra coisa: o Governo simplesmente não dá importância aos reclamos da Oposição e da imprensa. “É isso mesmo; tem que ser como nós queremos”. Ou seja, é uma atitude antidemocrática. Os 80% de aprovação do Presidente Lula não lhe dão o direito de passar por cima das instituições constituídas neste País, dos Poderes constituídos. O simples índice de popularidade não dá a ele esse direito e nem ao seu Governo. O respeito pelas instituições e a não partidarização do Estado são fundamentais. Então, é importante esse comentário de V. Ex^a e é preciso que reajamos aqui a essa situação, porque nosso papel tem que ser exatamente esse que estamos desempenhando, que estamos empreendendo agora. Isso vai ser continuado pelo PSDB, pelo Democratas. Não vamos aceitar mais rolo compressor nem que as instituições sejam feridas e sejam ultrajadas para que o partidismo de Estado comande o processo político.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Antonio Carlos Júnior.

Este artigo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso mereceria tempo maior. Estamos restritos ao que permite o Regimento, não teremos tempo para os comentários que gostaríamos de fazer a respeito.

Há um pedido de aparte do Senador Eduardo Suplicy. Peço a compreensão do Presidente da Mesa para que eu possa concedê-lo ao Senador Suplicy, até para estabelecer o contraditório, e, depois, então, concluiria o pronunciamento.

Senador Suplicy, V. Ex^a tem o aparte.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Alvaro Dias, primeiro, quero dizer que o artigo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso “Para onde vamos?” constitui uma reflexão bem escrita, bem elaborada. Na verdade, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, embora com visão bastante crítica do Presidente Lula, faz esse artigo em termos... Questão de respeito, de confissão de quem observa certos aspectos e procura chamar a atenção. Nem sempre reconhece na ação do Governo do Presidente Lula algo que realmente deve ser considerado e, mais do que respeitado, reconhecido. Por exemplo, analisemos o que ele menciona de como o Governo do Presidente Lula modificou, em alguns pontos, diversos programas sociais que tiveram origem em seu governo. E isso, obviamente, há que ser reconhecido no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas, não há dúvida de que houve uma expansão muito significativa de valores a ponto de hoje, para citar, por exemplo, o Programa Bolsa-Família, termos cerca de 13 milhões

de pessoas atendidas. Em dezembro de 2003, eram 3,5 milhões ou quase 5 milhões ainda no Bolsa-Escola, mas passou para 13 milhões. E é interessante o que nos informa a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios e o estudo recém-publicado pelo Ipea, Pnad 2008, Primeiras Análises. Do período de 2001 para cá, passamos de um coeficiente de 0,594 para 0,587, para 0,581, para 0,569, 0,566, 0,56, 0,552 e finalmente 0,544. Ou seja, todos os anos, gradualmente, um declínio do coeficiente de desigualdade e que ainda coloca o Brasil como o décimo país com maior desigualdade no mundo. Então nós estamos avançando, mas ainda temos muito que avançar. Este mesmo estudo mostra que a porcentagem de famílias pobres, que em 2003 era de 39,4%, baixou em 2008 para 25,3%. Ou seja, são informações objetivas importantes que resultam do conjunto de políticas sociais, econômicas que levaram o Brasil a uma situação melhor e que levaram em conta as experiências que aconteceram durante os oito anos do Governo Fernando Henrique Cardoso. Eu avalio que precisamos ainda melhorar isso e avançarmos muito mais. De qualquer maneira, as observações do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso certamente estarão fazendo o Presidente Lula refletir e provavelmente ele irá fazer alguma observação sobre essas considerações. Mas avalio que se trata de um debate positivo, felizmente nós estamos vivendo numa democracia onde o ex-Presidente agora resolve manifestar a sua avaliação crítica. Mas que bom que o Brasil durante o Governo do Presidente Lula vive uma democracia de profundidade de valor que permite ao nosso Senador Alvaro Dias aqui trazer esta reflexão para todos nós.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Suplicy, pelo moderado aparte de V. Ex^a. Eu creio que nós teremos novas oportunidades para continuar o debate sobre a reflexão proposta pelo ex-Presidente da República, não só porque parte dele, mas, sobretudo, porque são reflexões necessárias, imprescindíveis neste momento em que muitos de nós consideramos ter chegado a hora de dar um basta.

O que eu considero essencial na análise de Fernando Henrique Cardoso é a identificação de uma vocação autoritária, maquiada pela mentira governamental. Não há como não verificar a existência de lampejos autoritários a cada passo da ação política do Presidente Lula. As agressões à imprensa, como nos últimos dias em São Paulo, caminham exatamente nessa direção.

Nós poderíamos aduzir aos comentários do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso fatos recentíssimos dos últimos dias que demonstram esta relação de promiscuidade do que é público com o que

é privado. Um Ministro do Supremo Tribunal Federal recentemente nomeado faz a sua festa, mas quem paga a conta é a Caixa Econômica Federal, de dinheiro público; pelo menos parte da conta paga, deploravelmente, pela Caixa Econômica Federal, na ausência absoluta de qualquer resquício de escrúpulo, o que devemos condenar.

Se fosse um Senador certamente pediriam que fosse julgado por quebra de decoro parlamentar. Por que tanta tolerância quando se trata do Poder Judiciário? Neste caso, cabe alcançar as duas pontas. De um lado, o Governo através da Caixa Econômica Federal. Qual é o pronunciamento do Presidente da República sobre esse gesto da Caixa Econômica Federal, sobre essa generosidade da Caixa Econômica Federal bancando a festa do Ministro do Supremo Tribunal Federal? De outro lado, qual é o pronunciamento do próprio Tribunal Federal ou do Conselho Nacional de Justiça a respeito desse convescote brasileiro sustentado com dinheiro público?

Enfim, nós não podemos compactuar com práticas dessa natureza. Exatamente na esteira do que diz o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso: que devemos atuar aqui exigindo providências, sobretudo com este objetivo de dar um basta nas práticas autoritárias que consubstanciam interesses escusos acobertados muitas vezes pelo *marketing* da mentira, que tem sido utilizado com muita eficiência pelo Presidente da República.

Quero concluir, Sr. Presidente, agradecendo a V. Ex^a e afirmando que este artigo do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso deve significar sobretudo um alerta ao nosso Partido, PSDB; ao Democratas; ao Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior, à Oposição brasileira e, sobretudo, à sociedade brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável, com a tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Sadi Cassol. Bloco/PT – TO) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Sarney, Presidente desta Casa.

O SR. JOSÉ SARNEY (PDMB – AP. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero nesta Casa reverenciar o maior pensador vivo do Séc. XX: Claude Lévi-Strauss que faleceu este fim de semana na França.

Claude Lévi-Strauss representou para as Ciências Humanas aquilo que Marx, Einstein e Freud representaram para os seus devidos tempos para as suas respectivas áreas. E o Brasil teve uma ligação importante com Claude Lévi-Strauss. Ele era professor da École

Normale Supérieure da França quando foi convidado, na criação da Universidade de São Paulo, para ser professor de Sociologia. Veio e foi um dos fundadores.

Em São Paulo ele ficou de 1935 até 1939. Na oportunidade ele fez muitas expedições ao interior do Brasil. Em suas memórias sempre dizia que a vocação de antropólogo que ele tinha – e foi um grande antropólogo, o maior de todos – foi descoberta nas viagens que fez pelo interior do Brasil.

Ele dizia que tinha descoberto que não havia uma só civilização, mas vários tipos de civilização. Afirmava que na civilização ocidental, no homem do Ocidente, não via uma forma de pensar diferente daquela dos indígenas que encontrou.

Faço essa comunicação ao Senado como uma pessoa que também teve uma estreita ligação com Claude Lévi-Strauss. Quando ele veio ao Brasil integrado na comitiva do Presidente Mitterrand, tive a grande emoção de conhecer o extraordinário sábio. E, dessa visita, tivemos uma relação pessoal que se prolongou até a sua morte. Trocávamos frequentemente correspondências e guardo, com grande orgulho, a maneira como ele sempre me tratou nas ocasiões em que fui à França e estive com ele. Quando a Academia Brasileira visitou a Academia Francesa, ele teve oportunidade de estar presente e receber-me. E também quando houve o lançamento de dois livros meus, *Saraminda* e *O Dono do Mar*, ele compareceu na Casa da América Latina prestigiando aqueles eventos.

Numa entrevista, ele teve oportunidade, na sua generosidade, de dizer que as referências pessoais que ele guardava do Brasil eram de Mário de Andrade, Sérgio Milliet. Paulo Duarte e me incluiu entre aqueles que tinham ligação mais recente com ele.

O Brasil foi tão importante na sua vida – e ele mesmo ressaltava isso – que escreveu um livro que se chamava *Tristes Trópicos*, um livro extraordinário, no qual, nas primeiras páginas, ele teve oportunidade de ter uma visão do nosso País que até hoje guardamos, embora em algumas passagens ele não tenha sido ufanista em relação ao Brasil. Há poucos anos, quando escreveu *Saudades do Brasil* e *Saudades de São Paulo*, que são espécies de fotobiografias, ele teve oportunidade de se referir ao nosso País com um grande carinho.

Era um homem respeitado no mundo inteiro pela sua vasta obra, sua vasta inteligência, sua grande cultura, um grande pensador. Ele foi nivelado, como disse, aos grandes pensadores da humanidade. É esse o homem que faleceu aos 101 anos de idade. Ele nasceu em 28 de novembro de 1908 e veio a falecer neste fim de semana. Somente hoje eu soube, lendo o noticiário internacional na Internet, quando a

notícia do seu falecimento no sábado foi liberada. Mas dos santos não se comemora a data do nascimento, comemora-se a data da sua morte. É o que se diz em relação aos santos.

E, para a cultura mundial, Lévi-Strauss era, realmente, uma figura deusificada, pelo que ele tinha representado para a história do pensamento.

E ele dizia que, se nós extingíssemos dez ou vinte séculos da história da nossa civilização, não perderíamos muita coisa sobre a natureza humana, mas perderíamos somente as obras de arte, que são o que distingue o homem. Isso não poderia ser perdido e ficava lembrado.

Ele era membro da Academia Francesa, como eu disse, do Colégio de França também, aquela grande instituição que na França existe, e, aqui no Brasil, ele era reverenciado.

É com grande emoção que eu digo isso, porque de um homem de 101 anos de idade, que manteve a sua lucidez e a sua produção intelectual até o final da sua vida, o que se tem que dizer é que, realmente, fomos beneficiados por sermos seus contemporâneos, por termos convivido com este pensador extraordinário que foi Claude Lévi-Strauss.

É nesse sentido que eu faço, com emoção, esse registro aqui no Senado.

Queria que o Senado colocasse nos seus Anais essas minhas palavras e também um voto, não digo de pesar, mas de louvor a esse grande homem, que foi Claude Lévi-Strauss.

Muito obrigado.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Presidente Sarney, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Concedo um aparte a V. Ex^a

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Queria fazer só um acréscimo. Trouxe aqui matéria que a *Folha Online* publicou sobre o antropólogo Claude Lévi-Strauss, e V. Ex^a, em boa hora, como intelectual, traz ao conhecimento desta Casa o triste falecimento. E aqui me chamou mais a atenção foi o fato de que ele lecionou Sociologia, na Universidade de São Paulo, em 1934.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – De 1934 a 1939, se não me engano.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – E lá iniciou, segundo a notícia, o seu grande projeto intelectual. O que me chamou também a atenção foi uma das obras dele, *O Pensamento Selvagem*, de 1962, em que ele “demonstra que não há uma verdadeira diferença entre o pensamento primitivo e o moderno”, quando comenta o pensamento indígena – não do índio – e a modernidade. Então, V. Ex^a, em boa hora, lembra um intelectual,

um filósofo. Não poderia ser outra pessoa a não ser V. Ex^a a relembrar um homem como Lévi-Strauss.

O SR. JOSÉ SARNEY (PMDB – AP) – Como eu tive oportunidade de dizer, ele escreveu em um de seus livros que realmente tinha sido extremamente importante para a vida dele a sua passagem pelo Brasil e também a sua passagem como professor de Sociologia da Universidade de São Paulo. Ele, aliás, foi um dos fundadores. Armando Salles de Oliveira pensou em implantá-la, e isso ocorreu naquele tempo.

Nessa época, como eu disse, ele teve oportunidade de fazer muitas incursões pelo interior do Brasil. E é nesse tempo que, relata ele, despertou a sua vocação de antropólogo.

Houve uma fase de sua vida em que, para fugir da guerra, exilou-se nos Estados Unidos e foi professor, por alguns anos, na Universidade de Columbia e na New York University, onde também teve oportunidade de pregar tudo o que representou para o pensamento humano.

V. Ex^a se refere a matéria sobre o que ele achava do pensamento indígena moderno. Ele dizia justamente isto: que não existia uma só civilização, que o pensamento não era do homem primitivo, mas o pensamento dos índios representava a mesma coisa que o nosso pensamento, apenas eles tinham a sua civilização e o seu pensamento. Ele não estudou somente os índios brasileiros, ele estudou também os índios americanos durante muito tempo.

Enfim, com todos os setores do conhecimento humano, na área das ciências humanas, Lévi-Strauss tem uma ligação e ele ficará para a eternidade como um daqueles grandes vultos da História da humanidade, como eu disse, ao lado de Marx, de Freud e também de Einstein.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. José Sarney, o Sr. Sadi Cassol, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Flávio Torres.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Torres. PDT – CE) – V. Ex^a será atendido, de acordo com o Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque, pela Liderança do PDT.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de estar vindo aqui hoje para trazer uma proposta sobre este tema tão em debate relacionado ao problema do *royalty* do petróleo que tudo indica que vamos ter mais adiante, no pré-sal. Entretanto, Senador Pedro Simon, eu me sinto obrigado, até em nome do meu Partido, PDT, e falando pela Liderança do PDT, Senador Suplicy, a deixar claro aqui o nosso descontentamento e o nosso desconforto,

Presidente Sarney, com o que aconteceu há pouco, com a decisão da Mesa do Senado de postergar uma decisão firme do Supremo Tribunal Federal para dar posse ao Senador Acir, de Rondônia.

Houve uma decisão do Supremo, já há alguns meses, para que o Senador Expedito Júnior fosse substituído pelo Senador Acir. Essa decisão ficou sendo postergada pela análise da assessoria jurídica, segundo soubemos, do Senado. O Supremo chegou ao ponto de enviar uma outra determinação, que diz, com maior clareza, “cumpra-se imediatamente”. Marcaram-se a data e a hora da posse do novo Senador para hoje, às cinco horas da tarde. Está ele aqui, com sua família e seus amigos. Duas horas antes, a Mesa se reúne e, de maneira que considero, Senador Sarney, extemporânea, decide pegar uma decisão do Supremo e mandá-la para análise da Comissão de Constituição e Justiça. Em geral, é o contrário: o Supremo é que analisa se o que as Comissões do Senado e o próprio Senado fazem é certo ou errado, e não o contrário.

Por isso, há uma preocupação grande quando a gente lê uma entrevista do Ministro do Tribunal Superior Eleitoral, Celso de Mello, que, em relação a esse assunto, conversando com jornalistas, disse que isso poderia ser uma “‘arbitrária resistência’ da Casa Legislativa em cumprir decisão da Corte eleitoral”. Ele frisa que “é a quarta vez que o Congresso descumpra decisão judicial sobre questões eleitorais, sobre as quais já não há nenhuma dúvida de ordem jurídica”. São palavras do Ministro Celso de Mello. Ele enfatiza, mais ainda, que

“[...] ninguém – nem Ministros do Supremo Tribunal Federal e nem congressistas – está acima da autoridade da Constituição e das leis da República. Se a decisão não for cumprida, Celso de Mello disse que os componentes da Mesa podem ser enquadrados no crime de descumprimento de ordem judicial”.

Isso é muito sério! Os membros da Mesa do Senado podem ser enquadrados no crime de descumprimento de ordem judicial. E, depois, vem algo mais grave. Ele chega a dizer aqui, em algum momento:

“Tratando-se de decisão do Supremo e havendo uma comunicação [feita pelo Supremo], o cumprimento há de ser imediato, sob pena de verdadeira subversão das práticas institucionais de nosso País”.

Isto na boca de um Ministro do Supremo: “sob pena de verdadeira subversão das práticas institucionais de nosso País”. A Constituição transforma-se, assim, “num instrumento sujeito a indevidas manipulações, o que seria absolutamente inaceitável”. Ele ainda diz

mais: “[...] o descumprimento doloso de uma decisão pode bem caracterizar um crime”. E chega ao ponto de falar, em algum momento, em prevaricação, quando ele diz:

“Se se tratar de mandado de segurança, hoje a lei é muito clara: o crime é de desobediência.

Não sendo um processo que tenha natureza no mandado de segurança, poderia ser outro crime, [...] crime de prevaricação, tipificado de maneira muito clara no art. 319 do Código Penal”.

Isso, Sr. Presidente, deixa uma preocupação muito grande. Primeiro, é claro, porque é um Senador que tem seu mandato reconhecido hoje pelo Poder Judiciário; mas, segundo, porque diante de tantas vergonhas – falemos assim – e de tantos descontentamentos que tem hoje a opinião pública em relação ao Senado, nós ficarmos apontados – porque somos representados pela Mesa –, nós ficarmos apontados pelo crime de prevaricação é muito, muito, muito, muito grave!

Por isso, eu creio que a Mesa deve uma explicação a este Plenário de por que tomou uma decisão desse tipo, sem falar, obviamente, que deve uma explicação ao Supremo Tribunal Federal de por que uma decisão dele é descumprida. E deve, também, uma explicação ao Partido do Senador Acir, que está estudando medidas cabíveis. E o advogado chega a sugerir o pedido de prisão dos membros da Mesa Diretora do Senado, o que é algo que obviamente nos pasma a todos e que, claro, termina sem ser cumprido, mesmo que houvesse uma decisão, por causa da imunidade parlamentar. Mas quando a gente chegar a esse ponto de se imaginar, de se pensar em pedido de prisão de membros da Mesa Diretora por prevaricação, a gente tem que lembrar de alguns meses atrás, em que todos diziam que o fundo do poço, no Brasil, resiste sempre à proximidade, ele sempre se afasta de nós. Essa decisão de hoje, Senador Sarney, a meu ver, leva a prova, o carimbo de que o fundo do poço continua sendo cada vez mais adiado no que se refere às surpresas que o Senado oferece à opinião pública brasileira. Eu falo isso em meu nome pessoal, no tempo da liderança do meu Partido, e creio que falo também pelo meu Partido.

Durante o discurso do Sr. Cristovam Buarque, o Sr. Flávio Torres, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Sr. Senador Cristovam Buarque, quero dizer a V. Ex^a que, ao receber a comunicação do Presidente do Supremo Tribunal, imediatamente mandei a Mesa receber os documentos e marquei dar posse a ele justamente hoje, terça-feira. O Senador Expedito entrou hoje... Eu estava fora de Brasília; quando cheguei

aqui, encontrei um recurso dele dirigido à Comissão de Justiça da Casa. Fui ler justamente o ofício do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal, e lá verifiquei que ele fala expressamente que concedeu a segurança para determinar “à Mesa do Senado Federal”. Se fosse pessoalmente ao Presidente, eu teria imediatamente mandado cumprir a ordem de empossar. Mas, assim, eu tinha a obrigação de convocar a Mesa para examinar o recurso que foi apresentado pelo Senador Expedito.

Eu quero dizer a V. Ex^a que o meu voto, na reunião da Mesa, foi no sentido de nós cumprirmos imediatamente a decisão do Supremo Tribunal, mas nós todos temos a realidade de sermos uma Casa colegiada, de sermos governados por um Colegiado, e a maioria da Mesa mandou que o recurso do Senador Expedito fosse remetido à Comissão de Constituição e Justiça.

Imediatamente, falei com o Senador Demóstenes, Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, e pedi que ele imediatamente se manifestasse sobre o assunto, uma vez que também acho que nós temos a obrigação de cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu pergunto se posso, regularmente, fazer algum comentário?

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Pode, V. Ex^a tem toda...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não, talvez não pudesse por uma questão de Regimento, e eu ficaria inteiramente à vontade se não pudesse.

Eu não quero aqui, obviamente, diante da figura do Presidente, ficar em um diálogo, porque não é o momento, mas eu quero dizer que já houve casos como este, o caso do Senador Capiberibe, e ele entrou no Supremo Tribunal, Senador Expedito. Ele entrou no Supremo Tribunal, que, de fato, determinou à Mesa que ele voltasse à sua cadeira no Senado.

O que nós achamos estranho – e não tem nada pessoal, o senhor sabe da minha relação, Senador Expedito – é que uma decisão do Supremo agora esteja subordinada a uma decisão da Comissão de Constituição e Justiça, e não o inverso. Isso é o que eu queria colocar.

Acho positivo para a imagem do Senado que o senhor deixe claro que o senhor não compactuou com essa decisão da Mesa, que o seu voto foi contrário. Creio que qualquer medida contra a Mesa deve excetuar o Presidente, que teve o comportamento – como o senhor disse – correto de não pactuar com essa decisão.

O Sr. Expedito Júnior (PSDB – RO) – Senador Cristovam, concede-me um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Os outros membros da Mesa devem assumir a responsabilidade do voto que deram.

O Sr. Expedito Júnior (PSDB – RO) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Com o maior prazer, Senador Expedito.

O Sr. Expedito Júnior (PSDB – RO) – V. Ex^a sabe que o respeito que eu tenho por V. Ex^a é grande. É um dos Senadores que eu respeito. Orgulha-me muito estar aqui ao seu lado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Eu digo que vice-versa e que isso não tem nada a ver em caráter pessoal com V. Ex^a.

O Sr. Expedito Júnior (PSDB – RO) – Veja bem, primeiro eu tinha tomado uma decisão, na quarta-feira da semana passada, quando esta Casa praticamente deu o maior presente ao Estado de Rondônia, que foi a votação da PEC da transposição dos servidores públicos. Não sei se V. Ex^a estava presente – eu acho que não – e eu fui aparteado aqui por mais de 40 Parlamentares, inclusive pelo Presidente da Mesa, Senador Sarney. Eu tinha tomado a decisão de não fazer recurso. Eu, disse ao Presidente Sarney que não iria apresentar nenhum recurso. Mas depois de aconselhado por vários Senadores aqui em plenário, eu fui a essa tribuna em que V. Ex^a está, serenamente, e disse que havia uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral e uma decisão do Supremo Tribunal Federal e disse – e repito – que respeito a decisão do Supremo Tribunal Federal. Agora, deixo claro ao Supremo, a V. Ex^a, a esta Casa, a qualquer brasileiro que eu encontrar hoje ou amanhã, a qualquer jornalista, que eu tenho o direito de lutar pelo meu mandato, que eu entendo é justo. O povo do meu Estado me outorgou esse mandato com mais de 60 mil votos na frente do segundo colocado. Nesse julgamento não foi permitido analisar muitas provas, porque quando apareceram as provas já não cabia apresentação de prova alguma porque o processo já estava sendo julgado no Tribunal Superior Eleitoral. Eu disse desta tribuna que eu iria até as últimas consequências, brigando por este meu mandato porque, primeiro, eu tenho a consciência tranquila de que não comprei voto. Posso sair daqui... E pode ter a certeza de que não é qualquer político que sai ou do plenário do Senado ou da Câmara dos Deputados cassado e é recebido com festa em seu Estado, como eu fui. Por onde eu passo, por qualquer Município que eu passe, pode ter a certeza V. Ex^a de que sou recebido com festa e com festa grande. Por respeitar V. Ex^a, não quero me contrapor ao que V. Ex^a está dizendo, mas permita-me

dizer que quando se tratou da cassação do Capiberibe, V. Ex^a teve uma posição diferente. Eu estou aqui desde a época em que V. Ex^a fez os apartes, quando o Capiberibe estava na tribuna. Se V. Ex^a me permitir, vou ler aqui um trecho do que V. Ex^a dizia na época.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Claro, claro, com o maior prazer.

O Sr. Expedito Júnior (PSDB – RO) – “Sr. Presidente, esta Casa tem, sim, que tomar uma posição diante deste fato” – a posição que V. Ex^a estava sugerindo era a da cassação do Senador Capiberibe. “Fomos cercados por tanques no passado e não podemos ser cercados por togas no presente.” V. Ex^a falava contra a decisão que estava sendo tomada contra o Senador Capiberibe. “A maneira é ouvir, ouvir um Senador eleito, com centenas de milhares de votos” – é o meu caso. No caso dele, não lembro quanto foi; no meu, sei que tive mais de sessenta mil votos na frente do segundo colocado. “Não estou propondo descumprir uma determinação, mas proponho que essa determinação leve em conta que existe um Poder que não é superior ao Judiciário...”

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Que não é superior.

O Sr. Expedito Júnior (PSDB – RO) – V. Ex^a se referia ao Senado, ao Poder Legislativo. “Mas é igual – V. Ex^a repete três vezes –, igual, igual. E temos de lutar por essa igualdade ou não vamos merecer da história o respeito por não termos atendido com rigor, com respeito e com seriedade, o momento em que vivemos.” Esse era o aparte que V. Ex^a estava fazendo na hora em que o Senador Capiberibe estava na tribuna. Qual foi hoje a minha atitude? Eu liguei para o Presidente Sarney, que estava chegando de viagem e foi surpreendido pela minha decisão. Eu disse ao Presidente Sarney: fui voto vencido pelos meus advogados, que entenderam que cabe o recurso; por isso eu estava apresentando o recurso. Primeiro, eu não podia ir ao Supremo. Primeiro eu tinha de apresentar um recurso à Mesa do Senado. Caso a Mesa do Senado me negasse, aí sim, pode ter certeza V. Ex^a de que eu iria entrar com um mandado de segurança no Supremo. Qual foi o nosso pedido? Não estamos contra a decisão do Supremo. A decisão do Supremo, não tenha dúvida V. Ex^a, vai ser cumprida por esta Casa. Mas já existe uma jurisprudência firmada, no caso do Senador Capiberibe. O art. 32, § 3º, citado no meu processo, pede exatamente que seja dada ampla defesa. E o que aconteceu no caso de Capiberibe? O Senador Capiberibe foi afastado. O mesmo Supremo que tinha afastado o Senador Capiberibe mandou que ele retornasse a esta Casa para que lhe fosse dado todo o direito de defesa, que não lhe foi dado pela Mesa

do Senado. Eu não quero aqui defender a Mesa, até porque eu não tenho procuração para defendê-la. Eu não ouvi o que o Presidente Sarney disse aqui. A decisão tomada pela Mesa hoje foi no sentido de que se cumpra o nosso Regimento Interno e de que se cumpra, acima de tudo, a Constituição Federal. Para finalizar, Presidente Sarney, quando V. Ex^a estava lendo aqui o voto do Ministro Celso de Mello – o voto dele no mandado de segurança, de repente, não passaram para V. Ex^a o voto completo, ou, de repente, V. Ex^a leu alguma coisa...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Uma entrevista.

O Sr. Expedito Júnior (PSDB – RO) – ...não o leu inteiro.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não o voto.

O Sr. Expedito Júnior (PSDB – RO) – No voto, ele acena para a possibilidade de a Casa reformular a decisão, no caso a Mesa do Senado, se, porventura, não forem seguidos todos os preceitos do julgamento. Eu não estou dizendo que foi. Agora, é um caso de nós analisarmos. Eu entendo que não foi. Eu entendo que as minhas provas não foram analisadas nem pelo Tribunal Superior Eleitoral nem pelo Supremo, porque não houve tempo – eu não entrei no Supremo, ainda. O meu mandato foi cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral pela metade. Pela metade. Se V. Ex^a não sabe, fui julgado em junho e até hoje os meus embargos não foram julgados no Tribunal Superior Eleitoral. Eu espero que sejam julgados, para que seja completado o julgamento no Tribunal Superior Eleitoral. Então, pode ter V. Ex^a a certeza de que eu não ficarei um dia a mais aqui quando eu não tiver esse direito a meu favor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Senador, apenas para responder. Eu quero dizer, em primeiro lugar, que esse discurso que eu fiz para o Senador Capiberibe, Senador, eu teria feito para o senhor. Pela relação que criei, pela respeito que tenho pelo senhor, pelo recorde de projetos de lei que o senhor tem – em geral, da melhor qualidade –, eu faria isso. Mas veja bem a diferença: o Senador Capiberibe estava sendo cassado aqui e foi ao Supremo pedir para voltar. Essa é a diferença. Os Poderes são iguais.

Eles mandaram cassar, a gente apela para eles e não à Mesa, até porque o Regimento... Eu não quero entrar em discussões...

O Sr. Expedito Júnior (PSDB – RO) – Não, mas ele já tinha sido cassado pelo Supremo também.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Sim, mas ele apelou. E ele apelou outra vez ao Supremo. Então foi lá que ele apelou e não foi aqui dentro. Mas eu nem quero entrar nos meandros jurídicos, porque

essa não é a nossa área, nem muito menos em relação ao seu mandato, que eu respeito profundamente, pelos votos que teve e pela maneira – espero que esteja sendo gravado tudo isso; eu quero que grave – como o seu mandato tem sido cumprido aqui dentro. A meu ver é um dos melhores mandatos dos Senadores aqui dentro.

Então, nem estou julgando o seu mandato – longe de mim – nem torcendo para que o senhor seja substituído, embora o outro Senador, o Acir, seja do meu partido. Mas não vou, por isso, dizer que estou torcendo para que o senhor seja substituído, nem estou entrando nos meandros jurídicos; apenas estou dizendo que somos iguais. A palavra final é do Supremo, e a impressão que fica após a decisão de hoje é que uma instância do Senado é que vai julgar se o Supremo está ou não com a razão, simplesmente isso. No caso do Capiberibe, era o direito que ele tinha de apelar ao Supremo para modificar a decisão daquela Corte. Essa deveria ser, que eu acho, a decisão a ser tomada.

De qualquer maneira, fica aqui o meu registro, Presidente. Fico satisfeito de ter escutado a sua posição e a posição do Senador Expedito, que não é por isso que vai merecer menos respeito meu do que recebeu até hoje.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Senador Cristovam, Senador Expedito, o Senador Expedito é um dos Senadores com quem eu tenho mais estreita relação nesta Casa e maior apreço, ele sabe disso. A nossa convivência foi sempre das melhores possíveis. Agora, eu sou obrigado, em face de exercer a Presidência do Senado, um dos Poderes da República, o Poder Legislativo, de zelar pela harmonia e pela independência entre os Poderes.

Eu que fui Presidente da República também tenho a presença disso.

Então, a minha posição não podia jamais ser outra, senão a de desejar cumprir imediatamente a decisão do Supremo Tribunal Federal. Mas como faço parte de uma Mesa colegiada, respeito a decisão da Mesa, não censuro a decisão da Mesa, apenas tenho de cumpri-la, porque sou um representante da Casa, e a Mesa é constituída pela Casa.

Mas, como V. Ex^a disse a respeito do Senador Expedito, também digo a mesma coisa: é com tristeza, mas sou obrigado a essa posição face o meu dever de Presidente da Casa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

A Presidência comunica ao Plenário que, conforme acordo de Lideranças, transcorre hoje a primeira

sessão em que o Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2009, consta da Ordem do Dia.

Nesses termos, ficam as matérias transferidas para a pauta da próxima sessão deliberativa ordinária.

Portanto, está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 17, DE 2009**

(Proveniente da Medida Provisória nº 468, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2009, que dispõe sobre a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal; e altera a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998 (proveniente da Medida Provisória nº 468, de 2009).

(Lido no Senado Federal no dia 29.10.2009)

Relator revisor:

(Sobrestando a pauta a partir de: 15.10.2009)

Prazo final prorrogado: 07.02.2010

2

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2008**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2008**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude)*.

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 28, DE 2009**

Quinta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2008**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

10

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 110, DE 2005**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004, na Casa de origem, do Deputado Gustavo Fruet), que altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação).

Parecer sob nº 1.549, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

11

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 104, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522/2005, na Casa de origem, do Deputado André de Paula), que dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades.

Parecer sob nº 1.548, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI, que apresenta, com voto contrário vencido do Senador Leomar Quintanilha; e

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando informações ao Ministério dos Transportes para instruir a matéria; 2º pronunciamento:

Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos das Emendas n°s 2 e 3-CAE, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 69, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 69, de 2001 (no 4.594/94, na Casa de origem, do então Deputado Paulo Paim), que dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe rede do Sistema Único de Saúde – SUS.

Pareceres sob n°s 12, de 2003; e 1.428, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, 1° pronunciamento: Relator ad hoc: Senador Tião Viana, favorável; 2° pronunciamento (em reexame, nos termos dos Requerimentos n°s 241, de 2003): Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 22, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 22, de 2002 (n° 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia a seco, determina prazo para mudança tecnológica nas empresas que utilizam este procedimento e dá outras providências.

Pareceres sob n°s 244, de 2003; e 1.672, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda n° 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do art. 101, II, d, do Regimento Interno), Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo apresentado pela Comissão de Assuntos Sociais e que passa a ser denominado de Emenda n° 1-CAS/CCJ (Substitutivo).

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 35, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 35, de 2003 (n° 3.055/2000, na Casa de origem, do Deputado Bispo Wandervall), que *altera a Lei n° 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores.*

Pareceres sob n°s 776 e 777, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento n° 1, de 2007), Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, com Emenda n° 1-CCJ, que apresenta.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 85, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 85, de 2004 (no 1.282/2003, na Casa de origem, do Deputado Inaldo Leitão), que *acrescenta parágrafo ao art. 1.050 da Lei n° 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (dispensa a citação pessoal do embargado para responder à petição inicial, exceto quando não houver constituído advogado).*

Parecer sob no 1.570, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 19, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 19, de 2005 (no 1.683/2003, na Casa de origem, do Deputado Fernando Gabeira), que *dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras.*

Pareceres sob n°s 1.571 e 1.572, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Patrícia Saboya, favorável, nos termos da Emenda n° 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relatora ad hoc: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda da CCJ, que passa a ser denominada Emenda n° 1-CCJ/CMA (Substitutivo).

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 15, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n° 15, de 2006 (n° 4.924/2005, na Casa de origem, do Deputado Bernardo

Ariston), que altera o § 4º do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências (dispõe sobre a representação nas causas de valor até vinte salários mínimos).

Parecer favorável, sob nº 576, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2006 (no 4.127/2004, na Casa de origem, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame), que *altera o art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, incluindo como sujeitas ao procedimento sumário as causas relativas à revogação de doação*.

Parecer favorável, sob nº 1.573, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior.

20

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”).

Parecer sob nº 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Moraes, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

21

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990*.

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor

e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

22

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 -Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil*.

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048/2002, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino*.

Parecer favorável, sob nº 1.212, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica*.

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação à alínea “o” do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa)*.

Parecer favorável, sob nº 525, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosinha), que *altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não

quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente)*.

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator : Senador Paulo Paim.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001, na Casa de origem, do Deputado Osmar Serraglio), que *altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 -Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento)*.

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Neuto de Conto.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica*.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

32**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

33**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 136, DE 2008 – COMPLEMENTAR**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008 – Complementar (nº 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a composição do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 953 e 954, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Shessa-renko; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

34**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços)*.

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Shessa-renko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

– da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

35**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

36**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 154, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2008 (nº 1.246/2007, na Casa de origem, do Deputado Márcio França), que altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

Parecer sob nº 691, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

37**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

– de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovado pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora *ad hoc*: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.*

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 199 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (nº 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Rusomanno), que acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator *ad hoc*: Senador Flexa Ribeiro.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Rosado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum.)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parla-

mentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008 (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

- de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Relator “ad hoc”: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e

- de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal*.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos.

Parecer sob nº 1.388, de 2009, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator ad hoc: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CDR, que oferece.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.

Parecer sob nº 1.637, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 881, de 2009), Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão do benefício aos atletas-guias dos para-atletas das categorias T11 e T12.

56

REQUERIMENTO Nº 1.093, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.093, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (prorrogação da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante).

57

REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38,

de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).

58

REQUERIMENTO Nº 1.102, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.102, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 199, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (porte de arma de fogo)

59

REQUERIMENTO Nº 1.112, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.112, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 291, de 2006, e 63, de 2007, por regularem a mesma matéria (concede benefício no imposto de renda para empresas).

60

REQUERIMENTO Nº 1.149, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.149, de 2009, do Senador Tião Viana, solicitando o desapensamento da Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2006, dos Projetos de Lei do Senado nºs 184, de 2004, e 258, de 2006, a fim de que tenha tramitação autônoma (Código Brasileiro de Aeronáutica).

61

REQUERIMENTO Nº 1.157, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.157, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (institui o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica pública).

62

REQUERIMENTO Nº 1.158, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.158, de 2009, do Senador Jefferson Praia, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e

505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (propaganda de bebidas alcoólicas, alimentos, produtos fumíferos, medicamentos, terapias e defensivos).

63

REQUERIMENTO Nº 1.217, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.217, de 2009, de autoria do Senador Valter Pereira, solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 49, de 2003; e 86, de 2004, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 115 e 134, de 2005; 223 e 285, de 2006; e 558, de 2007; e a tramitação conjunta, dividida em dois blocos, por afinidade, das seguintes matérias: – Projetos de Lei do Senado nºs 410, de 2003; e 224, de 2004 (gratuidade no transporte coletivo para idosos); e – Projetos de Lei do Senado nºs 249, de 2004; e 135, de 2008 (isenções fiscais para doações a instituições filantrópicas e pensão alimentícia).

64

REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

65

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

66

REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão

de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

67

REQUERIMENTO Nº 1.333, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.333, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2005, com os Projetos de Lei do Senado nºs 46 e 361, de 2003, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria (tabela do imposto de renda).

68

REQUERIMENTO Nº 1.365, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.365, de 2009, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 158, de 2002; 201, de 2003; e 475, de 2007, por regularem a mesma matéria (alteração do Código Florestal).

69

REQUERIMENTO Nº 1.371, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.371, de 2009, do Senador Aloizio Mercadante, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cria o Serviço Social da Saúde – Sess e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde – Senass).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. PMDB – AP)

– Há oradores inscritos.

Senador Osvaldo Sobrinho, concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (PTB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores da República, por delegação desta Casa, no último fim de semana,

estive em um congresso no Panamá, em que participei de reuniões da Eurolat, que contou com a presença de mais de setenta parlamentos europeus, da América Latina, da América do Sul, da América Central, do Pacto Andino, para discutir os problemas maiores, evidentemente de preocupação tanto da Europa quanto da América do Sul e da América Central.

Naquele encontro, tive a oportunidade de sentir o respeito que nosso País tem junto à comunidade dos países livres, independentes. Ali, pude sentir a consideração que o Brasil já alcança no cenário mundial com relação à sua potencialidade, com relação às suas riquezas, com relação ao seu Estado democrático Direito, com relação à sua democracia aqui implantada. Lá, tivemos a oportunidade de discutir com vários Senadores e Deputados que representavam seus países naquele conclave. Tivemos a felicidade de sentir o relevo que tem nosso País em relação aos demais países. Quando o Brasil é apontado, mostrando seus problemas e suas potencialidades, todos param para ouvir, porque sentem que é um País que já deixou de ser emergente, que é um País que já pode ser considerado uma grande potência mundial. É um País de grandes viabilidades. É um País que conseguiu sair de problemas inúmeros e reconquistar seu lugar no cenário político no mundo como um todo. É um País que saiu de uma inflação galopante, que conseguiu controlá-la e que, hoje, tem uma economia firme, uma economia que a todos nós dá prazer. Aqui, há problemas grandes ainda, mas são problemas que todos nós, brasileiros, por intermédio de nossas autoridades e do povo ordeiro brasileiro, estamos tentando contornar, para dar um perfil melhor à Nação brasileira.

É assim que o Brasil é visto no cenário internacional: um Brasil de potencialidades enormes; um Brasil de extensão territorial maior do que a de um continente; um Brasil que tem uma população de 190 milhões de habitantes; um Brasil que fala uma só língua; um Brasil que faz limite com todos os países da América do Sul, com exceção do Chile e do Equador; um Brasil que tem potencialidades a serem exploradas; um Brasil de população, acima de tudo, inteligente, que se prepara para enfrentar o desafio do século que estamos vivendo.

Portanto, foi um evento muito bom. De minha parte, foi uma felicidade enorme representar o Congresso Nacional, ou melhor, o Senado da República, pelo Parlatino, naquele conclave. Naquelas discussões, principalmente na Comissão que eu estava representando, defendendo as teses brasileiras, a de Educação e Cultura, tivemos a oportunidade de sentir que a preocupação maior do mundo continua sendo a educação, a educação na formação dos jovens e na formação de

novos profissionais. A educação é a base, o sustentáculo para se fazerem grandes nações. Todos os países tiveram a oportunidade de mostrar que ninguém chegou aonde está sem o processo educacional. Aqueles que não levaram com firmeza e com seriedade o processo educacional ficaram na esteira do tempo, ficaram no subdesenvolvimento, ficaram, ao longo do tempo, no atraso cultural, no atraso econômico e no atraso intelectual, porque são países que não levaram a sério o projeto educacional. Mas aqueles que conseguiram investir – não gastar – em educação são países que hoje comandam o mundo, são países que dão as rédeas, que direcionam o destino do mundo, são países como a Alemanha, o Japão, os Estados Unidos e outros países que hoje têm o domínio da tecnologia de ponta. São países que produzem aquilo que há de melhor, para que a humanidade possa evoluir. São países que deram o retrato fiel de que chegaram a esse ponto por que conseguiram levar a educação a sério.

É assim que queremos que o Brasil também faça. Que o Brasil possa, na verdade, daqui a pouco, dizer que está entre as maiores potências do mundo, porque está investindo em educação! Não temos outra saída. Não temos outro caminho. Não teremos oportunidade de chegar lá se não investirmos rapidamente no setor educacional, na pesquisa, na ciência, na tecnologia, aparatos necessários para o desenvolvimento da competência e das riquezas humanas.

Sr. Presidente, aqui, quero dizer que lá fui como representante do Presidente do Parlatino, que é o Senador Renato Casagrande, e também do Senador Eduardo Azeredo, que deveria lá estar, mas que não pôde ir lá por que teve de participar dos trabalhos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em que se votava assunto importante, qual seja, o ingresso da Venezuela no Mercosul. Portanto, coube a mim o privilégio de representá-los e de falar das pretensões do Brasil, de nossas riquezas, de nossa potencialidade, de nossas ambições e de nossas vontades.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador, permita-me um aparte?

O SR. OSVALDO SOBRINHO (PTB – MT) – Concedo o aparte ao Senador Eduardo Azeredo, com muito prazer.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador, quero cumprimentá-lo por haver representado este Senado, o Congresso brasileiro. É importante a nossa participação nesses fóruns de discussões interparlamentares. Infelizmente, não pude estar lá presente exatamente por que eu discutia a questão da entrada da Venezuela no Mercosul. Por coincidência, Senador, não foi só a essa viagem que deixei de ir. Em outra ocasião, não pude ir à França, porque estava agenda-

do um seminário por causa do Chávez. O Chávez não me deixou ir até para a França!

O SR. OSVALDO SOBRINHO (PTB – MT) – Agradeço a V. Ex^a o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PTB – SP) – Senador Osvaldo, já que V. Ex^a falou de algo tão importante, que é a educação, e V. Ex^a é especialista no assunto, quero dizer que há um detalhe interessante: no movimento “Eu, Você, Todos pela Educação”, deveremos imprimir um trabalho sério nesse sentido. Por isso, peço a V. Ex^a que o conduza no nosso próprio Partido e na Comissão de Educação.

O SR. OSVALDO SOBRINHO (PTB – MT) – Sr. Presidente, agradeço-lhe imensamente esse alerta de V. Ex^a. Tenho a certeza de que, acima de tudo, essa é uma obrigação de todos nós, principalmente uma obrigação de todos nós que somos do Partido Trabalhista Brasileiro e que queremos que as massas cheguem a avançar, conquistando posições importantes. E elas só poderão chegar lá se, realmente, tiverem condições de ascensão por meio do processo educacional, se tiverem oportunidade de, evidentemente, adentrar o conhecimento e de galgar postos importantes nas empresas, porque os postos de trabalho só são abertos se, na verdade, os trabalhadores estiverem preparados. Nosso Partido sempre lutou pelo trabalhador, pela junção do capital ao trabalho, pela defesa daqueles que fazem as riquezas, e, assim, tenho a certeza de que essa é uma tese importantíssima para todos nós abraçarmos na Comissão de Educação, no Senado da República e no Congresso Nacional como um todo. Não vejo outra saída, meu Senador, a não ser nosso trabalho e nossa luta em prol da educação.

Voltando para o cenário nacional, há uns vinte dias, quando aqui se comemorou o centenário das escolas técnicas do Brasil, pudemos ver quantos professores, quantos mestres estiveram aqui para trazer comentários e a experiência que eles têm. Na verdade, desde Nilo Peçanha, criaram-se as escolas técnicas, que, depois, foram transformadas em universidades, pela Constituinte. Quanto já se avançou! O Brasil conseguiu vitórias importantes por meio das Escolas Técnicas Federais (ETFs), como hoje falamos. Elas foram criadas em 1909 pelo Presidente Nilo Peçanha, que, naquela época, criou dezenove escolas de aprendizes e de artífices. Essas escolas passaram para o segundo grau, formando técnicos em estradas, técnicos em eletrotécnica, técnicos em arquitetura, técnicos em várias modalidades. Esses técnicos prestaram grandes serviços ao Brasil. Aliás, o grande problema hoje na educação é que temos formado pessoas só até o primeiro grau, e, depois, todos se dirigem ao academicismo, esquecendo-se de que essa faixa média

da educação técnica tem de ser provida, porque, do contrário, ficam muitas cabeças, muito chão, mas, no meio, não há ninguém para fazer aqueles trabalhos de que precisamos. São muitos caciques e poucos índios, como diz V. Ex^a. Portanto, é necessário pensarmos nas escolas técnicas, a fim de que se possa preparar a mão de obra de nível médio e de que esta possa entrar nesse mercado de trabalho, que está precisando de profissionais.

Para se ter uma ideia, na minha cidade, Cuiabá, hoje, quando se procura um pedreiro, este não é encontrado; quando se procura um técnico em eletricidade, este não é encontrado. Mas encontramos, aos montes, advogados, pedagogos, economistas. Encontram-se todos os profissionais, mas não se encontra um técnico em refrigeração, um técnico de nível médio em agrimensura. Em vários níveis técnicos, não encontramos profissionais, porque, neste País, formamos a filosofia de que se deve ter curso superior. É o academicismo! Aliás, é a cultura portuguesa que herdamos e que, até hoje, não conseguimos mudar. Estamos tentando, o tempo todo, investir em tecnologia para sair disso, mas, às vezes, somos puxados ainda para isso, porque filho tem de ser doutor, tem de ter diploma de curso superior. Consequentemente, esquecemos que esse meio está vazio. As indústrias, o mercado de trabalho e a sociedade estão precisando disso. Há um mercado de trabalho que pode atender a sociedade de modo geral.

Portanto, Sr. Presidente, temos verdadeiramente de incentivar as escolas técnicas, e o Presidente Lula tem tentado ir nesse caminho nos últimos anos. Várias escolas já foram abertas no Brasil, e já se transformaram essas escolas técnicas em universidades, para formar tecnólogos, pessoas que possam vir a servir esse mercado de trabalho. Mas acreditamos que é pouco ainda. Precisamos entender que os Estados investem em educação apenas 25%, o que ainda é muito pouco. Os 13% ou 15% que a União investe em educação ainda é muito pouco. Temos de fazer um esforço hercúleo, um esforço de inclusão social, um esforço voltado para o setor educacional. Temos de fazer o esforço de abrir universidades com qualidade, pagando bem ao profissional, dando ao professor condições para que ele possa verdadeiramente se reciclar, aperfeiçoar-se, buscar novas tecnologias, para que, assim, ele possa ensinar a essa geração que está aí a achar seu caminho, sem precisar do protecionismo de ninguém, buscando isso apenas por meio do conhecimento, do saber.

É por isso que, aqui, como professor e também como membro da Comissão de Educação deste Senado, quero dizer que é importante abordarmos a necessidade de buscar o conhecimento e de abrir mais

universidades, mais cursos técnicos, mais oportunidades de ensino, a fim de que a juventude possa ter condições de usar sua inteligência para o bem.

Se hoje há um problema social criado no Brasil, que são as favelas que estão aí, grande parte como chocadeiras de marginais, é porque não deram àquela população condições para que pudesse estudar, para que pudesse se preparar, para que fossem cidadãos honrados. Quando a pessoa não vê solução para nada, não tem oportunidade para nada, o caminho que ela acha é o primeiro que está à sua frente, e o marginal está ali, esperando com a droga, com a delinquência, com a marginalização, para receber essa juventude que ali está e que o Brasil e as instituições ajudam a formar. Quando se coloca um jovem no quartel, ele aprende a atirar, aprende a fazer bomba, aprende a soltar granadas. Depois de um ano e meio, ele sai do quartel. Se ele não encontra mercado de trabalho, o que ele vai fazer? Ele vai colocar esse aprendizado à disposição do crime organizado e vai investir contra a sociedade, porque a ele foi dado um meio para ele aprender aquilo, mas não condições para que ele pudesse utilizar aquilo de outra forma, por meio do emprego, da inclusão social, do trabalho.

Portanto, Sr. Presidente, tenho certeza de que temos de lutar e temos de continuar pregando, mesmo que seja no deserto. Temos de fazer como vários Senadores fazem aqui, temos de buscar, a cada dia, colocar uma perspectiva nova, no sentido de que educação não é gasto, de que educação é investimento. Se assim fizermos, estaremos colocando o Brasil na sua verdadeira vocação de ser uma grande potência, uma potência que possa realmente atender aos desígnios dos novos tempos. Não vejo salvação para ninguém, para país nenhum, para Estado nenhum, se não for por meio do processo educacional.

Em Mato Grosso, o Governo Federal tem reestruturado nossas universidades. Hoje, já estamos criando vários polos da universidade federal, mas ainda é pouco. Precisa-se de muito mais, precisa-se de mais oportunidades, porque, se assim fizermos, tenho certeza de que poderemos rapidamente acabar com esse fosso de miséria e de subdesenvolvimento que ainda existe em algumas regiões do Brasil.

Quando fui Secretário de Educação do Estado de Mato Grosso, tive a oportunidade, junto com o Senador Jayme Campos, que era nosso Governador, de criar uma universidade estadual. Aliás, criamos duas universidades: uma a distância, com tecnologia canadense, e outra presencial, a Unimat, que hoje tem mais de vinte mil alunos no Estado do Mato Grosso, atendendo a várias áreas de conhecimento, com catorze polos em várias cidades importantes de Mato Grosso,

dando um resultado espetacular. Antes dessa época, os alunos, para fazerem um curso superior, precisavam ir para o interior de São Paulo e faziam cursos de licenciatura vaga. Faziam um sacrifício muito grande e, assim mesmo, não se preparavam para tal. Hoje, a Universidade Estadual de Mato Grosso é um orgulho para todos nós. Mais de vinte mil estudantes entram naquela Universidade e de lá saem como pessoas preparadas para o mercado de trabalho. A universidade a distância já formou mais de vinte mil alunos em Mato Grosso. Com ela, pudemos formar professores do interior para o interior. A vocação dessas duas universidades não é simplesmente a de formar o homem para a cidade, mas a de formar o professor para a zona rural, aonde ninguém quer ir. Que ele não precise mudar de lá, mas que a educação chegue até ele por meio da televisão, dos meios de modernos de comunicação, a fim de que o homem possa realmente adquirir conhecimento.

Sr. Presidente, não apenas precisamos fazer mais planos para a educação, para atender principalmente aqueles que não têm condições de adentrar a universidade pública, que é indiscutivelmente uma das melhores, mas também temos de dar condições para aqueles que não podem nela entrar, porque não há vagas para eles, não pararem de estudar. Que eles possam, mesmo em universidades particulares, buscar o conhecimento, ter oportunidades! Neste País, ninguém pode ficar sem estudar por que não tem condições financeiras para tal. Não pode um país que se diz potência, um país que está em grau de desenvolvimento, um país que é potência emergente, falar que é potência se não der condições para que seus filhos possam adquirir a luz do saber. Se não o fizer, não chegará a um estágio desenvolvimentista, não poderá galgar posições de comando, não poderá galgar condições de liderança em nenhuma parte do mundo. Um país só se respeita quando respeita seus filhos, quando, na verdade, dá condições para que suas gerações possam ser dirigentes futuros, com condições realmente de administrar seu país, sua comunidade, seu Estado.

Portanto, com essas palavras, em nome da juventude do Brasil, em nome daqueles que precisam do amparo do Governo Federal para prestar melhor serviço à sua comunidade, quero dizer que, nesta Casa, educação tem de ser prioridade e que temos de buscar, na feitura do novo Orçamento, recursos maiores, para que possamos, então, atingir toda a nossa população, dando oportunidade para uma inclusão social maior por meio desse processo, que, indiscutivelmente, iguala todos.

Portanto, Sr. Presidente, tenho a honra e a felicidade de, neste momento, dizer que todos nós preci-

samos vestir essa camisa, que V. Ex^a, tenho certeza, já vestiu.

Quero, mais uma vez, agradecer à Comissão do Parlatino nesta Casa, que me deu a oportunidade de lá discutir os assuntos maiores da comunidade e do mundo, porque ali estavam presentes quase todos os países do mundo, por meio dos seus Parlamentos.

Portanto, agradeço a oportunidade. Haveremos de criar novas forças, novos recursos, novas condições, para dar oportunidade a outros cidadãos de se formarem e de ajudarem a fazer com que o Brasil mereça o continuado respeito nas comunidades internacionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

Durante o discurso do Sr. Osvaldo Sobrinho, o Sr. José Sarney, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelos Srs. Romeu Tuma e Mão Santa, 3º Secretário, sucessivamente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos para usar da palavra o Senador Pedro Simon.

Ansiosamente, Porto Alegre e o País esperam a palavra de V. Ex^a, que, desde sexta-feira, foi anunciada. Mas V. Ex^a teve de voar. Então, V. Ex^a pode usar a tribuna pelo tempo que achar conveniente. V. Ex^a engrandece a democracia deste País.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado pela gentileza de V. Ex^a, Sr. Presidente.

O assunto que me traz a esta tribuna é, realmente, muito delicado e vem chamando a atenção do Brasil. De certa forma, uma polêmica vem-se fazendo: o Presidente da República e a fiscalização das contas, o Presidente da República e o Tribunal de Contas da União.

O brilhante jornalista Cláudio Humberto fez uma publicação, há poucos dias, em que disse:

“TCU paralisa treze obras do PAC.

O Tribunal de Contas da União apurou irregularidades graves em 13 das 99 obras do Programa de Aceleração do Crescimento [...].

Em outros 17 projetos, o TCU recomendou a retenção parcial de valores devido a irregularidades graves.

Em outras 49 obras, apesar dos indícios de irregularidades, a recomendação é de continuidade dos trabalhos.

Outras 14 obras apresentaram irregularidades, mas não têm recomendações específicas.

Apenas seis obras não tiveram nenhuma ressalva do tribunal.

A ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), a “mãe do PAC”, já pediu cautela em relação à avaliação do TCU, mas disse [e muito bem] que “ninguém compactua com irregularidades”.

Srs. Parlamentares, o Senhor Presidente da República vem criticando com rigor – rigor crescente – o Tribunal de Contas da União. Acusa aquele Tribunal pela frequente paralisação das obras do Governo. Além disso, defende mudanças nos diversos órgãos de fiscalização do próprio Governo, chegando até a sugerir punição para o funcionário público que paralisar obras sem justificativas.

O mais recente ataque do Presidente Lula ocorreu na última sexta-feira, quando ocorreu a troca de comando na Advocacia-Geral da União. De certa forma, esse pronunciamento do Presidente pode ser compreendido como uma resposta às severas críticas que recebeu por ocasião de sua viagem para “fiscalizar” as obras de transposição do leito do Rio São Francisco.

Entre os homens públicos que se pronunciaram sobre a caríssima viagem da comitiva de Lula ao São Francisco – que era claramente uma exibição da Ministra e candidata a Presidente da República –, destaca-se o Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, que estava presente ao ato na AGU.

Na ocasião, o Presidente Lula defendeu um debate em torno da necessidade de mudanças estruturais nos órgãos de fiscalização. Chegou também a afirmar que prepara um estudo sobre a ocorrência de “absurdos” nas existências de órgãos de fiscalização.

Disse o Presidente Lula:

“Eu estou preparando um relatório das coisas consideradas absurdas para que vocês tenham noção do que nós estamos fazendo. As coisas mais absurdas, obras paralisadas durante dez meses, cinco meses, um ano, e depois essas obras são autorizadas sem que as pessoas que as paralisaram tenham qualquer indício de punição. Quem faz está subordinado a todas as leis e quem dá ordem para parar não está subordinado a nenhuma.”

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva chegou a mencionar o caso de uma obra que teria sido paralisada por causa de uma pedra. E acrescentou:

“Precisamos criar instrumentos, talvez uma câmara de nível superior, inatacável, [quer dizer, o tribunal de Contas não serve, vamos criar uma Câmara de nível superior para decidir]. Senão, o país fica atrofiado, porque, se um remar pra frente e cinco para trás, a gente nunca vai ganhar a medalha de ouro do desenvolvimento.”

A seguir fala o Presidente, cobrando critérios mais rígidos, para que ocorra a recomendação do Tribunal de Contas da União para paralisar um determinado empreendimento.

Comenta o Presidente Lula:

“Os entraves são demais. Se parte do pressuposto que todo mundo é desonesto, até que se prove o contrário. Muitas vezes prevalece a coisa lá embaixo. As pessoas não têm dimensão de como é paralisar uma obra do país. Com que direito alguém para uma obra por nove meses? Qual é o custo para a União, para o país, para o povo brasileiro?”

“Quanto deixamos de ganhar com aquela obra paralisada. Acho que isso vai ter que mudar.”

Estranhamente, depois dessas críticas duras, o Presidente Lula disse que é necessário um maior entendimento entre as instituições. Diz Lula:

“É preciso uma harmonização melhor entre essas dezenas de instituições. Às vezes uma pessoa, nos confins de um Estado qualquer, tem mais poder que um presidente da República, que um quadro de ministério. Às vezes, é uma pessoa do quarto escalão.”

Os jornais destacaram, nessa solenidade, o fato de o Presidente da República, sem dar importância à presença, ali no ato, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, ter rebatido as críticas do Presidente do Supremo à viagem que ele fez, com a sua comitiva, ao Vale do São Francisco, no Nordeste. Precisava ser analisada pela Justiça Eleitoral, porque existiam indícios de campanha antecipada, disse o Presidente do Supremo.

Pronunciou-se assim o Presidente Lula:

“Se o Presidente e os ministros não estiverem andando por esse país para saber o quer está acontecendo [...]. Muitas vezes, eu pergunto para a Dilma como está uma obra e ela diz que nem começou.”

Sr. Presidente e Srs. Senadores, mais uma vez, o Presidente da República ataca uma instituição importante deste País. Em uma análise apressada, alguém poderia concluir, com base nesse pronunciamento, que o Tribunal de Contas da União existe apenas para atrapalhar o Presidente Lula no seu afã de tocador de obras.

Na verdade, com frequência, o Presidente Lula se mostra desconforme com os mecanismos que controlam a vida política. Aparentemente, quer ser livre, para fazer o que bem quiser, porque se julga o Presi-

dente mais bem-intencionado que já existiu na história. Pode até ser, mas quem confirmará essa presunção? Ou não será história.

Lula chegou ao exagero de dizer que o País está travado. Não é verdade. Pelo que sei, as obras que estão paradas, em sua maioria, foram acossadas pela praga do superfaturamento.

Em um trecho, o Presidente disse que não é fácil governar, porque existe um embate entre uma “poderosa máquina de fiscalização” e uma pequena “máquina de execução”. Reparem: “É difícil governar”, disse o Presidente Lula, “porque existe um choque entre uma poderosa arma de fiscalização e uma pequena máquina de execução”.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Gostaria...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já concederei o aparte a V. Ex^a, com o maior prazer.

A máquina de execução pode ser tudo, menos pequena. Pode ser, por exemplo, incompetente. Ou pode ser, ainda, como comprovam as denúncias, frequentemente corrupta, em muitos casos, na história do Brasil. A verdade é que não se pode culpar o Tribunal de Contas da União pelos tropeços da emperrada máquina das obras do Governo, nesse e nos anteriores.

Na minha opinião, o Tribunal de Contas investiga menos do que seria necessário, diante do número impressionante de denúncias de irregularidades.

Provavelmente existem casos e exigências absurdas de funcionários dos órgãos de fiscalização. O próprio Presidente Lula chegou a se queixar de que as obras de uma hidrelétrica estavam travadas por causa de um bagre. No entanto, na sua maioria, as obras são embargadas por problemas de mau gerenciamento.

Quero examinar outro trecho do desabafo presidencial, quando ele diz que “uma pessoa do quarto escalão resolve e tem mais poder que o Presidente da República”.

Como já disse em outro momento, ao afirmar que há brasileiros que não são homens comuns, agora o Presidente parece querer dizer que se considera o cara, como disse o Presidente Obama, e que ninguém pode contestar-lhe a autoridade. Se ele quer que uma determinada obra do PAC avance, todo funcionário de menor graduação, hierarquicamente, deve obedecer-lhe.

Desculpe, Presidente Lula, mas não é bem assim.

Na verdade, todo funcionário público digno, que estiver encarregado de zelar pelo bem público, pode embargar uma obra, se a lei lhe permite tal atitude, em caso de perceber uma irregularidade.

Sobre esse ponto, escreveu o jornal *O Estado de S. Paulo*, em seu recente editorial:

Por esse critério, um guarda de trânsito não deveria ter poder para multar uma autoridade mais alta. Mas esse critério parece funcionar adequadamente em algumas circunstâncias. Afinal, o Presidente da República esteve entre os primeiros contribuintes beneficiados com a restituição do Imposto de Renda para a mais. Como acreditar em casualidade?

Ao propor a criação de uma câmara de nível superior para decidir com rapidez se uma obra pode ou não ficar paralisada, o Presidente da República não disse quem comporia a tal câmara, nem como as decisões dessa abstrusa câmara seriam enquadradas nos preceitos legais.

Pergunto eu: essa nova Câmara ficaria subordinada a quem? Ao Poder Executivo? Quem designaria seus membros? O Presidente da República, o principal interessado na questão da fiscalização?

Ora, diante das nomeações do Governo, que venho acompanhando nos últimos tempos, fiquei realmente sobressaltado com essa possibilidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o pronunciamento do Presidente da República me assusta porque não me lembro, em anos recentes, ter visto um comandante do Poder Executivo atacar com tanto rigor e com tanta insistência um organismo do Poder Legislativo.

Tenho restrições políticas ao Tribunal de Contas da União. Eu sempre as tive. Acho que seus Ministros não poderiam ser recrutados no Congresso, como ocorre hoje. Aliás, já apresentei lei no sentido de alterar a indicação dos componentes daquele Tribunal. Eu apresentei à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e à Comissão de Fiscalização e Controle, e ambas aprovaram, um requerimento para a realização de audiência pública para debater as divergências nas ações administrativas e judiciais que estão ocorrendo entre o Tribunal de Contas da União, o Poder Executivo Federal, principalmente no que se refere à aplicação da Lei de Licitações.

Para a realização da audiência, sugeri que sejam convidados o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo; o Presidente do Tribunal de Contas da União, Ministro Ubiratan Aguiar; o Procurador-Geral da República, Roberto Gurgel; o Presidente do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas, Sr. Cezar Augusto Pinto Motta; o diretor-executivo da Organização Não Governamental Transparência Brasil, Sr. Cláudio Weber Abramo.

Ao justificar meu pedido, alego que o intenso e constante embate entre o Tribunal de Contas da União e o Governo Federal, debatido na imprensa em grandes manchetes, esteja agora sem um aprofundamento necessário.

Foi aprovada a hipótese, está marcada. O Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e o Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle deverão marcar, na próxima semana, um grande debate, quando nós vamos ouvir a União, através da representação do Senhor Presidente da República, dar as suas explicações, o Tribunal de Contas dar as suas respostas, o Congresso Nacional fazer a sua análise e nós verificarmos na verdade o que está acontecendo.

Com o maior prazer.

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a traz a esta Casa um debate fundamental, que é a questão da tentativa de ingerência do Presidente da República no trabalho do Tribunal de Contas das União, que é um órgão sério. Embora ele tenha políticos na sua Corte, a estrutura dele é técnica; ou seja, até mesmo os membros que são políticos são subsidiados por técnicos. É um Tribunal essencialmente técnico. E o mais importante de tudo: a decisão final de uma posição tomada na Corte de Contas tem que ser referendada pelo Congresso Nacional. Se o Congresso Nacional não fizer prevalecer a decisão do TCU, ela será modificada. Quer dizer, a última instância é aqui nesta Casa, é aqui no Congresso Nacional. A sessão conjunta das duas Casas é a última instância para decidir a paralisação de obras. Portanto, por que criar um conselho superior? É aqui nesta Casa que temos que decidir.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas em que consistirá esse conselho superior? O que vai ser esse conselho superior?

O Sr. Antonio Carlos Júnior (DEM – BA) – É um absurdo, Senador. Não existe isso. Por que vai ser subordinado ao Poder Executivo, como V. Ex^a disse? Não pode. Nós é que somos o órgão fiscalizador. O TCU é auxiliar nosso. E a última palavra é desta Casa. Aqui é que nós temos que decidir, efetivamente, se a obra é paralisada ou não. E se o TCU estiver errado, nós temos que apertar o TCU e votar contra a paralisação da obra. Portanto, o TCU faz um trabalho criterioso, honesto, rigoroso. E, mesmo com a participação de ex-políticos na Corte de Contas, o corpo técnico é que analisa, que estuda e que dá o parecer; portanto, os membros da Corte referendam. Agora, nós é que somos a última palavra. Então, vamos acabar com essa história de conselho para decidir, apressar obras, porque se a obra estiver irregular ela tem que ser paralisada mesmo. Isso é uma prerrogativa do Congresso, e nós é que temos que tomar essa atribuição. Agora, nós não podemos nos submeter ao Executivo. V. Ex^a tem total razão nas suas colocações.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Um minutinho e já lhe darei.

E só acrescento: o Presidente Lula bate duro e bate forte na Lei das Licitações. E há até um processo que vai ser discutido no Senado, já foi votado na Câmara e vou debater aqui, com alterações desse processo de licitações.

Diz o Presidente Lula que a Lei das Licitações atrapalha as obras.

Lembro que o Presidente Lula, na posse do novo Ministro do Supremo Tribunal Federal, José Antonio Toffoli, por ele indicado, disse que o tinha mandado ele para lá exatamente para fazer um balanço, um levantamento, para que o Tribunal não continue a dificultar, a tumultuar, a impedir que o Governo cumpra o seu extraordinário papel, das realizações, principalmente das obras do PAC.

Sobre as obras paralisadas, o jornalista Cláudio Humberto escreveu a seguinte nota que dá um quadro da real situação: “TCU paralisa 13 obras do PAC. O Tribunal de Contas apurou irregularidades graves em 13 de 99 obras do Programa de Aceleração do Crescimento... Em outros 17 projetos, o Tribunal de Contas da União recomendou a retenção parcial de valores, devido a irregularidades graves. Em outras 49 obras, apesar dos indícios de irregularidades, deu continuidade”.

Em defesa da Lei de Licitações, quero dizer o seguinte: “Depois do *impeachment*, depois da CPMI do Orçamento, depois de uma série de casos mais graves, ficou demonstrado que era imprescindível uma nova lei de licitações.

O projeto veio do Executivo, foi para a Câmara e veio para o Senado. Aqui, eu apresentei um substitutivo, aprovado pela unanimidade do Senado e aprovado praticamente, quase, pela unanimidade na Câmara. E sabemos que geralmente a Câmara não aprova lei do Senado, mas essa lei das licitações que a Câmara fez, para a qual apresentamos um substitutivo – o normal na Câmara seria rejeitar o substitutivo do Senado e ficar com o original da Câmara –, a Câmara aceitou e votou o substitutivo do Senado.

Na época, a nova lei foi muito bem recebida. Repito: foi em cima do *impeachment*, foi em cima da CPI dos Anões do Orçamento, foi em cima da criação – eu pedi, e o Fernando Henrique não deixou criar – da CPI das Empreiteiras, em cima de uma série de escândalos que apareceram, que nós aprovamos a Lei das Licitações.

E quero dizer – eu, Relator – que quem mais me ajudou, quem mais me orientou, quem mais me deu força foi a bancada do PT. O PT me trouxe os técnicos, os intelectuais, os economistas do partido para me ajudarem, para me esclarecerem e para me mostrarem os detalhes dessa matéria.

O PT, diga-se de passagem, naquela época, era um apaixonado defensor da ética, da seriedade e do controle dos gastos públicos. O PT fez questão de participar da Comissão, de participar do debate. Está lá o Senador Suplicy, que há de se lembrar como foi a votação da Lei das Licitações. S. Ex^a, como um cavaleiro solitário, foi o que mais lutou, o que mais debateu e que defendeu aqui a Lei das Licitações. O Senador Suplicy fez questão de participar da Comissão, de participar do debate, e, na época, pela sociedade brasileira foi considerado um grande avanço, no que tange à seriedade na gestão da coisa pública.

Agora, vem o Presidente Lula dizer que a Lei das Licitações atrapalha as obras! E que o Tribunal de Contas é algo que atrapalha o Governo!

Já ocorreram muitas acusações aos tribunais de contas estaduais e ao nacional. Vou ser sincero: muitas acusações, inclusive contra os tribunais. Muito se falou com relação à venda de vantagens, de facilidades, que membros do Tribunal apresentavam. Lembro-me desse debate. Eu me lembro da série de acusações e de interrogações que se fazia ao Tribunal de Contas, principalmente o PT.

Agora, é o contrário. Agora se está acusando o Tribunal de Contas pelo exagero da fiscalização, por estar querendo fazer a sua parte na busca da fiscalização.

As acusações contra o Tribunal de Contas eram de participação no negativo, no erro; eram de liberação, no sentido de deixar a coisa andar, bem diferente do que diz o Presidente Lula. Agora, a discussão é no sentido de que o TCU está travando, impedindo a obra. Naquela época, a discussão que o PT trazia, e que nós debatíamos, era que o Tribunal de Contas era alguém que, maliciosa ou até imoralmente, participava das vantagens e das comissões para deixar a obra andar.

Ora, eu pedi a audiência exatamente para isto, para ouvir o que mudou. Por isso eu fiz a convocação. As duas Comissões aceitaram e, na semana que vem, faremos um grande debate perante a Nação! Vamos discutir a Lei das Licitações.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu já lhe concederei.

A lei, de minha autoria... “De minha autoria” é vaidade minha, pretensão minha. Eu era o Relator. Mas foi o resultado do pensamento – e até quero fazer justiça –, antecipando o debate. Como o projeto veio da Câmara, chegou ao Senado, e nós estávamos fazendo um substitutivo. Nesse substitutivo... Fomos à Câmara e conversamos para que, adiantando a questão, a Câmara já entrasse conosco para colaborar em fazer o substitutivo. Foi considerado um grande avanço. Um grande avanço!

Agora, o que aconteceu de lá para cá? O Brasil moralizou-se demais? As coisas são sérias? O País está andando, está crescendo, está avançando! O Tribunal de Contas está atrapalhando?

Eu não sei. Pode ser até que exista algum caso. Eu não duvido.

Eu fui falar com um membro do Tribunal de Contas, e ele me respondeu: “Mas, Senador, nós pedimos uma fiscalização, baixamos para o órgão competente que nós queremos as respostas, com relação à hidrelétrica tal. Isso, mais isso, mais isso, mais isso. Um mês, dois meses, três meses, quatro meses, dez meses, e não nos dão resposta. E nós fizemos a primeira pergunta, a segunda pergunta, a terceira pergunta. Nos dêem a resposta! E não houve resposta”.

Aí vem o Lula e acusa o Tribunal de que há dez meses tranca uma obra de uma hidrelétrica. Mas há dez meses a hidrelétrica não responde às indagações do Tribunal!

Por isso eu acho que é muito importante esse debate que nós vamos fazer. É muito importante! Não é uma audiência pública, não. Vamos trazer o Tribunal de Contas, vamos trazer o Executivo, vamos ver nós, Congresso, vamos ver até que ponto a própria Justiça, a lentidão na demora das decisões, até que ponto isso está errado. E podemos até mudar alguma coisa.

Não pensem que eu não acho que tudo isso que o Lula está falando não tem alguma coisa de concreto. Se ele diz que a obra leva dez meses parada por uma paralisação determinada pelo Tribunal, alguém tem culpa. Se o Lula diz que é o Tribunal, pode ser o Tribunal, mas, se o Tribunal diz que a empreiteira, a firma, não responde durante dez meses, temos de fazer esse esclarecimento, temos de ver a maneira de conviver. O que não pode é isso!

Não vou entrar no detalhe agora, mas vou voltar a esta tribuna no meu próximo pronunciamento. É uma outra tese do Presidente Lula, meu querido amigo Suplicy. Ele diz que a imprensa – a imprensa – existe para informar e não para criticar. O problema da imprensa... Quem diria, Suplicy, irmão! Diz o Presidente Lula que o papel da imprensa não é denunciar, não é agredir, é informar. Apenas informar, não mais do que infor-

mar. O papel de debate, o papel de denúncia, o papel de botar as coisas erradas na rua não é da imprensa. Quem diria! Quem diria, meu amigo Lula! Quem diria que se chegaria a esse ponto!

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me, Senador?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não, amigo Suplicy. Lembro de V. Ex^a, que era o PT naquela época. E só estava V. Ex^a, mas só V. Ex^a no PT dava mais trabalho que os 12 que estão aí agora. Pois não.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Prezado Senador Pedro Simon, de fato, V. Ex^a trabalhou com extrema seriedade e competência em 1993, como Relator da Lei das Licitações, Lei nº 8.666. Eu sou testemunha da sua dedicação. Mas V. Ex^a pôde acompanhar, nesses últimos dois anos, a tramitação do Projeto de Lei da Câmara nº 32, de autoria do Poder Executivo, que nós aqui tivemos a oportunidade, nas diversas Comissões... Como na Comissão de Constituição e Justiça e na própria Comissão de Assuntos Econômicos, onde fui Relator desse projeto, que, justamente, modifica a Lei Geral das Licitações e Contratos Administrativos, com o objetivo de adequar as licitações e contratações às novas tecnologias da informação presentes, bem como atender aos princípios da transparência, economicidade, competitividade e celeridade das contratações governamentais, de maneira a aperfeiçoar o processo licitatório à luz da informática, do pregão eletrônico, da inversão de fases, procedimentos que não existiam no início dos anos 90 e que hoje acontecem. Então, faz-se necessária essa adaptação da lei, e é nesse sentido o esforço que estamos fazendo. V. Ex^a estava na Comissão de Assuntos Econômicos quando foi votado o meu parecer. Foi apresentada uma proposta de modificação pelo Senador Francisco Dornelles relativamente à inversão de fases e outros procedimentos. Houve, então, um certo dissenso, mas realizamos um entendimento – eu, o Senador Francisco Dornelles, o Ministro Paulo Bernardo e nossas assessorias. Trata-se, obviamente, de um projeto de grande complexidade, no qual, inclusive, são levadas em conta as sugestões do Tribunal de Contas sobre os prazos para exame e fiscalização do Tribunal de Contas. Tudo isso foi bem examinado. E gostaria de informar a V. Ex^a que nós chegamos praticamente a um consenso – o Senador Francisco Dornelles, o Deputado Márcio Reinaldo, que foi o Relator na Câmara, eu próprio e o Ministro Paulo Bernardo –, levando em conta as recomendações do próprio Tribunal de Contas, do Ministério do Planejamento, da Casa Civil e outros. Não vou detalhar todos os itens do entendimento, mas faço questão de dar a V. Ex^a as vinte e quatro páginas da minha palestra sobre o que

está sendo acordado nesse novo projeto. E quero lhe informar que encaminhei a redação das proposições, em virtude desse acordo, ao Senador Francisco Dornelles, e ele estará finalizando, provavelmente nesta semana, o que avaliou. Com isso, estaremos prontos para votar essa matéria este mês. Quero lhe informar que, do ponto de vista de tudo aquilo que eu estudei, a matéria estará pronta para ser apreciada e leva em conta as inúmeras contribuições de V. Ex^a não apenas quanto à Lei nº 8.666, mas aquelas que V. Ex^a fez ao longo do debate sobre o PLC nº 32. Tenho convicção de que o debate que V. Ex^a está propondo para a semana que vem vai levar em consideração essas sugestões. Por isso, encaminho às mãos de V. Ex^a esta contribuição, que resulta de um trabalho de todos os Senadores.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço o aparte de V. Ex^a. Acho que V. Ex^a realmente tem razão quando diz que, nessa reunião que a Comissão vai fazer, esse trabalho poderá e deverá ser debatido, porque acho que deverão ser apresentadas sugestões concretas e objetivas sobre o que deve ser feito, que não é a extinção do Tribunal de Contas – não se está pedindo isso – e que não é a criação de uma nova comissão especial – também não é o que se está pedindo. Agora, que tem de melhorar, tem; que tem de aprofundar, tem, mas não é abrindo guerra contra o Tribunal de Contas que chegaremos lá.

Com o maior prazer, ouço o Senador Valter Pereira.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – Senador Pedro Simon, preliminarmente, quero comungar das inquietações que V. Ex^a demonstra e que proclama publicamente com relação a esse entrevero que está havendo entre instituições. Acho que, para a democracia...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – O termo está bem colocado: é entre as “instituições”, porque são várias mesmo.

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS) – São várias instituições. Infelizmente, o que V. Ex^a está falando é correto. Temos assistido a algumas desinteligências que não edificam o bom discurso de quem comanda este País. As instituições estão devidamente estruturadas, organizadas, estão em pleno funcionamento e, para que a democracia viceje com toda sua exuberância, é preciso que haja respeito ao funcionamento e aos limites de todas elas. Infelizmente, quando ocorre uma quebra dessa harmonia, começamos a sentir os receios que, no passado, já nos levaram a momentos lastimáveis. Não acredito que estejamos correndo esse risco, mas é bom evitar que essas desinteligências prosperem. V. Ex^a tem razão no alerta que faz. A sociedade acompanha

o funcionamento das instituições e, quando ocorrem essas instabilidades, ela começa a se perguntar, ela começa a se inquietar: o que é que está acontecendo? Com quem está a verdade? Será que esse Poder está cumprindo sua finalidade? Será que aquele outro está exagerando nas suas atribuições? Será que tem um que está atrapalhando? Por que está atrapalhando? Então, nós precisamos efetivamente prestar atenção na conduta, no comportamento e no relacionamento entre as diversas instituições democráticas, porque este Congresso – e, mais do que ele, a Assembléia Nacional Constituinte – foi quem construiu essas instituições, e elas não vieram para atender a este ou àquele momento, elas vieram para ser longevas, elas vieram para atender aos interesses permanentes do Estado brasileiro. Então, V. Ex^a tem toda razão. Chegou-me, na Comissão de Constituição e Justiça, uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que foi costurada nesta Casa a partir de iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko. Sou Relator desse projeto, que é um projeto que realmente precisa ser examinado com o máximo cuidado, porque preconiza exatamente a demolição do Tribunal de Contas da União. Sugere a substituição desse órgão, substituição por uma outra estrutura que funcionaria dentro do Congresso, como assessoria, como consultoria, e isso, efetivamente, é uma mudança de grande envergadura que demanda estudo aprofundado. E foi por essa razão que, na última reunião da Comissão de Constituição e Justiça, tomei a liberdade de propor a realização de uma audiência pública, o que coincidiu com outro pedido a que aqui V. Ex^a se referiu, no sentido de se conhecerem os fundamentos que estão por trás de toda essa inquietação. Nós precisamos conhecê-los. Efetivamente há notícias, que não são só do Presidente da República, com relação a medidas exacerbadas por parte do Tribunal de Contas da União, mas há também sinais de que a fiscalização em si estaria incomodando setores importantes de governos. Então, nós precisamos conhecer e, nesse sentido, é preciso que se estabeleça o contraditório dentro da Comissão de Constituição e Justiça. Não vou exarar o meu parecer sem que antes seja estabelecido esse contraditório. Vamos começar não só com uma audiência pública – isso seria insuficiente –, mas com duas ou três, porque é necessário debater, sim, o funcionamento dessas instituições. Elas são necessárias para o País. Nós não podemos imaginar que o Poder Público possa ficar imune a uma fiscalização, mas também não podemos aceitar que um órgão seja empecilho ao desenvolvimento normal do País. Portanto, é fundamental essa audiência pública. Meus cumprimentos pelo pronunciamento que V. Ex^a faz nesta tarde!

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu que agradeço o aparte de V. Ex^a e digo, com muita sinceridade, que V. Ex^a foi muito feliz no seu aparte. Eu agradeço porque, se eu pudesse terminar o meu pronunciamento, eu não terminaria tão bem quanto com o aparte feito, ao final, por V. Ex^a. É exatamente isso, é exatamente isso.

Nós não estamos aqui para dizer que o Tribunal de Contas é perfeito. Não estamos aqui para dizer. Eu até sou um dos que digo que, naquela época em que nós discutimos a Lei das Licitações, vieram muitas coisas graves com relação ao Tribunal de Contas. Falava em acusações de vantagens ilícitas concedidas lá no Tribunal de Contas. Graças a Deus, não é o que está se vendo hoje. Mas, hoje, há outras coisas. Vamos esclarecer, vamos esclarecer.

Claro que, quando o Lula diz que leva dez meses por causa de uma pedra, por causa de uma coisa e não anda, alguma coisa está errada, está errada. Tem que mudar, tem que mudar. Mas vamos ver onde, vamos ver onde. Se o Lula diz que leva dez meses para dar uma resposta e paralisa, durante dez meses, uma obra, é grave? É. Mas se o Tribunal de Contas diz que, nesses dez meses, ele mandou seis cartas, pedindo, repetindo e repetindo me responda isto, essas são as dúvidas, essas são as dúvidas, essas são as dúvidas, e o Executivo não responde, é isso o que nós vamos ver na Comissão. É isso o que nós vamos ver na Comissão.

Então, a Comissão – e gostei de ver o pronunciamento de V. Ex^a, como Relator da matéria, com a imparcialidade necessária – vai verificar. Não que a culpa seja o Executivo, não do Tribunal de Contas, nem do Legislativo, nem de alguém.

Vamos buscar a verdade aonde ela se encontra. Felicito V. Ex^a.

O Sr. Tasso Jereissarti (PSDB – CE) – Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Depois darei um aparte a V. Ex^a. V. Ex^a concorda que a Senadora tem prioridade absoluta.

A Sr^a Marina Silva (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, muito obrigada pelo aparte que V. Ex^a me concede. Eu sei que a indignação de V. Ex^a está inscrita na forma como as pessoas tratam as instituições de fiscalização e controle. O aperfeiçoamento dessas instituições deve acontecer, mas deve acontecer de forma permanente pelo nosso olhar, no sentido de que possa favorecer o princípio da impessoalidade, da probidade e da constitucionalidade com as finalidades para que foram criados. No entanto, todas as vezes que aparecem denúncias ou alguma irregularidade que os órgãos de fiscalização e controle trazem a público, o

Poder Executivo faz uma crítica não levando em conta o problema que foi identificado. Mas a instituição precisaria ficar calada ou imobilizada e não cumprir com a sua obrigação institucional. No meu entendimento, o erro consiste em querer paralisar as instituições, criar algum mecanismo para que elas não cumpram com o seu papel, quando, na verdade, o esforço deveria ser na direção de responder aos questionamentos, de reparar o erro e de atender àquilo que está sendo colocado como grave para que o Executivo possa fazê-lo. V. Ex^a falou que se leva dois meses para dar um encaminhando. O Tribunal de Contas está dizendo que mandou inúmeras correspondências pedindo as informações ou complementação nas informações. Isso também acontecia muito em relação ao Ibama. As pessoas, no lugar de atender o que estava sendo pedido pelo órgão de licenciamento ambiental, não davam a resposta, não faziam a complementação das informações ou dos estudos e diziam que se estava protelando o licenciamento. É sempre a velha história de querer desqualificar o Tribunal de Contas, os demais órgãos de fiscalização e controle e o Ministério Público. E V. Ex^a resgatou, quando eu me deslocava até aqui, como no passado essas instituições eram, enfim, elogiadas e todos lançavam mão delas para poder exercitar o direito de fiscalizar o Executivo. Não acho que se deva ter dois pesos e duas medidas. O que precisa ser aperfeiçoado não se pode ter por parte de nenhuma instituição nenhum tipo de manobra política para paralisar o Executivo ou quem quer que seja. Agora, não se pode ficar escondido atrás de manobras para paralisar essas instituições em lugar de atender àquilo que está sendo demandado, as denúncias que são trazidas à lume que precisam de resposta. O aperfeiçoamento das instituições é necessário, mas longe de ser no sentido de subtrair as suas competências de fiscalizar e de trazer à lume aquilo que o Executivo ou qualquer instituição pública, que usa o dinheiro público, que tem responsabilidade, de ter uma ação transparente, não deve ser no sentido de subtrair essas atribuições, mas, inclusive, de aperfeiçoá-las, e de dar conta do que está sendo discutido no mérito e não, muitas vezes, se faz um discurso para o senso comum como se tivesse paralisando tudo, inviabilizando o País. E não se trata das questões que estão sendo colocadas como necessárias para serem esclarecidas, para serem respondidas, ou até mesmo reparadas.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu gostei muito do conteúdo de V. Ex^a, mas eu quero ser muito sincero: eu gostei muito da apresentação do conteúdo de V. Ex^a. V. Ex^a falando, e a maneira com que falou, parece uma bela candidata a Presidente. Não é aquela vozinha macia que alguns dizem, não sei o

quê, mas falou com um tom! Esse é o tom, continua que vai dar certo.

Senador, concorda comigo com relação à Senadora?

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Totalmente. Sempre fui um grande admirador da Senadora, mesmo, em algumas vezes, discordando dela, mas cada vez mais admiro sua coerência, que é uma coisa muito difícil de encontrar nos dias de hoje na política brasileira: é a coerência e a sinceridade de propósitos. Eu queria, primeiro, Senador Pedro Simon, dar um testemunho também nessa linha, já que há algum tempo, há mais de um ano, eu me interessei por uma questão técnica qualquer de contabilidade pública e pedi ao Tribunal de Contas que me desse uma informação sobre o que significava aquilo, e o Tribunal de Contas me comunicou que também não estava entendendo e pedia informações ao Tesouro Nacional, e passou tempo, passou tempo, e eu não conseguia a resposta do Tribunal de Contas, e eles me disseram isso: “Nós fazemos o questionamento ao Governo, ao Ministério, e eles simplesmente não respondem. E vai ficando assim”. Agora, o que eu acho grave disso não é o que aparenta, simplesmente a questão da fiscalização. Eu não sei se V. Ex^a observou, mas na mesma época, uns três ou quatro dias antes de o Presidente da República fazer o seu primeiro discurso forte contra o Tribunal de Contas, apareceu nos jornais uma notícia que a mim me chamou muito a atenção: que estavam reunidos, no Palácio da Alvorada, na noite anterior, cerca de seis ou oito empreiteiros, discutindo com o Presidente Lula e o Ministro de Obras, de Transportes e Obras, discutindo sobre a questão do TCU e fazendo reclamação e faziam enormes queixas, nessa conversa, contra o TCU. Eu não sei se V. Ex^a chegou a ler essa notícia, que depois repercutiu em muitos pontos, mas muito pontualmente. Nada com muito destaque. Aquilo me chamou a atenção. Eu imaginava, em outras circunstâncias, para não ir tão perto, vamos mais longe, Juscelino Kubitschek, por exemplo, reunido com empreiteiros, discutindo contra a fiscalização. Aquilo ia ser um escândalo. O saudoso Carlos Lacerda acho que transformaria aquilo em editoriais e editoriais, e assim por diante. Bom, veio o discurso do Tribunal de Contas do Presidente Lula; em seguida, ele dá outra declaração nessa linha, mas não com relação ao Tribunal de Contas. Ele diz que a função da imprensa não é fiscalizar, é informar. V. Ex^a leu isso? Eu não acredito... Tenho várias críticas ao Presidente Lula, mas não acredito, de maneira nenhuma, que o Presidente Lula se envolva em qualquer irregularidade, obras irregulares por questões materiais. Eu não acredito nisso. O que eu acredito é pior e é uma coisa que eu venho

aqui chamando atenção sistematicamente: é o horror à fiscalização. Não se aceita qualquer tipo de fiscalização. É o autoritarismo, é o totalitarismo que estão por trás disso, Senador Simon. Isso é muito sério. Todo o conjunto, vamos lá, a Lei de Imprensa, que se tentou implantar, a Lei do Audiovisual, que se tentou implantar, são linhas de pensamento que procuram tolher qualquer tipo de iniciativa ou instituição que não esteja 100% de acordo com aquilo que o Governo quer fazer naquele momento. E, para o Governo manter o poder, novamente vamos citar o Presidente Lula, vale se aliar ao próprio Judas, ou seja, valem os meios, as corridas, a falta de fiscalização, as irregularidades, contanto que se mostrem obras e que se mostrem determinadas ações com finalidades de manutenção, pura e simples, do poder. E eu acho, Senador Simon, que isso está sendo devastador para os valores de uma sociedade que pretende ter uma convivência fraterna e solidária. Os valores estão se minando neste País, estão se deteriorando neste País. Eu não falo mais nem em honestidade formal, mas em honestidade de propósito. A mentira, a enganação, a trapaça, tudo isso se banalizou de tal maneira que se pretende como corriqueiro na vida nacional. Então, eu acho que, atrás de tudo isso, atrás dessa questão TCU, são muito mais abrangentes os malefícios. E eu o parabenizo pela oportunidade do seu discurso.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – V. Ex^a lembra um assunto muito, muito delicado. Vou exemplificar o que V. Ex^a terminou de falar.

A Caixa Econômica Federal deu R\$40 mil para uma festa em homenagem a um Ministro que terminou de tomar posse. Qual é o problema? O lugar foi público, não foi escondido, foi um ato aberto. Se nós analisarmos com profundidade, isso é demonstração de uma sociedade que está convivendo com essas coisas. Como é que a Caixa Econômica Federal, que tem os seus atos apreciados exatamente pelo Supremo, vai dar dinheiro para um Ministro do Supremo fazer uma festa de agradecimento porque foi eleito Ministro do Supremo? Mas a troca de quê? Qual é a lógica de a Caixa Econômica pegar R\$40 mil e dar? Escândalo não foi, imoralidade não foi, negócio de... Foi aberto, foi franco, foi claro. Ninguém foi descoberto, não foi escondido, não foi sorrateiro, não foi cartão corporativo. Foi aberto! Mas demonstra um princípio que não é o correto, demonstra um estilo de fazer que não é o que deve ser feito, não é o que deve ser feito.

Então, quando o Presidente Lula afirma que, se Jesus estivesse aqui, traria Judas para o governo, o sério é o que ele está afirmando com isso. O que ele está afirmando com isso? O fim justifica os meios. O fim dele é fazer um bom governo. Ele quer fazer um

bom governo para o povo, para a sociedade, ele quer o bolsa família, ele quer coisas boas. Para fazer coisas boas, os meios são necessários: pegar um corrupto, fazer um favor aqui, botar um cara de mau caráter em um cargo da Caixa Econômica e outro no Banco do Brasil, pegar os fundos, que é uma coisa que foi dita por alguém hoje e achei muito interessante... Aliás, o artigo foi lido nesta tribuna pelo Alvaro Dias. O artigo do Fernando Henrique Cardoso está correto nesse sentido. De um lado, são os líderes sindicais; de outro lado, os fundos estão nas mãos também dos líderes sindicais. Então, os dois lados estão na mesma manipulação? Não tem lógica! Não tem lógica nesse sentido. Então, acho que o Presidente Lula, que fez muitas coisas positivas – não há como negar –, está em uma interrogação difícil.

Vejamos agora – e é outro assunto que venho trazer para a tribuna – o que aconteceu na Colômbia. De repente apareceu no Congresso dos Estados Unidos um relatório que o Governo americano mandou para aquele Congresso explicando as bases na Colômbia. Ele disse que foi muito barato. Colocaram as bases para garantir não a segurança interna, mas para garantir a presença do americano ali contra chavistas ou coisa parecida.

Na nota explicativa para o Congresso americano, o governo americano desmente totalmente aquela versão que o Presidente da Colômbia deu para o Presidente Lula aqui, dizendo que eram coisas internas com relação ao narcotráfico.

Então, o que eu vejo é que o Presidente Lula comete alguns erros graves. Creio que ele, com todo o respeito, quando faz afirmativa com relação à imprensa – a imprensa é informativa e não mais do que isso –, ele não se está dando conta da gravidade do que está dizendo, ele não se está dando conta do seu passado, da sua história, da sua biografia. Foi a liberdade da imprensa, foram as denúncias à imprensa que fizeram com que o Lula crescesse, avançasse, progredisse lá no ABC, que o PT se criasse e tudo o mais, e que, com todas as violências, perdeu a primeira, a segunda e a terceira eleições, ganhou a quarta, ganhou a quinta. Foi a imprensa que permitiu isso. A imprensa é para ser um órgão oficial só para informar?

Eu vou ler para V. Ex^a, Presidente, como V. Ex^a gosta muito, é seu autor favorito, Rui Barbosa:

A imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa ao perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que lhe sonegam, ou roubam, percebe onde lhe alvejam, ou nodoam, mede o que lhe cerceiam, ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que ameaça.

Realmente, esse é o papel da imprensa. E que o nosso amigo Lula... Digo, com toda sinceridade, que foi uma frase infeliz em um improviso. E o Presidente Lula está cada vez mais brilhante nos seus pronunciamentos, tem cada vez mais repercussão mundial. Acho que o Presidente Lula tem que tomar um pouco mais de cuidado, porque a soberba é um pecado capital. E é nessa soberba que ele falou aquela frase contra a imprensa. Ele, Lula, o filho do Brasil. Tudo que ele fez no seu crescimento, na sua luta... Se alguém lhe deu condições foi a liberdade de imprensa, apesar de todos os pesares.

Ouçõ V. Ex^a, Senador.

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Senador Pedro Simon, o que falaram o Senador Valter Pereira, a Senadora Marina, o Senador Tasso Jereissati e o Senador Suplicy praticamente preencheu o pensamento deste Congresso ao que V. Ex^a faz, ocupando esta tribuna. V. Ex^a dá início ao que é obrigação deste Congresso: defender um órgão que está a serviço deste Congresso para uma das suas mais importantes funções, que é a de fiscalizar os atos do Governo. Então, temos de prestigiar o Tribunal de Contas. V. Ex^a faz colocações perfeitas a respeito de tudo aquilo que possa representar uma fiscalização séria e duradoura para que realmente o dinheiro público seja bem empregado. Quando se suspende o andamento de uma obra, isso acontece para evitar que o dinheiro não retorne mais, se ela for considerada ilegal e superior à verba prevista para sua execução. Então, V. Ex^a está corretíssimo. Nós temos uma Comissão de Fiscalização e Controle. No início do meu mandato aqui, eu fui da Comissão.

(Interrupção do som.)

O Sr. Romeu Tuma (PTB – SP) – Comecei a ler alguns processos enviados pelo Tribunal de Contas *(fora do microfone)*, que são claros. Se nós lermos como os técnicos apresentam a investigação que fizeram, nós teremos, sem dúvida nenhuma, todo um amálgama de como decidir a respeito de se a obra deve ou não continuar. Creio que a Comissão está trabalhando. Não tenho visto aqui nenhuma informação a respeito, mas ela tem essa obrigação, e o Tribunal de Contas tem que enviar para cá. Como disse o Senador Antonio Carlos Magalhães: aqui é a última instância de julgamento de se está perfeita ou não a colocação das obras. Se acabarmos com esse trabalho do TCU, vai acabar com o da AGU também, Senador Pedro Simon, que tem fiscalizado o emprego de verbas federais nos Municípios. E vários Municípios estão sob suspeita, inclusive com a possibilidade de cassação dos prefeitos. Isso tudo vai acabar, com a criação de um conselho superior? Que vai fazer o quê, investigar o quê, se os técnicos têm que sair de lá? Cumprimento V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito a V. Ex^a. Com o aparte de V. Ex^a, quero dizer que V. Ex^a está absolutamente correto, principalmente quando diz que não é a criação de um conselho... Que conselho será esse? Que forma de conselho será?

O Tribunal de Contas já é um órgão auxiliar do Congresso Nacional. Agora, extinguir o Tribunal de Contas e criar um órgão ligado a nós, uma assessoria ligada a nós, ligada à Diretoria-Geral do Senado ou coisa parecida?! Isso é uma piada!

O Sr. Valter Pereira (PMDB – MS. *Fora do microfone.*) – Isso, nós já temos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Nós já temos, é verdade. Nós já temos.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a me permite?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Quanto a este tema relacionado à fiscalização e controle de obras públicas, praticamente há um ano, estou me reunindo com diversos representantes dos Tribunais de Contas, Estaduais e da União, e do Instituto Brasileiro de Obras Públicas, para discutirmos esse assunto. Apresentei recentemente um projeto que trata de termos, na Internet, as obras públicas do nosso País. Isso já foi tentado no passado, mas, até hoje, não temos isso. Na minha avaliação, temos um longo caminho pela frente, dentro deste contexto da relação das instituições. Os governantes querem realizar obras – V. Ex^a já foi Governador do Rio Grande do Sul e certamente quis realizar as suas obras. Os Tribunais querem fazer o seu papel, que é o de fiscalizar...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Hoje, temos uma situação em que há muitos desencontros. Para V. Ex^a ter uma ideia, estou solicitando também, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, uma audiência pública para discutirmos preços de obras públicas no Brasil, porque ninguém se entende. É o sistema tal, é o outro sistema, é o outro sistema. No final, não há um entendimento por parte das instituições. Portanto, V. Ex^a coloca um tema muito importante. Devemos fazer uma reflexão sobre isso, começando desde o planejamento, porque este País não tem planejamento algum em nível de União, Estados e Municípios, e passando pela formação, pela forma como as pessoas administram as prefeituras, os Governos dos Estados e a Presidência da República. Quantos têm conteúdo e formação nesse sentido para administrar a coisa pública? E aí começam os erros! Começa o descumprimento na legislação! Querem fazer as obras sem planejamento, querem fazer as ações

atropelando o que estabelece a lei. Portanto, quando V. Ex^a toca nesse ponto, faço questão de, rapidamente, fazer este aparte, no sentido de dizer que devemos, sim, aprofundar a discussão deste tema que envolve obras públicas no Brasil, porque essa é uma questão muito complicada. É complicadíssima! Nós vamos ter muito trabalho. Valeria a pena nós aprofundarmos com muitas discussões nesse sentido. Para finalizar, vou colocar apenas uma outra preocupação. Se V. Ex^a, por exemplo, for governador de um Estado...

(Interrupção do som.)

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – ... ou for prefeito de um Município, V. Ex^a sai do poder e vai passar alguns anos tendo de responder e entregar documentos que não estão mais nas mãos de V. Ex^a. Está correto isso? Eu quero aqui... E tenho atuado dentro do contexto de que possamos aparelhar melhor, dar melhores condições para que os Tribunais de Contas Estaduais façam os seus trabalhos, para que o Tribunal de Contas da União também possa fazer os seus trabalhos, para que as prefeituras tenham engenheiros que saibam fazer projetos adequados. Agora, também, nós temos que ver este outro ponto: você sai do poder, se é um Secretário, vai ter que levar toda a documentação, porque depois, quando o Tribunal de Contas exigir uma prestação sobre um determinado ponto que ele não entendeu, você vai à prefeitura e não existe mais o documento, o que é um absurdo. Isso acontece no nosso País. Isso acontece hoje na minha cidade, Manaus.

(Interrupção do som.)

O Sr. Jefferson Praia (PDT – AM) – Estou finalizando, Sr. Presidente. Portanto, é um tema sobre o qual V. Ex^a pode contar comigo, porque nós temos que aprofundar bastante, e isso significará uma boa aplicação dos recursos públicos. Porque o povo quer a obra, mas ele quer também que seu dinheiro seja bem aplicado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Eu agradeço a V. Ex^a.

Sr. Presidente, eu sei que o tempo esgotou, mas peço apenas tempo para o último aparte. Só o último aparte, Sr. Presidente, e já estarei encerrando.

O Sr. Neuto De Conto (PMDB – SC) – Eminentíssimo Senador Pedro Simon, assisti, ouvi atentamente toda a manifestação de V. Ex^a, bem como os brilhantes apartes. Certamente, sem dúvida alguma, somente com manifestação dessa grandeza, com a opinião abalizada de todos os Srs. Senadores é que nós podemos, primeiramente, ver a sociedade e, da sociedade, alcançarmos todos os caminhos para buscarmos a retidão, quer seja de quem está no Poder Executivo, quer seja de quem está com a responsabilidade da fiscalização,

e nós termos a tranquilidade de percorrer este País e dizer: “Estamos cumprindo com nosso dever”. Quero cumprimentá-lo pela manifestação e por tudo que tem trazido a esta Casa neste dia. Muito obrigado.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Agradeço muito as palavras não apenas do colega, mas do conterrâneo e grande amigo, que me honra muito com o seu aparte.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância de V. Ex^a.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Pedro Simon, os nossos cumprimentos e aplausos. O pronunciamento de V. Ex^a engrandeceu esta Casa, este poder. Só tem uma razão do Poder Legislativo, segundo Montesquieu, do Executivo e do Judiciário: equipotentes, um freando o outro. E V. Ex^a acaba de dar um freio no Executivo. Hoje, a Mesa Diretora deu um freio no Judiciário. “Em dúvida, pró-réu”, é uma sabedoria. Eles estavam em dúvida. Isso é um direito. Nós somos os pais da pátria, temos sabedoria. Então, a Mesa Diretora... Ô Valter Pereira, V. Ex^a, que é a inteligência que representa Rui Barbosa, “em dúvida, pró-réu”...

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – *In dubio pro reo*. É a máxima latina.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – No latim. Pois é, foi o que a Mesa Diretora fez. Nós estávamos em dúvida, mandamos para a Comissão de Constituição e Justiça, soberana, onde a inteligência privilegiada e ímpar do Direito brasileiro, Demóstenes, vai dar uma saída. Nós somos a sabedoria. Pronto.

Com a palavra o Senador César Borges, pela ordem.

O SR. CÉSAR BORGES (Bloco/PR – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar à Mesa um requerimento, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, para inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento prematuro do percussionista Antonio Luís Alves de Souza, de 54 anos, que ficou conhecido no mundo musical baiano e brasileiro como Neguinho do Samba, ocorrido sábado, dia 31, em Salvador, cujo enterro foi hoje.

O percussionista Neguinho do Samba destacou-se como um dos fundadores do grupo cultural Olodum e, depois, da banda de Didá, dois dos mais importantes núcleos da música étnica baiana, mas entrou para história musical, sobretudo como um criador do samba *reggae* e da batida de percussão que caracteriza esse ritmo.

Sua criação transformou a música da Bahia e atraiu ao Pelourinho, patrimônio da humanidade, artistas de renome mundial interessados naquela inovação, como os americanos Michael Jackson e Paul Simon. Seu arranjo de percussão para a música de Jackson levou a sonoridade baiana e, portanto, a sonoridade brasileira para o mundo.

Graças à sua invenção rítmica, percursionistas baianos são solicitados, hoje, em todo o mundo, para acompanhamentos e *shows*, levando o nome do Brasil para todo o planeta.

Neguinho do Samba, como reconhece o País, foi um gênio da música, mas também era um educador e um transformador social com sua ação no Pelourinho, onde tinha a sua vida.

Por tudo isso, Neguinho do Samba, desaparecido no sábado passado de forma prematura por conta de problemas cardíacos, é merecedor dos sentimentos de pesar desta Casa, que, ao longo da história, soube distinguir os grandes brasileiros e, sobretudo, os heróis populares, razão deste requerimento que apresento em nome de todos baianos.

Assino o presente requerimento, acompanhado também do Senador Antonio Carlos Júnior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Mesa vai providenciar. Nós nos associamos ao pesar. A Bahia e o Brasil perdem esse grande artista, Neguinho do Samba.

Chegou agora à Mesa documento assinado pelo Senador Gim Argello, Líder do PTB, outorgando a palavra ao Senador Romeu Tuma, pela Liderança do PTB. Depois, em seguida, falará o Senador Garibaldi Alves, a quem cedi minha vez como orador inscrito.

Senador Romeu Tuma, Líder do PTB.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Eu vou procurar ser rápido, Senador, porque sei que há vários oradores inscritos para falar.

Senador César Borges, se V. Ex^a permitisse, eu gostaria de associar-me às homenagens que a Bahia faz hoje ao Neguinho do Olodum, em razão até de Michael Jackson ter cooptado para si um dos modelos do trabalho de Neguinho.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Senador Tuma, eu pediria permissão para prorrogar a sessão por mais uma hora a fim de que todos os oradores inscritos possam fazer uso da palavra.

O SR. ROMEU TUMA (PTB – SP) – Eu queria que V. Ex^a permitisse que eu assinasse também o requerimento de inserção em ata de voto de pesar.

Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, na sexta-feira última, à tardinha, ligaram do Palácio

do Governo para informar que foi sancionado o Dia da Guarda Municipal, a ser comemorado no dia 10 de outubro.

Tal sanção foi obra e arte do nosso querido José Alencar Gomes da Silva, que será, amanhã, homenageado pelo TCU, órgão que o Senador Pedro Simon acabou de defender desta tribuna. O Vice-Presidente tem sido sempre gentil com a minha pessoa. É uma amizade que prezo muito. Sem dúvida, dedico a ele uma estima que é, profundamente, do coração.

Apresentei, aqui no Senado, o projeto que instituiu o Dia da Guarda Municipal a ser comemorado, anualmente, no dia 10 de outubro. Por que essa proposta para as guardas municipais, a quem, como sabemos, nos termos do que estabeleceu o art. 144, § 8º, da Constituição Federal, compete a proteção dos bens, serviços e instalações dos Municípios? Porque havia vários municípios pelo Brasil afora comemorando essa data em dias diferentes do nosso calendário.

Então, nós resolvemos, conversando com os diretores das entidades da Guarda Municipal, que a melhor data seria 10 de outubro, como a mais hábil para a realização das referidas comemorações, por razões históricas e indiscutíveis, pois foi naquele dia do ano de 1831 que o Regente Feijó editou um decreto que autorizava as províncias a criarem seus corpos de guardas municipais.

Quando da sua discussão e votação, de que o Senador César Borges participou ativamente, o projeto da Guarda Municipal foi aprovado por unanimidade neste Senado e foi para a Câmara. E há mais de cinco anos está lá, Senador Augusto Botelho, dormindo na prateleira. O Deputado Relator já apresentou seu relatório favorável e não houve nenhuma representação contrária à sua aprovação.

Por isso, faço um apelo, desta tribuna, ao Presidente da Câmara, Michel Temer, para que o coloque em pauta para discussão e votação. Há enorme ansiedade dos prefeitos de legalizarem a sua guarda municipal, principalmente no sentido de integrá-la ao Sistema Único de Segurança. Então, pode-se fazer um convênio com o Estado, por meio da PM ou da Polícia Civil. Hoje estão trabalhando firmemente no combate ao crime. Não só na observação dos interesses municipais, mas levantando informações, buscando ser uma polícia comunitária em razão de conhecerem, por extenso, seus Municípios, seus moradores.

De forma que lhe agradeço, Sr. Presidente. Não vou tomar o tempo da Casa, já que se trata de uma comunicação. Fico com a esperança de que o Presidente Michel Temer coloque a matéria em discussão. S. Ex^a me disse que na reunião das Lideranças apontaram sessenta projetos para serem votados. Há uma forte

pressão para que não se vote o da guarda municipal em razão de outras entidades. Mas a guarda vem para somar e não para concorrer com nenhum sistema de segurança. Ela oficializa, realmente, a participação direta do Município para colaborar com a segurança e a tranquilidade da população.

O Pronasci, já baixado pelo governo, que é um projeto de cidadania com segurança, tem atendido às reivindicações das guardas municipais no sentido de melhorar a sua infraestrutura. De forma que ela existe.

O Senador César Borges, quando falou do Si-narm, que trata do problema do uso de armas, contemporizou, sugerindo que nas cidades com mais 50 mil habitantes as guardas municipais pudessem andar armadas. Então, ela está no contexto geral; só falta a aprovação da PEC para dar uma legalidade maior a essa instituição que hoje vem trabalhando seriamente. Há várias academias ajudando a formação do guarda municipal.

Dessa forma, faço um apelo aqui para que fique registrado o dia 10 de outubro como Dia do Guarda Municipal.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa – PSC-PI) – Senador Romeu Tuma usou da palavra como Líder do PTB, defendendo a Guarda Municipal e a sua legalização.

Convidamos agora o Senador Garibaldi Alves.

V. Ex^a quer a tribuna ou vai continuar se comunicando com o mundo? (*Pausa.*)

O Senador Garibaldi Alves, do Rio Grande do Norte, do PMDB, vai usar da palavra por cessão minha.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, confesso que não é com muito ânimo que venho a esta tribuna a despeito de agradecer a generosidade de V. Ex^a na qualidade de orador inscrito. É porque o tema que vou tratar poderia ser muito atual, mas, paradoxalmente, é de um anacronismo brutal. Por que eu digo isso? Porque falar em reforma, ou das reformas – reforma política, reforma da Previdência, reforma tributária –, enfim, todas essas reformas foram ficando para trás, Sr. Presidente. E, hoje, se o País está crescendo, se o Produto Interno Bruto voltou a crescer, se os fundamentos da economia estão sólidos, por que mais falar em reforma? Só se fala em reforma quando há alguma coisa para mudar. Mas mudar o que, se o País está feliz, se a Copa do Mundo vem aí no próximo ano, se as Olimpíadas foram obtidas para que o Rio de Janeiro pudesse recebê-las? Então, para que falar em reforma? É isso o que me deixa, assim, numa situação de perplexidade.

Por exemplo, falou-se muito, neste ano de 2009, de uma reforma que parecia que teria uma tramitação das mais tranquilas, senão tranqüila – estou exagerando, confesso –, teria uma tramitação veloz. Refiro-me à reforma tributária.

O índice de sonegação parece que ainda é alto. E até fico me perguntando se é alto ainda, porque ninguém mais fala em reforma tributária.

Senador Cícero Lucena, será que existe ainda a informalidade? Nós sabemos que o Super Simples fez uma grande cobertura da informalidade. Mas será que não existe mais a informalidade?

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, para fazer frente a essa situação que parece ser do passado, que parece não existir mais, o Governo Federal apresentou, ano passado, uma Proposta de Emenda à Constituição, que recebeu, na Câmara, o nº 233, de 2008, e agora tramita em conjunto com uma proposta um pouco mais antiga: a PEC nº 31, de 2007. Não me perguntem onde é que estão essas propostas. Eu só sei que elas não estão no Senado. Acredito que elas estejam na Câmara.

Mas o que elas buscavam? A criação do Valor Adicionado Federal, o IVA, para substituir o Cofins, o PIS e o Salário Educação; o fim da CSLL – a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que será incorporada pelo Imposto de Renda da Pessoa Jurídica; alterações substanciais no ICMS, em especial a uniformização da legislação sobre o tributo e o recolhimento do referido imposto; a redução de 20% para 14% da contribuição patronal sobre a folha de pagamento; o surgimento do Fundo de Equalização de Receitas e do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional, com os objetivos de compensar Estados que, eventualmente, apresentarem perda de receita e aumentarem investimentos em regiões menos favorecidas.

Sr. Presidente, Senador Mão Santa, por meio dessas medidas, o Governo Federal espera – isto eu não vou dizer mais; vou dizer “esperava” –, entre outras coisas, acabar com a guerra fiscal entre os Estados – e tenho as minhas reservas com relação a isso –; estimular a formalização do mercado de trabalho; estimular os investimentos no setor produtivo; diminuir a carga tributária sobre os contribuintes e promover o desenvolvimento regional.

Meus Deus do céu, será que isso que se pretendia fazer perdeu o sentido?!

Concedo o aparte ao Senador Neuto De Conto.

O Sr. Neuto De Conto (PMDB – SC) – Eminente Senador Garibaldi Alves, é um tema que tem de ser debatido sim. O País precisa de uma reforma tributária. Não é possível conviver com 40 normas de tributos, mais de três mil versões de recolhimentos. Temos tri-

butações ocultas. No País, para se calcular o imposto de uma empresa padrão, gastam-se, por ano, 2.600 horas – o Chile gasta 300; os Estados Unidos, 260. O Brasil é o País que mais tem impostos ocultos neste mundo. Temos, sim, de ter uma reforma para buscar a unificação: ter um imposto federal, um estadual e um municipal. O IPTU para o Município; o IVA para o Estado, o Imposto de Renda e os regulatórios para a União, simplificando tudo, como se fez no Super Simples, que fizemos em 2007. Hoje são 3,2 milhões de empresas no Super Simples. Naquele momento havia o medo de cair a arrecadação. O que aconteceu? Ela triplicou. E, melhor, embora nos últimos seis meses a arrecadação da Nação tenha caído, a Previdência cresceu 10,6% graças ao Super Simples das pequenas empresas. Não temos dúvida nenhuma: se não tivermos a capacidade de reduzir a pirâmide, alargar a base, desonerar a produção e tributar o consumo, teremos muitas dificuldades para continuar a ver o empresário, o cidadão a pagar e a reclamar eternamente desses tributos. Por isso, Senador Garibaldi, defendo a reforma e luto por ela, mas luto com os pés no chão, com conhecimento de base, para que possamos, sim, oferecer a essa sociedade as transformações de que o País precisa, sem tirar a arrecadação da União, nem a dos Estados, nem a dos Municípios, buscando a redução para a sociedade e mantendo a arrecadação para os Poderes. Temos um estudo que tem quatro bases fundamentais, em que a informalidade, citada por V. Ex^a, é responsável por 25% do desenvolvimento do País, principalmente não só na sonegação, mas no contrabando, na falsificação, o dólar nos colchões, que, para nossa Constituição, é uma moeda proibida; no entanto, ela está visível e guardada em todos os lares todos os dias sem tributação nenhuma.

Temos de buscar a macroeconomia, temos de saber quanto se paga de juro por mês e por ano, porque quem paga é a própria sociedade brasileira. Há serviços, Senador Garibaldi, e, só no Judiciário, há sessenta milhões de processos armazenados. A montante é maior do que a vazante e está crescendo todos os dias. Ali está uma verdadeira e incalculável fortuna para o desenvolvimento e o crescimento da sociedade brasileira. Por isso, quero cumprimentá-lo pelo tema, ficando à disposição e atento para que nós, os homens que querem, os Senadores que assim desejam, possamos sensibilizar o Governo e fazer, sim, uma reforma profunda, em benefício da nossa Nação. Muito obrigado.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)
– Agradeço-lhe, Senador Neuto De Conto. V. Ex^a dá demonstração de que este Senado está preparado para discutir a reforma tributária. V. Ex^a, como disse, dispõe

de dados, de números, e sabe muito bem que, no dia 17 de dezembro do ano passado, uma Subcomissão, sob a Presidência do Senador Tasso Jereissati, aprovou o relatório do Senador Francisco Dornelles, cuja proposta simplifica o sistema tributário ainda mais, se comparada com a que foi apresentada pelo Governo Federal. O Senador Dornelles sugere a criação de um Imposto sobre o Valor Adicional, o IVA-Nacional, com amplitude maior que a proposta pelo Governo. O IVA-Nacional do Senador Dornelles incorpora, além dos três impostos englobados pelo IVA, outros tributos, como a Cide, o ICMS e o IPI. Ainda segundo a proposta da Subcomissão, a arrecadação seria nacional, e a divisão entre as unidades da Federação seria feita de forma automática, a partir da rede bancária.

Concedo um aparte à Senadora Rosalba Ciarlini, agradecendo ao Senador Neuto De Conto sua contribuição.

A Sr^a Rosalba Ciarlini (DEM – RN) – Senador Garibaldi, V. Ex^a traz a este plenário, para que possamos mais uma vez refletir, a extrema necessidade dessa reforma tributária. V. Ex^a, mais uma vez, como Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, está aqui para chamar a atenção sobre esse assunto, que é extremamente pertinente e importante para o desenvolvimento da nossa Nação. O Senador Neuto De Couto, com seu conhecimento, traz-nos informações que mostram o quanto é importante que possamos reduzir, ordenar e melhor distribuir os recursos desta Nação, até porque, se hoje existem 3,2 milhões de empresas que saíram da informalidade em função do Super Simples, tenho certeza de que muito mais poderia haver. E sei também que a reforma tributária, com a divisão mais justa para os entes federados, iria corrigir uma grave injustiça que existe hoje. Entre tantos impostos que o cidadão brasileiro paga à União, aos Estados e aos Municípios, há também aquelas contribuições que estão ficando concentradas na União. Os Municípios e os Estados não estão tendo também o direito à uma parcela dessa arrecadação, que é uma contribuição, mas que é um imposto, porque é compulsório. Então, também seria uma oportunidade de podermos inverter essa pirâmide, que vem prejudicando muito o desenvolvimento do Brasil. De tudo o que é arrecadado no País, da forma que está, 60% ficam só para a União; 25% ficam para os Estados; e apenas 15% ficam para os Municípios. Quando houver uma forma simplificada e uma divisão mais justa, com certeza, os recursos chegarão mais à base, onde é necessário haver maiores investimentos, que é exatamente nos Municípios. No Brasil, se houvesse investimentos maiores no Município – com Municípios mais fortes, o Brasil fica mais forte –, com certeza, haveria mais

justiça social. Então, seria a justiça tributária fazendo a justiça social no nosso País. Parabéns, mais uma vez, por trazer esse assunto para a reflexão e para o debate! Esperamos que, realmente, os caminhos não fiquem só no discurso e que realmente possa ser feita essa reforma.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador Garibaldi...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Está na tribuna o nosso...

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Peço-lhe um aparte, Senador.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Senador Eduardo Azeredo, concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG) – Senador, quero só registrar a presença entre nós do cantor Zezé Di Camargo, da dupla Zezé Di Camargo e Luciano, que está no Senado, acompanhando uma delegação que defende a questão da música brasileira. Quero só registrar a presença dele entre nós, agradecendo ao Presidente Garibaldi e ao Presidente da sessão.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Quero me associar a V. Ex^a e dizer que sou admirador também dessa dupla. Se pudesse, em outro ambiente, eu até cederia a ele o microfone, não para ele fazer discurso, mas para cantar.

De fato, a Senadora Rosalba tem razão. S. Ex^a lembrou que sou Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos e que eu bem poderia discutir isso na Comissão. Mas isso não é necessário. Já houve uma subcomissão vinculada à Comissão de Assuntos Econômicos justamente para discutir a necessidade da reforma e os pontos essenciais da reforma tributária.

Aliás, no Brasil, só houve uma reforma tributária ampla na década de 60. Com a reforma de 1966, os tributaristas brasileiros se orgulhavam do sistema tributário, considerado um dos mais modernos do mundo. Houve considerável simplificação do sistema, com redução significativa do número de impostos.

O Governo saiu ganhando: a arrecadação aumentou, e a carga tributária, de imediato, saiu de 15% do Produto Interno Bruto (PIB), consideradas as duas décadas anteriores, para o patamar de 25%. No entanto, o que nos anos 60 constituiu um avanço é considerado um modelo ultrapassado hoje. O perfil de nossa tributação, por exemplo, onera excessivamente o consumo e dificulta os investimentos no setor produtivo. A legislação tributária tornou-se um emaranhado incompreensível e caótico, conforme acabou de nos revelar o Senador Neuto De Conto. Embora os dispositivos constitucionais sejam relativamente claros, o mesmo não se pode dizer das mais de três mil normas tributá-

rias federais – duzentas delas são só sobre o Imposto de Renda – e das dezenas de milhares de normas nas esferas estadual e municipal.

(Interrupção do som.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Anualmente, apenas a Receita Federal edita, em média, trezentas normas que versam sobre tributação.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Garibaldi...

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Concedo o aparte ao Senador Augusto Botelho, com muito prazer.

O Sr. Augusto Botelho (Bloco/PT – RR) – Senador Garibaldi, V. Ex^a traz um assunto realmente... Eu não entendo por que não fazemos essas coisas aqui. Esse excesso de impostos, o Brasil paga 35% do PIB de imposto. Poucos países no mundo... Acho que somos o segundo ou o terceiro com impostos mais elevados. Essas simplificações que V. Ex^a tem sugerido, por que não fazemos isso? Por que não desoneramos a folha de pagamento? Como uma empresa tem que pagar sobre a folha de salários? Paga aquele percentual sobre a folha. Tinha que pagar sobre o faturamento, porque há meses em que a empresa não fatura quase nada – principalmente as pequenas –, mas tem que pagar a Previdência. Aí ela não paga, atrasa, paga multa. Nós temos que fazer uma mudança. O Super Simples é um exemplo claro de que tem que ser feita essa mudança. E por que não fazemos isso? Eu não entendo. Algumas coisas aqui não entendo. Temos que fazer isso. Somos nós que decidimos isso. “É época de eleição; não pode, porque é ano eleitoral, nem o Governo vai querer fazer reforma tributária”. Mas tem que fazer. Todos os professores economistas dizem que, se não se fizer a reforma tributária, não adianta, não vamos manter esse crescimento sustentável que queremos. Nós não vamos ter capacidade de criar os empregos que são necessários para o ingresso dos jovens no mercado de trabalho. E por que não fazemos essa reforma? Acho que temos que dar um jeito de fazer isso. Temos de mobilizar-nos e fazer a reforma necessária para o País entrar no campo da modernidade. Tanto a tributária como a trabalhista têm que ser feita. Parabéns pelo discurso de V. Ex^a. Sei da preocupação e da responsabilidade de V. Ex^a em relação a esse assunto.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN) – Senador Augusto Botelho, eu diria a V. Ex^a – já vou terminar, Senador Mão Santa – que não fazemos, porque o Governo não quer. Os Governos Estaduais também não entram em entendimento, não querem, e os Parlamentares vinculados aos Governos não deixam que a reforma ande, como mostrou V. Ex^a. Mas já vou

terminar, porque não posso concorrer com o Zezé de Camargo. Estou vendo que a concorrência é desleal.

Nos anos 70, o cidadão trabalhava 76 dias por ano para o Fisco. Nos anos 80, esse número aumentou discretamente para 77 dias. Nos anos 90, a quantidade de dias trabalhados...

(Interrupção do som.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– ... para pagar os seus impostos subiu para 102 dias. Com base em dados de 2006, o cidadão trabalha em média 145 dias por ano; 4 meses e 25 dias apenas para honrar seus compromissos com o Fisco. Quatro meses e 120 dias o cidadão trabalha apenas para honrar seus compromissos com o Fisco.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a reforma é necessária. Agradeço aos Senadores que me apartearam: Neuto De Conto, Augusto Botelho e Rosalba Ciarlini.

A reforma é necessária.

(Interrupção do som.)

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB – RN)

– Agora, se vamos fazê-la, acho infelizmente que não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Convidamos o Senador Augusto Botelho para usar da palavra.

Agora vamos fazer um pacto aqui com a assembleia: dez minutos. Os discursos mais bonitos são os de Cristo: um foi de um minuto, outro, de três, o Sermão da Montanha e o Pai-Nosso. Dez minutos para cada um, e está tudo bem.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, primeiramente gostaria de agradecer ao Senador Flexa a gentileza de ter-me cedido sua vez para falar aqui.

Não é qualquer novidade o fato de o Brasil ter-se tornado um dos destinos prioritários para os investimentos estrangeiros, à mercê de sua estabilidade econômica, de sua visibilidade no cenário global e do reconhecimento, agora pela quarta agência internacional de classificação, da confiabilidade da dívida pública, alçada à condição de grau de investimento.

Aos poucos, o Brasil vai-se consolidando não apenas como um país de economia estável e de bons fundamentos, mas como uma nação que busca o desenvolvimento sustentável, preocupado com a preservação dos recursos naturais e com a qualidade de vida das gerações futuras.

A publicação *Pescando o Desenvolvimento Sustentável*, recentemente editada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, é um depoimento eloquente desta estratégia do Governo Federal de aliar políticas públicas

adequadas e a participação dos agentes econômicos tradicionais na busca de sustentabilidade para o setor. É, ao mesmo tempo, um testemunho da ação governamental, que, se de um lado estimula a diversificação do parque industrial, a verticalização do agronegócio, o incremento das exportações, de outro não esquece setores da economia menos organizados ou historicamente relegados a segundo plano – setores como, por exemplo, a agricultura familiar ou a pesca, de grande importância para a geração de empregos e de renda e até estratégicos para o abastecimento alimentar.

Não se concebe, Sr. Presidente Mão Santa, que um país como o nosso, com algumas das maiores bacias hidrográficas do planeta e com 8,5 mil quilômetros de costa litorânea consuma tão pouco peixe e tenha uma produção de pescado tão inexpressiva – 1,1 milhão de toneladas anuais.

No Estado do Senador Neuto De Conto, o consumo de peixe é mais elevado do que nos outros Estados e é uma atividade de importância econômica. Esse discurso meu não vale para Santa Catarina.

O consumo anual de peixe em nosso País é de apenas sete quilos por habitante, enquanto a média mundial é de 16 quilos. A Organização das Nações Unidas, por reconhecer no peixe um alimento saudável, com proteína de boa qualidade e indicado para prevenir ou reduzir o sobrepeso, a obesidade, o aumento das taxas de colesterol e da diabetes – tudo isso a carne de peixe ajuda a evitar –, recomenda a ingestão de, no mínimo, 12 quilos por ano, por pessoa.

A situação agora começa efetivamente a mudar. Entre outros passos decisivos para aumentar o consumo de pescados, para aumentar a produção e para melhorar as condições socioeconômicas dos 3,5 milhões de brasileiros que vivem da pesca, podemos citar, inicialmente, a transformação, em 29 de junho deste ano, da Secretaria da Pesca e Aquicultura, que havia sido criada pelo nosso Presidente Lula em 2003, em Ministério da Pesca e Agricultura. Com mais autonomia, estrutura, responsabilidades e recursos, o Ministério tem melhores condições de consolidar o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva da pesca e da aquicultura no Brasil.

Outro fator importante, também ocorrido neste ano, foi a entrada em vigor da Lei nº 11.959, a chamada Lei da Pesca e Aquicultura, em substituição ao Decreto nº 221, que já não atendia às necessidades do setor. A nova legislação reconhece os pescadores e aquicultores como produtores rurais, promovendo sua inclusão social e garantindo-lhes os benefícios da política agrícola, como acesso a linhas de créditos mais vantajosas – uma das coisas mais importantes que cito dessa lei. Reconhece também como trabalhadoras

da pesca as mulheres que desempenham atividades complementares à pesca artesanal, como, por exemplo, conserto de redes, beneficiamento e comercialização do pescado e de seus subprodutos.

Para oferecer melhores garantias de trabalho aos pescadores e traçar políticas adequadas para o setor, o Ministério promoveu um amplo recenseamento dos pescadores e aquicultores em todo o território nacional, agora em vias de finalização. Esse cadastramento é essencial, Sr^{as} e Srs. Senadores, para que o Ministério possa, ao mesmo tempo, combater a pesca predatória e os falsos pescadores, enquanto promove políticas de inclusão social e de sustentabilidade da produção, formalizando os verdadeiros profissionais.

Não podemos esquecer, entre as boas novas para o setor, dos investimentos em informação, pesquisa e tecnologia, especialmente com a criação da Embrapa Pesca e Aquicultura. A Embrapa, cujos serviços prestados ao País dispensam comentários, já anunciou a contratação de novos pesquisadores para intensificar os seus trabalhos nessa área, de forma a obter produtividade e evitar agressões ao meio ambiente.

Um dos planos do Ministério, a ser desenvolvido com o apoio da Embrapa, é o incremento do cultivo de peixes na Amazônia, como substituição, em algumas áreas, à criação de gado. Aqui quero citar dois produtores rurais do meu Estado que fizeram essa substituição. Esses dois produtores, tradicionalmente, eram produtores de gado, inclusive descendentes de produtores de gado. Trocaram a criação de gado por criação de peixes. Falo de Ivanildo Lucena e de Aniceto Wanderley. Ambos trocaram e estão muito satisfeitos. O meu Estado já fornece peixe para o Amazonas, produzido pelos nossos produtores rurais. São muitos produtores. Cito esses dois porque criavam, tradicionalmente, gado. Nasceram e foram criados em um meio de produção de gado. Abandonaram a criação de gado e agora só criam peixes.

Essa atividade ampara-se na vocação natural da região e leva em consideração, além da preservação da floresta, o menor custo de produção do pescado. A criação do pirarucu, por exemplo, deve ser uma das prioridades em função de sua alta produtividade, pois essa espécie pode alcançar dez quilos em apenas um ano. O pirarucu ainda está sendo estudado. Nós não temos ainda condições de fazer um grande investimento; mas está sendo trabalhado.

Os planos para o setor, Sr^{as} e Srs. Senadores, são ambiciosos. Por meio do Plano Mais Pesca e Aquicultura, o Ministério vai investir cerca de R\$2 bilhões até 2011. Assim, pretende desenvolver a pesca de espécies nobres, como o camarão e o atum, em águas profundas; vai beneficiar o nosso Estado que já tem

muita experiência nisso, bem como Santa Catarina; aumentar a pesca em áreas de grande potencial, como bacias, açudes e represas; modernizar a frota artesanal, a frota dos pescadores mais pobres, para dotar os pescadores de embarcações mais seguras e mais eficientes na captura; construir trapiches, entrepostos de pescados e fábricas de gelo, voltados prioritariamente ao pescador artesanal; e transferir tecnologia para implantação de viveiros em áreas rurais para atender até 27 mil famílias. Esse projeto inicial pretende atingir 27 mil famílias.

Uma condição essencial para garantir a sustentabilidade do setor é o respeito à legislação que estipula os limites de pesca a determinadas quantidades e que prevê o respeito ao período de desova e aos ciclos de reposição das espécies. Para evitar que pescador exerça sua atividade nos períodos do defeso, milhares desses profissionais recebem hoje o seguro-defeso, com o objetivo de prover o seu sustento no período em que a pesca é proibida. Talvez em Santa Catarina recebam isso há muito tempo, mas na Região Amazônica só agora, nos últimos cinco, seis anos, foi que essa coisa se tornou um fato e uma realidade.

O cadastramento que está sendo concluído pelo Ministério da Pesca e Aquicultura, Sr. Presidente,....

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Estou terminando.

... assim como as medidas algumas medidas na área de fiscalização, contribuirá de forma significativa para garantir uma oferta de peixes contínua.

A par de todas essas medidas, o Governo vem incentivando a união dos verdadeiros profissionais da pesca, com estímulos à criação de cooperativas e associações. Estima-se que até 2011 cerca de 200 dessas entidades estarão em atividade e em condições de repassar aos pescadores assistência técnica e capacitação, além de consolidar as noções de cooperativismo e associativismo.

O Sr. Osvaldo Sobrinho (PTB – MT) – V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Com todo prazer, Senador Osvaldo.

O Sr. Osvaldo Sobrinho (PTB – MT) – Senador, estou acompanhando aqui o seu pronunciamento e, na verdade, quero parabenizá-lo, porque é uma atividade que até há pouco tempo praticamente era esquecida no Brasil. Ao longo dos últimos cinco, seis, sete anos, não houve por parte do Governo o incentivo no sentido de que se possa produzir mais esse tipo de alimento. E Mato Grosso, o meu Estado, o Centro-Oeste principalmente, tem dado uma ênfase especial nesse sentido. Para o senhor ter uma ideia, o Prefeito

da capital a pouco estará inaugurando 100 tanques de peixes na periferia de Cuiabá. Manda-se fazer o tanque, depois se dá o alevino e tal, e a família cria esse peixe para seu alimento pessoal e também para uma renda extra que pode fazer. Isso não é só exemplo de Cuiabá. O Governo do Estado também tem motivado, tem incentivado, esse tipo de atividade porque acredita que é uma forma de atender à família, ao pequeno agricultor, àquelas famílias de baixa renda que têm condições de, através disso aí, tirar uma renda para sua família e melhorar o seu índice de vida. Portanto, é uma atividade espetacular. Para Mato Grosso, na sua região principalmente, que tem muita água, um clima muito bom, então, é uma atividade que está em expansão, que está crescendo e que pode dar emprego a centenas de milhares de pessoas. Além do que, o mercado...

(Interrupção do som.)

O Sr. Osvaldo Sobrinho (PTB – MT) – ... precisa desse alimento, que é necessário que se faça, não só para a população do Brasil, mas também se use para exportação. Portanto, é um tema atual, é um tema moderno, é um tema que vale a pena ser ressaltado. O que precisa é a autoridade, que tem poder de mando, começar a incentivar mais, inclusive com linhas de financiamento, principalmente para o pequeno agricultor, a fim de que ele possa verdadeiramente utilizar e a gente possa colocá-lo na inclusão social e, consequentemente, esse produto no mercado, a fim de que possa gerar renda e emprego para as famílias. Parabenizo V. Ex^a por um tema tão importante que levanta aqui hoje.

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – Muito obrigado, Senador. Realmente, lá em Roraima já tem acontecido a formação desses tanques na agricultura familiar para a criação de peixe. É uma coisa muito importante e melhora a qualidade de vida realmente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil vive um bom momento na sua economia e no seu reconhecimento internacional. Os pescadores e aquicultores brasileiros, que por muito tempo foram relegados a um segundo plano...

(Interrupção do som.)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – ... muito tempo relegados a um segundo plano...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. AUGUSTO BOTELHO (Bloco/PT – RR) – ... e até esquecidos, são agora convocados pelo Governo Federal a participar desse novo tempo, incrementando sua atividade de forma sustentável, gerando emprego e renda, contribuindo para preservar a nossa segurança alimentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Com os nossos cumprimentos, convidamos agora a oradora inscrita Serys Slhessarenko.; depois o próximo inscrito é Neuto de Conto.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou nesta tribuna para registrar que a Associação Matogrossense dos Municípios, a nossa AMM, realizará nos dias 5 e 6 de novembro, (quinta e sexta-feira), no Centro de Eventos do Pantanal, em Mato Grosso, na nossa Cuiabá, o VI Encontro de Prefeitos Mato-Grossenses – prefeitos e prefeitas.

O foco do evento será o debate de questões municipalistas, com análise crítica sobre as propostas de desenvolvimento para os Municípios. O objetivo do encontro é desenvolver ações que promovam o fortalecimento dos Municípios através do debate de ideias e troca de experiências.

Levarei para este evento diversas informações sobre programas do Governo Federal como o “Minha Casa minha Vida, Luz Para Todos, Bolsa Família, Agricultura Familiar, Alimentar Escolar, Televisão Pública Digital, Rádio Comunitária, Telecentros, e tantos outros...”

Sim, Sr. Presidente, temos muito a mostrar. Nosso Governo, o Governo do Presidente Lula, vem buscando com sucesso atender antigas demandas dos prefeitos e prefeitas de todo o País.

Nosso Governo criou um espaço permanente de diálogo, dando vida ao Comitê de Articulação Federativa (CAF), formado pelas três entidades nacionais – Associação Brasileira de Municípios (ABM), Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e a Frente Nacional dos Prefeitos (FNP) – e 19 ministérios.

Este novo instrumento já alcançou vários avanços em prol dos Municípios brasileiros, como a ampliação do FPM, a Transferência Direta dos Recursos do Salário-Educação, a Delegação da Cobrança e Fiscalização do Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) aos Municípios, a Regulamentação dos Consórcios Públicos, o novo Marco Regulatório do Saneamento, a nova Lei do Imposto sobre Serviços (ISS) e a Partilha da Contribuição no Domínio Econômico (Cide).

Muito nós já temos conquistado, e quando digo nós são aqueles que acreditam, confiam e defendem o municipalismo. Eu sou um desses Parlamentares. Sou municipalista, sim. Digo sempre que é lá no Município que as coisas acontecem diretamente. A população não vive no espaço; ela vive na localidade, e é na localidade que estão os problemas que atingem diretamente a população: é o buraco na rua, a questão do posto de saúde, a emergência na área de saúde,

o remédio que falta, a farmácia popular que está com algum problema, a escola. Enfim, os problemas estão junto à população. E quem está junto à população, em termos de autoridade, é o Prefeito, o Vice-Prefeito, a Prefeita, são os Vereadores e as Vereadoras, porque é neles que a população chega com facilidade. Já no Deputado, no Senador, no Governador, no Presidente da República é bem mais difícil chegar.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE)

– V. Ex^a me concede um aparte, Senadora Serys?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Pois não, Senador Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senadora, V. Ex^a tem toda a razão quando enaltece a posição do Município e a posição do dirigente municipal diante dos problemas que é obrigado a enfrentar e a resolver diariamente, hora a hora, minuto a minuto. Não só na prefeitura, na sua residência, onde quer que ele ande, é uma figura procurada insistentemente por aqueles que moram no Município. Portanto, resolver a situação dos recursos dos Municípios é resolver a situação do Brasil. Para tanto, acho que, neste momento, apesar do esforço realizado pelo Presidente Lula, de dar uma cobertura às prefeituras municipais, para que não tivessem uma receita menor do que no ano passado, a despesa tem aquele efeito vegetativo, quer dizer, aquele crescimento vegetativo em razão da inflação, em razão das despesas que aumentam. As prefeituras estão vivendo um momento realmente especial, e a solução, poderá ser um reforço financeiro, uma renúncia, quem sabe, da própria União de uma parte das contribuições sociais, e também um reforço no Fundo de Participação dos Municípios. Do contrário, a crise vai continuar indefinidamente, infelizmente, principalmente em mais de 90% das pequenas e médias prefeituras do Brasil.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Valadares. Endosso as suas palavras aqui – concordo e assino embaixo. Como eu dizia, muita coisa tem sido feita, mas muita coisa precisa ser feita ainda para, realmente, as nossas prefeituras terem a sua autonomia assegurada, autonomia em termos de conseguir melhorar a qualidade de vida da população na base da nossa sociedade, que é lá no Município.

Mas muito ainda, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, senhoras e senhores que nos ouvem, que nos veem, teremos e haveremos de conquistar. Já conseguimos algumas vitórias importantes, inclusive com relação à descentralização do FPM, que foi 1%, mas eu diria que é preciso mais.

Entre os palestrantes que lá estarão com as Sr^{as} Prefeitas e os Srs. Prefeitos que nós aguardamos... Te-

mos 141 Municípios em Mato Grosso, e esperamos, com certeza, que a grande e absoluta maioria lá esteja sob a coordenação do Presidente Pedro Ferreira, que é Prefeito de Jauru e preside a Associação Mato-Grossense de Municípios atualmente.

Entre os palestrantes já confirmados para o primeiro dia do evento estão o comentarista esportivo Milton Neves, com o tema Copa do Mundo 2014 – Oportunidades para o Estado de Mato Grosso; o secretário executivo do Ministério das Cidades, Dr. Rodrigo Figueiredo, que falará sobre Recursos, repasses e prestação de contas; o gerente regional da Caixa Econômica Federal, José Luís Dias, com o tema Solução para Gestão Pública; o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Dr. Valter Albano, com a palestra Planejamento Estratégico, Contas de Gestão e Contas de Governo; Dr. Mauro Sérgio Bogéa, diretor da Esaf e Dr. Luiz Alberto de Almeida Palmeiras, que vão apresentar o PNAFM; e a gerente de divisão da Diretoria do Governo do Banco do Brasil, Regina Célio Poncio Peixoto, que explanará sobre Linhas de Crédito BB para o setor público. Para o segundo dia do encontro estão confirmados o superintendente do Incra, Willian César Sampaio, que ministrará a palestra Regularização Fundiária do Estado de MT; o presidente do Intermat, Afonso Dalberto, que falará sobre Regularização Fundiária, e o representante do Sebrae MT, Sandro Salvatore, com o tema Prefeito Empreendedor.

Neste evento dos Prefeitos, será realizado também O VIII Encontro das Primeiras-Damas Mato-Grossenses, e, de imediato, felicito e conclamo a todas para tornarmos nosso Estado cada vez melhor. Com sua presença, poderemos levar uma discussão que, realmente, torne o nosso Estado de Mato Grosso cada vez melhor.

Parabenizo esta iniciativa da Associação Mato-Grossense de Municípios, que em boa hora mobilizou nossos Prefeitos para que participem e possam aproveitar para trocar experiências e aprimorar o trabalho na administração pública municipal.

Registro que na abertura do evento estarão presentes o Presidente da Associação Mato-Grossense dos Municípios, como já disse aqui, o Prefeito Pedro Ferreira; o Governador Blairo Maggi; o Vice-Governador Silval Barbosa; o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado José Riva; o Presidente da Confederação Nacional dos Municípios, Paulo Ziulkoski; Deputados e Deputadas, Senadores e esta Senadora também; o Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Antônio Joaquim, a Presidente da APDM, Alessandra Campos de Abreu Nicoli, entre outras autoridades.

Parabéns à Associação Mato-Grossense de Municípios por esta feliz esta iniciativa.

Eu diria que isso faz com que a gente tenha cada vez mais clareza e maior entendimento sobre a importância do Município na vida da população. Acredito, com muita clareza, que as grandes transformações da sociedade têm condições de serem aceleradas e realmente acontecerem a partir do momento em que a gente consiga que a base da sociedade – e em termos de poder é o Município – esteja consciente da importância da sua determinação na busca, na conquista da vocação de desenvolvimento econômico, com sustentabilidade ambiental, é óbvio, do seu Município.

Que a sociedade, no âmbito municipal, se organize para conquistar...

(Interrupção do som.)

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Senador Mão Santa, por mais um minuto.

Que na base da sociedade, que é lá no Município, as lideranças políticas, as lideranças da sociedade de um modo geral, se organizem e busquem entender, compreender e definir a vocação do Município ou de uma região, de um conjunto de Municípios. Determinada essa vocação, é buscar a conquista da concretização dessa vocação.

Eu tenho exemplo fantásticos – poucos ainda, mas já há alguns Municípios no meu Estado de Mato Grosso que conseguiram desvelar qual seria a vocação real de seu Município – de um conjunto de dois, três ou quatro Municípios. E, a partir dessa clareza, estão conquistando realmente o desenvolvimento econômico com sustentabilidade ambiental e obviamente conseguindo a melhoria da qualidade de vida da sua população.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Essa foi a Senadora Serys Slhessarenko, mostrando suas preocupações com o desenvolvimento dos Municípios brasileiros.

Convidamos para usar a palavra, agora, o Senador Neuto De Conto, do PMDB de Santa Catarina.

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, a tecnologia, o equipamento eletrônico, tem dado ao Brasil e aos brasileiros a oportunidade da rapidez em curta distância e, principalmente, reduz tempo. Podemos citar os exemplos de uma operação bancária, uma transferência de recurso, um depósito – ele é *on-line*; instantaneamente ele aparece na conta de qualquer cidadão, em qualquer parte do mundo.

A urna eletrônica também foi um fato fantástico no Brasil. Ela é praticamente instantânea: termina a votação e acontece o escrutínio numa rapidez fantástica.

Podemos falar na comunicação: aconteça o que acontecer, em qualquer parte do mundo, ela nos alcança e adentra os nossos lares num lampejo.

Mas a máquina desemprega. A máquina tira o emprego dos homens, passa a executar suas tarefas. Só temos um caminho, entre os poucos caminhos existentes, para utilizar essa mão-de-obra que, gradativamente, vai se transferindo do setor produtivo qualificado para o setor de serviços. E, no setor de serviços, é o turismo o grande empregador neste momento.

Participamos, nos últimos dias do mês de outubro, do 37º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens e Feiras das Américas – Abav, no Riocentro, no Rio de Janeiro. Lá, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cadastraram-se e estiveram presentes 12.552 profissionais de turismo; 909 organizações da imprensa; expositores e prestadores de serviços: 7.328 pessoas de 42 países; empresas expositoras: 681.

A maioria dos Estados brasileiros estava lá expondo sua potencialidade, sua capacidade e suas riquezas para demonstrar ao Brasil e ao mundo a vocação para o turismo. Lá também estiveram os países das duas Américas para apresentar o seu desenvolvimento em defesa do turismo, mostrando monumentos históricos, belezas naturais e, principalmente, festas regionais.

Participamos também do almoço de lançamento da temporada de cruzeiros marítimos, promovido pela Abравemar – Associação Brasileira de Representantes de Empresas Marítimas, que foi significativo e importante, e aconteceu a bordo do MSC Lírica, no porto do Rio de Janeiro.

Participamos também da entrega do prêmio “O Melhor de Viagem e Turismo”, revista *Viagem e Turismo*, da Editora Abril, no morro da Urca, no Rio de Janeiro.

Foi uma noite bastante significativa para Santa Catarina. Lá estiveram presentes o Governador em exercício, Leonel Pavan; o Secretário de Turismo, Cultura e Esporte, Dr. Gilmar Knaesel; o Presidente da Santur, Valdir Walendowsky e personalidades do comércio e da indústria. Fomos agraciados com o prêmio de “Melhor Destino Turístico do Brasil” nos anos de 2007 e 2008 e, agora, em 2009. O Brasil tem direção. A América Latina e o próprio universo têm se dirigido para este meu querido Estado de Santa Catarina.

Mais: o prêmio de “Melhor Resort de Praia” foi concedido ao Costão do Santinho. Florianópolis foi escolhida a segunda melhor cidade para o turismo. Boqueirão de Lajes ficou com o segundo lugar de “Melhor Hotel Fazenda”; e Beto Carreiro World ficou em segundo como “Melhor Parque Temático do Brasil” neste ano. Florianópolis ficou como a terceira maior

cidade para o turismo, atrás somente do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Esses dados, eu trago com muita satisfação, Sr. Presidente, para registrar, primeiramente, a força do turismo para o emprego, a força da mão de obra de que ali se dispõe.

O turismo no Brasil cresceu na última década, tornando-se o quinto melhor desempenho de exportações nacionais segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Secex/MDIC) e do Banco Central do Brasil (BACEN). O dinheiro obtido com o turismo de exportação em 2008 foi de US\$5,8 bilhões, somente abaixo do minério de ferro (US\$ 16,5 bilhões), do petróleo bruto (US\$ 13,6 bilhões), da soja em grão (US\$ 11 bilhões) e da carne de frango (US\$ 5,8 bilhões).

Esse crescimento turístico reflete-se nos números.

No exercício de 2002, visitaram o Brasil dois milhões de pessoas. Em 2008, esse número passou para cinco milhões de pessoas, sendo seu gasto, em média, de mil dólares *per capita*.

Vamos a alguns dados.

Esses 5,1 milhões de pessoas que nos visitam vêm, pela ordem, da Argentina, dos Estados Unidos, da Itália, da Alemanha, do Chile, de Portugal, do Paraguai, da França, da Espanha e do Uruguai. Os que mais investem, os que mais deixam recursos, os que mais contribuem com o País são: Espanha, França, Itália, China e Alemanha. O Brasil fica em 39º lugar na receita e em 41º no número de visitantes.

É necessário e urgente que cresçamos, em especial agora, apoiando-nos nos quatro grandes eventos esportivos a serem realizados: os Jogos Mundiais Militares no Rio em 2011; a Copa das Confederações em 2013; a Copa do Mundo de Futebol da FIFA em 2014; e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016.

Para isso, contamos com os governos federal, estaduais e municipais para criarem melhores condições de infraestrutura, e esperamos todo o apoio da iniciativa privada e de todas as organizações relacionadas com o turismo para que divulguem melhor o País além das fronteiras.

Nesse ponto, vemos como é relevante o papel da Associação Brasileira de Agentes de Viagem (Abav), que representa dignamente as agências de viagens; promove o bem-estar social e...

(Interrupção do som.)

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – ...o conagraçamento da classe em todo o território nacional; defende os legítimos interesses da indústria do turismo como um todo, com importante papel junto aos pode-

res públicos no estudo e solução dos problemas do setor; fomenta o desenvolvimento do turismo nacional em todas as suas manifestações; divulga matérias de interesse da entidade, levando ao conhecimento dos associados todos os acontecimentos referentes ao turismo nacional; promove congressos, exposições de turismo e conferências que contribuam para o desenvolvimento técnico do setor; e, o mais relevante, promove, por meio de seu instituto, o ICCABAV, a valorização e o treinamento de recursos humanos.

Por fim, é de destaque também a atuação...

(Interrupção do som.)

O SR. NEUTO DE CONTO (PMDB – SC) – ...da Associação Brasileira de Representantes de Empresas Marítimas (Abravemar), que tornou realidade o turismo em cruzeiros na costa brasileira. Somente entre 2008 e 2009, no Brasil, os cruzeiros marítimos movimentaram quase US\$350 milhões. Mais de 500 mil turistas embarcaram nos dezesseis navios que navegaram pelas nossas costas.

Nesta próxima temporada, 2009/2010, serão dezoito navios nas águas brasileiras, oferecendo mais de 900 mil leitos. Não podemos esquecer que uma das bases propostas para abrigar turistas durante os Jogos do Rio 2016 serão os navios de cruzeiro.

Por fim, que essa perspectiva turística seja alcançada e mantida, mesmo no período após 2016, e possamos alcançar o nível das dez maiores potências de turismo no mundo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, está no turismo o grande filão do emprego das próximas décadas. A máquina, a informática e a tecnologia desempregam. Embora avancem na sociedade, transferem a mão de obra para os serviços, e na tecnologia do serviço está o grande filão para o emprego, para o desenvolvimento, para o bem-estar social de todos os brasileiros e da nossa própria Pátria, o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora é o nosso Valter Pereira e, depois, vamos alternar com o Líder do PCdoB. Depois do Líder do PCdoB, já anuncio, para a Paraíba e para o Brasil, Cícero Lucena. E nós vamos chegando a todos.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI. *Fora do microfone.*) – Valter Pereira, dez é a nota que V. Ex^a merece e seria o tempo ideal.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Eu vou cobrar de V. Ex^a também esses dez minutos em sua futura fala quando eu estiver presidindo essa Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Agora, V. Ex^a vem para cá, eu vou para aí. Dez minutos para mim.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Não há problema: dez minutos.

Sr. Presidente, há uma matéria do *Correio Brasileiro* de ontem que não pode deixar de merecer o nosso comentário. Produzida pelo jornalista Edson Luiz, ela aborda uma questão muito polêmica, que está na fonte de toda a criminalidade, que são as drogas. O título dessa matéria:

“Versão potente da maconha é produzida no Brasil”.

Subtítulo:

Avaliação é de que um agrotóxico utilizado normalmente na agricultura é aplicado nas plantações ilegais.

A substância aumenta a floração da planta e a concentração do THC, tornando os efeitos psicotrópicos mais fortes e viciantes.

Continua a matéria:

O Brasil já está produzindo, no Nordeste, o Skank, um tipo de maconha com efeitos psicotrópicos e bem mais viciantes do que as drogas comuns. Para isso, produtores estão utilizando um tipo de agrotóxico, liberado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, Anvisa, e utilizado normalmente na agricultura. O produto faz com que a planta cresça de forma mais rápida e diminua o tamanho. A descoberta foi feita pela Polícia Federal, que encontrou galões de paclo-butrazol durante operações de erradicação em alguns Estados da região.

A Polícia Federal poderá vir a controlar a venda da substância no Nordeste para evitar o seu uso nos cultivos de maconha. O relatório do Setor de Investigação de Desvio de Produtos Químicos da Polícia Federal obtido pelo Correio com exclusividade mostra que a supermaconha já existe no Brasil. O documento é resultado de uma análise feita nessa substância encontrada pelos agentes federais nas plantações.

Para que a maconha esteja pronta para ser colhida são necessários 120 dias.

O processo envolve quase as mesmas técnicas de algumas plantações agrícolas.

Nos primeiros 30 dias, as sementes germinam em sementeiras. Depois, são transportadas para covas, onde permanecem por 90 dias. O agrotóxico seria utilizado justamente para encurtar esse tempo”

Dessa notícia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é possível tirar algumas lições.

A primeira delas é a de que a produção de maconha está desenvolvendo tecnologia de produtividade e de qualidade.

A qualidade, certamente, está associada à potencialização do THC, ou tecnicamente definido como TetraHidroCarabinol, que é o princípio ativo da maconha.

Mas a notícia não esclarece uma indagação crucial: como se chegou essa descoberta?

Será que foi obra do acaso, ou a maconhacultura, está fazendo pesquisas e experimentações?

De qualquer forma, a descoberta pode estar despertando mais ambição de lucro e maior incentivo ao consumo.

E no contrapé, poderá aumentar os riscos à saúde, porque a manipulação amplia os seus efeitos psicotrópicos como também oferece um perigoso risco, que é decorrente da presença do agrotóxico.

Aliás, esse é um dado de alta relevância. A partir da entrada no mercado dessa nova variedade de maconha, os usuários estarão inalando, junto com o THC, esse agrotóxico chamado Paclo-butrazol.

E, como todos os agrotóxicos, a ação deste não deve ser nada saudável para a saúde dos consumidores, dos dependentes químicos dessa droga.

Todavia, Sr. Presidente, eu volto à leitura da notícia, porque ela traz mais dados importantes. Prossegue a matéria – abrem aspas novamente:

“A prática de se utilizar o Paclo-butrazol pode não somente fornecer maconha mais florida e mais forte – que também hoje é definida como (Skank), como também permitir que o seu tamanho seja diminuído (o que pode facilitar a camuflagem quando a técnica empregada é a mera visualização aérea) e encurtar o tempo de maturação (possivelmente para dois meses, esse último fato certamente deverá ter impacto em operações de combate à maconha, que, comprovadas tais questões, deveriam ser levadas a efeito de mês a mês,[observam os peritos da Polícia Federal].

Vejam, Sr. Presidente e Srs. Senadores, além das vantagens comerciais, a estatura da nova variedade de maconha acaba cumprindo uma finalidade estratégica. Exibindo pequeno porte e menor tempo de desenvolvimento, acaba dificultando a descoberta dessas lavouras.

A matéria do *Correio Brasileiro* esclarece ainda:

“O agrotóxico aumenta o florescimento da planta e permite...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – *..que haja uma maior concentração de tetrahydrocannabinol (THC), [o princípio ativo da maconha], responsável pelos efeitos psicotrópicos da droga”.*

Continua a matéria:

“Diante disso, as plantas mais floridas seriam aquelas em que mais THC seria encontrado, o que tornaria a espécie de melhor qualidade, sobretudo no comércio ilícito de maconha,[diz o relatório da Polícia Federal].

Sob todos os pontos de vista, Sr. Presidente, os traficantes estão, na verdade, descobrindo o pré-sal da maconha.

A matéria do jornalista Edson Luiz destaca ainda que...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Mais uns dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Dois minutos. Cristo fez o Pai Nosso em um minuto.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Mais uns dois.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a é irmão de Cristo, filho de Deus.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Não, eu sou filho de Cristo, porque Cristo é filho de Deus. Então, nós somos irmãos e pai. Há essa simbiose toda aí que nós precisamos respeitar.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Todo o Pai Nosso, só lembrando, em um minuto.

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – Mas jamais eu teria virtude suficiente para acompanhar um exemplo tão pródigo como este do um minuto do Pai Nosso a que V. Ex^a se refere. Mas, de qualquer forma, nós vamos nos empenhar aqui para concluir o nosso pronunciamento no tempo regulamentar.

Diz aqui a notícia produzida pelo jornalista Edson Luiz:

“O relatório recomenda à Coordenação de Repressão a Entorpecentes da Polícia Federal que, apesar de o agrotóxico ser controlado pela Anvisa e pelo Ministério da Agricultura, deveria haver a necessidade de registrar as vendas do produto, principalmente no Nordeste.”

A Polícia Federal tem toda a razão, Sr. Presidente: é preciso romper a burocracia e estabelecer as mais rigorosas normas para impedir o acesso de delinquentes ao Paclo-butrazol, o agrotóxico potencializador da maconha.

O ideal seria até tirá-lo do mercado, mas essa possibilidade precisa ser precedida de estudo sobre o grau de sua importância para a agricultura.

Todavia, um controle rigoroso, com registro de compra e venda e fiscalização de seu uso já é um grande passo. É um passo que precisa ser dado com urgência.

E isso deveria ser atribuído o mais rápido possível à Polícia Federal, já que ela realiza idêntico trabalho em outros produtos químicos que são hoje da sua alçada fiscalizar.

A própria publicação, a própria matéria do jornalista lembra disto:

“A Polícia Federal mantém hoje controle e fiscalização permanente de 146 substâncias químicas para evitar que elas sejam usadas no refino de cocaína ou mesmo como droga.

Entre os produtos, estão alguns conhecidos e utilizados no cotidiano da população, como éter etílico, acetona e cimento. No caso da acetona e do éter, por exemplo, a embalagem vendida no varejo só pode chegar a ter 500 mililitros.”

Para aqueles que sustentam que é reduzida a ação psicotrópica da maconha, para justificar a sua descriminalização, a notícia mostra que essa droga não é tão despida de perigo como apregoam. Além de portal para drogas mais pesadas, a maconha tem semeado a desgraça em todos os segmentos sociais.

A propósito disso, Sr. Presidente, já quase concluindo, já estou no ocaso do meu pronunciamento, gostaria de fazer a leitura de mais uma pequena matéria, um texto pequeno que diz sobre as desgraças que essa erva, que essa planta provoca nos lares brasileiros. Vejam aqui o título: “Mulher é flagrada levando maconha para o filho, que é interno do Cíago”.

Eis a notícia:

Uma mulher foi flagrada levando droga para o filho, que é interno do Centro de Internação de Adolescentes Granjas das Oliveiras (Cíago), durante visitação neste domingo (1/11). Era por volta das 14 horas, quando foi encontrada na revista detalhada uma quantidade de maconha embrulhada em balas e chocolates.

Segundo informações da Assessoria de Imprensa do Cíago, a droga não chegou a ser entregue ao menino.

A mãe do adolescente foi encaminhada a um Posto Militar que fica no Cíago e, em seguida, para a 29ª Delegacia de Polícia (Riacho Fundo).

A mulher estava em liberdade condicional e foi levada ao Presídio Feminino do Gama (Colméia).

Veja, Sr. Presidente, o que estamos vendo aqui? Algumas desmistificações, uma delas com relação a essa...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ...polêmica da descriminalização, que hoje está quase caindo na moda, há muita gente importante defendendo a descriminalização da maconha.

E aqui temos a prova de que ela não pode ser descriminalizada. Por quê? Porque ela oferece riscos que ainda estão escondidos e que precisam ser devidamente avaliados.

A segunda questão levantada aqui é a liberdade condicional. A liberdade condicional hoje está sendo concedida mediante um simples atestado fornecido pelo diretor do presídio. Isso faz com que um grande...

(Interrupção do som.)

O SR. VALTER PEREIRA (PMDB – MS) – ...contingente de delinquentes, ou sejam beneficiados com a progressão de regime, ou sejam levados para a liberdade condicional precocemente, para voltar a delinquir.

Todos os dias, nós estamos assistindo a notícias de crimes praticados por delinquentes que foram beneficiários de liberdade condicional ou de progressão de regime.

Ao fazer esse registro, Sr. Presidente, quero dizer que chegou ao fundo do poço esse grau de dependência e a própria degradação da instituição da família, como vimos aqui, com o exemplo da mulher que foi socorrer o filho, levando-lhe drogas no próprio presídio.

Mas, ao finalizar aqui a nossa fala, Sr. Presidente, quero fazer o registro de que esta luta é de todos nós, é uma luta do Senado e uma luta que não vai parar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Com os nossos cumprimentos pelas preocupações com o consumo de drogas em nosso País.

Agora, com a palavra o Senador Inácio Arruda, Líder do PCdoB, com toda certeza o maior Líder do partido em nosso País, com perspectivas invejáveis na política do Ceará e do Brasil.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço bastante, meu caro Presidente Mão Santa.

Como V. Ex^a, com a sabedoria que lhe é peculiar, agora pertence ao Partido Social Cristão, quero registrar a presença aqui de uma quantidade razoável de pastores evangélicos...

(Interrupção do Som.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Perdão; é que eu estava exigindo que saísse ali 10, que é a nota que eu quero dar a V. Ex^a.

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Então, quero registrar aqui a presença de pastores de igrejas evangélicas de nosso País. Temos aqui o Pastor Pedro Ribeiro, o Pastor Hilton, o Pastor Flávio Bezerra, o Pastor João Campos e o Pastor Márcio Marinho, que exercem, ao mesmo tempo, também, mandatos parlamentares, são Deputados Federais de vários Estados brasileiros.

Há poucos dias – V. Ex^a bem sabe – nós aprovamos aqui um tratado entre o Brasil e o Vaticano, que faz uma série de concessões à atuação da igreja católica, e – digamos assim – foi aprovado por todos nós. Acho que aqui foi aprovado por unanimidade, no Senado Federal; na Câmara, não tenho essa informação, se foi por unanimidade, mas deve ter sido da mesma forma; com emendas ou com observações, mas foi aprovado por unanimidade.

E, nesse propósito, as demais religiões, muito justamente, ofereceram uma proposição para permitir o que nós chamamos, na nossa Constituição, de igualdade de condições para professar os seus credos. Eu lembro que Jorge Amado assumiu essa responsabilidade, como Deputado Federal, em 1946. Foi ele que garantiu, na legislação, que aqueles que professavam uma outra fé não poderiam ser perseguidos pelo Estado, porque era uma perseguição do Estado, com força pública militar. Então isso foi liquidado.

E, agora, também, Sr. Presidente, por determinação da Presidência da Comissão de Educação, o Senador Flávio Arns, fui designado para relatar essa matéria, o que farei com muita satisfação e muita alegria, porque sei que a igualdade é muito importante, até para que cada um possa dar a sua opinião sobre a sua fé, sobre a sua religião. As nossas tribos nativas têm lá os seus credos, os seus ritos. Os negros, que vieram construir a nossa Nação, têm os seus ritos, têm a sua fé. Os evangélicos são uma parcela muito significativa da comunidade cristã, como os espíritas e outras religiões, que também passam a existir com esse fluxo migratório gigantesco que o Brasil recebeu, como os judeus, os islamitas. São todas as religiões que existem no Brasil e que são pregações em torno da paz no Brasil. Aqui, não se guerreia em torno da questão da religião ou não se deve guerrear em torno da religião, porque ela é para pregar a solidariedade.

Nada melhor que essa matéria estar nas mãos de um comunista, que vem da palavra “comum”, que professa a comunhão e a solidariedade entre as pessoas e os povos. Portanto, na próxima semana, eu já oferecerei meu parecer e espero que possamos aprová-lo, também por unanimidade, na nossa Comissão.

Agradeço a presença de todos vocês. Fico muito alegre em saber que é das mãos dos senhores que parte tal iniciativa.

Sr. Presidente, em seguida, eu quero também prestar a minha solidariedade ao povo capixaba e a uma parte do povo mineiro, que vêm sofrendo com a força da natureza. As populações que ocuparam ali os rios, os igarapés, os lagos, as regiões que, muitas vezes, deveriam ser ocupadas pelas águas, sofrem neste instante. Temos de prestar a nossa solidarieda-

de a uma parcela significativa da população de Minas Gerais e ao povo capixaba, porque é o Estado mais atingido pelas fortes chuvas deste período de quase início de verão, mas efetivamente ainda é nossa primavera, com muita água na Região Sudeste. Daqui a pouco, com o verão, teremos, ainda, um período muito longo de chuvas. Assim, quero prestar minha solidariedade, em meu nome e em nome do Partido Comunista do Brasil, a todo o povo capixaba, para que ele resista a mais essa provação a que estão sendo submetidos, pela força da natureza.

Sr. Presidente, quero também registrar que, na próxima quinta-feira, vamos dar início ao XII Congresso do Partido Comunista do Brasil, que se realizará na cidade de São Paulo, no Anhembi. Terá início na quinta, dia 05, e prosseguirá nos dias 06, 07 e 08. Na sexta-feira, dia 06, faremos um ato político com a presença do Presidente da República, de vários dirigentes partidários, nossos convidados, nossos amigos na luta política em nosso País. Nosso partido vai apresentar uma proposta de programa socialista para o Brasil; uma proposição que eu considero avançada, arrojada, porque muito ligada à vida concreta do povo brasileiro. Nós, do Partido Comunista do Brasil, fizemos muitas propostas de programa, mas, normalmente, fazíamos uma proposta que estava muito distante, era muita aspiração dos comunistas, dos socialistas, mas havia muita distância entre nossas aspirações e a realidade.

Esse programa que estamos discutindo, que deverá ser aprovado em nosso Congresso, tem essa peculiaridade: é a sua aproximação com a vida concreta do povo brasileiro. Nós temos, numa expressão popular, meu caro Paim, V. Ex^a, que conhece bem o Partido Comunista do Brasil, nós temos o norte, nós sabemos aonde nós queremos chegar, nós temos o nosso rumo, mas nós precisamos ter um projeto que esteja ligado às aspirações maiores da Nação, do Brasil e do seu povo. E considero que nós estamos, digamos assim, buscando uma aproximação muito forte com essas aspirações populares e nacionais.

Mas, Sr. Presidente, feito esse registro, eu destaco outro tema, um tema que é muito caro a todos nós e que foi fruto da política apresentada pelo Presidente Lula, que é a política de integração sul-americana. É o reforço do Mercosul, é trazer para cá todas as nações, que já são associadas. Essas nações todas da América do Sul já são sócias do Mercosul, o que falta a cada uma dessas nações é uma integração ao Mercosul como estão Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, que são membros plenos. Porém, todos os outros já são sócios, já participam, já são convidados, inclusive no Parlamento do Mercosul.

Então, nós estamos num processo de ampliação estratégica do Mercosul. Isso fortalece o Brasil; isso fortalece a região, a sua integração política, a sua integração econômica e a sua integração social, inclusive das estruturas, meu caro Presidente Mão Santa, das obras de grande porte de ligação. Veja o Tratado de Integração Energética, que é importantíssimo. É a partir do Rio Grande do Sul que vamos dar garantia energética ao Uruguai. O Paraguai já está unido ao Brasil. O Uruguai está unido à Argentina na represa de Salto, gerando energia elétrica para o Uruguai e a Argentina. E a Argentina está integrada ao Paraguai em Yaciretá. Um gasoduto liga o Brasil à Bolívia e a vários outros países sul-americanos. Da Venezuela partirá outro gasoduto, ligando o Norte e Nordeste brasileiro ao Sul, ao Sudeste, estendendo-se pelo Cone Sul.

O que destaco e registro, Sr. Presidente, é o fato de que sempre, pelo grau de conservadorismo nosso, da sociedade brasileira, tratamos logo de espantar um aliado do campo popular, do campo mais avançado; nós buscamos estigmatizá-lo, como foi feito aqui com os evangélicos durante muito tempo, com os umbandistas e com os comunistas. Vamos estigmatizá-los como sendo figuras tais e quais, que não servem ao nosso conviver, porque é um modo, uma maneira de impedirmos a integração.

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – Mas o Brasil, Sr. Presidente, com sabedoria, por intermédio do Senado brasileiro, na Comissão de mérito, digamos assim, que é a Comissão de Relações Exteriores, aprovou a integração da Venezuela ao Mercosul – sabedoria política e sabedoria tendo em vista a estratégia na condução das questões.

Mas eu quero registrar, Sr. Presidente, porque quanto a um a gente o estigmatiza e quanto ao outro a gente se cala, a gente fica mudo. Eu quero deixar registrada – está em espanhol, mas, como essa é a língua do Mercosul ao qual estamos integrados, não vai haver dificuldade – a decisão do Conselho de Estado da Colômbia.

O Conselho de Estado aprovou um documento rejeitando, Sr. Presidente, o acordo militar entre a Colômbia e os Estados Unidos e disse o porquê. Rejeita o acordo porque o acordo determina que quem comanda, quem dirige, quem decide e quem define o conteúdo da presença militar americana na Colômbia não tem em vista, de fato, tratar de narcotraficantes. A presença militar americana – isso é dito textualmente – é para assegurar a presença militar americana no território que engloba toda a Amazônia, que inclui Brasil, Bolívia, Equador, Venezuela, Colômbia e Peru. Esse

acordo foi aprovado contra os interesses do Conselho de Estado da Colômbia. O tratado não foi...

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PT – SC) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O tratado não foi esclarecido sequer para o povo colombiano, nem para nenhum outro. Significa mais ou menos o seguinte: o Presidente da Colômbia, ao dar explicações à Unasul, ao dar explicações ao Brasil e aos demais países da América do Sul, faltou com a verdade. Há outro nome, há outra expressão, mas nós somos diplomatas, não é verdade? Faltou com a verdade com a América do Sul e aprovou um tratado que permite ao Governo dos Estados Unidos da América mobilizar, como e quando quiser, tropas nas fronteiras do nosso país, na fronteira do Brasil. E liquida com a soberania da Colômbia. O Presidente daquele país não pode falar de cabeça erguida, porque o tratado que acabou de assinar, agora, Sr. Presidente, no último dia 30, com os Estados Unidos da América, submete a nação colombiana. Puxa, vida, como estará – para os crentes, como V. Ex^a – Bolívar numa situação como essa? A pátria por cuja libertação ele lutou vigorosamente, com valentia, com bravura, está sendo subjugada.

Esse tratado subjuga a pátria colombiana e, ao mesmo tempo, fere – isso é o mais grave, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – (...) os interesses de todas as nações sul-americanas. Isso é gravíssimo, mas muito grave mesmo!

É bom que a gente diga, para não ficar sendo uma coisa de outro, que, além de estarem no Portal Vermelho, todas essas informações estão também no Portal da *Folha de S. Paulo* e de outros jornais brasileiros, quer dizer, a pátria de Bolívar está submetida e os interesses da nossa região também estão submetidos.

É muito importante que haja uma reação na nossa região a essa atitude de um governo que se acovarda diante de uma força brutal, como a norte-americana.

Por isso, Sr. Presidente, peço que acolha, na íntegra, o texto da matéria que foi aprovada pelo Conselho de Estado da Colômbia.

(Interrupção do som.)

O SR. INÁCIO ARRUDA (Bloco/PCdoB – CE) – O Governo colombiano passou por cima da decisão do Conselho de Estado. Não submeteu a matéria sequer ao Congresso Nacional. Ninguém foi ouvido sobre esse tratado com os americanos, nem o Congresso da Colômbia foi ouvido. É algo absolutamente grave o que está acontecendo nas fronteiras do nosso

País. É preciso examinar o que está ocorrendo com esse tratado.

Por isso, Sr. Presidente, aqui está a íntegra da decisão do Conselho de Estado, para que a gente a examine aqui no nosso País e dê opinião sobre o que ocorre, efetivamente, nas nossas fronteiras.

Obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO EM ESPANHOL A QUE SE REFERE O SR. SENADOR INÁCIO ARRUDA EM SEU PRONUNCIAMENTO, AGUARDANDO TRADUÇÃO PARA POSTERIOR PUBLICAÇÃO NA ÍNTEGRA.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nossos cumprimentos.

É bom chamar a atenção para o fato de que o povo colombiano hoje é um dos povos mais intelectualizados. Tem um Prêmio Nobel de Literatura: Gabriel García Márquez (*Viver para Contar, Cem anos de Solidão*). Se houve falta de verdade... Há governabilidade. Em *Cem Anos de Solidão* você vê como aquele povo lutou por sua liberdade.

Com a palavra o Senador Cícero Lucena, que é do PSDB do grandioso Estado da Paraíba. Muito jovem e com muito brilho já exerceu as funções mais importantes. Foi extraordinário Prefeito da Capital, João Pessoa, extraordinário Governador e um dos melhores Ministros para o nordeste. Foi Ministro da Integração Regional no Governo do estadista Fernando Henrique Cardoso.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigada, Presidente Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Prorrogo a sessão por mais meia hora para ouvi-lo.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Não usarei esses trinta minutos que V. Ex^a está me concedendo.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a é dez.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Sr. Presidente, tenho acompanhado, nos últimos dias, o que está sendo divulgado pela imprensa em todo o Brasil. Refiro-me a um novo programa que o Governo Federal anuncia. É um programa do MEC que prevê subsídio para o uniforme.

Permita-me, Presidente Mão Santa – V. Ex^a sempre faz questão de lembrar que foi prefeito, quer na tribuna, quer na Presidência desta Casa, quer em seus apartes –, fazer um comentário também na condição de ex-Prefeito. Conto aqui, Senador Paim, um pouco

de uma história que eu tive a oportunidade, Deus me a deu, de conviver.

Quando Prefeito da cidade de João Pessoa, nos primeiros dias de minha administração, no início do ano letivo daquele ano de 1997, fui visitar as escolas a fim de garantir vagas em todas as escolas do Município. Oriundo que sou da construção civil, colocamos uma placa com os dizeres: “Há vagas”. Era proibido o diretor da escola dizer que não havia vagas nas escolas. Isso nos permitiu elevar o número de alunos de 27 mil para 74 mil alunos na cidade de João Pessoa.

Ao visitar essas escolas, identifiquei algumas coisas e, entre elas, encontrei uma mãe, que, ao me ver na escola, em vez de me pedir um emprego, pediu-me dinheiro. Como se diz lá no interior da Paraíba, eu que sou um caboclinho do sertão, eu cá, comigo, perguntava-me, Senador José Nery: por que uma mulher tão jovem, em vez de me pedir dinheiro, não me pediu emprego? Até já achando que, em função do número de alunos que se estava ampliando nas escolas, íamos precisar de prestadores de serviços imediatos enquanto se fazia concursos, talvez ali tivesse a chance de empregar uma jovem mãe como aquela. Então, eu perguntei a ela: “Por que você, tão jovem, em vez de me pedir um emprego, você me pede dinheiro?”. Ela me disse: “É porque eu não posso trabalhar”. Fiquei, então, a me perguntar o porquê de ela não poder trabalhar. E insisti: “Mas por que você não pode trabalhar?”. Ela me disse: “Porque eu não posso”. E eu disse: “Por que você não pode?”. Ela me disse: “Porque, lá em casa, eu tenho dois filhos. E eu tenho que levar um filho de manhã à escola e levar o outro à tarde à escola”. Aí, eu voltei a lhe perguntar: “E por que você não matricula os dois filhos no mesmo expediente e trabalha no outro expediente?”. Ela me disse: “Eu não posso”. Eu pensei que ela não tinha entendido o que era expediente. Daí eu lhe disse: “Olhe, você matricula seus dois filhos no mesmo horário e trabalha no outro horário. Se você os matricular de manhã, você trabalha à tarde; se os matricular à tarde, você trabalha de manhã”. Ela me disse: “Mas eu não posso”. Eu insisti ainda mais. Disse-lhe: “Eu não sou o Prefeito? Eu lhe garanto a matrícula”. Ela me disse: “Mas eu não posso”. Aí eu disse finalmente: “Por que é que a senhora não pode?”. Ela me respondeu: “Porque lá em casa só tem um par de chinelo. Eu tenho de levar um filho de manhã à escola e tenho de levar o outro filho à tarde com o mesmo par de chinelo”.

Naquela oportunidade, Senador Mão Santa, eu enfrentava uma prefeitura com quatro meses de salários atrasados. Eu não dei o fardamento no primeiro ano. Não tinha condição de dar, porque o primeiro desafio

era o da quantidade: garantir vaga para todos. Mas eu pedi a Deus que me desse a chance e a oportunidade de corrigir essa injustiça, porque naquele instante eu fiquei imaginando quantas e quantas crianças não estavam indo para a escola porque não tinham chinelo, porque não tinham roupa, ou porque a roupa era rasgada. Quantas deixavam de frequentar a escola por este mesmo motivo, porque tinham vergonha dos colegas, mesmo numa escola pública municipal, pelo fato de a sua roupa ser inferior à daqueles que frequentavam a escola.

Pedi a Deus para que eu encontrasse uma solução para isso. E criei, como meta, como objetivo, fornecer o fardamento dos nossos alunos. Começamos, Senador Paim, com uma blusa. No ano seguinte, conseguimos dar uma blusa e um *short* para os alunos. No outro, demos blusa, *short* e calça jeans para os maiores e o *short* para os menores. E, do quarto ano em diante, conseguimos dar o fardamento completo: duas blusas, uma calça jeans para os maiores ou *short* para os menores, um par de tênis e um par de meias. Conseguimos atingir esse objetivo. É tanto que, Deus ao nos permitir isso, eu assumi esse compromisso na campanha: procuraria estender isso a todos os Municípios paraibanos e – por que não? – aos Municípios brasileiros.

Apresentei um projeto nesta Casa, em 2007, meu primeiro ano como Senador, que, para minha alegria, foi aprovado por unanimidade neste plenário e nas Comissões. O Senador Nery foi Relator em uma das Comissões, o Senador Cristovam, o Senador Romeu Tuma; enfim, em todas as Comissões o projeto foi aprovado por unanimidade. Mas já naquele momento tínhamos a preocupação – eu não tive condição de fazê-lo no início da minha administração – de que poderia haver prefeituras no País não que o prefeito não quisesse mas que não tivessem condições de dar o fardamento, porque não entrava nos 25% dos gastos com a educação. Aí, com o projeto aprimorado, permitiu-se que entrássemos nos 25% e que o Governo Federal participasse dos custos do fardamento escolar.

Esse projeto foi aprovado no Senado, em 2007, e está na Câmara desde 2008. Foi aprovado na Comissão de Educação e Cultura no dia 18 de junho de 2008 e se encontra, desde o dia 17 de julho de 2007, na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, com o Relator, o Deputado Rodrigo Rocha Loures.

Estou relatando essa história para dizer que, mesmo sendo oposição ao Governo Federal, eu poderia estar nesta tribuna dizendo que o Governo Federal estaria se apropriando de um projeto inicialmente meu, depois desta Casa; mas não. Estou aqui para reconhecer a importância da ação e da atitude do Go-

verno Federal em adotar esse programa e dizer que esse não pode ser o programa de um parlamentar; tem de ser o programa da Nação. Esse compromisso tem de ser suprapartidário. A responsabilidade e o dever é de todos que tenham a chance e a oportunidade de contribuir.

Eu também gostaria de aproveitar este momento para chamar a atenção para uma experiência vivida por um Prefeitinho, como diz V. Ex^a sempre que se refere carinhosamente aos prefeitos. Quando da adoção desse projeto, eu tive uma outra preocupação. Qual foi a preocupação? As camisas foram compradas em cooperativas de produção de costura no Estado da Paraíba, em particular na cidade de João Pessoa. As calças compradas foram fabricadas em pequenas indústrias de confecções paraibanas. O tênis foi produzido por cooperativas de pequenos produtores na Paraíba. Definimos o padrão, definimos a qualidade, definimos o preço e foi produzido, gerando emprego e circulando a renda no nosso Estado.

Permita-me conceder a palavra ao Senador José Nery para o aparte.

O Sr. José Nery (PSOL – PA) – Senador Cícero Lucena, este breve aparte é para lhe cumprimentar. V. Ex^a trouxe, da experiência da gestão frente à prefeitura, importantes proposições para o Senado Federal, para o Congresso Nacional, tentando transformar em lei nacional algo que possa ser implementado em todo o País – experiências que V. Ex^a vivenciou, protagonizou, como Prefeito de João Pessoa. Isso, sem dúvida, promove uma síntese importante entre o administrador, o gestor público comprometido com mudanças, com transformações, com o interesse público, com o interesse social, e o legislador. E esse encontro pode sempre representar ganhos e resultados importantes para a população brasileira. Portanto, o exemplo que V. Ex^a relata com muita simplicidade tem muita força, pois vem dessa experiência que serve aos pequenos. Portanto, meus cumprimentos a V. Ex^a, não só por esse caso da educação mas pelo projeto da área da saúde que tive oportunidade de relatar e pela sua experiência com a questão do tratamento dos resíduos sólidos, que inclusive motivou a sua atuação parlamentar aqui. Então, o seu exemplo merece o nosso reconhecimento e o nosso incentivo, porque o senhor faz essa síntese do bom administrador que também leva experiência para, de fato, aqui se consagrar bom Parlamentar.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Muito obrigado a V. Ex^a pelo seu aparte, pela atenção que sempre me teve e a oportunidade que tivemos de discutir os nossos projetos, tendo como objetivo maior que essas leis tragam a melhoria da qualidade de vida do

nosso povo, que é nosso objetivo maior nessa atribuição pública que nós temos.

Concedo com muita honra a palavra ao Senador Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Lucena, deixe-me fazer um aparte bem rápido. Sei que o tempo terminou.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Mas o Senador Mão Santa sempre é generoso.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Estávamos aqui a assistir ao pronunciamento de V. Ex^a, quando disse que ela dizia “não posso”...

(Interrupção do som.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a fechou brilhantemente quando mostrou por que ela não podia e, como Prefeito, tomou medidas imediatas no sentido de que tivessem roupa e calçado para que pudessem ir para o colégio. Aproveito a oportunidade para dizer que a Câmara deve votar amanhã pelo menos um dos três projetos dos aposentados, reconhecendo o seu trabalho aqui na Casa em relação também a esse tema dos idosos. Eu quero confirmar que, a seu convite, estarei lá no seu Estado para debater esse tema no próximo dia 26. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Agradeço, Senador. Agora, sem dúvida nenhuma, todos aqueles que se incorporaram à luta dos aposentados foram muito estimulados, incentivados pela atuação de V. Ex^a em defesa dessa causa, entre tantas outras que V. Ex^a defende.

Permita-me só dizer, pois esqueci de dizer, Senadores, que, quando fui entregar o fardamento e os primeiros pares de tênis, vi, com meus olhos, que a maioria das crianças na sala de aula da escola municipal de uma capital de um Estado deste País não sabia calçar um par de tênis, porque, na sua vida, nunca tiveram oportunidade de ter um par de sapato em sua casa.

Pois bem, Senadoras e Senadores presentes, Sr. Presidente, abusando um pouco da sua paciência, mas bem menos do que outros o fizeram anteriormente, eu gostaria de dizer que o meu apelo, além do reconhecimento da não cobrança de o Governo estar assumindo esse projeto, mas do meu reconhecimento, é fazer um alerta e um pedido.

(Interrupção do som.)

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Eu cheguei de uma recente viagem – oportunamente farei um relato sobre ela – à África do Sul. Na luta contra o *apartheid*, criaram um programa, Senador Paulo Paim. E, na construção agora para a Copa, nos investimentos para a Copa, está estabelecido que no mínimo 30% dos recursos, ao contratar-se os serviços e as

obras, devam ser dirigidos para as pequenas e médias empresas da África do Sul, que tem um programa de inclusão racial. Isso está sendo feito no programa da Copa. Em outro momento eu tratarei disso.

Portanto, o meu apelo aqui ao Governo, no programa do fardamento, é para que ele faça a padronização do uniforme, que ele faça a tomada de preços nacional para que seja o mais barato, mas que não deixe que essa confecção seja feita por grupos que possam importar esse produto. Que não seja feito apenas pelas grandes empresas, mas que se distribua isso por lotes menores e que seja executado pela associação de costureiras de determinadas cidades. Que seja costurado ou fabricado o tênis por pequenas empresas das tantas que existem pelo Brasil afora. Isso, conseqüentemente, gerará emprego onde será usado o fardamento escolar. Que deixe a renda circular onde as mães que não consigam comprar um fardamento, que não possam comprar um par de tênis e que estejam precisando da chance do emprego, tenham a chance de trabalhar e de complementar a sua renda.

Então, renovo o meu apelo ao Governo Federal, ao MEC. Vamos sentar e discutir a forma de distribuir essa renda. Já que terá a participação do Município, do Estado e o aporte maior do Governo Federal, vamos discutir o assunto, para que essa produção também seja local, sempre que possível, obedecendo, claro, ao menor preço e à preocupação com a qualidade.

Era isso o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Que Deus proteja a todos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nossos cumprimentos e nossos aplausos ao pronunciamento do Senador Cícero Lucena!

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Peço-lhe que espere somente um instante. Há expediente a ser lido.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.460, DE 2009

Nos termos do artigo 256, I, do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a retirada do Requerimento nº 887, de 2009, de minha autoria, pelo qual “Requeiro a realização de Sessão Especial destinada a homenagear o bicentenário do nascimento de Charles Darwin e os 150 anos da primeira publicação do seu grande clássico “A Origem das Espécies”, em 5 de novembro do corrente”.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 2009. – Senador **Aloizio Mercadante** – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO, Nº 1.461 , de 2009

Requeremos a prorrogação do prazo previsto no art. 3º da Resolução nº 2, de 2001, do Senado Federal, para que a Mesa do Senado possa, até o dia 1º de dezembro deste ano, receber o encaminhamento de indicações à 9ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

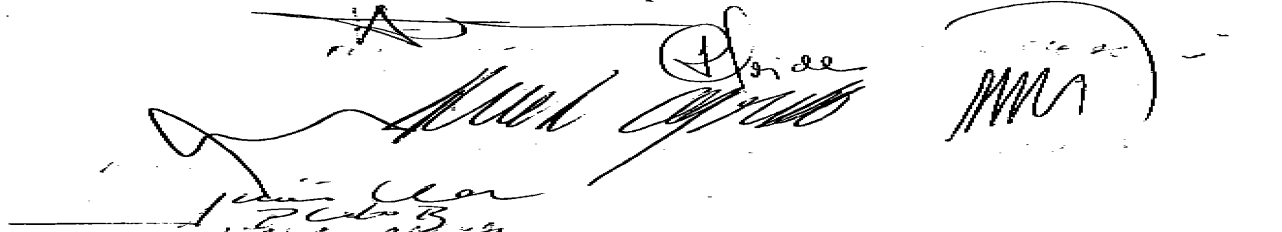
JUSTIFICAÇÃO

Tendo em vista a recente e demorada greve nacional na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT, bem como o grande número de entidades que alegam ainda se encontrar em processo de organização e providências para o encaminhamento, à Mesa do Senado Federal, de novas indicações à 9ª premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, esta Presidência considera justa e necessária a prorrogação daquele prazo até o dia 1º de dezembro deste ano.

Sala das sessões, 3 de novembro de 2009.

Senador MARCO MACIEL

Presidente do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz



O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Em votação o requerimento de prorrogação do prazo para o encaminhamento de indicações à 9ª Premiação do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (*Pausa.*)

Aprovado.

Pela ordem, concedo a palavra ao Senador José Nery, do PSOL, que representa o Pará.

O SR. JOSÉ NERY (PSOL – PA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, dirijo-me à Mesa para requerer um voto de pesar pelo falecimento do músico paraense Augusto Gomes Rodrigues, o popular Mestre Verequete.

Requeiro, nos termos regimentais, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do músico e símbolo da cultura popular brasileira Augusto Gomes Rodrigues, o inesquecível Mestre Verequete, ocorrido no dia de hoje, na capital paraense. Requeiro ainda que esse voto de pesar seja levado ao conhecimento da família, com as devidas condolências.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a cultura de nosso País, sem dúvida, está de luto. Mestre Verequete faleceu na tarde de hoje em Belém, capital do Estado do Pará, aos 93 anos de idade. Augusto Gomes Rodrigues, o Mestre Verequete, é a maior expressão artística do carimbó, que é um símbolo das nossas músicas de raiz, tradicionais no Estado do Pará.

Nascido no Município de Quatipuru, em 1916, na região bragantina, no nordeste do Pará, Verequete, desde muito cedo, mergulhou no caudaloso rio das encantarias e das mais legítimas manifestações da arte do povo paraense, a partir da extraordinária síntese originada do encontro entre a cultura dos povos originários e a secular força espiritual das populações afrodescendentes.

Considerado, Senador Mão Santa, o Rei do Carimbó, ele gravou doze discos e três CDs ao longo de décadas de profícua produção artística. Essa trajetória, construída em luta permanente contra todos os obstáculos, resultou em sua consagração como o maior símbolo da cultura de nossa terra.

Mestre Verequete teve sua obra, sua poesia e seu trabalho resgatados e reconhecidos em vários momentos de sua trajetória, principalmente durante o Governo do ex-Prefeito de Belém Edmilson Rodrigues, que valorizou, de forma extraordinária, a cultura popular, apoiando e fazendo com que Mestre Vereque-

te estivesse presente em vários eventos e atividades culturais da Prefeitura de Belém, sendo aquela experiência de governo popular responsável por apresentar, de forma incisiva, a contribuição de Mestre Verequete à cultura e à música popular paraense, em especial o carimbó.

No momento em que falece Mestre Verequete, Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, creio que devemos fazer homenagem à sua luta, à sua dedicação. Mestre Verequete, Senador Paulo Paim, era poeta e compositor que não sabia ler, mas que, ao compor, colocava a musicalidade, para, depois, o violonista adaptar e criar a música. Mestre Verequete é um exemplo, na região do nordeste paraense, sobretudo na região de Bragantina, de artistas que compõem, de compositores de música de dom. Assim, são eles tratados.

Então, neste momento, Sr. Presidente, deve ser fortalecida e, finalmente, implementada pelo Ministério da Cultura, diante da campanha que se faz, movida por vários artistas e por muitas pessoas do nosso Estado do Pará, a iniciativa de que o carimbó seja considerado patrimônio imaterial da cultura brasileira. Creio que essa é uma iniciativa muito importante que o Ministério da Cultura pode protagonizar, homenageando, de forma decisiva, alguém que é símbolo da luta, da resistência, da cultura popular. O inesquecível Mestre Verequete, na verdade, é símbolo de tudo isso neste Brasil tão rico e tão diverso. Sua música, surgida no seio do próprio povo, pontificou como testemunho, a um só tempo, de seu sofrimento cotidiano e de sua indestrutível resistência por um mundo de justiça e de igualdade.

Nada mais justo, Sr. Presidente, que esta Casa deixe registrado, em seus Anais, a devida homenagem a esse grande paraense e amazônida, artesão genial das manifestações que conferem identidade e vigor ao povo brasileiro, ao povo paraense.

Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Mesa se associa ao voto de pesar pelo falecimento do músico Augusto Gomes Rodrigues, o Rei do Carimbó, que gravou doze discos. É uma perda artística para o Pará e para o Brasil, mas fica nossa consolação, porque, Senador José Nery, está no Livro de Deus, a Bíblia, que àqueles que são amados por Deus, os bem-aventurados, Deus dá uma longa vida, até o fim de seus últimos dias, para que exerçam a plenitude da sua vocação profissional.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.462 , DE 2009

**Requer VOTO DE PESAR pelo falecimento
do músico AUGUSTO GOMES
RODRIGUES.**

Requeiro, nos termos regimentais dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da Casa, a inserção em Ata, de VOTO DE PESAR pelo falecimento do músico e símbolo da cultura popular brasileira, AUGUSTO GOMES RODRIGUES, o inesquecível mestre Verequete, ocorrido no dia de hoje, na capital paraense.

Requeiro, ainda, que este Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família, com as devidas condolências.

Sala das Sessões, em 3 de novembro de 2009.


Senador JOSÉ NERY
PSOL/PA

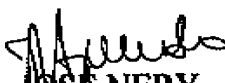
JUSTIFICAÇÃO

A cultura de nosso país está de luto. Morreu hoje, 3 de novembro, na capital paraense, aos 93 anos, Augusto Gomes Rodrigues, o Mestre Verequete, maior expressão artística do Carimbó. Nascido no município de Quatipuru, em 1916, na região Bragantina, nordeste do Pará, Verequete desde muito cedo mergulhou no caudaloso rio das encantarias e das mais legítimas manifestações da arte do povo paraense, a partir da extraordinária síntese originada do encontro entre a cultura dos povos originários e a secular força espiritual das populações afro-descendentes.

Considerado o “Rei do Carimbó”, ele gravou 12 discos ao longo de décadas de profícua produção artística. Esta trajetória, construída em luta permanente contra todos os obstáculos, resultou em sua consagração como o maior símbolo da cultura de nossa terra.

O inesquecível Mestre Verequete foi um símbolo da cultura desse Brasil tão rico e tão diverso. Sua música, surgida do seio do próprio povo, pontificou como um testemunho, a um só tempo de seu sofrimento cotidiano e de sua indestrutível resistência por um mundo de justiça e igualdade.

Nada mais justo, pois, que esta Casa deixe registrado em seus anais a devida homenagem a este grande paraense e amazônida, artesão genial das manifestações que conferem identidade e vigor ao povo brasileiro.


Senador JOSÉ NERY
PSOL/PA

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado pelo Senador José Nery, que representa o PSOL.

O requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Paulo Paim, que está inscrito. O próximo orador é o Senador Sadi Cassol.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Vou falar somente pela ordem, Sr. Presidente. Abro mão da minha inscrição.

Eu queria só informar à Casa que, amanhã, no auditório Petrônio Portella do Senador Federal, Senador José Nery, cerca de setecentos petroleiros vão debater a questão do pré-sal. É um momento importante. Nessa oportunidade, Senador Delcídio – V. Ex^a é um especialista nessa área –, provavelmente, apresentarei o relatório, acatando a proposta que foi articulada não só pelos petroleiros, mas também pelas centrais, pelas confederações, sobre aquilo que seria um marco nessa questão do petróleo e do pré-sal.

A partir da aprovação do relatório, o projeto pasará a tramitar no Senado da República. Será um grande momento, e, por isso, eu queria convocar todos os Senadores e Senadoras a irem, amanhã, ao auditório Petrônio Portella, para participar desse debate de um tema tão importante.

Quero dizer, Sr. Presidente, que, nesse relatório que apresentarei amanhã, como eu já havia anunciado, vou incluir uma parte do pré-sal para a nossa previdência social.

Por fim, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que a Câmara dos Deputados, amanhã, à tarde, deve votar o PL nº 1, que aprovamos aqui por unanimidade, garantindo o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo aos aposentados, como também o fim do fator previdenciário, de que V. Ex^a foi o Relator aqui.

Na Câmara, a expectativa é a de que mais de mil idosos de todos os Estados se farão presentes, numa pressão democrática e carinhosa, para que os Deputados, enfim, votem esses dois projetos que lá estão, há quase dois anos, para serem votados. O Presidente Michel Temer assumiu o compromisso de colocar a matéria em votação amanhã, e os projetos estão na pauta. Espero que a votação aconteça com tranquilidade, que não haja obstrução alguma e que a votação se dê com acordo ou sem acordo.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – É uma grande oportunidade que tem o Presidente Michel Temer para resgatar a credibilidade da Câmara dos Deputados, em respeito também a V. Ex^a, Senador Paim, que passou por quatro mandatos lá. V. Ex^a é o autor desse projeto, que enterra aquela vergonha, que é o fator de redução das aposentadorias dos nossos idosos.

Tive o prazer, o privilégio e a honra de ser o Relator, conseguindo sua aprovação em todas as Comissões, na Comissão de Assuntos Econômicos, na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e no plenário, por unanimidade.

Então, essa é uma grande oportunidade. Penso que é a única e última oportunidade que tem o Presidente Michel Temer de devolver aos nossos idosos os ganhos que eles conquistaram e a credibilidade da Câmara Federal.

Agora, chamamos para usar da palavra o orador inscrito Sadi Cassol.

Senador Paim, V. Ex^a já usou a palavra hoje? V. Ex^a está inscrito aqui.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Já a usei. Eu já tinha usado a palavra antes.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Mas, se V. Ex^a quiser vir aqui para presidir a sessão, para que eu possa usar da palavra depois...

Ô Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a já usou ou vai usar a palavra ainda?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Se puder, vou falar ainda.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a sempre pode. Há um respeito extraordinário à pessoa de V. Ex^a, ao Estado que V. Ex^a representa.

Então, está inscrito o Senador Sadi e, parece-me, o do PT também.

Senador Delcídio Amaral, quer usar da palavra? *(Pausa.)*

Então, vamos fazer um pacto: o Senador Paim vem aqui para presidir a sessão, e cada um de nós vai usar a palavra por dez minutos.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. *Fora do microfone.*) – É uma boa.

O SR. SADI CASSOL (Bloco/PT – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, neste fim de tarde, quero fazer uso desta tribuna, para fazer um agradecimento todo especial à comunidade de Ibiraiaras, no Rio Grande do Sul.

No fim de semana, passei por aquela região, entre Ibiraiaras e Veranópolis. Por ser filho daquela cidade,

tive oportunidade de ser homenageado em Ibiraiaras com o título de Cidadão Emérito, por meio de lei aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo Prefeito daquela comunidade. Confesso que, ao longo da minha vida, já recebi muitas homenagens, até pelos cargos que já ocupei e pelos mandatos que já exerci na vida pública e política em diversos Municípios e em dois Estados, Rio Grande do Sul e Tocantins. Mas essa foi uma homenagem muito bonita e muito emocionante. A maioria da população daquela comunidade estava representada na Câmara de Vereadores, participando da festa em nossa homenagem. Quero levar comigo essa homenagem até o último dia da minha vida e dizer da importância de ser lembrado quarenta anos depois do meu primeiro mandato de Vereador naquela pujante cidade de Ibiraiaras.

Lá foi aprovado unanimemente esse título pelos Vereadores que quero aqui mencionar, um por um. Na Câmara de Vereadores, houve a aprovação pelos Vereadores Valmir Nardi, Cesar Cazanatto, Luiz Fernando Masiero, Claudinei Rech, Gilberto Francescato, Alexandre Zwirtes, Adanilo Mazzotti, Serinei Dal Olmo. A lei foi sancionada pelo Sr. Prefeito Ferdinando Dallagnol. Estava presente também seu Vice, Jacir Marini.

Na cidade de Ibiraiaras, estavam também todos os meus familiares, da família Cassol e da família Slaviero, por parte da minha esposa, e todos os amigos e ex-companheiros de muitos anos naquela cidade.

O Presidente do meu Partido estava presente ali, o Ângelo Brancalioni. Enfim, foi uma festa muito grande, muito emocionante, muito bonita, pela qual quero agradecer do fundo do meu coração.

Agradeço também à comunidade de Veranópolis, que, pela Câmara de Vereadores, prestou-nos uma homenagem, não por sessão solene, mas por meio de um ato de companheirismo. O título me foi conferido, e a sessão solene foi aprovada e ocorrerá no próximo mês. Lá, também houve uma festa muito bonita na Câmara de Vereadores, onde também fomos homenageados. Estavam presentes o Sr. Prefeito, De Carli, e seu Vice, Paulo Cesar Guzzo, bem como o ex-Prefeito Élcio Siviero e diversos Vereadores e amigos.

Quero, nos próximos dias, fazer um relatório sobre esse evento e usar a tribuna para falar exclusivamente sobre Veranópolis.

Portanto, quis fazer uso da palavra no dia de hoje para agradecer a estas duas comunidades tão importantes: Ibiraiaras, no Rio Grande do Sul, minha cidade natal, e Veranópolis, onde exerci três mandatos.

Quero agradecer a todos pela bonita festa e pela homenagem a mim dedicada nesse fim de semana.

Agradeço-lhes, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores. Essa oportunidade, com certeza, ficará marcada

em nossa vida, na de nossa família e na de nossos amigos todos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Após o brilhante pronunciamento do Senador Sadi Cassol, que representa o Partido dos Trabalhadores, no Estado do Tocantins, convidamos para usar da palavra o Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, falará o Senador Delcídio Amaral.

Hoje, o PT está forte aqui, no fim desta sessão: falou o Senador Sadi Cassol, do PT do Tocantins; agora, vai falar o Senador Suplicy, do PT de São Paulo; e, depois, fará seu pronunciamento o Senador Delcídio, do PT de Mato Grosso do Sul. Mas o Partido que vai terminar a sessão será o Partido Social Cristão (PSC), pois vou ser o último orador. Nós e o País precisamos de Deus e dos seus ensinamentos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Mão Santa, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de hoje falar sobre a democracia participativa no Brasil, comentar a audiência pública que, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tratou do assunto e conclamar Senadoras e Senadores a discutir e votar as matérias que, apensadas, versam sobre o tema.

Fruto de influências religiosas e iluministas, a supremacia do povo passa a ser reconhecida como tal, na segunda metade do século XVIII, pelo advento da Declaração dos Direitos do Povo de Virgínia, de 1776, e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789.

Os conceitos oriundos do Direito Natural de Aristóteles, Tomás de Aquino, Hobbes, Locke, Rousseau, Kant e Thomas Jefferson conferiram ao povo “certos direitos inerentes à natureza humana, de cujo exercício não podem, por nenhum pacto estabelecido no momento da passagem para o estado de sociedade, privar ou desapossar a sua posteridade”. Dessa compreensão resultou que “todo o poder pertence ao povo e, consequentemente, todo poder deriva do povo”.

A partir desse entendimento, o povo passou a dispor de um direito de resistência, fundado na natureza ou na vontade de Deus, sendo livre e soberano para decidir continuamente sobre o seu governo. A participação do povo nas decisões de seu próprio destino é uma “garantia de liberdade, uma forma de governo e um instrumento de educação política”.

Em nosso País, o poder supremo do povo – o chamado princípio democrático – consta do parágrafo único do art. 1º da Constituição da República, que estampa: “Todo o poder emana do povo, que o exerce

por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

Desse dispositivo, retiram-se as duas vertentes da democracia em nosso País. A democracia representativa, ou indireta, é aquela em que o povo, fonte primária de todo o poder, se governa por intermédio de representantes eleitos por ele periodicamente, que toma em seu nome e no seu interesse as decisões políticas, no instituto denominado de representação política.

O outro braço da democracia é a chamada democracia participativa, que se caracteriza pela coexistência de mecanismos da democracia representativa associados a procedimentos da democracia direta. Assim, a democracia participativa é o regime que propicia mecanismos de efetivo controle da administração pública pela sociedade civil, não se reduzindo o papel da democracia apenas ao voto.

Como diz Lígia Helena Hahn Lüchmann, em tese de doutorado apresentada na Unicamp, na democracia participativa, “a legitimidade das decisões políticas advém de processos de discussão que, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e da justiça social, conferem um reordenamento na lógica do poder político tradicional”.

Em nosso ordenamento jurídico, os tópicos de democracia participativa são os que, de forma muito restrita, constam dos incisos do art. 14 do texto constitucional: o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular. Tais institutos estão regulados pela Lei nº 9.709, de 1998, que os admite apenas em casos de acentuada relevância nacional, sendo que a iniciativa popular, de difícil implementação prática, é limitada apenas à apresentação de projeto de lei, conforme o prescrito pelo § 2º do art. 61 da Constituição da República, e pelo art. 13 da citada lei.

A audiência pública ocorrida na CCJ, em 24 de setembro, com a finalidade de instruir as Propostas de Emenda à Constituição nºs 80 e 82, de 2003, e nº 73, de 2005, todas relativas a institutos de democracia participativa, apensadas e relatadas pelo Senador Pedro Simon, teve como convidados os Profs. Fábio Konder Comparato, da Universidade de São Paulo; João Baptista Herkenhoff, da Universidade Federal do Espírito Santo; e Paulo Kramer, da Universidade de Brasília.

A PEC nº 80, de 2003, que tem como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, introduz o direito de revogação, individual e coletivo, ou seja, o *recall* ou arrependimento eleitoral, que permite a revogação do mandato de governantes e parlamentares, bem como o veto popular, definido como a

faculdade que permite ao povo se manifestar contra uma lei já elaborada.

A PEC nº 82, de 2003, da lavra do saudoso Senador Jefferson Péres, prevê a possibilidade de realização de plebiscito de confirmação de mandato dos representantes eleitos pelo voto majoritário.

A PEC 73, de 2005, que assinei como primeiro signatário, cria o instituto do *recall*, possibilitando a revogação dos mandatos eletivos de todos os cargos, inclusive com a dissolução da Câmara dos Deputados, mediante iniciativa e referendo popular a ser efetuado um ano após a posse. O referendo para a revogação do mandato do Presidente da República poderá, também, realizar-se por iniciativa da maioria absoluta do Congresso Nacional.

Nas suas análises, o professor João Batista Herkenhoff conclui que “o sistema representativo já não corresponde aos anseios da sociedade e a democracia direta aparece inviável. Como resultado, começa a se fortalecer o conceito de democracia participativa, com características de democracia semidireta; ou seja, não desconsidera os representantes, mas aproxima a sociedade da arena decisória”. Em reforço a esse pensamento, retrata as palavras de Anderson Santana Pedra quando diz que “não há democracia sem participação, sem povo. O regime será tanto mais democrático quanto tenha desobstruído canais, obstáculos, óbices à livre e direta manifestação da vontade do cidadão”.

O professor Paulo Kramer, por outro lado, apresenta-se contrário à proposta de implementação de democracia participativa em nosso País, argumentando que a frequência de consultas populares não é indicador de democracia nem de sanidade administrativa. Para ele, o melhor caminho para a nossa democracia é a adoção do voto distrital puro, por meio do qual, no Município, o eleitorado pode fiscalizar o trabalho do seu representante.

Por seu turno, o professor Fábio Konder Comparato inicia seu pronunciamento fazendo uma digressão sobre a história do Brasil, na qual mostra que “a ausência do povo brasileiro, nas grandes decisões políticas do país, sempre se fez notar”. Sobre o tema da audiência pública, discorreu o professor Fábio Konder Comparato, da seguinte forma:

“Como introduzir a democracia neste País? Nós não podemos pensar em disposições rápidas e sem fundamento. Nós temos que nos fundar, em primeiro lugar, na educação do povo. O povo brasileiro aceita ser sujeito a uma minoria, que diz exatamente o que deve acontecer. Na verdade, depois de quase quatro séculos de escravidão, seria um absurdo que o povo brasileiro tivesse uma noção muito clara

do fato de ele ser titular do poder supremo, ou seja, da soberania.

Mas não basta a educação, é preciso uma mudança normativa. Muitas vezes, a mudança normativa exerce um papel pedagógico e é exatamente o caso da introdução do recall. Sem dúvida, dirão: mas o que adianta o recall? Fez-se um referendo sobre o porte de armas e o povo votou exatamente como queriam os conservadores, ou seja, cada um armado, todos nós armados para enfrentar a violência.

Acontece que, à medida que essas manifestações vão se sucedendo, o povo se dá conta de que o poder está com ele. E que aquele que exerce o poder por eleição deve prestar contas. [...] Qualquer um de nós, quando atribui poderes a alguém para atuar em seu nome, manifesta confiança. No momento em que cessa essa relação de confiança, o mandato deve ser interrompido.

O recall não é, de forma alguma, uma medida revolucionária. Nos Estados Unidos, 18 Estados da Federação têm o recall. Dois Estados – Michigan e Oregon – têm o recall desde 1908 [Senador Mão Santa]. Não consta que o recall tenha sido uma causa de rebeliões ou de obstáculo ao governo democrático.

[...]

Pois bem, nós temos agora três propostas de emenda constitucional objetivando a introdução dessa revogação popular de mandatos eletivos. A Proposta de Emenda Constitucional 80, de 2003, a 82, de 2003, e a 73, de 2005.

Eu devo dizer [ponderou Fábio Konder Comparato] que a Proposta de Emenda Constitucional nº 80, de 2003, me parece demasiadamente sintética e, na verdade, deixa tudo ao legislador ordinário. Não me parece conveniente trilhar esse caminho.

A Proposta de Emenda Constitucional nº 82, de 2003, do sempre lembrado e saudoso Senador Jefferson Péres – que Deus o tenha –, não aplica o recall aos Parlamentares eleitos pelo sistema proporcional, e isto me parece uma falha na concepção da revogação popular de mandatos eletivos.

Quanto à Proposta de Emenda Constitucional nº 73, de 2005, ela propõe que seja aplicado o recall a todos os agentes políticos eleitos.

A Câmara dos Deputados, como os seus integrantes são eleitos pelo sistema proporcional, a Proposta de Emenda Constitucional nº

73, de 2005, propõe a dissolução da Câmara, o que também não é uma medida revolucionária. No sistema parlamentar é normal, quando o Presidente da República entende que o Parlamento perdeu, na sua maioria, a confiança da população, é normal dissolvê-lo.

Na Proposta nº 73, de 2005, há um componente muito mais democrático do que no Sistema Parlamentar de Governo, porque a dissolução da Câmara é decidida pelo próprio povo. Ou seja, não há donos do poder. O povo concede poder, mas também pode revogá-lo. A Proposta nº 73, de 2005, contém a iniciativa popular para a realização de recall, como nos Estados Unidos é habitual.

Em relação ao Presidente da República, ela propõe também que a destituição do Presidente possa ser feita por iniciativa da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, mas a decisão é do povo, portanto uma diferença muito grande em relação ao impeachment, que é uma decisão puramente parlamentar. E, finalmente, propõe que Estados, Municípios e Distrito Federal regulem o recall em suas respectivas Constituições e leis orgânicas.

Das palavras do professor Fábio Konder Comparato, retira-se, assim, a concepção de que devemos refutar a ideia de que a democracia participativa somente funciona em pequenas comunidades. Sabemos, todos, que a essência de uma Constituição é a limitação de poder. O povo, como guardião e garante de seus direitos, necessita estar atento à necessidade de, se necessário, conter o poder de seus representantes. Assim, precisamos equipar o indivíduo com direitos efetivos para que, no mais curto prazo, possa avaliar e revogar os mandatos de seus representantes políticos, quando houver quebra de confiança.

Como primeiro signatário da PEC Nº 73, de 2005, avalio ser muito oportuno prosseguir, no Senado Federal, com esse debate sobre a democracia participativa, no que peço a atenção das Sras. Senadoras, dos Srs. Senadores e da sociedade em geral para todas as propostas de emenda à Constituição que tratam da matéria, a fim de respondermos a questão proposta pelo Professor Fábio Konder Comparato: “vamos continuar mantendo o povo brasileiro na condição de menor impúbere permanentemente ou vamos dar a ele, não uma soberania de fachada puramente simbólica, mas uma soberania efetiva?”.

Eu quero muito agradecer a contribuição, sobretudo, do Professor Fábio Konder Comparato, que en-

caminhou, em nome da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), essas sugestões, uma das quais eu tive a honra de assinar.

Que bom que este debate está frutificando! E que bom que o Senador Pedro Simon está sendo o Relator dessa matéria, ele que é um praticante e proponente de formas de democracia participava!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Nossos parabéns ao Senador Eduardo Suplicy, que, na sua peça oratória, traz significativas sugestões para o aperfeiçoamento da democracia em nosso Brasil.

Nossos cumprimentos.

Chamamos como último orador o Senador Delcídio Amaral. Delcídio Amaral representa o Partido dos Trabalhadores no Estado do Mato Grosso do Sul e traz grandeza a esta Casa. Apesar de muito jovem, serviu com muita eficiência e competência como Ministro de Indústria e Comércio no austero Governo de Itamar Franco. Sem dúvida alguma, é um dos maiores valores na modernização e no entendimento dos problemas energéticos do País.

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, meu caro Presidente, Senador Mão Santa.

Eu venho à tribuna, Sr. Presidente, para registrar hoje uma reunião muito importante que tive com o Diretor-Geral da Itaipu Binacional, no lado Paraguaio, Dr. Carlos Mateo Balmelli.

Carlos Mateo Balmelli já foi presidente do Congresso paraguaio, já foi vice-chanceler e é um dos melhores quadros do Governo Lugo, sem dúvida alguma. Bem preparado, tem formação na Alemanha e pós-graduação nos Estados Unidos.

Tive uma conversa muito profícua com o Dr. Carlos Mateo, amigo pessoal, alguém que, sempre quando vou à Assunção, recebe-me em sua casa e que está fazendo um trabalho exemplar como Diretor-Geral de Itaipu Binacional no lado paraguaio, é um homem qualificado, bem preparado. Hoje conversamos um pouco, Sr. Presidente, sobre o acordo do Presidente Lula com o Presidente Lugo, especialmente no que se refere à energia de Itaipu.

É importante destacar, Sr. Presidente, que o Dr. Carlos Mateo Balmelli conversará hoje com o Senador Sérgio Guerra, falará amanhã com o Senador Romero Jucá, muito possivelmente se encontrará também com o Senador Aloizio Mercadante e, no mês de dezembro, virá conversar com todos os Senadores e Senadoras para explicar a proposta de acordo de Itaipu Binacional que, evidentemente, será encaminhada ao Senado. Sr. Presidente, o Dr.

Carlos Mateo é uma pessoa que tem bom senso, é lúcida, que sabe efetivamente o que Itaipu representa para seu país, o Paraguai, e também o que representa para o Brasil.

Esse acordo de Itaipu, Sr. Presidente, tem pontos que eu não poderia deixar de destacar aqui. O primeiro: as notas reversais de governo para governo., por intermédio das quais vamos corrigir os valores da energia do Paraguai cedida ao Brasil.

Isso é contratual, e essas notas reversais virão para o Senado Federal, para que o Senado Federal aprove essa proposta. Isso representará recursos adicionais, que vão garantir ...

(Interrupção do som.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – ... a implementação ,pelo Presidente Lugo, das políticas públicas que sempre defendeu ao longo da campanha e, agora, ao longo de seu mandato. São políticas que olham o social, mas são políticas também comprometidas com o desenvolvimento do Paraguai.

Eu debati aqui, Sr. Presidente, há algum tempo, sobre a política do Governo brasileiro, do Governo Lula, de promover o desenvolvimento dos países vizinhos. Isso é muito importante, aliás, é fundamental, Sr. Presidente, porque o Brasil não vai ser um país rico cercado de países pobres e sem perspectivas. Portanto, temos o compromisso de ajudar no desenvolvimento desses países.

Há um detalhe muito importante, Sr. Presidente – vamos citar um único item divulgado diariamente por nossa imprensa: segurança pública. A insegurança dos grandes centros brasileiros nasce nas fronteiras, na fronteira com o Paraguai, na fronteira com a Bolívia. Portanto, temos um compromisso com esses países, porque, se eles forem bem, esses desvios que lamentavelmente ocorrem nas regiões de fronteira e nos países que fazem fronteira conosco não vão ser rebatidos para o dia-a-dia das nossas grandes cidades, como São Paulo e Rio de Janeiro.

E eu não posso aqui deixar de destacar, Sr. Presidente, a entrada da Força Nacional, com grupo aéreo, no assentamento Itamarati, em Ponta Porã, para fazer o patrulhamento dessa região e criar os mecanismos necessários para que haja mais segurança na região de fronteira, evitando o contrabando, o narcotráfico e outras atividades. Hoje, Sr. Presidente, já existem, inclusive, suspeitas de movimentos de guerrilha em Concepción, a setenta quilômetros da fronteira com o Brasil. Portanto, é uma área extremamente sensível, delicada.

E como é que atacamos isso? Com novas perspectivas, com desenvolvimento, com geração de riquezas para o nosso Paraguai, para os nossos vi-

zinhos, o que vai, efetivamente, repercutir dentro do Brasil. Eu sou de fronteira, Sr. Presidente, tenho avô paraguaia. Há uma identidade absoluta entre o Mato Grosso do Sul, a região Centro-Oeste, o Paraguai e a Bolívia, países com os quais convivemos, países que são nossos irmãos.

Sr. Presidente, por que falei dessas notas reversais? Porque este é o primeiro item do acordo entre Presidente Lula e Presidente Lugo: corrigir o valor do megawatt/hora que é pago aos paraguaios pelo fato de o Brasil consumir essa energia.

Mas existem outras questões muito importantes, Sr. Presidente.

A segunda questão que eu gostaria de registrar: uma linha de 500kV que sai de Itaipu e vai até Assunción.

Hoje, o Paraguai tem restrições sérias no que se refere a abastecimento de energia – tendo a riqueza de Itaipu, não tem condições de atender a expansão de seu mercado.

Assunción sofre com isso, sofre com essas restrições.

Essa linha de 500kV, que está nesse acordo também, vai propiciar energia confiável e bom atendimento à demanda de energia de todo o Paraguai. É muito importante isso, Sr. Presidente. E mais: vai significar a abertura de possibilidades para que empresas brasileiras possam construir essas linhas, para que fornecedores brasileiros venham a fornecer equipamentos para as linhas, para as subestações, ou seja, geração de emprego aqui e no Paraguai. Além disso, o Paraguai vai aproveitar essa experiência das empresas brasileiras para desenvolver tecnologia nessa área de potência, nessa área da energia.

E, Sr. Presidente, nós não ficamos só limitados a essa linha de transmissão que vai representar a redução do suprimento de energia do Paraguai. Com essa linha, Sr. Presidente, nós vamos ter condição de atender as necessidades de novas indústrias que querem se instalar no Paraguai. Hoje, já existem iniciativas de empresas brasileiras que querem se instalar no Paraguai, que buscam a competitividade que o Paraguai pode garantir exatamente em função do valor da tarifa desse insumo básico para o desenvolvimento de qualquer país.

E o Paraguai não pode ficar restrito à soja – já é o quinto produtor – e à pecuária. Nós temos de criar novas alternativas econômicas para que o Paraguai se desenvolva. Isso é importante para o Brasil e é importante para o Paraguai acima de tudo, que vai ter perspectivas de um futuro melhor, de uma vida melhor.

E, Sr. Presidente, esse programa também amplia a infraestrutura – não só de energia, mas de infraestrutura –, com a construção de autoestradas, rodovias no Paraguai. Associando o quê? Projetos industriais de empresas brasileiras com a infraestrutura necessária para atender essa produção adicional, para atender essa agregação de valor àquilo que vai ser produzido ou que já é produzido no Paraguai.

Há a previsão de uma ponte interligando o Mato Grosso do Sul com o Paraguai, ponte que é fundamental para o escoamento da produção, fundamental para essa integração do Paraguai com o Brasil através de Mato Grosso do Sul. Portanto, Sr. Presidente, há uma série de investimentos que vamos ter condição de garantir com esse acordo.

Eu não poderia deixar de registrar essa excelente reunião que tive hoje com o Dr. Carlos Mateo Balmelli, não poderia deixar de registrar a competência e a lucidez que caracterizam o trabalho obstinado que faz para ajudar o Presidente Lugo a fazer com que o Paraguai mude a sua realidade, construa um futuro melhor para sua gente.

E lá as necessidades são as mais variadas possíveis, chegam até a questão da coleta de lixo, um mínimo de cidadania para os municípios. Hoje Itaipu está preocupada, assim como o Presidente Lugo, e as iniciativas das lideranças paraguaias se repetem especialmente olhando o mercado brasileiro.

O Paraguai fez uma leitura absolutamente precisa, Sr. Presidente. O Paraguai tem que aproveitar o sucesso do Brasil para que ele cresça também, e a leitura que o Paraguai tem hoje é que se o Brasil for bem o Paraguai irá bem.

Nós não podemos perder essa oportunidade, respeitado o acordo de Itaipu e, pela informações que o Dr. Balmelli me deu, não haverá nenhuma alteração naquilo que nós aprovamos no acordo de Itaipu, volto a repetir, um exemplo de engenharia financeira, um exemplo de engenharia de construção, um exemplo de tecnologia. Esse acordo não será alterado.

O acordo que está sendo produzido pelas duas chancelarias e pelos Presidentes dos dois países atacará questões que vão ser importantes para o Paraguai, importantes para o Brasil, sem mexer no Tratado de Itaipu. Este não pode ser mexido, porque é uma obra de engenharia extraordinária. E ficou muito clara a exposição, hoje, do Dr. Carlos Mateo Balmelli.

Portanto, Sr. Presidente, para concluir, eu gostaria de registrar que, mais uma vez, o Dr. Balmelli já vai conversar com alguns Senadores, conversou comigo hoje, deve ter conversado com o Senador Sérgio Guer-

ra, vai conversar com o Senador Romero Jucá amanhã, talvez com o próprio Senador Aloizio Mercadante ainda nessas próximas horas e, em dezembro, ele virá para conversar com todos os Senadores, mostrando essa questão das notas reversais, a mudança do valor do megawatt/hora dentro do que o acordo Brasil/Paraguai estabelece lá de trás, a correção – isso é importante, que são recursos adicionais para o Paraguai, que vão entrar no Paraguai –, vai discutir a questão dos investimentos de infraestrutura no Paraguai, a linha de transmissão, estradas, a ponte na divisa de Mato Grosso do Sul com o Paraguai e, principalmente, a atração de investidores brasileiros para a industrialização do Paraguai, para agregar valor à produção do Paraguai. Dentro de uma óptica – no meu ponto de vista – absolutamente correta. O Brasil indo bem, o Brasil tem que ir junto. E nós precisamos ajudar esses países, especificamente ajudar o Paraguai. Porque se o Paraguai, Sr. Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. DELCÍDIO AMARAL (Bloco/PT – MS) – Eu já concluo, Sr. Presidente. *(Fora do microfone.)* Porque, se o Paraguai for bem, nós vamos receber os reflexos desse novo País; se o Paraguai for mal, já estamos vendo os reflexos que as fronteiras secas com o Paraguai e a Bolívia trazem para os grandes centros brasileiros, para os grandes municípios, para as grandes capitais brasileiras: a insegurança.

Está na hora de estabelecermos não só uma política de segurança – como o Ministro Tarso Genro, agora, com a iniciativa da Força Nacional, está estabelecendo, está implementando – mas também uma política de desenvolvimento econômico e social. A partir do momento em que o Paraguai tiver perspectivas, sem dúvida nenhuma, os reflexos no lado brasileiro serão absolutamente benéficos.

Portanto, eu queria registrar isso, agradecer, Sr. Presidente, a oportunidade que o senhor me dá de falar nessa altura do campeonato, já tarde da noite. Mas eu não poderia deixar de registrar essa visita, essa reunião e os desdobramentos desses contatos do Dr. Carlo Mateo Balmelli com os Senadores no próximo mês de dezembro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu gostaria que esse discurso fosse registrado nos Anais do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – V. Ex^a será atendido.

Eu convido... V. Ex^a está aqui, o Senador Paulo Duque quer prestar uma solidariedade ao falecimento de um político do seu Estado, Rio de Janeiro. Então, está à disposição. Pode usar a palavra.

O SR. PAULO DUQUE (PMDB – RJ) – Depois de um discurso desse, eu não posso falar. Estou chegando do Rio agora. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Está bom. Então, convido o Delcídio Amaral para presidir enquanto eu faço o último pronunciamento.

O Sr. Mão Santa, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Delcídio Amaral.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Com a palavra agora, o nosso caro Senador Mão Santa, que já foi Prefeito, que já foi Governador, amado pela população do seu Estado, conhecido por toda a população brasileira, especialmente, lá na região do meu Pantanal, da minha cidade de Corumbá, muito acompanhado por minha mãe, que está, lá no Pantanal, vendo as todas as atividades do Senado, e admirado por todos. Então, com a palavra, agora, para um discurso muito importante, o nosso querido Senador Mão Santa, agora, um dos principais...

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Senador Paulo Duque.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – ... próceres do Partido...

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – PSC, Partido Social Cristão.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Social Cristão. O PSC cresce, dia a dia, na Câmara, no Senado, e, sem dúvida nenhuma, pela qualidade dos homens que está levando para defender as suas bandeiras, terá um grande desempenho em 2010.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Delcídio Amaral, que preside esta sessão de terça-feira, 3 de novembro, bem disse o nosso Senador Paulo Duque, que é a sabedoria e a experiência nesta Casa, que não ia falar depois de V. Ex^a porque Cícero já dizia: nunca fale depois de um grande orador.

Além de grande orador é um dos mais competentes brasileiros. V. Ex^a advertiu, chamou a atenção do Governo. É para isso que tem de ter Poder Legislativo. Nós somos os pais da pátria. Como V. Ex^a disse, temos uma preocupação com os países vizinhos mais empobrecidos: Paraguai e Bolívia. A credibilidade daqui advém disso: temos de ter essa visão de generosidade mais pragmática. Essa é a verdade. Nossa civilização é decorrente da Europa. Nossa civilização, quer queiramos, quer não, é essa. Veio lá da Grécia, com a democracia direta. Foi melhorada na Itália, do Parlamento, na França – da Liberdade, Igualdade e Fraternidade –, na Inglaterra do desenvolvimento in-

dustrial, da democracia monárquica bicameral, com o seu filhote, os Estados Unidos. Nosso Rui de lá, exilado daqui no início da República, no governo do Marechal Floriano, trouxe esses fundamentos. Por isso somos bicamerais. Lá o Senado corresponde aos privilegiados, à Câmara dos Lordes. Para vermos como lá eles ostentam mais. E a Câmara dos Comuns.

Quero dizer que V. Ex^a retratou, trouxe, ofereceu ao Presidente da República, com sua inteligência e objetividade. Bem aí na Europa que é o nosso modelo, como ela melhorou com o Parlamento europeu, com o mercado europeu, mas preocupando-se com os mais pobres. Portugal foi um que foi beneficiado, hoje é um patrimônio na história do turismo; eles que foram grandes – Portugal e Espanha – no passado, na navegação e descobriu o mundo. Está aí o Tratado de Tordesilhas, que dividiu o mundo entre eles, não é? Mas é o êxito que está bem ali e que nós precisamos trazer aqui para a nossa América do Sul. E V. Ex^a foi muito sábio, começando-se com os mais empobrecidos – o Paraguai e a Bolívia, não é? – com essas trocas e tal.

Mas eu não poderia deixar, mesmo correndo o risco de falar depois de um Cícero, técnico, atualizado, competente, divisão de futuro, que é o Delcídio Amaral. Mas é porque...E V. Ex^a salientou sobre o Partido Social Cristão, hoje. E então, vou falar negócio de imposto, lá do meu Piauí. Não é o Partido dos Trabalhadores. Por isso, aquele descompasso – não é – que tivemos aqui. Enquanto o Heráclito trazia denúncia, o Suplicy queria defender sem conhecer. Mas eu não sou contra imposto, não, e nem o meu Partido. Olha que todo o mundo...que esse partido eu escolhi porque é o meu perfil. Sou cristão. Francisco é um nome cristão. Foi aquele que mais se aproximou a Cristo. Andava com uma bandeira Paz e Bem, não é? Mas o que eu quero dizer que imposto, nós que somos do Partido Cristão, não podemos ser contra. Está lá. Jesus deu ensinamento.

Chegou lá um querendo colocar Cristo contra o governo de Roma – César estava cobrando muito imposto. Aí perguntaram: “É justo pagar imposto a César?” Ele respondeu: “O que está cunhado nesta moeda? O retrato é de César? Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”.

Então é o imposto – viu, Zezinho? –, ao qual não somos contra, mas a gente tem que ter sensibilidade política e responsabilidade administrativa. Este País já tem muito imposto. Acho que, se Cristo voltasse ao mundo e alguém fosse perguntá-lo, ele diria: “Não, não é justo pagar, porque o governo já tem imposto demais”. Nós sabemos que este País tem 76 impostos. Nós sa-

bemos que as brasileiras e os brasileiros, todos nós trabalhamos cinco meses para pagar os impostos.

E o Governo, principalmente no Piauí, não devolve em segurança, não devolve em educação e não devolve em saúde. Na civilização, a segurança é uma barbárie. Nós vivemos numa barbárie, não é? Por fatores muitos. A educação pública, para o pobre, é decadente. Ela deveria entrar como o sol na casa, mas não entra.

E V. Ex^a, Senador Delcídio, formou-se numa faculdade privada ou do governo?

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Do governo.

O SR. MÃO SANTA (PSC – PI) – Do governo. Eu também. E como era bom, Luiz Inácio. Vamos cair na real. Este País ficou organizado, teve grandes presidentes. Quem tem bastante luz não precisa diminuir ou apagar a luz dos outros para brilhar. Eu me formei em uma faculdade federal de medicina.

E, mais ainda, fui fazer pós-graduação em cirurgia em um hospital do governo, o Hospital do Servidor do Estado, o Ipase do Rio. Quer dizer, o próprio Luiz Inácio foi feliz, porque o País era organizado e tinha uma escola técnica de padrão muito bom, que são os Senais. Nós os conhecemos bem.

Então não vão tão bem as coisas. A saúde... Olha, Delcídio, a saúde é boa, avançada, mas é boa para quem tem dinheiro e quem tem plano de saúde. Quem não tem está amargurando. Nós sabemos.

Então o imposto, além de ser grande, no Piauí ainda é mais. Por isso ninguém defende o Governador do Piauí. Foi o Suplicy querer defender... Nenhum Senador eu vi defendê-lo aqui. Mas o imposto já é demais. Eu fui governador, cobrei imposto, mas há horas em que o povo está exaurido e, assim, há horas em que se tem que ter visão de futuro, inteligência.

Eu nunca vi um provérbio errar. Tem até na Bíblia. Não tem os provérbios de Salomão? Então lá se diz: Não matem a galinha dos ovos de ouro. Estão matando lá os pobrezinhos que querem trabalhar, os comerciantes. É imposto demais!

O Piauí caiu, ficou decadente, voltou ao pior lugar, porque nessa ambição de cobrar, eles estão exauridos. E sabe o que há então? Eles estão atravessando o rio e vão para o Maranhão.

Hoje, todas as empresas vendem mais no Maranhão, como as empresas de moto, porque nessa fome, nessa ambição de quem foi com muita sede ao pote, todas as taxas – aqui já trouxe os números – são quatro vezes, três vezes maiores no Detran do Piauí do que no Ceará e no Maranhão.

O Piauí se limita com o Ceará, se limita com Pernambuco, com a Bahia, com Tocantins e mais com o Maranhão. Atravessando o rio Parnaíba, com 1.458 quilômetros, chega-se ao Maranhão. Então, todas essas empresas de moto – Honda, Yamaha, Suzuki – atravessam o rio e compram lá por causa das taxas de emplacamento, de multa e não sei de quê.

Inventaram um tal de pardal. Eu tenho até pena, assim, do Governador... Pouco estudo... Porque entraram uns bichos de fora – é um absurdo –, escondidos, para multar; mas quem ganha são as empresas de fora, o dinheiro vai para fora. O Estado está empobrecido por isso.

Além disso tudo, das taxas do Detran, dos abusos, inventaram mais uma, que todos nós, até o Delcídio, que é do PT, mas do PT de luz, do PT de estrela sol, de inteligência, aqui contesta imposto. No Piauí, além de o Detran cobrar quatro vezes mais qualquer multa, esses pardais são uma loucura.

Eu vou lhe contar uma... Tem que ter atitude, tem que ter coragem, tem que ter visão de futuro. Eu sei, eu estou aqui é para ensinar ao governadorzinho... Fraco, já está bom que saia... Olhe, eu vou te contar uma.

Sabe essas patrulhas rodoviárias federais? Eles não têm a estrutura para cobrar multa. Eles passam na estrada, mas não têm, vamos dizer, o instrumento para cobrar. E vieram a mim, Governador do Estado, para cobrar. Eram mais ou menos 10 ou 20 milhões. Você sabe como era o contrato, Delcídio, com esse Governo Federal? Então, esse meninozinho do PT fica tresloucado e empobrece o Estado. Eram 10% para o Piauí e 90% para o Governo Federal. Não dá! Eu peguei o negócio como?

A Polícia Rodoviária Federal multa nas estradas cidadãos do Estado piauiense. Multa, multa e dá um volume enorme, eram uns 20 milhões. “E aí quanto vou ganhar?” “Dez por cento”. Eu disse: “O quê? Quer dizer que vou cobrar dos meus piauienses 20 milhões, vou ficar com 2 milhões e vou mandar 18 milhões – naquele tempo era o Fernando Henrique Cardoso – para o Governo Federal? Vou o quê! Como vou dar os meus instrumentos para efetuar isso? Isso não dá!

Aí, Íris Rezende. Eu era do PMDB. Eu disse: “Só cobro, só instrumentalizo, só dou o pessoal a esse Detran se for meio a meio”. Cobrar para eu ficar com a metade para poder investir lá, melhorar as estradas, a própria segurança. Aí acharam justo. Mas sabe como é governo! Depois entrou nosso amigo Renan – não foi? –, na Justiça. Mas nunca saiu; eu também nunca deixei cobrar.

Eu ia deixar 90%? Calma, não é assim não. Então, lá está nisso, de tal maneira que empobrecemos. Além disso, o Governador lançou um rapaz, Antonio Neto, bom caráter. Mas todo mundo gastando, não tem austeridade. A gente não pode gastar mais do que ganha. Emprego demais, mordomia demais, roubalheira demais. Roubam, roubam, roubam. E aí para o povo pagar não dá.

Além do que tem esse Governo... Por isso, está aí. Estou dizendo aqui. V. Ex^a é do PT? V. Ex^a está com a Dilma? Ela está lascada lá. Eles não têm nem coragem de botar pesquisa. José Serra tem mais da metade dos votos. O Ciro... O Vice-Governador é do partido do Ciro, o PSB. O Ciro é de Sobral. Sobral é no Piauí, não é? Ele transita, tem amigos. Está em segundo lugar. Essa Dilmazinha é uma vergonha, é uma vergonha. Eles não têm nem coragem.

Você sabe que eu já governei o Estado. Foram seis anos, dez meses e seis dias. Os que fazem as pesquisas me mostram. Os contratados do Governo me mostram. Está ridícula. Por quê? Porque, com um governo desse, quem está pagando é ela. Ela vai pegar uma lapada. Qualquer dia a Marina, que entrou outro dia e que tem voto de protesto e tudo, vai passar dela. A situação dela está crítica por essas coisas. Não estou dizendo que ela tem culpa.

Além disso, está aqui o jornal *O Dia*:

Deputados criticam “portaria que cria o ICMS complementar”.

Além do que tem, todo o País está exaurido, todo o País está lamentando, todo o País está revoltado. Aqui mesmo enterramos a CPMF. Ninguém conversa. Eu nunca vi, Delcídio Amaral, virem com essa tese de aumentar imposto, principalmente no Estado do Piauí.

“Impostos. Deputados criticam portaria que cria ICMS complementar”.

Além dos impostos que temos, lá no próprio Piauí... Então, o que é que tem? Comerciantes e empresários estão atravessando o rio; e o Maranhão está crescendo, o Ceará está crescendo.

A ignorância é audaciosa, e deu isso.

Então, ainda tem isso:

“[...] [Os Deputados criticam] o Governo pela edição de portaria instituindo a cobrança de “ICMS Complementar” [criaram mais um]. [...] que tal cobrança resultará em elevação nos preços dos produtos mais consumidos pela população pobre.

A Portaria diz: ‘nas operações de entrada neste Estado, de mercadorias ou bens ou serviços prestados destinados a estabelecimento localizado no território do Estado do Piauí, cujo

estabelecimento remetente seja beneficiário de incentivos ou benefícios fiscais relativamente ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS será exigido o pagamento do ICMS Complementar na forma disposta na Portaria”.

Por isso, fiquei até o final, porque os comerciantes... O pior é a maneira de cobrar. Eles vão é de metralhadora. Eu fui Governador, nunca... O comerciante é um herói anônimo. Eles trabalham, são responsáveis. E os bandidos estão todos soltos! É uma criminalidade como nunca houve no Piauí e no Brasil! Mas, para os comerciantes, eles entram com metralhadora!

Daí lançaram o Secretário de Fazenda. Ele não decolou. A Dilma está uma vergonha nas pesquisas. Eles não têm nem coragem de dizer. José Serra tem mais da metade dos votos do Piauí. Em segundo lugar é o Ciro, porque Wilson Martins é o Vice e, se assumir, é a desgraça... Aí ela está morta! Está morta, porque o voto de protesto não vai para ela, o voto de protesto vai para a nossa Senadora do PV.

“[...] o Estado do Piauí não se desenvolve, pois não há investidores de fora que queiram se instalar aqui. Considerou ainda que a portaria do Secretário de Fazenda, Antônio Neto, deve ser sujeita à ação judicial, já que não passou pela apreciação da Assembleia Legislativa”.

Há um Deputado aqui, e ele diz: os Deputados esperam que o ICMS complementar seja sujeito a ação judicial.

Então, estão matando a galinha dos ovos de ouro. Estão matando, estão exaurindo, e o povo e os empre-

sários estão transferindo suas firmas, atravessando o rio. De moto, todas. As firmas do Piauí, as tradicionais, estão colocando – atravessam o rio – nas cidades ribeirinhas. Todas as cidades do Piauí, as ribeirinhas, eram maiores do que as do Maranhão. Só conheço uma que não é. Em todos os 1.458km, as cidades no Piauí são maiores, por exemplo: Parnaíba é muito maior do que Araiases; Teresina é muito maior do que Tutóia; Luzilândia é muito maior do que São Bernardo. Só uma, Santa Filomena, no Piauí, e Alto Parnaíba, que é a do Maranhão, é maior.

Quer dizer, mas este Governo medíocre, incapaz, incompetente – não tenho nada contra ninguém – é que está fazendo com que as cidades do Maranhão se tornem maiores do que as do Piauí, porque estão mudando. Foram eles que vieram.

Então, fiquei até o fim desta noite, pedi a V. Ex^a essa oportunidade de presidir, porque, se eu não fizesse isso... Eu fui lá, e foi um apelo de todos os empresários e comerciantes. Abuso! Abuso de cobrança! É aquela: “quem nunca comeu mel se lambuza”. Então, os bichos nunca “coisaram”, ficaram doidos e pensam que é isso. Mas está vivo o povo do Piauí. Wall Ferraz, um grande líder lá, dizia: “Teresina, cidade redenta”. Eles estão é lascados! Basta V. Ex^a pedir à Dilma para mandar fazer uma pesquisa com o nome dela: está uma vergonha! Mas ela não é culpada, não; a culpa é desse governo incapaz, incompetente, que não tem austeridade e que está exaurindo quem trabalha no Piauí.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Mão Santa, mais uma vez, incisivo e firme nos seus pronunciamentos.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.463, DE 2009 (Do Sr. Senador Flávio Torres)

Requer VOTO DE LOUVOR à jornalista Adísia Sá que completa 80 anos de idade em pleno exercício profissional,^{1.463} jornal O Povo, de Fortaleza, Ceará, tendo marcado sua carreira por extrema capacidade de inovação e de correção ética.

REQUEIRO, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos Anais do Senado, VOTO DE LOUVOR à jornalista Maria Adísia Barros de Sá, que completa 80 anos no dia 7 de novembro de 2009. Em pleno exercício profissional, tendo desempenhado papel de extrema relevância na qualificação da imprensa do Ceará, Adísia Sá permanece como referência para a mídia de todo o Nordeste e do Brasil.

JUSTIFICATIVA

Adísia Sá completa este ano não apenas 80 anos de idade, mas também 54 anos de jornalismo, iniciados na Gazeta de Notícias. Desempenhou, ao longo de sua carreira, as mais relevantes funções em veículos do Ceará, em especial em O Povo, no qual criou o papel de ombudswoman. Sua presença, portanto, foi extremamente marcante. Continua sendo, na medida em que permanece ativa no jornalismo, participando de comentários políticos no rádio e publicando matérias na mídia impressa. Foi sempre uma defensora importante da liberdade de imprensa e da qualificação dos veículos de comunicação.

Para que se tenha uma idéia de seu pensamento, cito sua definição de jornalismo, expressa em caderno especial de O Povo: "Paixão. Dever. Vida. Olhos, ouvidos, língua e nariz da Nação". Registre-se não apenas a precisão, mas o que se pode qualificar de calor de uma paixão. Mais, afirma: "Que desafio para os jovens nas redações. Que vida curta para viver tão intenso amor".

Por essa história de vida, por essa atividade que permanece, pela importância de seu passado e, principalmente, por esse amor que não cessa, considero mais do que justo o voto de louvor que proponho ao Senado Federal.

Sala de Sessões, 3 de novembro de 2009



Senador FLÁVIO TORRES

REQUERIMENTO Nº 1.464 , DE 2009

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento prematuro do percussionista Antonio Luiz Alves de Souza, de 54 anos, que ficou conhecido no mundo musical como Neguinho do Samba, ocorrido sábado, dia 2, em Salvador.

JUSTIFICAÇÃO

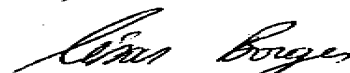
O percussionista Neguinho do Samba destacou-se como um dos fundadores do grupo cultural Olodum e, depois, da Banda Didá, dois dos mais importantes núcleos da música étnica baiana, mas entrou para a história musical, sobretudo, como criador do samba reggae e da batida de percussão que caracteriza este ritmo.

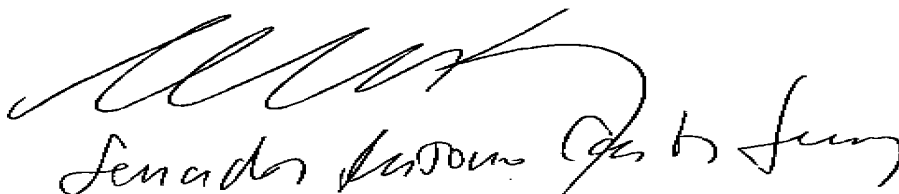
Sua criação transformou a música da Bahia e atraiu ao Pelourinho artistas de renome mundial, interessados naquela inovação, como os americanos Michael Jackson e Paul Simon. Seu arranjo de percussão para a música de Jackson levou a sonoridade baiana, e, portanto, a sonoridade brasileira, para o mundo.

Graças à sua invenção rítmica, percussionistas baianos são solicitados hoje em todo mundo para acompanhamentos e shows, levando o nome do Brasil para todo o planeta. Neguinho do Samba, como reconhece o país, foi um gênio da música, mas também era um educador e um transformador social no Pelourinho, onde tinha a sua vida.

Por tudo isto, Neguinho do Samba, desaparecido no sábado passado de forma prematura, por conta de problemas cardíacos, é merecedor dos sentimentos de pesar desta Casa, que ao longo da história soube distinguir os grandes brasileiros, e, sobretudo, os heróis populares, razão desse requerimento em que apresento em nome de todos os baianos.

Sala das Sessões, 3 de novembro de 2009


Senador CÉSAR BORGES


Senador Antonio Carlos Gomes

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO

Nº 1.465, DE 2009

Requeiro, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 197, de 2009 que, “Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda e dá outras providências.” seja ouvida a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, por estar no âmbito da sua competência.

Em , de de 2009.

Senador FLEXA RIBEIRO

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

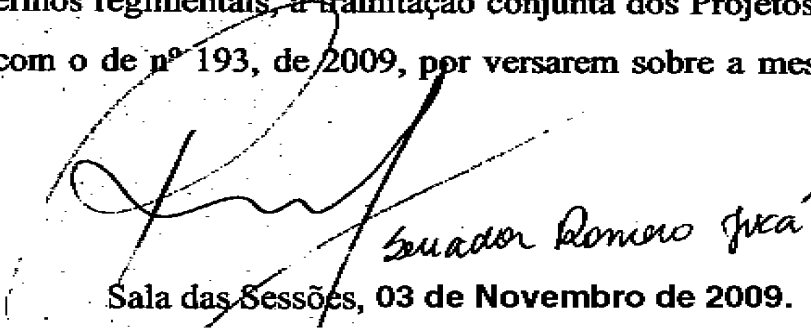
Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.466 , DE 2009

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 137, com o de nº 193, de 2009, por versarem sobre a mesma matéria.


Sala das Sessões, 03 de Novembro de 2009.

REQUERIMENTO Nº 1.467, DE 2009
(Do Senador Pedro Simon)

*Requer a tramitação conjunta dos
Projetos de Lei do Senado de nºs 440,
de 2003 e 94 e 387, de 2005.*

**Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,
Senador JOSÉ SARNEY,**

Com fundamento no disposto no art. 258, do Regimento Interno do Senado Federal, requiro a Vossa Excelência a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado de nºs 440, de 2003 e 94 e 387, de 2005, por disporem sobre a mesma matéria.

JUSTIFICAÇÃO

Todas as proposições tratam da extinção ou não da punibilidade penal dos crimes fiscais e contra a ordem tributária nos casos em que hajam ações de regularização, restituição ou reparação ao erário do prejuízo causado pelo contribuinte inadimplente.

Os Projetos de Lei do Senado de nºs 440/2003 e 387/2005, foram distribuídos para que eu os relatasse, entretanto após exame acurado, observei que o PLS nº 94/2005, de minha autoria, insere-se no mesmo universo e contexto jurídico das proposições citadas. Logo, faz-se necessário o apensamento das proposições para tramitarem em conjunto, fato tal que geraria, inexoravelmente, uma situação de impedimento para que eu possa emitir parecer sobre os projetos.

Sala das Sessões, 13 de Novembro de 2009.


Senador PEDRO SIMON

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão encaminhados à Mesa para decisão.

Sobre a mesa, Aviso que passo a ler.

É lido o seguinte;

AVISO

- **Aviso nº 50, de 2009-CN** (nº 93/BCB-Presi, de 22 de outubro de 2009, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando Relatório trimestral sobre as operações de redesconto e empréstimo realizadas por aquela Instituição, referentes ao 3º trimestre de 2009, conforme determina o art. 1º, § 6º, da Lei nº 11.882, de 23 de dezembro de 2008.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O expediente lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2006** (nº 2.704/2006, na Casa de origem, do Deputado Corauci Sobrinho), que *acrescenta dispositivo ao art. 485 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil* (permite que a ação rescisória prospere mesmo que seja procedente em relação a apenas um dos fundamentos da decisão);
- **Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2007** (nº 672/2007, na Casa de origem, do Deputado Fernando de Fabinho), que *altera o art. 982 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, que institui o Código de Processo Civil* (prevê expressamente a desistência de procedimento judicial

de inventário e partilha, facultando a utilização da via extrajudicial); e

- **Projeto de Lei da Câmara nº 174, de 2008** (nº 1.845/2007, na Casa de origem, do Deputado Carlos Bezerra), que *revoga o art. 191 e o § 3º do art. 738, e altera o art. 298 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para extinguir o benefício da contagem de prazo em dobro aos litisconsortes representados por diferentes procuradores.*

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Resolução do Senado nº 70, de 2009**, altera o Regimento Interno do Senado Federal, dispondo sobre matéria de competência da Comissão de Assuntos Econômicos.

Nesse sentido, a matéria ficará perante a Mesa pelo prazo de cinco dias úteis, para recebimento de emendas, e, em seguida será encaminhada às Comissões de Assuntos Econômicos; de Constituição, Justiça e Cidadania; e Diretora.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – A Presidência comunica ao Plenário que, em virtude de os **Projetos de Lei do Senado nºs 46 e 361, de 2003**, e 330, de 2005, objeto do **Requerimento nº 1.333, de 2009**, de tramitação conjunta, não terem parecer aprovado em comissão, a competência para sua apreciação é da Mesa, nos termos do caput do art. 258 do Regimento Interno.

A Presidência esclarece que o parecer existente na tramitação do Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2003, refere-se ao Requerimento nº 803, de 2004, de sobrestamento do referido Projeto.

Nesse sentido, a Presidência retira o **Requerimento nº 1.333, de 2009**, da Ordem do Dia e o encaminha ao exame da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 495, DE 2009

Autoriza o Governo Federal a criar a Agência Nacional de Energias Renováveis (ANER).

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Agência Nacional de Energias Renováveis (ANER), de natureza autárquica, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, com sede e foro na cidade de Brasília.

Art. 2º A Agência Nacional de Energias Renováveis terá como objetivo institucional a coordenação do processo de transição do uso intensivo de energias não renováveis para formas renováveis de utilização do potencial energético do País, bem como o estudo e a elaboração de políticas públicas para apoiar o aprimoramento da matriz energética nacional, visando ao desenvolvimento sustentável.

§1º A Agência Nacional de Energias Renováveis atuará em estreita colaboração com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e com a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Art. 3º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se como:

I – Fontes de energia renovável, aquelas cuja utilização no presente não implica a redução de sua disponibilidade no futuro, tais como ondas, marés, ventos, camadas interiores da Terra, cursos d'água, raios solares, biomassa e hidrogênio;

II – Formas renováveis de utilização do potencial energético do País, aquelas com base em fontes renováveis e destinadas à obtenção de energia elétrica, energia mecânica ou energia térmica;

III – Energia das marés, aquela originada da diferença de amplitude entre marés;

IV – Energia das ondas, aquela originada da movimentação das ondas;

V – Energia eólica, aquela originada de ventos resultantes do deslocamento de massas de ar;

VI – Energia geotérmica, aquela originada de fontes de calor internas à Terra;

VII – Energia hídrica, aquela originada da energia potencial resultante dos fluxos hídricos de cursos d'água;

VIII – Energia solar, aquela originada diretamente dos raios solares;

IX – Energia da biomassa, aquela originada diretamente de matéria orgânica animal ou vegetal;

X – Energia do hidrogênio, aquela originada de tecnologias que utilizam reações químicas entre os gases oxigênio (O₂) e hidrogênio (H₂) para gerar energia elétrica, energia térmica e água.

Art. 4º As despesas resultantes da execução desta Lei correrão à conta de dotações constantes do Orçamento da União.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O acesso à energia barata, limpa e confiável é uma necessidade básica da Humanidade. A energia renovável é uma das soluções inadiáveis para a garantia de um futuro sustentável para o planeta. Entretanto, o uso atual das energias renováveis é prejudicado, principalmente, por tarifas e barreiras tecnológicas, mas, também, pela falta de planejamento adequado e de coordenação eficiente dos órgãos governamentais.

Para mudar esse quadro, em 26 de janeiro de 2009, em Bonn, Alemanha, foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a Agência Internacional de Energias Renováveis, ou, no original, International Renewable Energy Agency (IRENA).

O estatuto da Agência, assinado por 137 países, define para a atuação da Irena, entre outros objetivos, tornar-se o principal vetor para a promoção de uma rápida transição para o uso de energias renováveis em escala global.

Agindo como a voz global para o uso das energias renováveis, a Irena busca prover consultoria e apoio para países industrializados ou em desenvolvimento, ajudando-os no desenvolvimento de tecnologias e na capacitação de pessoal.

Acima de tudo, a Agência pretende facilitar o acesso a informações relevantes, inclusive o maior número de dados confiáveis sobre os potenciais dessas formas de energia. É, também, considerado prioritário o estímulo às boas práticas do setor, aos mecanismos de financiamento e à ampla divulgação do estado da arte do conhecimento tecnológico.

O Brasil possui um dos maiores potenciais do mundo para a implantação de uma matriz energética majoritariamente sustentada em formas renováveis de energia. Com isso, é grande a importância da criação de uma agência nacional, nos moldes da Irena, para não só viabilizar formas de interlocução com a Irena, mas, também, para coordenar o processo de transição do uso intensivo de energias não renováveis para formas renováveis de utilização do potencial energético do País.

É para dar conta desse desafio que apresentamos esse projeto, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Nacional de Energias Renováveis, uma autarquia que, dadas as suas funções de planejamento e coordenação, entendemos que deva estar vinculada à Casa Civil da Presidência da República.

Na certeza de estarmos contribuindo para o esforço global de desenvolvimento da utilização das formas mais limpas de transformação da energia e de seu uso sustentável, solicitamos o apoio de nossos Pares a este projeto.

Sala das Sessões,

Senador **MARCELO CRIVELLA**

(Às Comissões de Serviços de Infra-Estrutura e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo a última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Mão Santa. PSC – PI) – O projeto que acaba de ser lido será publicado e remetido às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – O Sr. Senador Gerson Camata enviou discurso à Mesa, que será publicado na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. GERSON CAMATA (PMDB – ES. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um instrumento criado para facilitar a vida dos consumidores e incentivar as vendas do comércio tornou-se, em nosso país, uma fonte de tormento para milhões de indivíduos, além de comprometer a rentabilidade dos lojistas. Esta semana, os jornais noticiaram que a inadimplência nas operações de crédito no cartão tornou-se a mais alta do sistema financeiro brasileiro.

No mês de julho, segundo dados do Banco Central, 28,3 por cento das transações com juros feitas com cartões, como crédito rotativo e parcelamento, tinham atraso de pagamento superior a 90 dias. A soma das operações com juros chegou a 14 bilhões e 560 milhões de reais, e as dívidas acumuladas atingiram 26 bilhões e 490 milhões de reais. Este valor é 580 por cento maior que o total de financiamentos para a compra da casa própria e 54 por cento maior que o uso do cheque especial.

São dois recordes preocupantes. Para se ter uma idéia de suas dimensões, os financiamentos de lojas em atraso mal ultrapassam 15 por cento, e os do cheque especial estão em pouco mais de 11 por cento. Preocupam mais ainda quando se leva em conta os juros praticados pelos bancos no cartão de crédito. Numa instituição financeira, eles atingiram inacreditáveis 600,73 por cento ao ano, apesar dos sucessivos cortes na taxa Selic feitos pelo Banco Central.

Por incrível que pareça, esses juros abusivos são até modestos quando comparados com os cobrados pelos chamados cartões de loja, aqueles emitidos pelos estabelecimentos comerciais. Num deles, os encargos para quem opta por parcelar o pagamento ou rolar a dívida podem chegar a 22,66 por cento ao mês, ou 1.059 por cento ao ano.

Hoje em dia, é difícil entrar numa grande loja ou num shopping center sem ser abordado por funcionários de bandeiras de cartões ou de redes de varejo à procura de clientes. O formulário é preenchido na hora, com poucas formalidades, e dias depois o consumidor recebe o cartão em sua casa.

O problema é que poucos recebem informações a respeito de juros, anuidade e outros encargos. Só depois de utilizarem o cartão, quando começam a chegar as faturas, os consumidores desavisados descobrem que caíram numa armadilha da qual dificilmente conseguirão sair, pois a dívida parcelada torna-se praticamente impagável, com o acúmulo dos juros altíssimos.

Não é surpreendente, portanto, o grande índice de inadimplência, quando se praticam os juros mais altos do mundo. Nos Estados Unidos, os juros dos cartões ficam em no máximo 20 por cento ao ano. A severidade com que a crise atingiu a economia norte-americana, eliminando um número elevado de postos de trabalho, fez o índice de inadimplência subir para 11 e meio por cento. Aqui, onde o impacto foi bem menor, esse índice está beirando os 30 por cento.

O setor de cartões necessita de regulação urgente, para aumentar a concorrência, reduzir o valor dos investimentos exigidos dos comerciantes para alugar ou adquirir os equipamentos destinados ao atendimento e a comissão que é cobrada deles pelas vendas feitas com cartão – também uma das mais altas do mundo, chegando a 5 e meio por cento, por transação. Além disso, o prazo para o repasse do valor da compra aos lojistas é de 30 dias, enquanto nos Estados Unidos a média é de 48 horas.

Não existe legislação para a indústria de cartões de débito e crédito no Brasil, que não é definida como instituição financeira. Assim, ela está livre e isenta de fiscalizações, especialmente do Banco Central.

O governo federal anunciou há pouco que está em preparo uma proposta para aumentar a concorrência no setor de cartões, que hoje é dominado por um duopólio. Duas bandeiras controlam 92 por cento do mercado e impõem suas regras à vontade, graças à extrema concentração. Não existe estímulo à entrada de novos participantes. Tudo pende em favor das administradoras de cartões, prejudicando usuários, lojistas e prestadores de serviços. Democratizar esse mercado é tarefa urgente, e isto só será possível com a regulamentação do sistema. Medidas isoladas não resolverão o problema, pois o duopólio continuará dando as cartas, e os juros continuarão sendo absurdos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Não havendo mais oradores inscritos, vou encerrar, com as graças do Nosso Senhor, a sessão do dia de hoje, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária a seguinte

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 17, DE 2009

(Proveniente da Medida Provisória nº 468, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 17, de 2009, que *dispõe sobre a transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais para a Caixa Econômica Federal; e altera a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998 (proveniente da Medida Provisória nº 468, de 2009).*

(Lido no Senado Federal no dia 29.10.2009) Relator revisor: (Sobrestando a pauta a partir de: 15.10.2009) Prazo final prorrogado: 07.02.2010

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2008

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Gim Argello, que *altera os arts. 21, 22 e 48 da Constituição Federal, para transferir da União para o Distrito Federal as atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.*

Parecer favorável, sob nº 727, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 48, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que *dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.*

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2003

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que *dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que *acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.*

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 100, DE 2007

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que *dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.*

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que *altera a denominação do Capítulo*

VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 28, DE 2009

Quinta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antonio Carlos Biscaia), que *dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.*

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que *altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.*

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

10

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2005

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004, na Casa de origem, do Deputado Gustavo Fruet), que *altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação).*

Parecer sob nº 1.549, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

11

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2007

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2007 (nº 5.522/2005, na Casa de origem, do Deputado André de Paula), que *dispõe sobre a obrigatoriedade da implementação de protocolo terapêutico para a prevenção vertical do HIV, em hospitais e maternidades.*

Parecer sob nº 1.548, de 2009, da Comissão Diretora, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, oferecendo a redação do vencido.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 34, de 2001 (nº 3.388/97, na Casa de origem, do Deputado Jaques Wagner), que *dispõe sobre a construção de muro de proteção contínuo nas pontes, viadutos e curvas perigosas em rodovias federais.*

Pareceres sob nºs 162 e 1.146, de 2003; e 694, de 2009, das Comissões

– de Serviços de Infra-Estrutura, Relatora: Senadora Heloisa Helena, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CI, que apresenta, com voto contrário vencido do Senador Leomar Quintanilha; e

– de Assuntos Econômicos (em audiência, nos termos do Requerimento nº 269, de 2003), 1º pronunciamento: Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, solicitando informações ao Ministério dos Transportes para instruir a matéria; 2º pronunciamento: Relator: Senador Osmar Dias, favorável, nos termos das Emendas nºs 2 e 3-CAE, que apresenta.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, DE 2001

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do então Deputado Paulo Paim), que *dispõe sobre o atendimento de emergência de acidentes do trabalho em localidades onde não existe redado Sistema Único de Saúde – SUS.*

Pareceres sob nºs 12, de 2003; e 1.428, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais,

1º pronunciamento: Relator ad hoc: Senador Tião Viana, favorável; 2º pronunciamento (em reexame, nos termos dos Requerimentos nºs 241, de 2003): Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 22, DE 2002

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que *proíbe a utilização do jateamento de areia a seco, determina prazo para mudança tecnológica nas empresas que utilizam este procedimento e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 244, de 2003; e 1.672, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Juvêncio da Fonseca, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do art. 101, II, d, do Regimento Interno), Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo apresentado pela Comissão de Assuntos Sociais e que passa a ser denominado de Emenda nº 1-CAS/CCJ (Substitutivo).

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 35, DE 2003

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2003 (nº 3.055/2000, na Casa de origem, do Deputado Bispo Wandervall), que *altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para incluir, na categoria de intérpretes ou executantes, os dubladores*.

Pareceres sob nºs 776 e 777, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte (em audiência, nos termos do Requerimento nº 1, de 2007), Relator: Senador Antônio Carlos Valadares, favorável; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, com Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

16

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2004 (no 1.282/2003, na Casa de origem, do Deputado Inaldo Leitão), que *acrescenta parágrafo ao art. 1.050 da Lei nº*

5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil (dispensa a citação pessoal do embargado para responder à petição inicial, exceto quando não houver constituído advogado).

Parecer sob no 1.570, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 19, de 2005 (no 1.683/2003, na Casa de origem, do Deputado Fernando Gabeira), que *dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras*.

Pareceres sob nºs 1.571 e 1.572, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Patrícia Saboya, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relatora ad hoc: Senadora Marisa Serrano, favorável ao Projeto, nos termos da Emenda da CCJ, que passa a ser denominada Emenda nº 1-CCJ/CMA (Substitutivo).

18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 15, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 15, de 2006 (nº 4.924/2005, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *altera o § 4º do art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências (dispõe sobre a representação nas causas de valor até vinte salários mínimos)*.

19

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 72, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 72, de 2006 (no 4.127/2004, na Casa de origem, do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame), que *altera o art. 275 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, incluindo como sujeitas ao procedimento sumário as causas relativas à revogação de doação*.

Parecer favorável, sob no 1.573, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior.

20**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (substitui a expressão “medida sócio-educativa” pela “medida psicossocioeducativa”)*.

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Moraes, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

21**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 116, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que *determina a publicidade dos valores das multas decorrentes da aplicação do Código de Defesa do Consumidor revertidos para o Fundo Nacional de que a trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985; e altera Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990*.

Parecer sob nº 1.352, de 2007, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

22**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2007 (nº 6.672/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 1.526 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, determinando que a habilitação para o casamento seja feita pessoalmente perante o oficial do Registro Civil*.

Parecer sob nº 1.088, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta.

23**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 48, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2007 (nº 6.048/2002, na Casa de origem, do Deputado Alberto Fraga), que *acrescenta o § 3º ao art. 83 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal, determinando que os estabelecimentos penais destinados às mulheres tenham por efetivo de segurança interna somente agentes do sexo feminino*.

Parecer favorável, sob nº 1.212, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

24**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 60, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de assistência social nas escolas públicas de educação básica*.

Pareceres sob nºs 298 e 299, de 2009, das Comissões

– de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CE, que apresenta; e

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, nos termos da Emenda nº 2-CAS (Substitutivo), que oferece.

25**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 126, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2007 (nº 7.252/2006, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação à alínea “o” do inciso VII do caput do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios (altera competências do Ministério da Defesa)*.

Parecer favorável, sob nº 525, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

26**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2008 (nº 3.246/2004, na Casa de origem, do Deputado Dr. Rosi-

nha), que *altera o art. 13 da Lei nº 5.700, de 1º de setembro de 1971 (inclui a bandeira do Mercosul nos casos de hasteamento diário da Bandeira Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 526, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Sérgio Zambiasi.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que *altera o inciso II do caput do art. 1.641 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos)*.

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *revoga o art. 508 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente)*.

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2008 (nº 5.139/2001, na Casa de origem, do Deputado Osmar Seraglio), que *altera os arts. 12 e 21 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 – Lei de Improbidade Administrativa (permite a aplicação de sanções, isolada ou cumulativamente, ao responsável por ato de improbidade, e restringe a aplicação da pena de ressarcimento)*.

Parecer favorável, sob nº 1.056, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Neuto de Conto.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que *inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica*.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz)*.

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Morais.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 136, DE 2008 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 136, de 2008 -Complementar (nº 375/2006-Complementar, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dispõe sobre a composição do*

Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus; revoga a Lei Complementar nº 68, 13 de junho de 1991; e dá outras providências.

Pareceres favoráveis, sob nºs 953 e 954, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora ad hoc: Senadora Serys Shessa-renko; e

– de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Jefferson Praia.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Shessa-renko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

- da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.*

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 154, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 154, de 2008 (nº 1.246/2007, na Casa de origem, do Deputado Márcio França), que *altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro*

de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da administração pública federal.

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimmermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.*

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

– de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.*

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci), que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de*

setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrendimento do consumidor).

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.*

Parecer sob nº 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.*

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.*

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Ro-

sado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

45

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito).*

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

46

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 382, DE 2003

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 382, de 2003, de autoria do Senador Rodolpho Tourinho, que *dispõe sobre o percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de necessidades especiais e os critérios de sua admissão, nos termos do inciso VIII do artigo 37 da Constituição Federal.*

Pareceres sob nºs 964 a 966, de 2008, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta;

– de Assuntos Sociais (em audiência nos termos do Requerimento nº 510, de 2007), Relator “ad hoc”: Senador Jayme Campos, favorável, com as Emendas 3 e 4-CAS; e

– de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 5-CDH (Substitutivo), que oferece.

47

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância.*

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

48

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

49

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria do Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente.*

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 140, DE 2007 – COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.*

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.*

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 183, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 183, de 2009, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, que *altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do*

solo urbano e dá outras providências, para regulamentar a implantação de equipamentos urbanos.

Parecer sob nº 1.388, de 2009, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator ad hoc: Senador Tasso Jereissati, favorável, com a Emenda nº 1-CDR, que oferece.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 234, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 234, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal) com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes.*

Parecer sob nº 1.637, de 2009, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania (em audiência, nos termos do Requerimento nº 881, de 2009), Relator: Senador Aloizio Mercadante, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 233, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia, que *acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.*

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

55

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 320, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 320, de 2009, de iniciativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que *altera a Lei nº 10.891, de 2004, que institui a Bolsa-Atleta, para permitir a concessão do benefício aos atletas-guias dos para-atletas das categorias T11 e T12.*

56

REQUERIMENTO Nº 1.093, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.093, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (prorrogação da não incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante).*

57

REQUERIMENTO Nº 1.094, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.094, de 2009, do Senador Paulo Paim, *solicitando o desapensamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 50, de 2006, das Propostas de Emenda à Constituição nºs 38, de 2004, e 86, de 2007, a fim de que tenha tramitação autônoma (voto secreto).*

58

REQUERIMENTO Nº 1.102, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.102, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 301, de 2009, com os Projetos de Lei do Senado nºs 212, de 2005; 67, 199, 239 e 342, de 2006; e 287, de 2008, que já se encontram apensados, por regularem a mesma matéria. (porte de arma de fogo)*

59

REQUERIMENTO Nº 1.112, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.112, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 291, de 2006, e 63, de 2007, por regularem a mesma matéria (concede benefício no imposto de renda para empresas).*

60

REQUERIMENTO Nº 1.149, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.149, de 2009, do Senador Tião Viana, *solicitando o desapensamento da Projeto de Lei do Senado nº 259, de 2006, dos Projetos de Lei do Senado nºs 184, de 2004, e 258, de*

2006, a fim de que tenha tramitação autônoma (Código Brasileiro de Aeronáutica).

61

REQUERIMENTO Nº 1.157, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.157, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 4, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (institui o regime de dedicação exclusiva para os profissionais da educação básica pública).*

62

REQUERIMENTO Nº 1.158, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.158, de 2009, do Senador Jefferson Praia, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 510, de 1999, e 505, de 2007, com o Projeto de Lei da Câmara nº 35, de 2000, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 25, 165, 182, 242, 308 e 355, de 2003; 352, de 2004; 370, de 2005; 151 e 531, de 2007, por regularem a mesma matéria. (propaganda de bebidas alcoólicas, alimentos, produtos fumíferos, medicamentos, terapias e defensivos).*

63

REQUERIMENTO Nº 1.217, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.217, de 2009, de autoria do Senador Valter Pereira, *solicitando o desapensamento dos Projetos de Lei da Câmara nºs 49, de 2003; e 86, de 2004, e dos Projetos de Lei do Senado nºs 115 e 134, de 2005; 223 e 285, de 2006; e 558, de 2007; e a tramitação conjunta, dividida em dois blocos, por afinidade, das seguintes matérias: – Projetos de Lei do Senado nºs 410, de 2003; e 224, de 2004 (gratuidade no transporte coletivo para idosos); e – Projetos de Lei do Senado nºs 249, de 2004; e 135, de 2008 (isenções fiscais para doações a instituições filantrópicas e pensão alimentícia).*

64

REQUERIMENTO Nº 1.238, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.238, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do*

Senado nº 232, de 2006, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

65

REQUERIMENTO Nº 1.239, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.239, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 685, de 2007, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.*

66

REQUERIMENTO Nº 1.276, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.276, de 2009, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando seja apresentado voto de censura e repúdio ao cerco militar à Embaixada do Brasil em Tegucigalpa e à repressão do governo golpista contra as manifestações pacíficas dos partidários do governante legítimo de Honduras, Manuel Zelaya.*

Parecer nº 1.636, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em reexame, favorável, nos termos do texto que apresenta.

67

REQUERIMENTO Nº 1359, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.359, de 2009, do Senador Efraim Morais, *solicitando que, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 62, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania (comprovação de adimplência quanto aos empréstimos e financiamentos devidos à União).*

68

REQUERIMENTO Nº 1.365, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.365, de 2009, do Senador Romero Jucá, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 158, de 2002; 201, de*

2003; e 475, de 2007, por regularem a mesma matéria (alteração do Código Florestal).

69

REQUERIMENTO Nº 1.371, DE 2009

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.371, de 2009, do Senador Aloizio Mercadante, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2001, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos (cria o Serviço Social da Saúde – Sess e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Saúde – Senass).*

70

REQUERIMENTO Nº 1.389, DE 2009

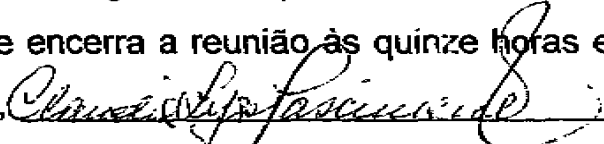
Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.389, de 2009, do Senador Eliseu Resende, *solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2003, com o Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2007, por tratarem do mesmo assunto (cria a Área de Proteção Ambiental Rio-Parque do Araguaia).*

O SR. PRESIDENTE (Dalcídio Amaral. Bloco/PT – MS) – Está encerrada a sessão.

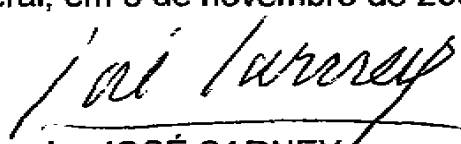
(*Levanta-se a sessão às 21 horas e 46 minutos.*)

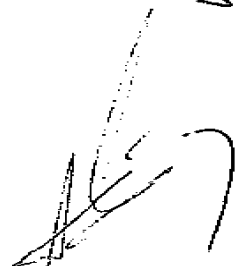
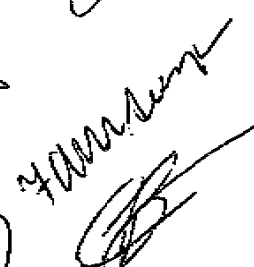
15ª Reunião da Mesa do Senado Federal, realizada em 3 de novembro de 2009.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia três de novembro de dois mil e nove, na Sala de Autoridades do Gabinete da Presidência, reúne-se a Mesa do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador José Sarney. Assinam, também, a lista de comparecimento os seguintes Senadores: Serys Slhessarenko, Segunda Vice-Presidente, Heráclito Fortes, Primeiro-Secretário; Mão Santa, Terceiro-Secretário; César Borges, Primeiro Suplente de Secretário; Adelmir Santana, Segundo Suplente de Secretário; e Cícero Lucena, Terceiro Suplente de Secretário. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente, Senador José Sarney, agradece a presença de todos e dá ciência do Ofício nº 1426/P, de 29 de outubro do corrente ano, do Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Gilmar Mendes, lido na sessão do Senado Federal de 29 de outubro último. O Sr. Presidente, Senador José Sarney, dá ciência também do documento do Senador Expedito Júnior, recebido em 3 de novembro de 2009, em que S. Exª requer "*seja instaurado o competente processo, no âmbito da CCJ desse Senado Federal, para exame e ulterior Parecer sobre a perda de mandato do ora Requerente, decretada pela Justiça Eleitoral (ainda sem trânsito em julgado), de modo que a este seja assegurada a ampla defesa (...).*" Cópias de ambos os documentos foram distribuídas aos demais membros da Mesa. Os referidos documentos, na íntegra, passam a fazer parte integrante desta Ata. Em seguida, o Sr. Presidente, Senador José

Sarney, relata as vezes em que a matéria foi tratada em reuniões da Mesa e, ato contínuo, concede a palavra aos membros da Mesa presentes, que dela fazem uso. Durante a discussão, examina-se a defesa do Senador Expedito Júnior, que argumenta pela semelhança do seu caso com o do Senador João Capiberibe, quando, através de mandado de segurança, o Supremo Tribunal Federal assegurou-lhe ampla defesa, cujo rito procedimental foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Ao final, a matéria é submetida a votos, e, por cinco votos, é aprovada a decisão de remetê-la à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. A Senadora Serys Slhessarenko vota pela abstenção. Mesmo a decisão já aprovada pela maioria do Colegiado, o Sr. Presidente, Senador José Sarney, manifesta seu ponto de vista no sentido de que se deveria cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal. A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião às quinze horas e dez minutos. E, para constar, eu,  (Claudia Lyra Nascimento), Secretária-Geral da Mesa, lavrei a presente Ata, que, após assinada pelos membros da Mesa presentes, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*.

Senado Federal, em 3 de novembro de 2009.

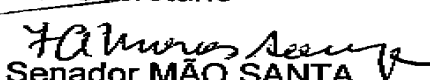

Senador JOSÉ SARNEY
Presidente

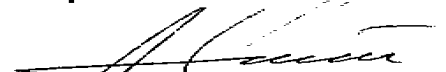
(continuação das assinaturas de membros da Mesa apostas à
Ata da 15ª Reunião da Mesa,
realizada em 03.11.09)


Senadora SERYS SLHESSARENKO
2ª Vice-Presidente


Senador HERÁCLITO FORTES
1º Secretário


Senador MÃO SANTA
3º Secretário

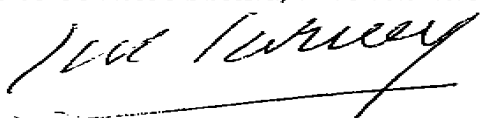
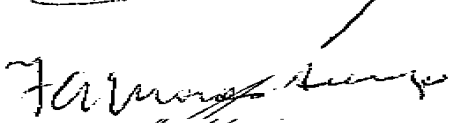

Senador CÉSAR BORGES
1º Suplente de Secretário


Senador ADELMIR SANTANA
2º Suplente de Secretário


Senador CÍCERO LUCENA
3º Suplente de Secretário

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DIRETORA REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2009. Às onze horas e quarenta e cinco minutos do dia dezessete de setembro de dois mil e nove, reuniu-se a Comissão Diretora do Senado Federal, com a presença dos Senhores Senadores José Sarney, Presidente; Serys Slhessarenko, Segunda Vice-Presidente; Heráclito Fortes, Primeiro-Secretário; Mão Santa, Terceiro-Secretário; e os suplentes César Borges e Adelmir Santana. Terminada a reunião da Mesa, não havendo assuntos administrativos a serem tratados. O Presidente encerrou a sessão e determinou que eu,  (Haroldo Feitosa Tajra), Diretor-Geral e Secretário da Comissão Diretora, lavrasse a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente.

Sala da Comissão Diretora, 17 de setembro de 2009


 (Mão Santa)




DECISÃO DA COMISSÃO DIRETORA

A **Comissão Diretora do Senado Federal**, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, nos termos do disposto no art. 20 do Ato nº 29/2003 do mesmo colegiado, e:

Considerando a solicitação para a prorrogação do Contrato nº 010/2006, apresentado no **Processo nº 001.847/05-8**, o qual tem por objeto a venda de aparas de papéis e chapas de alumínio inservíveis da Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEEP, encontrando-se vigente, por força de seu Terceiro Termo Aditivo, até 19/2/2010 (fls. 337/338);

considerando que o Senhor Gestor do citado ajuste e a representante da empresa *Capital Indústria e Comércio de Produtos Recicláveis Ltda.*, às fls. 342 e 362, manifestaram interesse na prorrogação do mesmo, por mais 12 (doze) meses consecutivos, com previsão de receita de R\$ 386.400,00;

considerando a Informação nº 163/2009 da Consultoria Jurídica da SEEP favorável a prorrogação (fls. 366/369);

considerando os termos do encaminhamento do Senhor Diretor-Geral, à fl. 373.

DECIDE:

Autorizar, a prorrogação do Contrato nº 010/2006, firmado com a empresa *Capital Indústria e Comércio de Produtos Recicláveis Ltda.*, a partir de **20/2/2010 a 19/2/2011**.

Sala da Comissão Diretora, em 29 de outubro de 2009.

The block contains several handwritten signatures in black ink. At the top, there is a signature that appears to be 'José Carlos'. Below it, there is a large, stylized signature that looks like 'Miguel'. Further down, there is a signature that appears to be 'José Carlos' again. At the bottom, there is a signature that appears to be 'Fátima' followed by 'Mário' and 'Antônio'. There are also some faint, illegible markings and stamps around the signatures.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 19 , DE 2009

Autoriza a lotação de servidores comissionados dos gabinetes da Mesa e da Liderança nos Escritórios de Apoio às Atividades Parlamentares dos respectivos titulares.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO a necessidade de adequar as situações existentes à regulamentação recentemente adotada para os Escritórios de Apoio às Atividades Parlamentares, de que trata o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2009, e

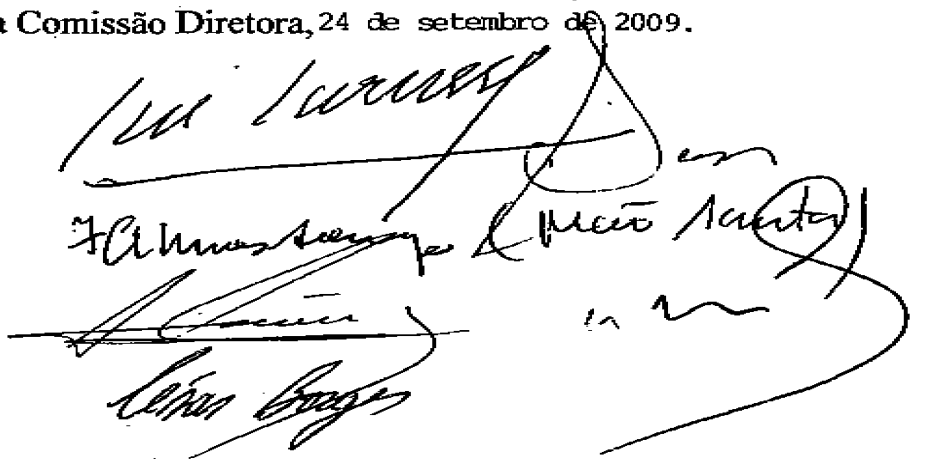
CONSIDERANDO a solicitação formulada pelos Líderes Partidários da necessidade de estrutura de apoio quando se encontrarem em seus estados de origem,

RESOLVE:

Art. 1º É permitido aos membros da Mesa e às Lideranças lotarem em seus Escritórios de Apoio às Atividades Parlamentares, de que trata o Ato da Comissão Diretora nº 16, de 2009, a critério de seu titular, até 2 (dois) Assessores Técnicos e 1 (um) Secretário Parlamentar, ou o número equivalente de cargos desmembrados.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões da Comissão Diretora, 24 de setembro de 2009.



Handwritten signatures of the members of the Comissão Diretora, including names like Eduardo Cunha, Roberto Campos, and others, with dates and initials.

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 21 , DE 2009

Altera o Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2002, para dispor sobre a cobertura das atividades legislativas e eventos ocorridos no Senado Federal e no Congresso Nacional.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º O art. 2º do Ato da Comissão Diretora nº 15, de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Os veículos da Secretaria Especial de Comunicação Social divulgarão, com prioridade, as atividades legislativas e os eventos promovidos no Senado Federal e no Congresso Nacional.

§ 1º Para os fins do caput, a cobertura e transmissão ao vivo da TV Senado e da Rádio Senado atenderão à seguinte ordem de prioridade:

I – sessões solenes a que se referem os incisos I, II e III do art. 1º do Regimento Comum;

II – sessões deliberativas e não deliberativas do Senado Federal;

III – sessões conjuntas com Ordem do Dia;

IV – reuniões das comissões permanentes e temporárias do Senado Federal, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado Federal e das comissões mistas;

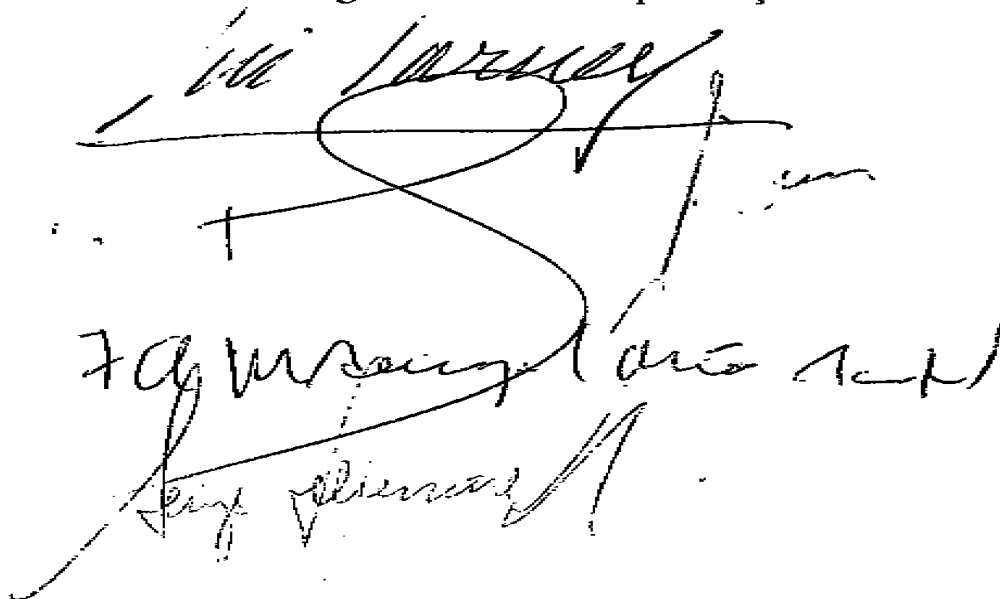
V – sessões solenes do Congresso Nacional com objetivo diverso daqueles relacionados no inciso I;

VI – sessões especiais do Senado Federal;

VII – atividades da Presidência do Senado Federal, da Mesa e da Comissão Diretora;

§ 2º As atividades descritas no § 1º que ocorrerem simultaneamente a outra transmitida ao vivo serão gravadas e veiculadas oportunamente.” (NR)

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.



ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 22, de 2009

Dispõe sobre a criação da Coleção de Publicações de obras produzidas pelos servidores do Senado Federal.

A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º Fica criada a Coleção de Publicação de teses, dissertações e monografias de servidores do Senado Federal.

Art. 2º Para integrar a coleção serão publicadas, pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP, anualmente, até duas teses de doutoramento, três dissertações de mestrado e cinco monografias de conclusão de cursos de pós-graduação ou graduação, defendidas e aprovadas por servidores do Senado Federal junto às instituições de ensino superior.

Art. 3º A seleção dos trabalhos a serem publicados será feita por Grupo de Trabalho, composto pelo:

I – Diretor-Geral;

II – Diretor da Secretaria de Recursos Humanos;

III – Diretor-Executivo da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, como Vice-Presidente;

IV – Consultor-Geral Legislativo;

V – Consultor-Geral de Orçamento;

VI – Vice-Reitor Acadêmico da UNILEGIS; e

VII – Diretor da Subsecretaria de Edições Técnicas.

Parágrafo Primeiro. Os trabalhos serão selecionados segundo os critérios de relevância e pertinência dos temas aos trabalhos do Senado Federal e por sua qualidade acadêmica.

Parágrafo Segundo. Não haverá qualquer forma de retribuição financeira pela participação no Grupo de Trabalho.

Art. 4º A SEEP divulgará os editais para inscrição dos interessados em participar da seleção, com prazo para a apresentação dos trabalhos até o final do mês de outubro, de cada ano.

§1º Os candidatos à seleção para publicação apresentarão, no ato da inscrição, exemplares dos trabalhos, em meio impresso e digital; documento comprobatório da aprovação do mesmo por banca examinadora da instituição de ensino superior na qual o trabalho foi desenvolvido; termo de cessão dos direitos autorais da obra para publicação pelo Senado Federal; e outros documentos exigidos no edital.

§2º Os autores terão direito ao recebimento de dez por cento da tiragem inicial de cada obra, definida no edital de seleção.

53º As obras publicadas integrarão o catálogo de publicações da Subsecretaria de Edições Técnicas e poderão ser impressas e comercializadas nas livrarias do Senado Federal.

Art. 5º O Grupo de Trabalho poderá adotar regimento interno próprio ou regulamentos específicos de avaliação de obras inscritas.

Art. 6º Os casos omissos serão decididos pelo Primeiro-Secretário.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões da Comissão Diretora, 29 de outubro de 2009

The journey
in the
Museum
of
York
University
(New York)
by
Lena Bagg
in the

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 23, DE 2009

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, **RESOLVE**:

Art. 1º Revogar o Ato da Comissão Diretora nº 19, de 2009, que regulamentava a lotação de servidores comissionados dos gabinetes da Mesa e das Lideranças nos Escritórios de Apoio às Atividades Parlamentares dos respectivos titulares.

Art. 2º Este Ato produzirá efeitos a partir de sua publicação.

Sala de Reuniões, 29 de outubro de 2009.

Luiz Carlos
Miller
Luiz Carlos
Falmar

ATO DA COMISSÃO DIRETORA Nº 24 , DE 2009

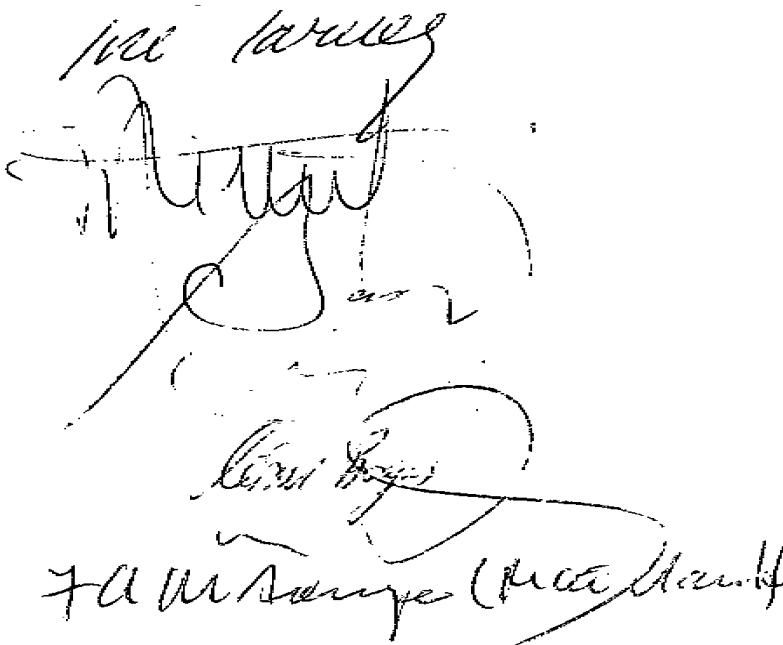
A COMISSÃO DIRETORA DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições e competências regulamentares, e considerando o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 18/2009, relativo ao Programa de Estágios do Senado Federal,

RESOLVE:

Art. 1º Incluir as áreas de Sociologia e de Artes Plásticas no rol de áreas elencadas no Parágrafo único do Artigo 1º do Ato acima referido.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Reuniões, 29 de outubro de 2009.



**ATO DO PRESIDENTE
Nº 429 , DE 2009**

O PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, em cumprimento ao disposto no § 1º do Art. 78, da Lei nº 12.017, de 12 de agosto de 2009, RESOLVE tornar públicas as informações referentes ao Quadro de Pessoal do Senado Federal, conforme tabelas consolidadas pela Secretaria de Recursos Humanos.

Senado Federal, 28 de outubro de 2009



Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

QUADRO DE CARGOS EFETIVOS DO SENADO FEDERAL
CARRERAS DE ESPECIALIZAÇÃO EM ATIVIDADES LEGISLATIVAS
E ESPECIALIZAÇÃO EM INFORMATICA LEGISLATIVA
POSICÃO EM 31/08/2009

CATEGORIA	ÁREA	ESPECIALIDADE	TOTAL DE CARGOS 2009	CARGOS OCUPADOS		CARGOS VAGOS		VARIAÇÃO PORCENTUAL	
				TOTAL DE CARGOS OCUPADOS EM 2009	TOTAL DE CARGOS OCUPADOS EM 2008	VAGOS 2009	VAGOS 2008	VARIAÇÃO OCUPAÇÕES 2009/2008 (%)	VARIAÇÃO VAGOS 2009/2008 (%)
Consultor Legislativo (Nível III)	1 - Consultoria e Assessoramento	1.1 - Assessoramento Legislativo	180	173	171	7	9	-1,2%	28,6%
		1.2 - Assessoramento em Orçamento	38	38	36	0	2	0,0%	-
	1 - Apoio Técnico ao Processo Legislativo	1.1 - Processo Legislativo	511	332	344	179	167	3,6%	-6,7%
		1.2 - Orçamento Público	39	28	27	10	12	-6,9%	20,0%
		1.3 - Taquigrafia	100	96	95	4	5	-1,0%	25,0%
		1.4 - Biblioteconomia	30	26	27	4	3	3,8%	-25,0%
	2 - Apoio Técnico-Administrativo	1.5 - Tradução e Interpretação	7	5	6	2	1	20,0%	-50,0%
		2.1 - Administração	254	211	206	44	48	-2,4%	9,1%
	3 - Controle Interno	2.2 - Análise de Custo	5	0	0	5	5	-	0,0%
		2.3 - Arquivologia	16	0	0	15	15	-	0,0%
		3.1 - Contabilidade	21	16	19	5	2	16,8%	-60,0%
	4 - Saúde e Assistência Social	4.1 - Medicina	50	49	44	6	6	-10,2%	0,0%
		4.2 - Odontologia	8	3	3	5	5	0,0%	0,0%
		4.3 - Farmácia	4	1	1	3	3	0,0%	0,0%
		4.4 - Psicologia	5	0	0	5	6	-	0,0%
		4.5 - Assistência Social	1	0	0	1	1	-	0,0%
Analista Legislativo (Nível III)	5 - Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico	4.6 - Enfermagem	18	16	14	2	4	-12,5%	100,0%
		5.1 - Arquitetura	5	3	4	2	1	33,3%	-50,0%
		5.2 - Engenharia	14	10	10	4	4	0,0%	0,0%
	6 - Polícia e Segurança	5.3 - Manutenção de Máquinas Gráficas	12	3	3	9	9	0,0%	0,0%
		6.1 - Segurança	41	3	1	38	40	-66,7%	5,3%
	7 - Comunicação Social	7.1 - Comunicação Social	157	154	153	3	4	-0,6%	33,3%
		7.2 - Produtor de Designer Jornalístico	1	0	0	0	1	-	-
		7.3 - Analista de Relações Públicas	2	0	2	0	0	-	-
		7.4 - Editor de TV	9	0	8	0	1	-	-
		7.5 - Supervisor de Programação de TV	1	0	1	0	0	-	-
	7.6 - Produtor de Publicidade e Propaganda	7.6 - Produtor de Publicidade e Propaganda	1	0	1	0	0	-	-

7 - Comunicação Social, Eventos e Contatos	7.7 - Produtor de Marketing	1	0	1	0	0	-	-
	7.8 - Supervisor de Programação de Rádio	1	0	1	0	0	-	-
	7.9 - Analista de Produção Executiva	1	0	0	0	1	-	-
	7.10 - Produtor de Multimídia	1	0	1	0	0	-	-
	7.11 - Produtor para Revisão de Conteúdos Jornalísticos	2	0	2	0	0	-	-
	7.12 - Produtor de Pesquisa e Opinião	1	0	1	0	0	-	-
	7.13 - Estatístico	1	0	1	0	0	-	-
	8 - Apoio Técnico ao Processo Industrial Gráfico	47	15	24	60	23	60,0%	-61,7%
	9 - Redação e Revisão de Textos Gráficos	81	33	28	48	52	-12,1%	8,3%
	Advogado (Nível III)	19	10	18	4	1	80,0%	-75,0%
Analista de Informática Legislativa (Nível III)	10.1 - Analista de Informática Legislativa	221	215	211	14	10	-1,9%	-28,6%
	10.2 - Analista de Sistemas	8	0	6	0	0	-	-
	10.3 - Analista de Suporte de Sistemas	2	0	2	0	0	-	-
	SUBTOTAL	486	438	472	176	840		
1 - Apoio Técnico ao Processo Legislativo	1.1 - Processo Legislativo	486	382	380	104	106	-0,5%	1,9%
	1.2 - Assistência a Plenários e Portaria	69	74	69	0	0	-6,8%	-
	2.1 - Administração	427	351	347	76	80	-1,1%	5,3%
	2.2 - Arquivologia	15	0	0	15	15	-	0,0%
3 - Controle Interno	3.1 - Contabilidade	18	0	0	18	18	-	0,0%
	4.1 - Enfermagem	27	23	23	4	4	0,0%	0,0%
	4.2 - Odontologia	10	0	0	10	10	-	0,0%
	4.3 - Radiologia	5	2	2	3	3	0,0%	0,0%
4 - Saúde e Assistência Social	4.4 - Reabilitação	8	1	1	7	7	0,0%	0,0%
	5.1 - Eletrônica e Telecomunicações	45	44	43	2	3	-2,3%	50,0%
	5 - Instalações, Equipamentos, Manutenção e Ambiência do Senado							

SERVIDORES EFETIVOS ESTÁVEIS / NÃO-ESTÁVEIS DO SENADO FEDERAL
POSIÇÃO EM 31/08/2009

CARGO	Estáveis		Variação Porcentual	Não-Estáveis		Variação Porcentual
	2008	2009		2008	2009	
Consultor Legislativo	167	171	2,4%	6	0	-100,0%
Consultor de Orçamento	36	34	-5,6%	0	2	-
Analista Legislativo	840	799	-4,9%	165	230	39,4%
Analista de Informática Legislativa	186	198	6,5%	29	21	-27,6%
Técnico Legislativo	995	965	-3,0%	765	783	2,4%
Técnico de Informática Legislativa	111	109	-1,8%	11	12	9,1%
Secretário Parlamentar	0	0	-	2	2	0,0%
Auxiliar Legislativo	0	0	-	69	69	0,0%
Advogado do Senado Federal	10	12	20,0%	0	6	-

QUADRO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DO SENADO FEDERAL
POSIÇÃO EM 31/08/2009

Nome	Símbolo	Funções existentes		Ocupadas 2009	Vagas 2009	Variação (%) existentes
		2008	2009			
Função Comissionada	FC10	2	2	2	0	0,0%
Função Comissionada	FC09	37	36	34	2	-2,7%
Função Comissionada/Gratificação de Representação	FC08	475	472	420	52	-0,6%
Função Comissionada/Gratificação de Representação	FC07	1480	1507	1427	80	1,8%
Função Comissionada/Gratificação de Representação	FC06	1907	2048	1256	792	7,4%

QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS DO SENADO FEDERAL
POSIÇÃO EM 31/08/2009

Cargo	Situação	Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo			Servidores Não-Ocupantes de Cargo Efetivo			Cargos Vagos		
		2008	2009	Variação Percentual	2008	2009	Variação Percentual	2008	2009	Variação Percentual
Chefe de Gabinete do Presidente		1	1	0,0%	0	0	-	0	0	-
Chefe do Cerimonial da Presidência		1	1	0,0%	0	0	-	0	0	-
Coordenador		11	9	-18,2%	2	1	-50,0%	0	3	-
Diretor-Adjunto		6	6	0,0%	1	0	-100,0%	0	1	-
Diretor de Secretaria		7	7	0,0%	2	2	0,0%	0	0	-
Coordenador-Adjunto - Assessor de Planejamento e Modernização		0	1	-	1	0	-100,0%	0	0	-
Diretor de Subsecretaria		2	3	50,0%	3	1	-66,7%	0	1	-
Diretor-Executivo do ILB		0	1	-	1	0	-100,0%	0	0	-
Vice-Reitor da UNILEGIS		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Diretor de Jornalismo		1	1	0,0%	0	0	-	0	0	-
Assessor Especial de Relações Internacionais da Presidência		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Assessor		0	0	-	16	15	-6,3%	2	3	50,0%
Assessor do Prodasen		5	0	-100,0%	0	5	-	0	0	-
Assessor da Secretaria-Geral da Mesa		0	0	-	3	3	0,0%	0	0	-
Assessor da Diretoria-Geral		0	0	-	3	1	-66,7%	0	2	-
Assessor da Secretaria de Recursos Humanos (*)		0	1	-	4	0	-100,0%	0	(*)	-
Assessor de Imprensa		0	0	-	1	0	-100,0%	0	(**)	-
Secretário Especial de Imprensa		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Assistente Parlamentar de Imprensa API-2		0	(**)	-	-	2	-	0	(**)	-
Assistente Parlamentar de Imprensa API-3		0	(**)	-	-	2	-	0	(**)	-
Assistente Parlamentar de Imprensa API-8		0	(**)	-	-	2	-	0	(**)	-
Assessor de Gestão		1	1	0,0%	0	0	-	0	0	-
Assessor-Técnico da Secretaria Especial de Comunicação Social		1	1	0,0%	0	0	-	1	1	0,0%

QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS DO SENADO FEDERAL
POSIÇÃO EM 31/08/2009

Cargo \ Situação	Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo			Servidores Não-Ocupantes de Cargo Efetivo			Cargos Vagos		
	2008	2009	Variação Percentual	2008	2009	Variação Percentual	2008	2009	Variação Percentual
Assessor Técnico (**)	0	0	-	245	241	-1,6%	0	(***)	-
Secretário Parlamentar (****)	0	0	-	249	250	0,4%	0	(****)	-
Motorista	0	0	-	86	85	-1,2%	16	17	6,3%
Assistente Parlamentar AP-8	0	0	-	343	269	-21,6%	0	(***)	-
Assistente Parlamentar AP-7	0	0	-	70	46	-34,3%	0	(***)	-
Assistente Parlamentar AP-6	0	0	-	517	487	-5,8%	0	(****)	-
Assistente Parlamentar AP-5	0	0	-	265	241	-9,1%	0	(****)	-
Assistente Parlamentar AP-4	0	0	-	395	383	-3,0%	0	(****)	-
Assistente Parlamentar AP-3	0	0	-	527	454	-13,9%	0	(***)	-
Assistente Parlamentar AP-2	0	0	-	226	259	14,6%	0	(***)	-
Assistente Parlamentar AP-1	0	0	-	79	68	-13,9%	0	(***)	-

Observações: (*) Os cargos comissionados de Assessor da SERH totalizam 04 (quatro) cargos e podem ser divididos em AP-1 (75%), AP-2 (50%), AP-3 (25%), AP-7 (16,6%) e AP-8 (12,5%).

(**) Os cargos comissionados de Assessor de Imprensa totalizam 04 (quatro) cargos e podem ser divididos em API-1 (75%), API-2 (50%), API-3 (25%), API-7 (16,6%) e API-8 (12,5%).

(***) Os cargos comissionados de Assessor Técnico totalizam 668 (seiscentos e sessenta e oito) cargos. Desses 668, 214 (duzentos e quatorze) podem ser divididos em AP-1 (75%), AP-2 (50%) e AP-3 (25%); 450 (quatrocentos e cinquenta) em AP-1, AP-2, AP-3, AP-7 (16,6%) e AP-8 (12,5%); e 02 (dois) cargos (da Secretaria de Comunicação Social) não podem ser divididos.

(****) Os cargos comissionados de Secretário Parlamentar totalizam 607 (seiscentos e sete) cargos. Desses 607, 101 (cento e um) podem ser divididos em AP-4 (50%); 1 (um) em AP-4 e AP-5 (25%); e os 505 (quinhentos e cinco) restantes em AP-4, AP-5 e AP-6 (12,5%).

QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS DO SENADO FEDERAL
POSIÇÃO EM 31/08/2009

Cargo	Situação	Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo			Servidores Não-Ocupantes de Cargo Efetivo			Cargos Vagos		
		2008	2009	Variação Percentual	2008	2009	Variação Percentual	2008	2009	Variação Percentual
Analista de Sistema Sênior I		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Analista de Sistema Sênior II		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Analista de Sistema Sênior III		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Analista de Suporte		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Analista Sênior de Video Conferência		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Assessor Técnico de Diretoria		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Assessor Técnico do Diretor Nacional		0	0	-	0	0	-	1	1	0,0%
Assistente Administrativo		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Consultor de Informática		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Consultora para Supervisionar a Central de Relacionamento		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Desenvolvedor de Infra-Estrutura Tecnológica		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Desenvolvedor de Sistemas		0	0	-	1	0	-100,0%	0	1	-
Especialista em Administração		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Especialista em Comunicação e Marketing		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Especialista em Desenvolvimento de Educação à Distância		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Especialista em Editoria de Portal de Internet		0	0	-	3	3	0,0%	0	0	-
Especialista em Educação I		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Especialista em Educação II		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Especialista em Implementação de Educação à Distância		0	0	-	1	0	-100,0%	0	1	-
Especialista em Informática para Educação à Distância		0	0	-	0	0	-	1	1	0,0%
Especialista em Marketing de Relacionamento		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Especialista em Promoção de Eventos		0	0	-	1	0	-100,0%	0	1	-
Gerência da Central de Relacionamento		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Secretário de Curso de Educação à Distância		0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-

QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS DO SENADO FEDERAL
POSIÇÃO EM 31/08/2009

Cargo \ Situação	Servidores Ocupantes de Cargo Efetivo			Servidores Não-Ocupantes de Cargo Efetivo			Cargos Vagos		
	2008	2009	Variação Percentual	2008	2009	Variação Percentual	2008	2009	Variação Percentual
Secretária-Executiva Bilingüe	0	0	-	0	0	-	1	1	0,0%
Técnico Administrativo	0	0	-	2	1	-50,0%	0	1	-
Técnico de Servidores e Segurança de Rede	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Técnico em Administração Predial	0	0	-	1	1	0,0%	0	0	-
Técnico Operador de Vídeo Conferência	0	0	-	2	2	0,0%	0	0	-

SENADO FEDERAL - ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DE CARGOS E FUNÇÕES/2009

ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DOS CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL				
Padrão	Vencimento (R\$)	Gratificação de Atividade Legislativa (R\$)	Gratificação de Representação (R\$)	Total (R\$)
S 45	6.411,08	3.205,54	3.302,42	12.919,04
S 44	6.218,75	3.109,38	3.302,42	12.630,55
S 43	6.032,18	3.016,09	3.302,42	12.350,69
S 42	5.851,22	2.925,61	3.302,42	12.079,25
S 41	5.675,68	2.837,84	3.302,42	11.815,94
S 40	5.505,41	2.752,71	3.302,42	11.560,54
S 39	5.340,24	2.670,12	3.302,42	11.312,78
S 38	5.180,03	2.590,02	3.302,42	11.072,47
S 37	5.024,63	2.512,32	3.302,42	10.839,37
S 36	4.873,90	2.436,95	3.302,42	10.613,27
S 35	4.727,67	2.363,84	3.302,42	10.393,93
S 34	4.585,84	2.292,92	3.302,42	10.181,18
S 33	4.448,27	2.224,14	3.302,42	9.974,83
S 32	4.314,81	2.157,41	3.302,42	9.774,64
S 31	4.185,39	2.092,70	3.302,42	9.580,51
M 30	4.167,20	2.083,60	2.641,93	8.892,73
M 29	4.042,19	2.021,10	2.641,93	8.705,22
M 28	3.920,91	1.960,46	2.641,93	8.523,30
M 27	3.803,29	1.901,65	2.641,93	8.346,87
M 26	3.689,19	1.844,60	2.641,93	8.175,72
M 25	3.578,51	1.789,26	2.641,93	8.009,70
M 24	3.471,16	1.735,58	2.641,93	7.848,67
M 23	3.367,02	1.683,51	2.641,93	7.692,46
M 22	3.266,01	1.633,01	2.641,93	7.540,95
M 21	3.168,03	1.584,02	2.641,93	7.393,98
M 20	3.072,98	1.536,49	2.641,93	7.251,40
M 19	2.980,80	1.490,40	2.641,93	7.113,13
M 18	2.891,38	1.445,69	2.641,93	6.979,00
M 17	2.804,63	1.402,32	2.641,93	6.848,88
M 16	2.720,50	1.360,25	2.641,93	6.722,68
B 15	2.720,50	1.360,25	2.641,93	6.722,68
B 14	2.554,01	1.277,01	2.641,93	6.472,95
B 13	2.398,62	1.199,31	2.641,93	6.239,86
B 12	2.252,85	1.126,43	2.641,93	6.021,21
B 11	2.116,10	1.058,05	2.641,93	5.816,08
B 10	1.987,87	993,94	2.641,93	5.623,74
B 09	1.867,58	933,79	2.641,93	5.443,30
B 08	1.754,79	877,40	2.641,93	5.274,12
B 07	1.649,02	824,51	2.641,93	5.115,46
B 06	1.549,86	774,93	2.641,93	4.966,72
B 05	1.456,88	728,44	2.641,93	4.827,25
B 04	1.369,71	684,86	2.641,93	4.696,50
B 03	1.288,00	644,00	2.641,93	4.573,93
B 02	1.211,44	605,72	2.641,93	4.459,09
B 01	1.139,68	569,84	2.641,93	4.351,45

SENADO FEDERAL - ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DE CARGOS E FUNÇÕES/2009

ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DOS CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL					
TABELAS DE CARGOS EFETIVOS POR NÍVEL					
NÍVEL SUPERIOR		NÍVEL MÉDIO		NÍVEL AUXILIAR	
Padrão	R\$	Padrão	R\$	Padrão	R\$
S 45	6.411,08	M 30	4.167,20	B 15	2.720,50
S 44	6.218,75	M 29	4.042,19	B 14	2.554,01
S 43	6.032,18	M 28	3.920,91	B 13	2.398,62
S 42	5.851,22	M 27	3.803,29	B 12	2.252,85
S 41	5.675,68	M 26	3.689,19	B 11	2.116,10
S 40	5.505,41	M 25	3.578,51	B 10	1.987,87
S 39	5.340,24	M 24	3.471,16	B 09	1.867,58
S 38	5.180,03	M 23	3.367,02	B 08	1.754,79
S 37	5.024,63	M 22	3.266,01	B 07	1.649,02
S 36	4.873,90	M 21	3.168,03	B 06	1.549,86
S 35	4.727,67	M 20	3.072,98	B 05	1.456,88
S 34	4.585,84	M 19	2.980,80	B 04	1.369,71
S 33	4.448,27	M 18	2.891,38	B 03	1.288,00
S 32	4.314,81	M 17	2.804,63	B 02	1.211,44
S 31	4.185,39	M 16	2.720,50	B 01	1.139,68

ESTRUTURA REMUNERATÓRIA DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS		
TABELA DE FUNÇÕES COMISSIONADAS		
Símbolo	Valor integral (R\$)	Opção (50%) (R\$)
FC-10	4.953,63	2.476,81
FC-09	4.458,26	2.229,13
FC-08	4.128,02	2.064,01
FC-07	3.302,42	1.651,21
FC-06	2.641,93	1.320,96

NÃO OPTANTE			
Cargo	Vencimento (R\$)	Gratificação de Representação (R\$)	Total (R\$)
DIREÇÃO (SF03)	6.411,08	4.458,26	10.869,34
ASSESSOR TÉCNICO (SF02)	5.851,22	4.128,02	9.979,24
SECRETARIO PARLAMENTAR (SF01)	4.314,81	3.302,42	7.617,23
ASSISTENTE PARLAMENTAR (AP01)	4.388,41	3.096,02	7.484,43
ASSISTENTE PARLAMENTAR (AP02)	2.925,60	2.064,01	4.989,61
ASSISTENTE PARLAMENTAR (AP03)	1.462,80	1.032,01	2.494,81
ASSISTENTE PARLAMENTAR (AP04)	2.157,40	1.651,21	3.808,61
ASSISTENTE PARLAMENTAR (AP05)	1.078,69	825,60	1.904,29
ASSISTENTE PARLAMENTAR (AP06)	539,34	412,80	952,14
ASSISTENTE PARLAMENTAR (AP07)	971,30	685,25	1.656,55
ASSISTENTE PARLAMENTAR (AP08)	731,40	516,08	1.247,48

OPTANTE			
Cargo	Vencimento (R\$)	Gratificação de Representação (R\$)	Total (R\$)
DIREÇÃO (SF03)	3.526,09	4.458,26	7.984,35
ASSESSOR TÉCNICO (SF02)	3.218,17	4.128,02	7.346,19
SECRETARIO PARLAMENTAR (SF01)	2.373,14	3.302,42	5.675,56
ASSISTENTE PARLAMENTAR (AP01)	2.413,62	3.096,02	5.509,64
ASSISTENTE PARLAMENTAR (AP02)	1.609,08	2.064,01	3.673,09
ASSISTENTE PARLAMENTAR (AP03)	804,54	1.032,01	1.836,55
ASSISTENTE PARLAMENTAR (AP04)	1.186,57	1.651,21	2.837,78
ASSISTENTE PARLAMENTAR (AP05)	593,27	825,60	1.418,87
ASSISTENTE PARLAMENTAR (AP06)	296,63	412,80	709,43
ASSISTENTE PARLAMENTAR (AP07)	534,21	685,25	1.219,46
ASSISTENTE PARLAMENTAR (AP08)	402,27	516,08	918,35

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney

03/11/2009

terça-feira

- 14:00** Senhor Olindo Chaves e Jessé Sabino Leite, Marcelo Lira, Guilherme Rocha, Francisco Santos, Gilson Kids e o Sr. Quental da Associação dos Agropecuaristas do Maranhão.
Sala de Audiências
- 14:30** Reunião da Mesa Diretora.
Sala de Audiências
- 15:55** Coronel Sólon acompanhando de cinco Cadetes Militares do Exército.
Sala de Audiências
- 16:00** Ordem do Dia.
Plenário
- 18:00** Deputado Pedro Novaes – PMDB/MA, acompanhado do Ex-Prefeito Pimentel do Município de Itinga/MA.
Sala de Audiências
- 18:15** Prefeita Ana Clara – Município de Cruzeiro – São Paulo.
Sala de Audiências

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia três do mês de novembro de dois mil e nove, terça-feira, às quatorze horas, na sala número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Parcial nº 19, de 2009**, aposto ao PLV nº 4, de 2009 (MPV nº 451/2008, na origem), que "Altera a legislação tributária federal e dá outras providências", sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada.**

E para constar, foi lavrado o presente TERMO, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 03 de novembro de 2009.


SERGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia três do mês de novembro de dois mil e nove, terça-feira, às quatorze horas e trinta minutos, na sala número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Parcial nº 20, de 2009**, aposto ao PLC nº 59, de 2009 (nº 2.509/2007, na origem), que "Altera dispositivos da Lei nº 10.356, de 27 de dezembro de 2001 – Plano de Carreira do Tribunal de Contas da União e dá outras providências", sem a presença de membros, falta justificada do Deputado Colbert Martins, **a reunião não foi realizada.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2009.


SERGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia três do mês de novembro de dois mil e nove, terça-feira, às quinze horas, na sala número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Parcial nº 21, de 2009**, aposto ao PLV nº 9, de 2009 (MPV 458/2009), que "Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis ns 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências", sem a presença de membros, a reunião não foi realizada.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 03 de Novembro de 2009.


SERGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia três do mês de novembro de dois mil e nove, terça-feira, às quinze horas e trinta minutos, na sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Parcial nº 22, de 2009**, aposto ao PLC 29/2003 (PL 00687/1995, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências", sem a presença de membros, a reunião não foi realizada.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões 03 de novembro de 2009.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia três do mês de novembro de dois mil e nove, terça-feira, às dezesseis horas, na sala seis da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Parcial n.º 23 de 2009**, aposto ao Projeto de Lei de Conversão n.º 10 de 2009 (MPV 457/2009) que "Altera e acresce dispositivos às Leis n.ºs 9.639, de 25 de maio de 1998, e 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre parcelamento de débitos de responsabilidade dos Municípios, decorrentes de contribuições sociais de que tratam as alíneas "a" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991; bem como acresce dispositivo à Lei n.º 6.830, de 22 de setembro de 1980, para simplificar o tratamento dado às cobranças judiciais da dívida ativa quando, da decisão que ordene o seu arquivamento, tiver decorrido o prazo prescricional; dá nova redação ao art. 47 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, para dispensar a apresentação da Certidão Negativa de Débito em caso de calamidade pública ou para recebimento de recursos para projetos sociais, ao art. 1º-F da Lei n.º 9.494, de 10 de setembro de 1997, para uniformizar a atualização monetária e dos juros incidentes sobre todas as condenações judiciais impostas à Fazenda Pública, ao art. 19 da Lei n.º 11.314, de 3 de julho de 2006, para estender o prazo durante o qual o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes poderá utilizar recursos federais para executar obras de conservação, recuperação, restauração, construção e sinalização de rodovias transferidas para outros membros da Federação, e ao inciso II do art. 8º da Lei n.º 11.775, de 17 de setembro de 2008, para prorrogar a data-limite para adesão pelos mutuários de créditos rurais inscritos em Dívida Ativa da União ao parcelamento dos seus débitos; e dá outras providências", sem a presença de membros, *a reunião não foi realizada*.

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 03 de novembro de 2009.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia 03 do mês de novembro de dois mil e nove, terça-feira, às dezesseis horas e trinta minutos, na sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Parcial nº 24, de 2009**, aposto ao PLC nº 22, de 2005 (nº 3.372/2000, na Casa de origem), que "Altera o art. 5º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores e dá outras providências", sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 1017), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 03 de novembro de 2009.


SÉRGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia três do mês de novembro de dois mil e nove, terça-feira, às dezessete horas, na sala número seis, da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Total nº 25, de 2009**, aposto ao PLC nº 116, de 2007 (nº 400/2007, origem), que "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a divulgação dos autos de infração e a cobrança de multas após a transferência de propriedade do veículo", sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada.**

Para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 03 de novembro de 2009.


SERGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

TERMO DE REUNIÃO

Convocada Reunião de Instalação para o dia três do mês de novembro de dois mil e nove, terça-feira, às dezessete horas e trinta minutos, na sala número seis da Ala Senador Nilo Coelho, Senado Federal, da Comissão Mista destinada a relatar o **Veto Total nº 26, de 2009**, aposto ao PLC nº 32 de 2001 (PL nº 2660 de 1996 na Casa de origem), que "Acrescenta dispositivos à Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para limitar o tempo ininterrupto de direção do motorista de caminhão ou ônibus trafegando em rodovia", sem a presença de membros, **a reunião não foi realizada.**

E para constar, foi lavrado o presente Termo, que vai assinado por mim, Sérgio da Fonseca Braga (matrícula 10173), Diretor da Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas.

Sala das Comissões, 3 de novembro de 2009.


SERGIO DA FONSECA BRAGA
Diretor

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
PTB - Osvaldo Sobrinho** (S)

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiasi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Flávio Torres* (S)
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Moraes*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
Minoria-PSDB - Expedito Júnior**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Gilvam Borges*
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final prorrogado: 21/02/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Morais (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,21)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽⁵⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁹⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,18)	
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) ⁽²⁴⁾	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽²³⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL ⁽⁹⁾	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303-3514

Fax: 3303-1176

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PETROBRAS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 569, de 2009, de autoria do Senador Alvaro Dias e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, irregularidades envolvendo a empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS) e a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Bicom bustíveis (ANP), relacionadas com: a) indícios de fraudes nas licitações para reforma de plataformas de exploração de petróleo, apontadas pela operação "Águas Profundas" da Polícia Federal; b) graves irregularidades nos contratos de construção de plataformas, apontadas pelo Tribunal de Contas da União; c) indícios de superfaturamento na construção da refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, apontados por relatório do Tribunal de Contas da União; d) denúncias de desvios de dinheiro dos "royalties" do petróleo, apontados pela operação "Royalties", da Polícia Federal; e) denúncias do Ministério Público Federal sobre fraudes envolvendo pagamentos, acordos e indenizações feitos pela ANP a usineiros; f) denúncias de uso de artifícios contábeis que resultaram em redução do recolhimento de impostos e contribuições no valor de 4,3 bilhões de reais; g) denúncias de irregularidades no uso de verbas de patrocínio da estatal.

(Requerimento nº 569, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Romero Jucá (PMDB-RR) ⁽³⁾

Leitura: 15/05/2009

Instalação: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTE S
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM-BA)	1. Heráclito Fortes (DEM-PI)
Alvaro Dias (PSDB-PR)	2. Tasso Jereissati (PSDB-CE)
Sérgio Guerra (PSDB-PE)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Ideli Salvatti (PT-SC)	1. Inácio Arruda (PC DO B-CE)
Marcelo Crivella (PRB-RJ)	2. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)	1. Leomar Quintanilha (PMDB-TO) ^(1,4)
Valdir Raupp (PMDB-RO) ⁽¹⁾	2. Almeida Lima (PMDB-SE)
Romero Jucá (PMDB-RR)	
PTB	
Fernando Collor (AL)	1. Gim Argello (DF)
PDT	
Jefferson Praia (AM)	

Notas:

1. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha, designado membro suplente em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).

2. Eleito em 14.07.2009.

3. Designado em 14.07.2009.

4. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽¹⁾	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) ⁽¹⁾
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) ^(5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino (PI) ⁽¹⁾
PDT	
Cristovam Buarque (DF) ⁽²⁾	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Of. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, aprovado em 5.3.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo final: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2009

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3511

Fax: 3303-1176

E-mail: ems@senado.gov.br

2) RISCO AMBIENTAL EM MUNICÍPIOS RELACIONADOS PELO INPE

Finalidade: Destinada a verificar, no prazo de doze meses, o risco ambiental em que vivem Municípios relacionados pelo Instituto Nacional de Pesquisa - INPE em seu "Mapa do desmatamento". Em aditamento pelo Requerimento nº 495, de 2008, a Comissão passa a analisar 36 municípios em conformidade com o INPE em seu "Mapa de desmatamento".

(Requerimento nº 193, de 2008, aprovado em 25.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.692, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador João Pedro (PT-AM)

RELATOR: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Leitura: 25/03/2008

Instalação: 10/04/2008

Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) ⁽¹⁾	1. Senador Gilberto Goellner (DEM)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Senador Mário Couto (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador João Pedro (PT)	1. Senadora Serys Slhessarenko (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valdir Raupp (PMDB)	1. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽²⁾
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma

Notas:

1. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

2. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

3) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, aprovado em 02.07.2008)
(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008
Designação: 26/08/2008
Instalação: 27/08/2008
Prazo final: 22/12/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Morais (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB).
3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 092/2009-GLPTB/SF).
4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. nº 055/2009-GLDBAG).

4) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009

Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

5) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
2. Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. Nº 104/09-GLDEM).
3. Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
4. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
5. Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (Of. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Adelmir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

7) NOVO PACTO FEDERATIVO NO BRASIL

Finalidade: Promover amplo debate e propor medidas para adoção de um novo pacto federativo no Brasil, ou para o aperfeiçoamento do vigente.

(Requerimento nº 488, de 2008, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1.
	2.
	3.
Senador Cícero Lucena (PSDB)	4. Senador João Tenório (PSDB) ⁽¹⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁾	5. Senador Sérgio Guerra (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Marcelo Crivella (PRB)	1. Senador Roberto Cavalcanti (PRB)
Senador João Ribeiro (PR)	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)
Senador Eduardo Suplicy (PT)	3. Senador Flávio Arns (PSDB) ^(4,6)
Senador Tião Viana (PT)	4. Senador Paulo Paim (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Almeida Lima (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Gerson Camata (PMDB) ⁽³⁾
Senador Neuto De Conto (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Leomar Quintanilha (PMDB) ^(3,5)
Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Mauro Fecury (PMDB) ⁽³⁾
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁾	4. Senador Paulo Duque (PMDB) ⁽³⁾
PTB	
Senador Sérgio Zambiasi	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
Senador João Durval	1.

Notas:

1. Em 09.06.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. n 107/09 - GLPSDB).
2. Em 09.06.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB (Bloco da Minoria) na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. n 107/09 - GLPSDB).
3. Em 10.06.2009, a Liderança do Bloco da Maioria (PMDB,PP)designa seus membros na Comissão (OF. GLPMDB nº 007-A/2009).
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

8) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

9) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Mão Santa (PSC) ^(2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).

3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.

4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

*. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que reforma o Código de Processo Penal.

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)**

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

VAGO ⁽³⁾

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senador Flávio Torres ^(1,2)

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, V)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 24.11.2009³

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.

2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).

3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of nº 127/2009-GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴¹⁾	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽⁴⁰⁾
Delcídio Amaral (PT) ⁽³⁵⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽³⁷⁾
Aloizio Mercadante (PT) ⁽³⁰⁾	3. João Pedro (PT) ^(11,33)
Tião Viana (PT) ⁽²⁹⁾	4. Ideli Salvatti (PT) ⁽³⁴⁾
Marcelo Crivella (PRB) ⁽²⁸⁾	5. Roberto Cavalcanti (PRB) ^(36,72)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³²⁾	6. Sadi Cassol (PT) ^(4,31,81,82,83)
César Borges (PR) ⁽³⁸⁾	7. João Ribeiro (PR) ⁽³⁹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(61,67)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(56,65)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) ^(58,63)	2. Gilvam Borges (PMDB) ^(66,69)
Gerson Camata (PMDB) ^(64,71)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ^(3,57)
Valdir Raupp (PMDB) ⁽⁵³⁾	4. Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,57,80)
Neuto De Conto (PMDB) ^(8,15,55,60)	5. Lobão Filho (PMDB) ^(9,68,70)
Pedro Simon (PMDB) ^(54,59)	6. Paulo Duque (PMDB) ^(1,57)
Renan Calheiros (PMDB) ^(62,78)	7. Almeida Lima (PMDB) ^(62,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Eliseu Resende (DEM) ⁽⁴⁹⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽⁴²⁾
Antonio Carlos Júnior (DEM) ^(17,42)	2. Demóstenes Torres (DEM) ^(18,45)
Efraim Morais (DEM) ⁽⁴⁷⁾	3. Heráclito Fortes (DEM) ⁽⁵¹⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁴⁸⁾	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽⁴²⁾
Adelmir Santana (DEM) ^(14,16,44)	5. Kátia Abreu (DEM) ⁽⁵²⁾
Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(13,46,76,79)	6. José Agripino (DEM) ^(5,50)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽²³⁾	7. Alvaro Dias (PSDB) ⁽²²⁾
João Tenório (PSDB) ⁽²⁵⁾	8. Sérgio Guerra (PSDB) ^(19,26,74)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(23,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽²⁷⁾
Tasso Jereissati (PSDB) ⁽²³⁾	10. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(24,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino ⁽⁴³⁾	1. Sérgio Zambiasi ^(12,43)
Gim Argello ⁽⁴³⁾	2. Fernando Collor ⁽⁴³⁾

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
23. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
26. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
27. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
29. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
30. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
31. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.

32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
33. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
34. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
36. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
37. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
38. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
40. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
41. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
44. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
45. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
46. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
47. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
48. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
49. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
50. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
53. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
56. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
58. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
60. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

62. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO ⁽⁶⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
Expedito Júnior (PSDB) ^(10,12)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO ^(11,13)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁷⁾	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO ⁽⁸⁾
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
VAGO (3,18,34,71,81)	1. VAGO (30,78)
Augusto Botelho (PT) (36)	2. César Borges (PR) (35)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (28)
Marcelo Crivella (PRB) (33)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (27,76,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (29,31)
Roberto Cavalcanti (PRB) (32,60,62)	6. VAGO (32)
Renato Casagrande (PSB) (32,58,65)	7. José Nery (PSOL) (32,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (48,68,72)	1. Lobão Filho (PMDB) (54)
Gilvam Borges (PMDB) (9,51)	2. Romero Jucá (PMDB) (56)
Paulo Duque (PMDB) (6,55)	3. Valdir Raupp (PMDB) (52)
VAGO (57,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (53,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,75,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (49)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (41)
Rosalba Ciarlini (DEM) (40)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (44,70,73)
Efraim Morais (DEM) (12,15,46)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,38)
Raimundo Colombo (DEM) (39)	4. José Agripino (DEM) (4,37)
Flávio Arns (PSDB) (21,43,84)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (22,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Expedito Júnior (PSDB) (23,82)
Papaléo Paes (PSDB) (25)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (24,45,83)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,61)
PDT	
João Durval (19,47)	1. Cristovam Buarque (17,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclydes Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
22. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
24. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
25. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
28. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
29. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
32. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
34. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
36. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
37. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
38. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
39. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
41. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
44. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
45. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
46. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
62. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
73. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
76. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).

81. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

82. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

83. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

84. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).

85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽⁶⁾	2. Marisa Serrano (PSDB) ⁽⁷⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁹⁾
PMDB	
Paulo Duque ⁽⁴⁾	1. Leomar Quintanilha ^(5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁸⁾	1. Gim Argello (PTB) ⁽³⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

2. Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.

3. Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).

4. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).

5. Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).

6. Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).

7. Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).

8. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).

9. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.

10. Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).

11. Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).

12. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

13. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

14. Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMDB nº 162/2009-GLPMDB).

15. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁵⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,3)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁹⁾	2. João Tenório (PSDB) ^(2,11)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(12,14,15)	1. Paulo Duque ⁽⁸⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
3. Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
4. Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
5. Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
6. Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
7. Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
8. Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
9. Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
10. Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
11. Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
12. Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
13. Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
14. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
15. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Telefone(s): 3311-3515

Fax: 3311-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽¹⁾
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

1. Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
2. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
3. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**Telefone(s):** 3311-3515**Fax:** 3311-3652**E-mail:** scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (32,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,38)
Aloizio Mercadante (PT) (10,35)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,31)
Eduardo Suplicy (PT) (32)	3. Marcelo Crivella (PRB) (34)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Ideli Salvatti (PT) (32)	5. César Borges (PR) (37,44)
João Pedro (PT) (30,44,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,39,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (54,65)	1. Romero Jucá (PMDB) (62,64)
Almeida Lima (PMDB) (60,65)	2. Leomar Quintanilha (PMDB) (57,68,86)
Gilvam Borges (PMDB) (56,65)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,63,78)
Francisco Dornelles (PP) (58,65)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,69,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,65)	5. Valdir Raupp (PMDB) (40,61,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,59,67)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,65)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Kátia Abreu (DEM) (51)	1. Efraim Moraes (DEM) (50)
Demóstenes Torres (DEM) (45)	2. Adelmir Santana (DEM) (48)
Osvaldo Sobrinho (PTB) (52,82,85)	3. Raimundo Colombo (DEM) (46)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (42)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,41)
Alvaro Dias (PSDB) (24,72)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (28)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,75,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (25)
Lúcia Vânia (PSDB) (24)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,73)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26,70,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (47)	1. Gim Argello (49)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Flávio Torres (11,23,53,79,80)

Notas:

1. Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
2. O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
3. O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
4. Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
5. O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
13. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
31. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
32. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
34. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
35. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
38. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

39. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
40. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
44. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
45. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
47. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
48. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
49. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
50. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
52. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n.º 3 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3311-3972

Fax: 3311-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO ⁽⁹¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ^(73,79)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,90,92,94)	1. João Pedro (PT) (1,30)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. VAGO (36,95)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,32)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (38)
Inácio Arruda (PC DO B) (31)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33,67,94,96)
Ideli Salvatti (PT) (37,76,78,80,95)	6. João Ribeiro (PR) (33,71)
Sadi Cassol (PT) (35,85,86,87)	7. Marina Silva (PV) (33,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Gilvam Borges (PMDB) (58)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (56)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54)
VAGO (57,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (61)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,47)	1. Gilberto Goellner (DEM) (50)
Marco Maciel (DEM) (40)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,46)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,41)	3. Osvaldo Sobrinho (PTB) (52,77,82)
Heráclito Fortes (DEM) (42)	4. Efraim Moraes (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,44)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,49)
Adelmir Santana (DEM) (48)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,51)
Alvaro Dias (PSDB) (23)	7. Expedito Júnior (PSDB) (29,69,75,84,89)
Flávio Arns (PSDB) (24,93)	8. Marconi Perillo (PSDB) (28)
Eduardo Azeredo (PSDB) (26,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (27)
Marisa Serrano (PSDB) (22)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (25)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,39)	1. João Vicente Claudino (39)
Romeu Tuma (39)	2. Mozarildo Cavalcanti (39)
PDT	
Cristovam Buarque (20)	1. Jefferson Praia (10,21)

Notas:Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (Of. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
27. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
28. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
30. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
32. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
33. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
37. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
38. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

39. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Claudino e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
40. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
41. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
47. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
48. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
49. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
50. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
90. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
91. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Ideli Salvatti (PT) ^(7,13)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Paulo Paim (PT) ^(8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) ^(13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁶⁾	3. VAGO ⁽⁷⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) ^(3,18)	1. VAGO ⁽⁷⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) ⁽¹¹⁾	3. VAGO ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁴⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(1,6,20)
Marco Maciel (DEM) ⁽⁹⁾	2. VAGO ⁽⁹⁾
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) ⁽⁵⁾
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) ^(10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽¹⁰⁾	5. Papaléo Paes (PSDB) ^(7,12)
PDT	
Cristovam Buarque ^(7,17)	1. VAGO ⁽¹⁷⁾

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Designação:** 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares**Telefone(s):** 3311-3498**Fax:** 3311-3121**E-mail:** julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) ⁽²⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽²²⁾
Marina Silva (PV) ^(7,26,43,45)	2. César Borges (PR) ⁽²⁴⁾
João Pedro (PT) ⁽²⁰⁾	3. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽²⁵⁾
João Ribeiro (PR) ⁽²³⁾	4. Delcídio Amaral (PT) ⁽²¹⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(40,47)	1. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,11,38)
Gilvam Borges (PMDB) ⁽³⁹⁾	3. Almeida Lima (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Valter Pereira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁷⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽³⁰⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽³³⁾	2. Raimundo Colombo (DEM) ^(1,35)
Heráclito Fortes (DEM) ⁽³¹⁾	3. Maria do Carmo Alves (DEM) ^(3,32)
Eliseu Resende (DEM) ⁽³⁴⁾	4. Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(9,28,44,46)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(10,19)	5. Alvaro Dias (PSDB) ^(4,18)
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁵⁾	6. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁶⁾	7. Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁷⁾
PTB	
Gim Argello ^(6,29)	1. Sérgio Zambiasi ⁽²⁹⁾
PDT	
Jefferson Praia ^(8,12,36,42)	1. Cristovam Buarque ^(13,37,41)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
5. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
6. Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
7. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
9. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
18. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
19. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
23. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
32. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
33. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

43. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.

44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).

45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.

47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO ⁽⁸⁾	2. VAGO ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO ^(3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) ^(5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.

2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).

3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).

4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).

5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).

6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).

7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).

8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO**RELATOR:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) (6)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho**Telefone(s):** 3311-3935**Fax:** 3311-1060**E-mail:** jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) ^(1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽³⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽²⁾

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽¹⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.

2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.

3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).

4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).

*. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.

**. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
VAGO (20,53,60,61)	1. João Pedro (PT) (22)
Fátima Cleide (PT) (20)	2. Serys Shessarenko (PT) (21)
Paulo Paim (PT) (20)	3. Marcelo Crivella (PRB) (11,19,28)
VAGO (3,23,48,49,57)	4. Marina Silva (PV) (19,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (19,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (40,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (34)
Gerson Camata (PMDB) (39)	2. Romero Jucá (PMDB) (41)
VAGO (36,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (35)
Gilvam Borges (PMDB) (33)	4. Mão Santa (PSC) (38,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,37)	5. Leomar Quintanilha (PMDB) (42,55)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (2,27)	1. Heráclito Fortes (DEM) (25)
Rosalba Ciarlini (DEM) (31)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (30,51,54)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,32)
Arthur Virgílio (PSDB) (16)	5. Expedito Júnior (PSDB) (18,47,59)
Cícero Lucena (PSDB) (16)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (16)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Cristovam Buarque (15)	1. Jefferson Praia (14)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
21. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
28. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
32. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
33. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
60. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁵⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁸⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ⁽¹⁵⁾	1. Gilvam Borges (PMDB) ^(3,10)
Valter Pereira (PMDB) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,4,11)	1. Adelmir Santana (DEM) ⁽⁷⁾
Mário Couto (PSDB) ⁽¹³⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia ⁽¹²⁾	1. Cristovam Buarque ⁽⁹⁾
PTB	
Sérgio Zambiasi ⁽¹⁴⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Slhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. CDH 078-09).
6. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
7. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
8. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. CDH 078-09).
9. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
10. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
11. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (Of. CDH 078-09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5)	1. Fátima Cleide (PT)
Serys Shlessarenko (PT)	2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2,4)	1. VAGO (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgínio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**
Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2)
José Nery (PSOL)	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
	1. VAGO
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

1. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).

2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. N° 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

**. Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. N° 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁴⁷⁾	1. Aloizio Mercadante (PT) ^(44,68,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(46,73)	2. Marina Silva (PV) ^(40,83,84)
João Ribeiro (PR) ^(39,72)	3. Renato Casagrande (PSB) ^(45,75)
João Pedro (PT) ⁽³⁸⁾	4. Magno Malta (PR) ⁽⁴¹⁾
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(42,54,70,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) ^(22,43,49,67)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) ⁽¹⁾	1. Almeida Lima (PMDB) ^(5,65)
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁶⁴⁾	2. Inácio Arruda (PC DO B) ^(6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽⁶³⁾	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽²⁾
Romero Jucá (PMDB) ^(3,71,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) ^(19,24,61)
Paulo Duque (PMDB) ⁽⁴⁾	5. Gilvam Borges (PMDB) ^(10,21,62)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Efraim Morais (DEM) ⁽⁵⁸⁾	1. Adelmir Santana (DEM) ^(11,53)
Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁵⁷⁾	2. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,50)
Marco Maciel (DEM) ^(18,29,56)	3. José Agripino (DEM) ^(23,27,55)
Heráclito Fortes (DEM) ^(8,51)	4. Romeu Tuma (PTB) ^(52,78,79,80)
João Tenório (PSDB) ^(33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) ⁽³⁶⁾
Eduardo Azeredo (PSDB) ⁽³³⁾	6. Arthur Virgílio (PSDB) ^(17,35,69)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁷⁾	7. Tasso Jereissati (PSDB) ⁽³⁴⁾
PTB ⁽¹²⁾	
Fernando Collor ^(13,14,15,16,25,26,28,30,48)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁴⁸⁾
PDT	
Flávio Torres ^(31,60,81,82)	1. Cristovam Buarque ^(20,32,59)

Notas:

1. O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
2. O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
3. O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
4. O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
5. Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
6. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
7. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
8. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
32. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
35. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
36. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
37. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
38. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
39. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
40. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
41. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
44. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
48. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
49. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
51. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
53. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
54. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
55. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
56. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
57. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
58. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
70. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
71. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
72. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (Of. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

78. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. N° 094/09-GLDEM).
79. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (Of. N° 165/2009/GLPTB).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento n° 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. n° 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (Of/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG n° 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário n° 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(3,4,6)	1. VAGO ⁽⁷⁾
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ^(9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO ⁽⁵⁾

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO ^(1,4)	1. VAGO ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO ⁽³⁾	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3311-3496

Fax: 3311-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) (2)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) (1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO (4)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (Of. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva**Telefone(s):** 3311-3496**Fax:** 3311-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT) ⁽¹⁷⁾	1. Marina Silva (PV) ^(23,66,68)
Delcídio Amaral (PT) ^(17,34,59)	2. Paulo Paim (PT) ^(19,34,55)
Ideli Salvatti (PT) ⁽¹⁷⁾	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽²⁵⁾
Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ^(24,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) ⁽²¹⁾	5. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁶⁾
João Ribeiro (PR) ⁽²²⁾	6. João Pedro (PT) ⁽²⁰⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) ^(50,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) ^(3,6,48)
Gilvam Borges (PMDB) ⁽⁴⁹⁾	2. Lobão Filho (PMDB) ^(26,52)
Paulo Duque (PMDB) ⁽⁴⁵⁾	3. Pedro Simon (PMDB) ^(8,10,11,46)
Mão Santa (PSC) ^(5,9,53,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) ⁽⁴⁴⁾
Valdir Raupp (PMDB) ^(54,58)	5. VAGO ^(43,63)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁷⁾	6. Almeida Lima (PMDB) ^(51,60,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽³⁶⁾	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽²⁸⁾
Eliseu Resende (DEM) ⁽²⁹⁾	2. Efraim Morais (DEM) ⁽²⁷⁾
Heráclito Fortes (DEM) ⁽³⁵⁾	3. Adelmir Santana (DEM) ⁽³¹⁾
Oswaldo Sobrinho (PTB) ^(30,67,69)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽³⁸⁾
Kátia Abreu (DEM) ^(7,37)	5. Demóstenes Torres (DEM) ^(1,32)
Arthur Virgílio (PSDB) ^(41,62,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
João Tenório (PSDB) ^(40,56)	7. Mário Couto (PSDB) ^(15,57,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁴⁾	8. Alvaro Dias (PSDB) ^(14,61)
Marconi Perillo (PSDB) ⁽⁴²⁾	9. Sérgio Guerra (PSDB) ⁽¹³⁾
PTB ⁽⁴⁾	
Fernando Collor ⁽³³⁾	1. Gim Argello ⁽³³⁾
PDT	
João Durval ⁽¹²⁾	1. Osmar Dias ⁽³⁹⁾

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
16. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
17. Em 16.02.2009, os Senadores Delcício Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
19. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
24. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
26. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
27. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
28. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
29. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
33. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
34. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
38. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
41. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
56. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
57. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
58. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
59. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
60. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (OF. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) (56,58)**VICE-PRESIDENTE:** Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (3)	
César Borges (PR) (23)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,26)
Serys Slhessarenko (PT) (2,28)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (25)	3. Tião Viana (PT) (24,54)
José Nery (PSOL) (27)	4. VAGO (24)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (33,43,55,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (47)
Valter Pereira (PMDB) (1,44)	2. Pedro Simon (PMDB) (45)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,42)	3. Valdir Raupp (PMDB) (46)
Almeida Lima (PMDB) (48)	4. Gerson Camata (PMDB) (41,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
José Agripino (DEM) (38)	1. Gilberto Goellner (DEM) (29)
Marco Maciel (DEM) (37)	2. Osvaldo Sobrinho (PTB) (36,52,53)
Rosalba Ciarlini (DEM) (34)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,32)
Adelmir Santana (DEM) (30)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,31)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Sérgio Guerra (PSDB) (10,13,17)
Papaléo Paes (PSDB) (21)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB (5)	
Gim Argello (35)	1. Mozarildo Cavalcanti (35)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,39)	1. João Durval (16,40)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
28. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Shessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
29. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
33. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
34. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
35. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
36. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
38. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
39. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

47. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -

Telefone(s): 3311-4282

Fax: 3311-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) ⁽¹⁷⁾	1. Paulo Paim (PT) ⁽¹⁷⁾
Sadi Cassol (PT) ^(19,62)	2. Fátima Cleide (PT) ^(4,6,18)
Augusto Botelho (PT) ^(20,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) ^(23,60,61,63,65)
César Borges (PR) ^(22,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) ^(21,52)
Maioria (PMDB, PP)	
Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,11,41,44,59)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(37,45)
Neuto De Conto (PMDB) ^(40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(38,48)
Gerson Camata (PMDB) ^(36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) ^(35,39)
Valter Pereira (PMDB) ^(34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) ^(42,47)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁶⁾	1. Demóstenes Torres (DEM) ^(3,33)
Raimundo Colombo (DEM) ⁽²⁷⁾	2. Heráclito Fortes (DEM) ⁽³¹⁾
Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁸⁾	3. Rosalba Ciarlini (DEM) ^(7,24)
Osvaldo Sobrinho (PTB) ^(8,10,30,57,58)	4. José Agripino (DEM) ⁽²⁵⁾
Expedito Júnior (PSDB) ^(15,53,56,64)	5. Mário Couto (PSDB) ^(16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(13,55)	6. João Tenório (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB) ⁽¹⁴⁾	7. Marconi Perillo (PSDB) ⁽¹²⁾
PTB ⁽⁵⁾	
Romeu Tuma ^(9,29)	1. Sérgio Zambiasi ^(29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. nº 536/2008-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
20. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
21. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
22. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
23. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
64. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
65. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
VAGO ⁽⁴⁾	2. Expedito Júnior (PSDB) ^(6,7)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO ^(5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Marcello Varella**Telefone(s):** 3311-3506**E-mail:** marcello@senado.gov.br

11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁹⁾	1. Delcídio Amaral (PT) ⁽²²⁾
Renato Casagrande (PSB) ⁽²¹⁾	2. Flávio Arns (PSDB) ^(19,52,54)
Magno Malta (PR) ⁽²⁰⁾	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(18,44)
Roberto Cavalcanti (PRB) ^(18,41,47)	4. João Ribeiro (PR) ^(18,43)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) ⁽³⁷⁾	1. Valter Pereira (PMDB) ⁽³⁴⁾
Lobão Filho (PMDB) ⁽³⁹⁾	2. Romero Jucá (PMDB) ⁽³⁵⁾
Gerson Camata (PMDB) ^(7,10,40)	3. Gilvam Borges (PMDB) ^(8,9,36,46,48)
Valdir Raupp (PMDB) ^(38,42)	4. Leomar Quintanilha (PMDB) ^(2,53)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) ⁽³⁰⁾	1. Gilberto Goellner (DEM) ⁽²⁸⁾
Demóstenes Torres (DEM) ^(3,31)	2. Eliseu Resende (DEM) ⁽²⁷⁾
José Agripino (DEM) ^(6,12,26)	3. Marco Maciel (DEM) ⁽¹⁾
Efraim Morais (DEM) ⁽²³⁾	4. Kátia Abreu (DEM) ⁽²⁴⁾
Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁶⁾	5. Eduardo Azeredo (PSDB) ^(17,29)
Flexa Ribeiro (PSDB) ^(17,29)	6. Sérgio Guerra (PSDB) ^(14,49)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽¹⁵⁾	7. Arthur Virgílio (PSDB) ^(11,17,45)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi ⁽²⁵⁾	1. Fernando Collor ⁽²⁵⁾
PDT	
Flávio Torres ^(13,32,50,51)	1. Cristovam Buarque ⁽³³⁾

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgínio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgínio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
15. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
16. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
17. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
18. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
23. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Morais é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
26. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
30. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. GLPMDB nº 061/2009).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

43. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).
44. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
45. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
46. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -
Telefone(s): 3311-1120
Fax: 3311-2025
E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA**Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira**Telefone(s):** 3311-1120**Fax:** 3311-2025**E-mail:** scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**Número de membros:** 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003

TITULARES		SUPLENTE	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)			
VAGO (3)		1. Delcídio Amaral (PT-MS)	
João Pedro (PT-AM)		2. Ideli Salvatti (PT-SC)	
VAGO (1)		3. Eduardo Suplicy (PT-SP)	
Inácio Arruda (PC DO B-CE)		4. Augusto Botelho (PT-RR)	
Maioria (PMDB, PP)			
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)		1. Valdir Raupp (PMDB-RO)	
Almeida Lima (PMDB-SE)		2. Romero Jucá (PMDB-RR)	
Gilvam Borges (PMDB-AP)		3. Mão Santa (PSC-PI) (13)	
Paulo Duque (PMDB-RJ)		4. VAGO (5)	
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB, DEM)			
VAGO (7)		1. VAGO (6)	
VAGO (12)		2. VAGO (9)	
VAGO (8)		3. VAGO (11)	
VAGO (10)		4. VAGO (10)	
VAGO (10)		5.	
PTB			
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)	
PDT			
João Durval (BA)		1. Jefferson Praia (AM)	
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Romeu Tuma (PTB/SP)			

Atualização: 02/10/2009**Notas:**

1. O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRI, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
2. Eleito na 1ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
3. O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
4. Eleito na 2ª reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR**(Resolução do Senado Federal nº 40/95)**

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008**Notas:**

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽³⁾**DEM**

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTBVAGO ⁽¹⁾**PDT**Flávio Torres (CE) ⁽⁴⁾**PR**Expedito Júnior (PSDB-RO) ⁽⁵⁾**PSB**

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PP**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 29/09/2009**Notas:**

1. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.

2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.

3. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDF nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

4. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).

5. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme Of.GSEJUN nº 225/2009.

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador José Sarney (PMDB-AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Marco Maia (PT-RS)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Odair Cunha (PT-MG)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Mão Santa (PSC-PI)*
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado Nelson Marquizezelli (PTB-SP)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)†
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado André de Paula (DEM/PE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Damião Feliciano (PDT-PB)‡	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

* Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

† A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária, iniciada em 14/07/2009.

‡ O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)

(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²
Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²
Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM - RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ⁶ (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
ÍRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
CLAUDIO DIAZ (PSDB/RS)	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO [*] (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

^{*} Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignacio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Damião Feliciano*

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

* O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.



SENADO FEDERAL

Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Subsecretaria de Edições Técnicas

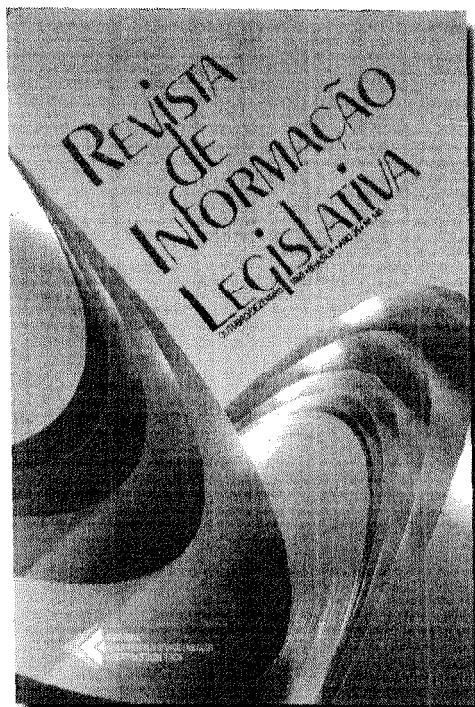
Revista de Informação Legislativa

Publicação periódica, com circulação trimestral, atualmente em sua 141ª edição. Divulga trabalhos elaborados pela Subsecretaria de Edições Técnicas, além de artigos de colaboração. Os trabalhos reportam-se a assuntos da área do direito e ciências afins, de interesse dos temas em debate no Congresso Nacional ou que se relacionem ao Poder Legislativo. Cada edição compreende, em média, trinta artigos inéditos.

Exemplar avulso: R\$ 10,00

Edições anteriores: R\$ 10,00

Assinatura anual (4 edições): R\$ 40,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de **FUNSEEP**, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF

Nome:			
Endereço:			
Cidade:		CEP:	UF:
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$31,00
Porte de Correio	R\$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$62,00
Porte de Correio	R\$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

ug – 00001
gestão – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900
CGC 00.530.279/0005-49

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.



Edição de hoje: 384 páginas

OS: 2009/17931